



# **SENADO FEDERAL**

## **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**

### **PAUTA DA 17ª REUNIÃO**

**(2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)**

**07/07/2016  
QUINTA-FEIRA  
às 10 horas**

**Presidente: Senador Aloysio Nunes Ferreira  
Vice-Presidente: Senador Valdir Raupp**



**Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**

**17ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª  
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 07/07/2016.**

**17ª REUNIÃO, ORDINÁRIA**  
***Quinta-feira, às 10 horas***

**SUMÁRIO**

**1ª PARTE - SABATINA**

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	<b>MSF 37/2016</b> - Não Terminativo -	<b>SEN. ANA AMÉLIA</b>	<b>8</b>
2	<b>MSF 45/2016</b> - Não Terminativo -	<b>SEN. JORGE VIANA</b>	<b>91</b>
3	<b>MSF 59/2016</b> - Não Terminativo -	<b>SEN. LASIER MARTINS</b>	<b>283</b>

**2ª PARTE - DELIBERATIVA**

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	<b>MSF 46/2016</b> - Não Terminativo -	<b>SEN. ARMANDO MONTEIRO</b>	<b>354</b>

(1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)</b>			
Jorge Viana(PT)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 José Pimentel(PT)	CE (61) 3303-6390 /6391
Lindbergh Farias(PT)	RJ (61) 3303-6427	2 Telmário Mota(PDT)	RR (61) 3303-6315
Gleisi Hoffmann(PT)	PR (61) 3303-6271	3 VAGO(23)	
Lasier Martins(PDT)	RS (61) 3303-2323	4 Humberto Costa(PT)	PE (61) 3303-6285 / 6286
Cristovam Buarque(PPS)	DF (61) 3303-2281	5 VAGO(16)	
Ana Amélia(PP)	RS (61) 3303 6083	6 Benedito de Lira(PP)(13)	AL (61) 3303-6148 / 6151
<b>Maioria (PMDB)</b>			
Edison Lobão(PMDB)	MA (61) 3303-2311 a 2313	1 João Alberto Souza(PMDB)	MA (061) 3303-6352 / 6349
Roberto Requião(PMDB)	PR (61) 3303-6623/6624	2 Raimundo Lira(PMDB)	PB (61) 3303.6747
Sérgio Petecção(PSD)(18)(17)	AC (61) 3303-6706 a 6713	3 Marta Suplicy(PMDB)(20)	SP (61) 3303-6510
Valdir Raupp(PMDB)(19)	RO (61) 3303-2252/2253	4 Kátia Abreu(PMDB)(25)	TO (61) 3303-2708
Ricardo Ferraço(PSDB)	ES (61) 3303-6590	5 Hélio José(PMDB)	DF (61) 3303-6640/6645/6646
<b>Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)</b>			
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	1 Ronaldo Caiado(DEM)	GO (61) 3303-6439 e 6440
Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)	SP (61) 3303-6063/6064	2 Flexa Ribeiro(PSDB)	PA (61) 3303-2342
Tasso Jereissati(PSDB)(9)	CE (61) 3303-4502/4503	3 José Aníbal(PSDB)(26)(27)	SP 3215-5736
Paulo Bauer(PSDB)(11)(14)	SC (61) 3303-6529	4 Antonio Anastasia(PSDB)(12)(15)(9)	MG (61) 3303-5717
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)</b>			
Fernando Bezerra Coelho(PSB)	PE (61) 3303-2182	1 João Capiberibe(PSB)	AP (61) 3303-9011/3303-9014
Vanessa Grazziotin(PCdoB)	AM (61) 3303-6726	2 Lídice da Mata(PSB)	BA (61) 3303-6408
<b>Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)</b>			
Eduardo Amorim(PSC)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211	1 Eduardo Lopes(PR)(30)(32)	RJ (61) 3303-5730
Armando Monteiro(PTB)(28)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125	2 Magno Malta(PR)(29)	ES (61) 3303-4161/5867

- (1) Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).
- (2) Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).
- (3) Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).
- (4) Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- (5) Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).
- (6) Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).
- (7) Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).
- (8) Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- (9) Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).
- (10) Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).
- (11) Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).
- (12) Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
- (13) Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
- (14) Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
- (15) Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
- (16) Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
- (17) Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- (18) Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecção foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
- (19) Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
- (20) Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
- (21) Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).

- (22) Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- (23) Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
- (24) Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
- (25) Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente pelo bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 067/2016-GLPMDB).
- (26) Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
- (27) Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 29/2016-GLPSDB).
- (28) Em 27.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. 28/2016-BLOMOD).
- (29) Em 27.05.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 28/2016-BLOMOD).
- (30) Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
- (31) Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
- (32) Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
- (33) Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00 HORAS  
SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA  
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496  
FAX: 3303-3546

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:  
E-MAIL: cre@senado.gov.br





SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA  
55ª LEGISLATURA**

**Em 7 de julho de 2016  
(quinta-feira)  
às 10h**

**PAUTA**  
17ª Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA  
NACIONAL - CRE**

<b>1ª PARTE</b>	Sabatina
<b>2ª PARTE</b>	Deliberativa
<b>Local</b>	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

**1ª PARTE****PAUTA****ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 37, de 2016****- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor GEORGE MONTEIRO PRATA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Noruega e, cumulativamente, na República da Islândia.*

**Autoria:** Presidente da República

**Relatoria:** Senadora Ana Amélia

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*1 - Em 23/06/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;*

*2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.*

**Textos da pauta:**

[Relatório](#)

[Anexos](#)

[Avulso da matéria](#)

**ITEM 2****MENSAGEM (SF) Nº 45, de 2016****- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO CESAR DE CAMARGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente de Samoa, em Tuvalu, na República de Kiribati e no Reino de Tonga.*

**Autoria:** Presidente da República

**Relatoria:** Senador Jorge Viana

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*1 - Em 23/06/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;*

*2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta Reunião.*

**Textos da pauta:**

[Relatório](#)

[Anexos](#)

[Avulso da matéria](#)

**ITEM 3**

**MENSAGEM (SF) Nº 59, de 2016****- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e demais organizações econômicas sediadas em Genebra.*

**Autoria:** Presidente da República

**Relatoria:** Senador Jorge Viana (Substituído por Ad Hoc)

**Relatoria Ad hoc:** Senador Lasier Martins

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*1 - Em 30/06/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;*

*2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta Reunião.*

**Textos da pauta:**

[Relatório](#)

[Anexos](#)

[Avulso da matéria](#)

**2ª PARTE****PAUTA****ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 46, de 2016****- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia, e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.*

**Autoria:** Presidente da República

**Relatoria:** Senador Armando Monteiro

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*1) Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

**Textos da pauta:**

[Relatório](#)

[Anexos](#)

[Avulso da matéria](#)

## **1ª PARTE - SABATINA**

**1**

---

## RELATÓRIO Nº , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 37, de 2016 (nº 136, de 11 de abril de 2016, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor GEORGE MONTEIRO PRATA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Noruega e, cumulativamente, na República da Islândia.*

RELATORA: Senadora **ANA AMÉLIA**

Esta Casa é chamada a se manifestar sobre a indicação, pela Presidência da República, do nome do Senhor GEORGE MONTEIRO PRATA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Noruega e, cumulativamente, na República da Islândia.

Segundo o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em observância ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

Em 1954, nasceu o Senhor GEORGE MONTEIRO PRATA, na cidade de Fortaleza – CE, filho de Gerardo Cavalcanti Prata e Angelina Selma Monteiro Prata.

É bacharel em Comunicação, com habilitação em Jornalismo, pela Universidade de Brasília – UnB. Em 1980, concluiu o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática. Ainda no Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1985) e o Curso de Altos Estudos (2000), tendo defendido a tese “O Novo Trabalhismo Britânico e a Terceira Via no Reino Unido”.

Tornou-se Terceiro-Secretário em 1980 e Segundo-Secretário em 1982. Sempre por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1987, a Conselheiro em 1995, a Ministro de Segunda Classe em 2001 e a Ministro de Primeira Classe em 2007.

Foi designado para diversas funções ao longo de sua carreira, entre as quais se podem destacar: Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral em Nova York (1984-1987); Primeiro-Secretário nas Embaixadas em Pequim (1990 a 1992) e em Madri (1992 a 1995); Conselheiro na Embaixada em Londres (1998 a 2001); Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Estocolmo (2001 a 2004); e Embaixador em Praga (2011).

Foi agraciado com várias condecorações nacionais e estrangeiras, como a Ordem do Mérito, Itália, no grau de Oficial; a Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, também no grau de Oficial; Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil; Ordem do Mérito das Forças Armadas, Brasil, no grau de Oficial, entre outras.

Ainda em cumprimento às exigências do RISF, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo MRE sobre o Reino da Noruega e República da Islândia, o qual traz informações acerca de dados básicos dos países, de suas políticas interna e externa, economia e, ainda, acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados. Além disso, conforme Decisão do Plenário desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de 14 de maio de 2015, fundamentada no inciso IV do art. 383, do RISF, foi encaminhado a esta Casa o relatório de gestão do Chefe de Posto ao final de sua missão.

O Reino da Noruega é uma monarquia constitucional, com parlamento unicameral. Seu Produto Interno Bruto (PIB) alcançou, em 2015, aproximadamente US\$ 400 bilhões, o que o coloca entre as trinta principais economias mundiais. Sua renda *per capita* e seu índice de desenvolvimento humano estão entre os mais altos do mundo. Estimam-se 7.690 brasileiros vivendo na Noruega.

Após oito anos de hegemonia do Partido Trabalhista no governo da Noruega, em 2013, Erna Solberg, do Partido Conservador, tornou-se primeira-ministra. No entanto, seu partido teve de aliar-se ao Partido Progressista, de viés liberal-conservador, e ainda depende de apoio parlamentar de partidos menores de centro, uma vez que o Partido Trabalhista continua a ter maior número de assentos no Parlamento.

As intenções reformistas liberais do atual governo sofreram limitações com a crise internacional do petróleo e gás – produtos que respondem por cerca de um terço do PIB do país – e com a derrota governista nas eleições locais. Em dezembro de 2015, foi realizada reforma ministerial, com destaque para a criação do Ministério de Imigração e Integração, haja vista a crise humanitária de refugiados do Oriente Médio, a qual se encontra, hoje, no centro das discussões sobre política externa.

E, também no âmbito da política externa, a Noruega reconhece a Organização das Nações Unidas como a estrutura básica para regular o sistema internacional. O país atua na cooperação para o desenvolvimento dedicando-se atualmente ao continente africano. É membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e participou de ações no Afeganistão, Iraque e Líbia.

A relação bilateral entre Brasil e Noruega é intensa e dinâmica, sendo que compartilhamos de mesmos valores no que tange à democracia, Estado de Direito, proteção aos direitos humanos, multilateralismo e questões ambientais. Nessa última matéria, é mister que se registre que a Noruega destina altas quantias para o Fundo da Amazônia, já tendo anunciado contribuições de US\$ 1,5 bilhão.

A consolidação da democracia brasileira, a estabilização econômica, a redução da desigualdade social e, mais concretamente, a

descoberta de reservas de petróleo e gás na plataforma continental brasileira têm feito crescer o interesse da Noruega no estreitamento desses laços.

Assim, em 2011, o Governo da Noruega lançou a “Estratégia Brasil”, que coloca o Brasil como prioridade em sua política externa e visa a fortalecer o relacionamento bilateral nos seguintes aspectos: i) negócios, comércio e investimentos; ii) clima, meio ambiente e desenvolvimento sustentável; iii) desafios globais (direitos humanos, saúde, governança); iv) conhecimento e desenvolvimento social.

O Brasil, por sua vez, visando à aproximação com os demais países do norte da Europa e também com os países bálticos, busca parcerias com a Noruega nas áreas de energia (petróleo e gás, energias renováveis); construção naval e *offshore*; pesca e aquicultura; meio ambiente; comércio e investimentos; e intercâmbio de estudantes e pesquisadores (Programa “Ciência sem Fronteiras”).

Segundo estudo do Consulado da Noruega no Rio de Janeiro, o investimento externo direto norueguês no Brasil, até 2013, teria alcançado a cifra de US\$ 23,1 bilhões, sendo que cerca de metade destinou-se ao setor de petróleo e gás, concentrado naquele estado da federação. Detacam-se, ainda, setores importantes como o marítimo, extrativo (minas de bauxita) e industrial.

O fluxo do comércio bilateral experimentou crescimento contínuo no período pós-crise de 2008, com superávit para o Brasil até 2011. Verificou-se, contudo, déficit nos últimos três anos sobretudo em razão do aumento das importações brasileiras de gás natural liquefeito (GNL).

Nossa pauta de importação, em 2015, foi composta principalmente do GNL, vários tipos de bacalhau e fertilizantes. Já os principais itens exportados pelo Brasil para a Noruega foram alumina, soja e café.

Conforme o Relatório de Gestão encaminhado pelo Embaixador Flavio Helmo Macieira, em final de missão no Reino da Noruega, foram identificadas as seguintes dificuldades na condução de temas na área econômica: i) distância entre os dois países como óbice ao necessário intercâmbio de representantes empresariais; ii) escassez de recursos a dificultar o trabalho de promoção das exportações brasileiras; iii) proteção à produção agrícola nacional



norueguesa; iv) mercado local norueguês que não é considerado prioritário por firmas exportadoras brasileiras.

O Embaixador traz como recomendação para a continuidade da gestão econômica a busca de diversificação das exportações, com comercialização de produtos de maior valor agregado, semi-industrializados ou industrializados. Além disso, recomenda fortemente a realização de missões empresariais à Noruega, com o intuito de incrementar exportações para toda a Escandinávia.

No que se refere à República da Islândia, cuida-se de república parlamentarista, também com legislativo unicameral.

O documento informativo do Itamaraty coloca em destaque os fortes efeitos negativos da crise de 2008 sobre a economia islandesa. Contudo, o plano de recuperação econômica iniciado em 2011 vem se mostrando bem sucedido.

Brasil e Islândia mantêm relações diplomáticas cordiais, havendo potencial para que sejam aprofundadas e expandidas. O Brasil, no último quinquênio, tornou-se o quinto maior fornecedor da Islândia, com sucessivos superávits, graças ao forte incremento das exportações de alumina calcinada, que corresponde a quase totalidade de nossas exportações para aquele país. O café apareceu como segundo produto de nossa pauta de exportações para a Islândia. Os itens principais que importamos da Islândia são congeladores tipo *freezers*. Em segundo lugar, estão as folhas de alumínio e produtos pesqueiros (bacalhau e filés de pescado).

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

6

, Relatora

6

Relatório de gestão  
Reino da Noruega  
Embaixador Flavio Helmold Macieira

I. No plano político. Brasil e Noruega cultivam convergências fundamentais em matéria de postura internacional. São, ambos, países democráticos, comprometidos com o aperfeiçoamento do sistema e do direito internacional, defensores dos direitos humanos, empenhados em abrir vias de desenvolvimento para os países pobres, apoiadores do primado das Nações Unidas e frequentes participantes dos esforços da organização em pacificar conflitos em cenários regionais. Esse elenco de afinidades, somado a denso intercâmbio econômico, facilita e enriquece um relacionamento bilateral marcado por diálogo regular e alto nível de entendimento.

II. Eventos e atividades:

a) Acompanhamento, pelo chefe do posto, da visita de trabalho do Príncipe Herdeiro Haakon Magnus da Noruega. O Príncipe Herdeiro, realizou visita de trabalho ao Brasil, em novembro de 2015, cumprindo roteiro de contatos em Brasília, Rio de Janeiro e Belém do Pará. O visitante esteve acompanhado da mais numerosa delegação empresarial e estatal norueguesa que já visitou o Brasil, o que significou impulso considerável às relações bilaterais em todos os níveis e áreas.

b) Seguimento da visita privada do Chefe de Estado, Rei Harald V a reserva Yanomami brasileira. Em 2013, o Rei deslocou-se privadamente a reserva onde permaneceu

quatro dias e noites a convite do líder indígena Davi Yanomami, que visitou esta Embaixada no mesmo ano. O evento continua a repercutir na opinião pública da Noruega. A viagem reforçou a sinalização do notório interesse deste país nas questões indígenas e na temática da conservação ambiental, e mais especificamente, florestal;

c) Acompanhamento da visita do ME Antônio Patriota a Oslo em 2013. O ME participou de Seminário sobre promoção da paz, em Oslo, realizou conferência e repassou a temática bilateral com seu homólogo Espen Barth Eid;

d) Seguimento da visita do MRE Børge Brende, ao Brasil, em 2014. A visita sinalizou, no primeiro momento da nova gestão de governo, a importância atribuída ao Brasil no cenário da política externa norueguesa.

e) Realização de consultas políticas bilaterais, em Oslo e Brasília: na gestão que ora se encerra, por duas vezes celebraram-se consultas políticas bilaterais em nível de Vice-Ministro;

f) Participação ou presença em conferências, encontros e seminários internacionais, de caráter oficial ou exploratório. Mencione-se, no período considerado, entre outros, a assembleia anual do MTCR e a conferência internacional de suporte ao banimento das minas antipessoal.

g) Informação sobre a concessão anual do Prêmio Nobel da Paz, pelo Instituto Nobel de Oslo. A Embaixada reportou, a cada ciclo, as informações que estejam disponíveis no meio político de Oslo, sobre o processo de concessão do prêmio Nobel da Paz. O Embaixador comparece à cerimônia de premiação. Nos últimos anos, tem crescido em importância também o prêmio "Business for Peace", que contempla personalidades que pontificam na criação de oportunidades empresariais inovadoras e promotoras de responsabilidade social. Recebeu-o, em 2013, a Engenheira brasileira Margaret Groff, Diretora-Financeira de Itaipu Binacional, em função das iniciativas de promoção de igualdade de gênero empreendidas pela empresa.

h) Interação com os institutos de pesquisa de Oslo. A Embaixada mantém relacionamento estreito com esse conjunto de instituições, e busca fazer-se presente nos mais relevantes eventos que promovem. Mantém-se, sobretudo, atenta às considerações sobre o Brasil, eventualmente veiculadas nesses "think tanks" que, esporadicamente, apelam a professores brasileiros ou "brasilianistas" para fins de municiamento de informação acadêmica sobre o país. Visitaram Oslo, no período considerado, os professores André Singer, Matias Spektor, Mônica Herz, e outros;

i) Relações com a academia: a Embaixada cultivou o relacionamento direto com a academia, na forma de participação, sempre que possível, de diplomatas

brasileiros, em eventos universitários, e do acompanhamento das relações institucionais entre os setores de educação superior brasileiro e norueguês. Nos últimos anos, o programa "Ciência sem Fronteiras" vinha dinamizando consideravelmente as relações acadêmicas bilaterais - um processo que enfraqueceu-se, momentaneamente, em função das restrições orçamentárias ora vigentes, determinantes de redução substancial do número de bolsistas enviados a este país.

j) Candidaturas: multiplicaram-se os apoios mútuos a candidaturas a mandatos e cargos nos órgãos do sistema internacional. Destaque especial merece o apoio norueguês, em 2013, à eleição do Embaixador brasileiro Roberto Azevêdo como DG da OMC.

### III. Informação política temática:

a) Acompanhamento das atividades de promoção da paz da Noruega em múltiplos cenários (Palestina, Colômbia, Somália, Afeganistão, Síria, Iraque, Sudão etc...), bem como da prática norueguesa em matéria de ajuda ao desenvolvimento. A Noruega é um dos poucos países desenvolvidos do mundo a cumprir a recomendação das Nações Unidas de reservar, para a ajuda ao desenvolvimento, volume de recursos equivalente a pelo menos 0,7% de seu PIB. O Brasil continua a ser um grande beneficiário da ajuda norueguesa, seja no contexto do Fundo Amazônia, seja pela via da atuação de ONGs.

b) informação sobre os ajustes de política externa implementados pelo governo da coalizão conservadora que assumiu o poder em 2013;

c) informação sobre a presença de ONGs beneficentes, no Brasil, organizadas por cidadãos noruegueses (Ex. Kolibri, em Diadema, SP, e Karanba, em São Gonçalo, RJ);

d) informação constante sobre a agenda norueguesa em política internacional. A capital norueguesa é um *locus* propício à observação da política europeia porque, entre outros fatores: a Noruega mantém-se fora da União Europeia, pertence à OTAN, é afetada pelos fluxos de imigração na Europa, é parte orgânica do subsistema ártico-escandinavo, é um país ultra-desenvolvido (mais de uma vez figurando no topo da listagem de países do mundo, por IDH, anualmente divulgada pela ONU), atua frequentemente em perspectiva pacificadora, e exerce influência importante sobre os esforços de reformatação do sistema mundial. A inserção internacional da Noruega foi, no período, afetada por situações estratégicas do continente europeu, em especial as crises na Ucrânia, e as sanções à Federação da Rússia - vizinha geográfica e referência geopolítica de primeira magnitude para a política externa deste país.

3. Dificuldade encontrada para acompanhamento de fatos políticos: nem sempre é fácil o acesso a

informação política, dada a barreira da língua e a escassez de fontes. Recomendações relativas à continuidade da gestão em matéria política e afins: a) continuar a buscar a convergência dos esforços brasileiros e noruegueses em promoção da paz e da cooperação internacional; b) buscar o incremento da cooperação acadêmica bilateral, terreno em que se detecta potencial de crescimento; c) utilizar o GRULAC, o grupamento BRICS, a Câmara de comércio Brasil-Noruega e os institutos de pesquisa de Oslo como fontes de informação e mecanismos de interação analítica em matéria política.

#### 4. No plano econômico.

I. Comentário geral: as relações econômicas brasileiro-norueguesas são marcadas por excepcional densidade. Mais de cento e trinta empresas norueguesas mantêm filiais no Brasil, com facilidades produtoras. Em sua maioria, essas empresas atuam na área de petróleo e gás, fornecendo equipamentos e tecnologia, ou dedicando-se à extração. O comércio bilateral, nos dois sentidos, sem ser o principal item do relacionamento econômico bilateral, ronda o montante considerável de US\$ 1,5 bilhão. O IED norueguês no Brasil ascende a US\$ 25 bilhões.

#### II. Eventos e atividades.

a) Reuniões da Comissão Econômica Brasil-Noruega. Após um hiato de atividades de mais de trinta anos, a Comissão voltou a reunir-se, em Oslo, em 2014 e em Brasília, em 2015, estando prevista nova reunião ainda para o primeiro semestre de 2016.



b) visita do Príncipe Herdeiro ao Brasil. As relações econômicas bilaterais em muito se beneficiaram também da já comentada visita do Príncipe Herdeiro ao Brasil, acompanhada pelo Chefe do Posto. Integrou a comitiva do visitante a Ministra do Comércio, Indústria e Pesca, Mônica Mæland. Um público numeroso compareceu à sessão expositiva, no Rio de Janeiro, sobre as perspectivas bilaterais. Na fase de Brasília, organizou-se Seminário Comercial de alta representatividade, reunindo os maiores investidores noruegueses no Brasil e a cúpula da CNI.

c) Outras visitas oficiais na área econômica. No sentido Brasil-Noruega: visitas de dois sucessivos Ministros da Pesca e do Secretário-Executivo Adjunto do MDIC. No sentido Noruega-Brasil: visitas da Ministra da Pesca, do Ministro do Petróleo norueguês, e da Vice-Ministra da Indústria e Comércio. Menção muito especial merece a visita de uma Missão empresarial organizada pela FIEMG/CNI, e integrada por aproximadamente setenta membros, à feira ONS de Stavanger, em 2014, bem como a visita de delegação empresarial brasileira ainda maior à feira naval especializada "Nor Shipping", de Oslo, em 2015 a qual elegeu como país-tema o Brasil. A agenda bilateral de visitas comprova e ilustra o dinamismo da pauta

de interação econômica brasileiro-norueguesa.

d) Municiação da parte norueguesa sobre a solidez dos fundamentos da economia brasileira. A entrada em recessão da economia brasileira e a queda dos preços do petróleo no mundo projetou dúvidas naturais quanto

ao futuro imediato das atividades, no Brasil, das empresas norueguesas ligadas ao setor petrolífero. Não há notícia, até o presente, da saída de empresas norueguesas, no Brasil, em função da crise de preços atual. A Embaixada tem-se esforçado por municiar a parte norueguesa com informações sobre as positivas perspectivas de futuro da economia brasileira e seu setor petrogasífero. Constante diálogo sobre o tema é mantido com a Câmara de Comércio Brasil-Noruega, em suas sedes de Oslo, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Nesse esforço informativo, um alvo essencial é o "Fundo Soberano Norueguês", ou Fundo de Pensões "Global", detentor de participações acionárias de vulto em dezenas de empresas brasileiras, inclusive a Petrobrás.

III. Informação Econômica: a Embaixada acompanha, reporta e analisa a evolução da economia norueguesa, com ênfase à presença das empresas locais no Brasil. É constante o comparecimento de diplomatas a eventos informativos sobre matéria econômica, organizados por instituições de Governo, institutos de pesquisa ou empresas.

4. Dificuldades encontradas para condução de temas na área econômica: a) a distância entre os dois países dificulta o necessário intercâmbio de representantes empresariais; b) a escassez de recursos dificulta o trabalho de promoção das exportações brasileiras; c) a proteção à produção agrícola nacional norueguesa dificulta a entrada de produtos agrícolas brasileiros no mercado local; d) o mercado local não é considerado prioritário por firmas exportadoras brasileiras. Recomendações para a continuidade da gestão

econômica: a) compondo-se a pauta de exportação brasileira basicamente de commodities, impõe-se ao lado brasileiro buscar diversificação das exportações que contemple a abertura de frentes de comercialização de produtos de maior valor agregado, semi-industrializados ou industrializados; b) é de todo recomendável a realização de missões empresariais a este país, no quadro de uma estratégia de incremento de exportações para toda a Escandinávia.

## 5. Em matéria de Meio Ambiente.

I. Comentário geral: São particularmente densas as relações entre Brasil e Noruega em matéria ambiental. A Noruega provê recursos vultosos para o Fundo Amazônia - um mecanismo de preservação da floresta equatorial brasileira. Numa primeira etapa aportou US\$ 1 bilhão para o Fundo. Em novembro de 2015, em conjuntura nacional de relativa estagnação econômica, ainda assim anunciou renovação da contribuição, agora na casa de US\$ 500 milhões. O Governo norueguês tem, repetidamente, manifestado sua satisfação com os resultados que vêm sendo alcançados pelo Brasil na luta contra o desmatamento ilegal.

## II. Atividades.

a) Visitas bilaterais: durante a atual gestão, verificaram-se, no sentido Noruega-Brasil: além dos históricos deslocamentos ao Brasil do Rei Harald V, com intuito estritamente ambiental, e do Príncipe Herdeiro Haakon Magnus da Noruega, com forte conteúdo conservacionista, a visita da então Ministra do Meio Ambiente, Tine Sundtoft, no sentido Brasil-Noruega,

registrem-se a realização de visitas: do Secretário-Executivo do Meio Ambiente, Francisco Gaetani; do então Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA, Carlos Klink; e de equipes administrativas com atribuições na gestão dos recursos do Fundo Amazônia – a cargo do BNDES.

b) acompanhamento dos temas árticos. A temática do meio ambiente neste país compreende importantíssima vertente marítima e ártica. O país busca, ao mesmo tempo, conservar ambientalmente e explorar economicamente sua extensa costa e águas territoriais. Desenvolve, por outro lado, complexa estratégia político-administrativa no tocante ao status das Ilhas Svalbard/Spitsbergen que são reconhecidas como possessões norueguesas, mas, pelas regulações internacionais, encontram-se sujeitas a limitações importantes de soberania. Mais ao Norte, a Noruega se revela como um dos países mais ativos no desenvolvimento de regimes gestão e manejo responsável da região do Alto Norte. O tema ártico frequenta intensamente a agenda informativa da Embaixada em Oslo. Mais ainda tendo em vista a existência, no Brasil, de grupos, enraizados na academia, que defendem o acesso brasileiro, como país-observador, ao Conselho do Ártico. A Embaixada em Oslo, e outras embaixadas brasileiras localizadas em países que circundam o Polo Norte, têm advogado pela apresentação brasileira de demanda de acesso à posição de observador no Conselho do Ártico.

c) Conferência de Paris. A realização da Conferência de Paris, em 2015, requereu acompanhamento e análise da postura negociadora norueguesa.

6. Dificuldade encontrada para gestão temática em matéria ambiental. Diante das doações realizadas pela Noruega ao Fundo Amazônia detecta-se constante expectativa - não atendida, nos últimos anos - do lado norueguês, sobre visita à Noruega da Sra. Ministra do Meio Ambiente. Recomendações à gestão futura: Coloca-se, como prioridade, garantir a continuidade do apoio financeiro da Noruega ao Fundo Amazônia. É recomendável manter contatos e interação fluida com a "Rain Forest Foundation" da Noruega - ONG muito sintonizada com temas brasileiros e muito influente junto ao governo local.

6. Em matéria consular e cultural.

I. Comentário geral: a densidade das relações político-econômicas bilaterais tem provocado aumento considerável do número de brasileiros na Noruega - que atualmente se estima situar-se entre 6 e 10 mil pessoas, (entre empregados do setor de petróleo e gás, cidadãos e cidadãs com cônjuges locais, estudantes e pesquisadores, profissionais diversos). Cresce a demanda por serviços consulares na Embaixada do Brasil em Oslo. Requerem-se ações de reforço de ações de promoção da cultura brasileira.

II. Atividades no período.

a) reativação do Conselho de Cidadãos. Foi reativado, no posto, o Conselho local de Cidadãos, que se mostra representativo e sintonizado com as necessidades e posicionamentos da comunidade brasileira neste país.

b) administração de questões consulares. Conselhos Tutelares. Entre os problemas consulares costumeiramente abordados no posto, destacam-se os complexos casos de apreensão de menores de idade pelos Conselhos Tutelares locais, por alegada incapacidade dos genitores ou detentores da guarda legal para provimento de sustento, ambiente doméstico sadio e educação conveniente. Esses casos tendem a desdobrar-se em longas disputas privadas com o Governo norueguês. Um deles, o que dizia respeito à menor Sofia Jesumary, em dezembro de 2013, derivou para uma longa permanência nas premissas da Embaixada, da menor e de sua mãe, até que, sob negociação, o Governo local concordou com a partida de mãe e filha para o Brasil. Para a condução de casos do gênero, a embaixada mantém canais permanentes de comunicação com as áreas administrativas do Governo encarregadas de temas de família e imigração, bem como das temáticas no campo do direito internacional público e privado. Conta, desde 2016, com assistente jurídica. É empreendido amplo esforço de informação à comunidade brasileira sobre a atuação dos Conselhos Tutelares ("Barnevernet") locais. No momento em que este relatório é editado, o Governo norueguês acaba de anunciar flexibilização das práticas dos "Barnevernet", com adoção da regra de, em caso de retirada de pátrio poder sobre menor de origem estrangeira, na Noruega, ser considerada sua transferência para membro idôneo de sua própria

família. Essa modificação poderá introduzir significativo avanço nos procedimentos locais no campo do direito familiar e dos direitos do menor.

c) Promoção cultural comunitária. A Embaixada buscou, ao longo da gestão, organizar atividades para público misto - brasileiro e norueguês - de um lado divulgando a cultura brasileira, e de outro estimulando a conservação dos laços da comunidade brasileira com a cultura brasileira. Para esse fim, tem sido de capital utilidade o espaço "Sala da Cultura Brasileira", existente nas premissas do posto. Ali têm-se realizado exposições, projeções, concertos, eventos vários, encontros, assembleias e debates, não raro por iniciativa da própria comunidade brasileira no país. Esse espaço multiuso, dedicado ao poeta Vinícius de Moraes e ao percussionista brasileiro Alfredo Bessa, foi disponibilizado a partir de 2013, ano da atualização das instalações da Chancelaria. A programação da sala multiuso supre, da forma possível, a atual carência de uma agenda mais abrangente de apresentações artísticas brasileiras em Oslo.

d) projetos culturais tópicos. 1) apoio a cursos de português para crianças da comunidade brasileira; 2) apoio à publicação de traduções para o norueguês de livros de Machado de Assis - Dom Casmurro e Memórias Póstumas de Brás Cubas; 3) apoio à edição de material destinado a estimular estudantes de nível médio, noruegueses, a optar pelo aprendizado da Língua Portuguesa na escola. Desde 2013, experiências-piloto, introduziram o ensino do Português, em escolas públicas, em cursos de nível médio, pela primeira vez

na história do ensino do Noruega. 4) apresentações de artistas brasileiros de alto nível: Francis e Olivia Hime; Gustavo Tavares e Fábio Zenon.

7. Dificuldades encontradas. No campo consular, a dificuldade a apontar é a possibilidade legal de retirada de pátrio poder sobre menores de idade, por razões que não justificariam o ato, no ambiente jurídico brasileiro. No tocante às atividades comunitárias e culturais, a falta de recursos tem estrangulado os programas temáticos. Recomendações para gestão futura: a) continuar a prover esclarecimento constante à comunidade brasileira sobre as normas do Barnevernet (Conselho Tutelar local); b) considerar a elevação de casos de perda de pátrio poder à consideração de instâncias judiciais externas à Noruega - nominalmente, a Corte Europeia de Direitos Humanos - quando esgotados os recursos judiciais no país; c) no tocante à atividade cultural, cabe continuar a estimular a comunidade brasileira a organizar eventos culturais, sem ônus para o Erário, na "Sala da Cultura Brasileira".

8. Um balanço atual das relações Brasil-Noruega aponta a um cenário de marcado dinamismo, com vocação de persistência, a despeito dos efeitos da crise econômica internacional sobre os dois países. Concluo este relatório resumido com a constatação de que, a despeito de dificuldades orçamentárias e administrativas, que tiveram que ser enfrentadas, durante a gestão que tive a honra e privilégio de conduzir (com precioso auxílio da brilhante equipe de assessores desta Embaixada) foi possível chegar a termo sem ter a lamentar uma reversão de



expectativas de dinamização crescente do  
relacionamento entre o Brasil e a Noruega.



**SENADO FEDERAL**  
**MENSAGEM Nº 37 de 2016**  
(Nº 136/2016, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor GEORGE MONTEIRO PRATA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Noruega e, cumulativamente, na República da Islândia.

Os méritos do Senhor George Monteiro Prata que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 11 de abril de 2016.

EM nº 00090/2016 MRE

Brasília, 7 de Abril de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **GEORGE MONTEIRO PRATA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Noruega e, cumulativamente, na República da Islândia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **GEORGE MONTEIRO PRATA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira*

**INFORMAÇÃO****CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE GEORGE MONTEIRO PRATA**

CPF.: 186.224.701-30

ID.: 8972 MRE

1954 Filho de Gerardo Cavalcanti Prata e Angelina Selma Monteiro Prata, nasce em Fortaleza-CE

**Dados Acadêmicos:**

1978	Bacharel em Comunicação, habilitação em Jornalismo, pela Universidade de Brasília
1980	CPCD - IRBr
1985	CAD - IRBr
2000	CAE - IRBr. O Novo Trabalhismo Britânico e a Terceira Via no Reino Unido

**Cargos:**

1980	Terceiro-Secretário
1982	Segundo-Secretário
1987	Primeiro-Secretário, por merecimento
1995	Conselheiro, por merecimento
2001	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2007	Ministro de Primeira Classe, por merecimento

**Funções:**

1980-84	Divisão de Feiras e Turismo, Assistente
1984-87	Consulado-Geral em Nova York, Cônsul-Adjunto
1987-90	Cerimonial da Presidência da República, Adjunto
1990-92	Embaixada em Pequim, Primeiro-Secretário
1992-95	Embaixada em Madri, Primeiro-Secretário
1995-98	Cerimonial da Presidência da República, Subchefe
1998-2001	Embaixada em Londres, Conselheiro
2001-04	Embaixada em Estocolmo, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
2004-06	Consulado-Geral em Nova York, Cônsul-Geral Adjunto
2006-11	Cerimonial, Subchefe e Chefe
2011	Embaixada em Praga, Embaixador

**Condecorações:**

1995	Ordem do Mérito, Itália, Oficial
1995	Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Oficial
1995	Orden Cruz do Mérito, Alemanha, Primeira Classe
1996	Ordem do Tesouro Sagrado, Japão, Segunda Classe
1996	Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil
1997	Ordem do Mérito das Forças Armadas, Brasil, Oficial
1997	Ordem Nacional do Mérito, França, Oficial
1997	Ordem Bernardo O'Higgins, Chile, Comendador
1997	Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil

1998	Medalha do Pacificador, Brasil
1999	Ordem de Mayo, Argentina, Comendador
2001	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial
2010	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2010	Legião de Honra, França, Comendador

**ANIEL ELER DUTRA JUNIOR**  
Chefe da Divisão do Pessoal

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**  
**Departamento da Europa**  
**Divisão da Europa I**

## NORUEGA



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**  
**Fevereiro de 2016**

### DADOS BÁSICOS

<b>NOME OFICIAL:</b>	Reino da Noruega
<b>CAPITAL:</b>	Oslo
<b>ÁREA:</b>	385,2 mil km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO:</b>	5,16 milhões
<b>IDIOMAS OFICIAIS:</b>	Norueguês e sami
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES:</b>	Igreja da Noruega (Evangélica Luterana): 82,1%
<b>SISTEMA DE GOVERNO:</b>	Monarquia constitucional
<b>PODER LEGISLATIVO:</b>	Unicameral
<b>CHEFE DE ESTADO:</b>	SM Rei Harald V (desde 1991)
<b>CHEFE DE GOVERNO:</b>	Erna Solberg (Partido Conservador) (desde outubro de 2013)
<b>CHANCELER:</b>	Børge Brende (Partido Conservador) (desde outubro de 2013)
<b>PIB NOMINAL (FMI):</b>	US\$ 397,6 bilhões (est. 2015)
<b>PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA-PPP) (FMI):</b>	US\$ 352,78 bilhões (est. 2015)
<b>PIB PER CAPITA (FMI):</b>	US\$ 76,27 mil (est. 2015)
<b>PIB PPP PER CAPITA (FMI):</b>	US\$ 67,67 mil (est. 2015)
<b>VARIAÇÃO DO PIB (FMI):</b>	0,87% ( est. 2015); 2,21% (2014); 0,74% (2013); 3,0% (2012)
<b>UNIDADE MONETÁRIA:</b>	Coroa norueguesa (kr\$)
<b>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2014, UNDP):</b>	0,944 / 1º
<b>EXPECTATIVA DE VIDA:</b>	81,6 anos (PNUD, 2014)
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO (FMI):</b>	4,2% (est. 2015); 3,53% (2014)
<b>UNIDADE MONETÁRIA:</b>	Coroa norueguesa (NOK)
<b>EMBAIXADORA EM BRASÍLIA:</b>	Aud Marit Wiig
<b>COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:</b>	7.690

### INTERCÂMBIO COMERCIAL

BRASIL⇒ NORUEGA	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Intercâmbio</b>	932,5	1179,0	1496,9	1107,6	1422,6	1744,4	1736,4	1705,8	1826,2	1455,8
<b>Exportações</b>	583,8	650,6	865,0	611,6	722,1	944,0	865,2	732,0	722,8	678,97
<b>Importações</b>	348,7	528,4	631,9	496,0	700,5	800,4	871,2	973,8	1103,4	776,85
<b>Saldo</b>	235,1	122,2	233,1	115,6	21,6	143,6	-6,0	-241,8	-380,5	-97,9

Fonte: MDIC. Valores em US\$ milhões FOB

Informação elaborada em 23 de fevereiro de 2016, pelo Secretário Daniel Afonso da Silva. Revisado pelo Conselheiro Marcelo Salum.

## PERFIS BIOGRÁFICOS

### **Harald V Rei da Noruega**



Nasceu em fevereiro de 1937, em Asker, a 15 km de Oslo, filho do Príncipe Herdeiro Olav (futuro Rei Olav V) e da Princesa Märtha. Em 1940, em razão da invasão alemã, a família real refugiou-se no Reino Unido e nos EUA, retornando a seu país em 1945. Harald casou-se, em 1968, com Sonja Haraldsen, com quem tem dois filhos: a Princesa Märtha Louise e o Príncipe Herdeiro Haakon.

Após frequentar a Escola Preparatória de Oficiais da Cavalaria Norueguesa e a Academia Militar, estudou ciências sociais, história e economia na Balliol College, na Universidade de Oxford. Em 1957, com a morte do Rei Haakon VII, seu pai tornou-se Olav V e Harald, Príncipe Herdeiro, participando do Conselho de Estado e conduzindo missões empresariais ao exterior. Ascendeu ao trono em 17 de janeiro de 1991 e, desde então, precisou afastar-se em duas ocasiões, assumindo o Príncipe Haakon a regência: em 2003-2004 e em 2005, para tratamentos de câncer de bexiga e de estenose aórtica, respectivamente.

O Rei demonstra grande interesse por atividades esportivas, como caça, pesca e, sobretudo, barco à vela. Distinguiu-se, repetidas vezes, em competições nacionais e internacionais de barco à vela. Tem assistido, também com frequência, aos Jogos Olímpicos. Ademais, exerce, já há 20 anos, a presidência da seção norueguesa do Fundo Mundial para a Natureza (WWF).



**Erna Solberg  
Primeira-Ministra**



Nascida em 1961, em Bergen, no Condado de Hordaland, costa oeste norueguesa. Formou-se na Universidade de Bergen, onde obteve o grau de Mestre em Sociologia, Ciência Política, Estatística e Economia. É casada com Sindre Finnes, assessor na Associação de Indústrias da Noruega, especializado em comércio exterior e política industrial. O casal tem dois filhos.

Integra os quadros do Partido Conservador desde a juventude. Elegeram-se parlamentar em 1989, aos 28 anos. Tem sido reeleita desde então, o que a torna uma das parlamentares mais longevas da Noruega. Em 2004, assumiu a liderança de seu partido. Foi Ministra de Assuntos Locais Regionais entre 2001 e 2005. As derrotas eleitorais de 2005 e 2009 levaram-na a abrandar suas posições, sobretudo no concernente a questões imigratórias, e passar a defender face "mais humana" para o conservadorismo norueguês.

Tornou-se Primeira-Ministra em 2013, quando a centro-direita conquistou maioria nas eleições parlamentares.

## RELAÇÕES BILATERAIS

O relacionamento entre Brasil e Noruega é intenso e dinâmico. No plano político, os dois países compartilham os mesmos valores em relação à democracia, ao Estado de Direito, ao respeito aos direitos humanos e à crença no multilateralismo. Em matéria de direito ambiental, são partidários do princípio de responsabilidades internacionais comuns, porém diferenciadas de acordo com o estágio de desenvolvimento de cada país. A Noruega aportou recursos vultosos (originalmente US\$ 1 bilhão, que serão acrescidos, presentemente, de mais US\$ 500 milhões) ao Fundo Amazônia, para uso em ações de preservação da Hileia brasileira. No plano econômico, o Governo e as lideranças empresariais da Noruega têm consciência da importância do Brasil nos contextos regional e internacional. Percebem, portanto, a relação bilateral como mutuamente vantajosa, nos mais diversos níveis.

Nas últimas décadas, a consolidação das instituições democráticas brasileiras e os resultados positivos no tocante à estabilização e à modernização da economia nacional, acompanhados de redução da desigualdade social, têm despertado crescente interesse no Governo e no setor privado noruegueses. A descoberta de novas e importantes reservas de petróleo e gás na plataforma continental brasileira aumentou significativamente esse interesse, na medida em que a Noruega tem empresas qualificadas e tecnologia que possibilitam intensificar a parceria com o Brasil na exploração *offshore*, na construção naval e na prestação de serviços relacionados.

A agenda bilateral positiva tem feito multiplicar o número de visitas de alto nível de parte a parte. A moderna série de visitas foi aberta com a visita oficial do Rei Harald V ao Brasil, em 2003, à frente de delegação governamental e empresarial. Posteriormente, em reciprocidade, o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou a Noruega, em setembro de 2007. A essa visita seguiu-se a vinda ao Brasil do então Primeiro-Ministro Jens Stoltenberg, em setembro de 2008. Na ocasião, o Primeiro-Ministro norueguês anunciou contribuição de até 1 bilhão de dólares ao Fundo Amazônia, até 2015. Em março de 2011, o então Ministro de Negócios Estrangeiros da Noruega, Jonas Gahr Støre, realizou visita ao Brasil, tendo mantido encontro com o Ministro das Relações Exteriores. Em 2012, o Primeiro-Ministro Stoltenberg compareceu à Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro. No ano seguinte, foi a vez de o Ministro das Relações Exteriores brasileiro, Antônio Patriota, visitar a Noruega e manter diálogo político com seu homólogo, o então chefe da diplomacia norueguesa Espen

Barth Eide. Em fevereiro de 2014, o Chanceler do atual Governo liderado pela Primeira-Ministra Erna Solberg, Børge Brende, realizou visita ao Brasil, quando reafirmou o interesse no aprofundamento do relacionamento bilateral, e reiterou a visão de longo prazo privilegiada pela Noruega em seu relacionamento com o Brasil.

Em novembro de 2015, o Príncipe Herdeiro Haakon Magnus visitou o Brasil. Fez-se acompanhar da Ministra de Comércio e Indústria, Monica Maeland, do Secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros norueguês, Morten Hoglund, do Vice-Ministro da Educação e Pesquisa, Bjorn Haugstad, entre outras autoridades governamentais, além de numerosa delegação empresarial.

Recorde-se que, em março de 2011, o Governo da Noruega lançou sua "Estratégia Brasil", documento que consubstancia a decisão de conferir prioridade ao Brasil no contexto da política externa norueguesa. A "Estratégia Brasil" propõe fortalecer o relacionamento bilateral em quatro áreas consideradas prioritárias: (a) negócios, comércio e investimentos; (b) clima, meio ambiente e desenvolvimento sustentável; (c) desafios globais (direitos humanos, saúde, governança); (d) conhecimento e desenvolvimento social.

Maior aproximação do Brasil com a Noruega não significa apenas explorar o grande potencial que ainda existe nas áreas de interesse comum bilateral, mas também promover maior aproximação com a região do norte da Europa como um todo, visto que a Noruega mantém fortes laços com os demais países nórdicos (Dinamarca, Finlândia, Islândia e Suécia), bem como com os países bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia). Nesse sentido, o Brasil tem buscado intensificar o relacionamento nas seguintes vertentes principais: energia (petróleo e gás, energias renováveis); construção naval e *offshore*; pesca e aquicultura; meio ambiente; comércio e investimentos; intercâmbio de estudantes e pesquisadores no âmbito do Programa "Ciência sem Fronteiras"; parcerias visando ao desenvolvimento em benefício de terceiros países, com ênfase no Haiti.

## **ASSUNTOS CONSULARES**

A comunidade brasileira na Noruega é estimada em 7.690 indivíduos, a maioria em situação regular. Depois de Oslo, Bergen é a cidade com maior número de brasileiros. Além de Embaixada brasileira em Oslo, existem Consulados Honorários em Bergen, Stavanger, Tromsø e Tromsheim.

Um dos problemas mais comuns enfrentados por essa comunidade refere-se à dificuldade de obtenção de guarda de menores por mães brasileiras. Em 2014, cinco brasileiros encontravam-se detidos por crimes diversos e quatro foram deportados.

### **EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS**

Não há registro de concessão de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano beneficiando a Noruega.

## POLÍTICA INTERNA

Na sequência da vitória eleitoral dos partidos da centro-direita, em setembro de 2013, Erna Solberg (Partido Conservador) assumiu a chefia do Governo, interrompendo período de oito anos de hegemonia do Partido Trabalhista. O atual Governo é formado por aliança entre o Partido Conservador e o Partido Progressista (de corte liberal-conservador). A aliança é minoritária e depende de apoio parlamentar de dois partidos menores de centro, o Partido Liberal e o Partido Cristão-Popular. Atualmente na oposição, o Partido Trabalhista continua a ser o primeiro em número de assentos no Parlamento.

O atual Governo defende maiores liberdades econômicas e individuais. Suas prioridades (conforme anunciadas no momento inicial de seu mandato) seriam: melhorar a competitividade econômica; reduzir a burocracia; destinar 3% do PIB à pesquisa até 2030; fortalecer a “segurança cotidiana”, com política de asilo e imigração “restritiva, porém, justa”; aprimorar infraestrutura de transportes, acelerando a realização das obras pertinentes; fortalecer serviços de apoio a idosos; promover descentralização administrativa.

A crise internacional do setor de Petróleo e Gás (P&G) diminuiu a margem de manobra política das autoridades, forçadas a atuar em situação de crescimento moderado do desemprego e da inflação. A conjuntura determinou que o Governo refreasse suas intenções reformistas liberais. O Governo sofreu derrota nas eleições locais realizadas em setembro de 2015, quando a esquerda passou a controlar as principais circunscrições locais (Oslo, Bergen, Trømso, entre outras), com incremento da votação trabalhista e forte avanço de partidos menores, inclusive o Partido Verde.

O Governo realizou, em dezembro de 2015, reforma ministerial de “meio de mandato”. A principal mudança foi a criação de Ministério de Imigração e Integração, temas antes tratados pelo Ministério da Justiça. A medida é resultado do incremento do fluxo imigratório para a Noruega, no contexto da atual crise humanitária de refugiados oriundos do Oriente Médio. A nova pasta é liderada por Sylvi Listhaug, antes Ministra da Agricultura. Listhaug faz parte do Partido Progressista, cuja plataforma é qualificada como anti-imigração.

## **POLÍTICA EXTERNA**

A Noruega considera a Organização das Nações Unidas a estrutura básica e mandatória para a regulação do sistema internacional. O país destaca-se em matéria de cooperação para o desenvolvimento, concentrando esforços, atualmente, no continente africano. Exibe, igualmente, intenso ativismo nas áreas de saúde, gênero, educação, responsabilidade social de empresas, combate ao Ébola na África e prevenção do terrorismo. A Noruega é, ainda, membro ativo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (cujo atual Secretário-Geral é o ex-Primeiro-Ministro norueguês Jens Stoltenberg). Unidades aéreas norueguesas participaram de ações de combate e/ou apoio a combate no Afeganistão, Iraque e Líbia.

A Noruega tem papel ativo na elaboração e promoção da Agenda de Desenvolvimento pós-2015. A Primeira-Ministra Erna Solberg é copresidenta do “Grupo Promotor” dos novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Têm prioridade, nos esforços noruegueses, temas como diminuição da pobreza, desenvolvimento sustentável e direitos humanos. Cabe registrar que o Governo norueguês patrocina iniciativas internacionais em temas de natureza social. Recordem-se, nesse particular, as iniciativas na área de saúde, de que também participa ativamente o Brasil, e as que versam sobre educação infantil (sobretudo de meninas) e segurança nas escolas.

A militância internacional do país abrange tradicional participação em processos de pacificação e operações de paz. Estão no foco norueguês, na atualidade, a situação no Oriente Médio, em especial na Síria, e os conflitos civis em vias de resolução em países como Myanmar, Somália e Sudão do Sul. Mais de 100 mil noruegueses já participaram de operações de paz da ONU.

A Questão Palestina constitui, historicamente, objeto dos esforços de pacificação noruegueses. Mencionem-se, a propósito, os Acordos de Oslo, dos anos 1990. O Governo não esconde sua frustração ante a falta de resultados concretos e duradouros. Não obstante, renova periodicamente iniciativas de mediação naquele cenário complexo e conflitivo.

O chamado “Alto Norte” (a região acima do Círculo Polar Ártico) é de importância fundamental para a diplomacia norueguesa. A Noruega é participante ativa do Conselho do Ártico (acordo entre os países com território na região). Acolhe, na cidade nortenha de Trømso, a Secretaria-Executiva da Organização, assim como a sede e

Secretaria do "Conselho Econômico do Ártico". A Noruega é pioneira na exploração de petróleo e gás no "Alto Norte", nos mares da Noruega e de Barents.

No presente, o tema dominante da política externa norueguesa é a crise europeia de refugiados. O país tem procurado atuar em concerto com parceiros nórdicos e com a União Europeia. Aberta ao recebimento de número limitado de imigrantes, vem adotando política crescentemente restritiva.

## ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O PIB norueguês em 2015 alcançou aproximadamente US\$ 400 bilhões, o que coloca a Noruega entre as 30 principais economias do mundo. O país situa-se entre os primeiros do mundo em termos de renda per capita e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Desde 2013, a Noruega possui o maior fundo soberano do mundo, o "Government Pension Fund Global" (GPFG), com atual valor de mercado de NOK 6,78 trilhões (aproximadamente US\$ 800 bilhões). Nos últimos anos, o GPFG tem detido, em média, de 1,2% a 1.5% de todas as ações cotadas em bolsas do mundo. Realiza importantes investimentos em valores imobiliários.

O setor de petróleo e gás responde por cerca de um terço do PIB e aproximadamente 40 % da receita fiscal da Noruega. Combustíveis fósseis e eletricidade de fontes hídricas totalizam 2/3 das exportações. A Noruega está entre os oito principais países exportadores de petróleo do mundo e é o segundo maior exportador de gás natural para a Europa (depois da Rússia). Possui a quinta maior marinha mercante do mundo e a segunda maior frota de exploração *offshore*. Desenvolve tecnologia de ponta na construção naval, sobretudo no segmento de unidades para o setor petrolífero. Pesca e aquicultura ocupam a segunda posição na pauta de exportações. O país destaca-se também como grande produtor de alumínio, fertilizantes e outros produtos químicos. As maiores empresas norueguesas, como a petroleira Statoil, a Hydro (fabricante de alumínio), a Telenor (telecomunicações), a Aker Solutions (fabricante de equipamentos para o setor de P&G) e a Yara (fertilizantes) são multinacionais de sucesso, presentes em vários países.

A crise econômica mundial iniciada em 2008 não alcançou, na Noruega, a mesma gravidade exibida nos países da Zona do Euro e em outras regiões do "mundo desenvolvido". Na realidade, o decênio que antecedeu a forte baixa dos preços do petróleo caracterizou o período de maior expansão do investimento no setor de petróleo e gás norueguês, que concentra um em cada oito empregos no país e é responsável por aproximadamente 25% do PIB e 50% das exportações locais.

A atual crise do setor de petróleo e gás, causada pela significativa queda do preço do barril desde meados de 2014, tem acarretado consequências negativas para a economia da Noruega, ao diminuir o ritmo de arrecadação e ocasionar a desvalorização da Coroa Norueguesa. Também ameaça a situação de pleno emprego verificada no país nos últimos anos: o índice de desemprego médio no segundo semestre de 2015 alcançou



4,5%, superando, pela primeira vez desde 2009, o patamar de 4%. Empresas-chave do setor petrolífero local têm implementado planos de demissão.

Informe divulgado no final de 2015 pelo Escritório Central de Estatísticas da Noruega (SSB) prevê que, no biênio 2016-2017, o Governo norueguês deverá adotar medidas anticíclicas para estimular a economia, por meio da diminuição da carga tributária e da ampliação dos gastos governamentais. Para financiar tais medidas, o SSB estima que o Governo deverá aumentar o uso de recursos provenientes do Fundo Soberano norueguês GPFG, dos atuais 2,6% para até 3,2%, em 2018. Analistas apontam para o início da recuperação do setor de petróleo e gás, na melhor das hipóteses, apenas a partir de 2017.

Apesar do atual contexto de crise, as contas do país permanecem bastante sólidas, sendo que, para 2016, o superávit orçamentário norueguês deverá ser de NOK 204 bilhões (aproximadamente US\$ 23,7 bilhões). Em 2015, a economia norueguesa cresceu em torno de 2,3%. Projeta-se, para 2016, taxa em torno de 2% – média de crescimento que deverá manter-se no quinquênio 2016-2020 (dados e projeções do "Economist Intelligence Unit").

## **RELACIONAMENTO ECONÔMICO-COMERCIAL BILATERAL**

De acordo com estudo realizado no primeiro semestre de 2014 pelo Consulado da Noruega no Rio de Janeiro, o estoque de investimento externo direto norueguês no Brasil, até 2013, teria alcançado o valor de US\$ 23,1 bilhões. Aproximadamente metade desse fluxo destinou-se ao setor de petróleo e gás e concentrou-se no Estado do Rio de Janeiro. Outros setores importantes são: marítimo (23%), extrativo (minas de bauxita) e industrial (15 %).

Investimentos noruegueses estão presentes no Brasil pelo menos desde os anos 1960. Um exemplo é a Aracruz Celulose, fundada pela família norueguesa Lorentzen, em 1967. Nos últimos anos, verificou-se aumento constante dos fluxos de investimentos noruegueses no Brasil. O Brasil é o terceiro destino dos investimentos noruegueses, após os Estados Unidos e a União Europeia. A "Estratégia-Brasil", formulada em 2011, incentivou diversas empresas a estabelecerem sucursais no Brasil. O fundo soberano norueguês "Government Pension Fund Global" (GPFG) também conta com investimentos em dezenas de empresas brasileiras, estimados em aproximadamente US\$ 12 bilhões.

A Noruega aparece como parceira preferencial do Brasil no esforço de desenvolvimento de facilidades de exploração do pré-sal. Atualmente, cerca de 120 empresas norueguesas estão presentes no Brasil, dentre as quais se destacam:

- a petroleira estatal Statoil: opera, desde 2011, o Campo de Peregrino e participa da exploração de outros oito blocos nas bacias de Campos, Espírito Santo, Santos e Jequitinhonha;
- a fabricante de equipamentos para o setor de petróleo e gás Aker Solutions: presente no Brasil desde 1977, a empresa atua no fornecimento de produtos fabricados com conteúdo local para plataformas da Petrobras. Após investimentos em nova unidade na Zona Especial de Negócios de Rio das Ostras/RJ, a empresa tornou-se, em junho de 2008, a primeira a fabricar no Brasil "risers" de perfuração em águas profundas. No momento, está construindo nova unidade fabril em Macaé/RJ;
- a Yara (fertilizantes): opera no Brasil desde 1997, tendo realizado, a partir de 2000, série de aquisições (Adubos Trevo, em 2000, Fertibrás, em 2006, Bunge Fertilizantes do Brasil, em 2013). É a maior empresa do setor no Brasil;
- a Norsk Hydro (mineração): presente no Brasil desde 1977. Desde 2011, adquiriu importantes ativos no setor de alumínio no estado do Pará, antes pertencentes à empresa Vale;
- a DOF, a Petroleum Geo-Services/PGS e a Subsea (equipamentos e serviços para o setor de petróleo e gás), a Statkraft, a Jotun (tintas), a SN Power e a Umoe Bioenergy (energias renováveis), bem como várias firmas de navegação ou fabricantes de embarcações e equipamentos navais (por exemplo, Kongsberg Maritime, Olympic Maritima, Vard, Farstad, Rolls-Royce turbinas e Wilhelmsen Ships).

Tabela 1: Investimentos Diretos Brasil – Noruega (em US\$ milhões)								
	<b>Estoque</b>	<b>Fluxo</b>						
	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Origem: Noruega</b>	6.681 (17°)	667	1.540	1.073	936	405	554	2.445 (8°)
<b>Origem: Brasil</b>	2 (63°)	-	438 (15°)	-	-	-		

Fonte: Banco Central do Brasil

O fluxo do comércio bilateral cresceu de forma contínua no período pós-crise de 2008. O Brasil foi superavitário na balança bilateral até 2011. Nos últimos anos, entretanto, experimentou déficit de US\$ 241,8 milhões, em 2013, de US\$ 380,5 milhões, em 2014, e de US\$ 97,9 milhões, em 2015.

A principal razão dos déficits brasileiros no triênio 2013/2014 foi o aumento significativo das importações brasileiras de gás natural liquefeito (GNL), que saltaram de US\$ 77 milhões, em 2012, para US\$ 235 milhões, em 2013 (aumento de 205%), e US\$ 439 milhões, em 2014 (aumento de 87%, sobre 2013, e 470%, sobre 2012). Em 2015 as importações do produto caíram para US\$ 289 milhões (37% da pauta de importação).

Além do GNL, vários tipos de bacalhau (US\$ 99 milhões / 12,7 % da pauta) e fertilizantes (US\$ 69 milhões / 8,0%) foram os principais produtos da pauta de exportações norueguesas para o Brasil em 2015. Os principais itens exportados pelo Brasil para a Noruega, em 2015, foram: alumina (US\$ 437 milhões / 57,8%), soja (US\$ 139 milhões / 21,7%) e café (US\$ 43 milhões / 6,3%).

### CRONOLOGIA HISTÓRICA

<b>885</b>	O Rei Harald, o Loiro, uniu os pequenos reinos da Noruega
<b>994</b>	Introdução do cristianismo pelo Rei Olav Tryggvason
<b>1450</b>	União com a Dinamarca, com compromisso de igualdade entre os dois reinos
<b>1536</b>	O tratado não é respeitado e a Noruega deixa de ser um reino independente
<b>1814</b>	A Dinamarca cede a Noruega à Suécia como parte do Tratado de Kiel
<b>1814</b>	Em tentativa de recuperar sua independência, a Noruega redigiu e adotou Constituição que ainda está em vigor
<b>1814</b>	A Suécia permite à Noruega manter sua Constituição em troca da aceitação da união, sob a monarquia sueca
<b>1905 (13 de agosto)</b>	Os noruegueses votam pela independência da Suécia
<b>1905 (12 de novembro)</b>	Em plebiscito, os noruegueses decidem manter a monarquia
<b>1906</b>	O Príncipe Carl, da Dinamarca, de ascendência norueguesa, é escolhido para o trono, assumindo o nome de Haakon VII
<b>1914-1918</b>	Durante a I Guerra Mundial, o país opta pela neutralidade
<b>1940</b>	A Noruega é invadida pela Alemanha. A Família Real e o Governo exilam-se no Reino Unido e nos EUA
<b>1945 (7 de junho)</b>	Com o fim da ocupação alemã, o Rei Haakon VII volta ao país
<b>1945</b>	O Partido Trabalhista vence as eleições e forma governo encabeçado por Einar Gerhardsen
<b>1949</b>	A Noruega adere à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)
<b>1957</b>	Com a morte do rei Haakon VII, sobe ao trono seu filho, Olav V
<b>1960</b>	Descoberta de reservas de petróleo e gás incrementa a economia norueguesa
<b>1972</b>	O país solicita adesão à Comunidade Econômica Europeia (CEE), mas, em referendo, a maioria da população vota contra o ingresso
<b>1981</b>	Gro Harlem Brundtland, do Partido Trabalhista Norueguês, que lidera a política interna no pós-guerra, torna-se a primeira mulher a chefiar o governo na Noruega
<b>1981</b>	A oposição vence as eleições e forma o primeiro Gabinete conservador desde 1928

<b>1991</b>	Com a morte de Olav V, ascende ao trono seu filho, o Rei Harald V
<b>1994</b>	O eleitorado norueguês rejeita a proposta de adesão à União Europeia
<b>1994</b>	Como membro da Associação Europeia de Livre Comércio Livre (EFTA), ao lado de Islândia, Liechtenstein e Suíça, a Noruega é o primeiro país a ratificar o Tratado Constitutivo do Acordo da Área Econômica Europeia (EEA)
<b>1997-2005</b>	Governo democrata-cristão do ex-Primeiro-Ministro Kjell Magne Bondevik
<b>2005</b>	O trabalhismo retorna ao poder, nas eleições de 12 de setembro de 2005, em coalizão com os partidos Socialista e do Centro.
<b>2005</b>	Jens Stoltenberg assume o cargo de Primeiro-Ministro
<b>2011</b>	Atentados cometidos por Anders Breivik, resultando em 77 mortos
<b>2013</b>	Erna Solberg, do Partido Conservador, torna se Primeira-Ministra, em aliança com os progressistas

### CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

<b>1905</b>	O Brasil é um dos cinco primeiros países a reconhecer a independência do Reino da Noruega
<b>1967</b>	Visita de Estado ao Brasil do Rei Olav V
<b>1991</b>	Visita à Noruega do Presidente Fernando Collor de Mello
<b>1992</b>	Visita ao Brasil da Primeira-Ministra Gro Harlem Brundtland, no âmbito da Conferência Rio-92
<b>1995</b>	Criação da Câmara de Comércio Noruega-Brasil, com sede no Rio de Janeiro
<b>1998</b>	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Kjell Magne Bondevik
<b>2002</b>	Visita à Noruega do Vice-Presidente Marco Maciel
<b>2002</b>	Criação da Câmara de Comércio Brasil-Noruega, com sede em Oslo
<b>2003</b>	Visita de Estado ao Brasil do Rei Harald V
<b>2003</b>	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Kjell Magne Bondevik
<b>2007</b>	Criação do Conselho de Cidadãos Brasileiros na Noruega
<b>2007</b>	Visita de Estado à Noruega do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva
<b>2008</b>	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Jens Stoltenberg. Anúncio de contribuição norueguesa ao Fundo Amazônia
<b>2010</b>	Visita ao Brasil do Presidente do Parlamento, Dag Terje Andersen, e do Presidente do Parlamento Sámi, Egil Olli
<b>2011</b>	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Noruega, Jonas Gahr Store
<b>2011</b>	Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Noruega
<b>2011</b>	Lançamento da "Estratégia Brasil", documento de posição norueguesa sobre as relações bilaterais
<b>2012</b>	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Jens Stoltenberg, no marco da Conferência Rio+20
<b>2012</b>	Estabelecimento de Diálogo sobre Energia e da Força-Tarefa para a Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, com ênfase na cadeia produtiva de petróleo e gás
<b>2013</b>	Visita à Noruega do Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota
<b>2014</b>	Visita ao Brasil do Ministro de Negócios Estrangeiros da Noruega, Børge Brende
<b>2015</b>	Visita ao Brasil do Príncipe Herdeiro Haakon, à frente de comitiva empresarial

### ATOS BILATERAIS

<b>Título do Acordo</b>	<b>Data de celebração</b>	<b>Entrada em vigor</b>	<b>Publicação D.O.U.</b>
<b>Protocolo alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Noruega destinada a evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital</b>	20/02/2014	-	Em tramitação no Executivo
<b>Acordo de Assistência Mútua Administrativa entre o Governo do Reino da Noruega e o Governo da República Federativa do Brasil em Matéria Aduaneira</b>	19/12/2012	-	09/11/2015 – Em tramitação no Congresso Nacional
<b>Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Noruega sobre Cooperação em Temas relacionados ao Combate ao Aquecimento Global, à Proteção de Biodiversidade e ao Fortalecimento do Desenvolvimento Sustentável</b>	16/09/2008	16/09/2008	23/09/2008
<b>Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Noruega sobre Diretrizes Técnicas, Higiênicas e Sanitárias para o Comércio Bilateral de Produtos da Pesca, da Aquicultura e seus Derivados</b>	07/10/2003	25/08/2008	13/05/2008
<b>Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital</b>	21/08/1980	26/11/1981	10/12/1981
<b>Acordo sobre Comércio e Cooperação Econômica, Industrial e Técnica</b>	05/04/1978	05/04/1978	12/04/1978
<b>Acordo de Privilégios e Imunidades aos Consulados e Funcionários Consulares de Carreira e aos Empregados</b>	11/04/1973	11/04/1973	13/09/1973

<b>Consulares</b>			
<b>Ajuste Modificativo do Acordo sobre Venda de Celulose</b>	07/12/1971	07/12/1971	20/03/1972
<b>Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consulta entre as Autoridades Marítimas dos Dois Países</b>	30/04/1971	30/04/1971	12/07/1971
<b>Acordo sobre Transportes Aéreos</b>	18/03/1969	10/10/1969	23/02/1970
<b>Protocolo Adicional ao Acordo sobre Transportes Aéreos</b>	18/03/1969	18/03/1969	-
<b>Acordo sobre Venda de Celulose</b>	18/03/1969	18/03/1969	18/07/1969
<b>Acordo para Regular as Relações Comerciais e de Pagamentos</b>	11/08/1961	29/09/1961	-
<b>Acordo para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas</b>	19/12/1956	21/12/1956	-
<b>Convenção de Arbitramento</b>	13/07/1909	27/06/1911	04/02/1912



## DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

### Principais indicadores socioeconômicos da Noruega

Indicador	2013	2014	2015 <sup>(1)</sup>	2016 <sup>(1)</sup>	2017 <sup>(1)</sup>
Crescimento real do PIB (%)	0,74%	2,21%	0,87%	1,26%	1,62%
PIB nominal (US\$ bilhões)	522,35	499,82	397,59	394,78	415,19
PIB nominal "per capita" (US\$)	102.496	96.930	76.266	74.903	77.919
PIB PPP (US\$ bilhões)	333,38	346,34	352,78	361,48	373,75
PIB PPP "per capita" (US\$)	65.415	67.166	67.671	68.586	70.143
População (milhões de habitantes)	5,10	5,16	5,21	5,27	5,33
Desemprego (%)	3,50%	3,53%	4,20%	4,30%	4,00%
Inflação (%) <sup>(2)</sup>	2,04%	2,07%	2,30%	2,30%	2,30%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	10,03%	9,43%	6,97%	5,43%	6,28%
Câmbio (Nkr / US\$) <sup>(2)</sup>	5,88	6,30	8,07	8,55	7,84

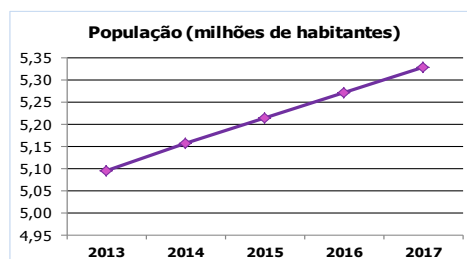
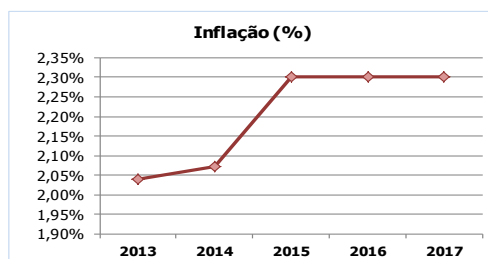
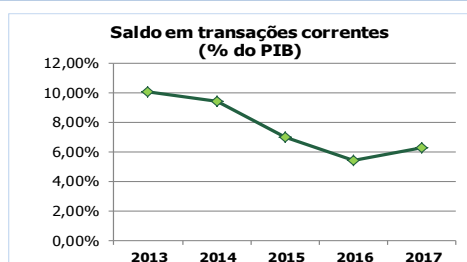
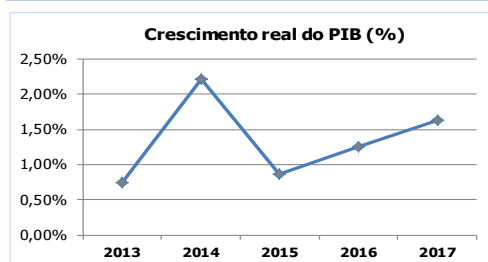
#### Origem do PIB ( 2014 Estimativa )

Agricultura	19,2%
Indústria	18,3%
Serviços	62,5%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report December 2015.

(1) Estimativas FMI e EIU.

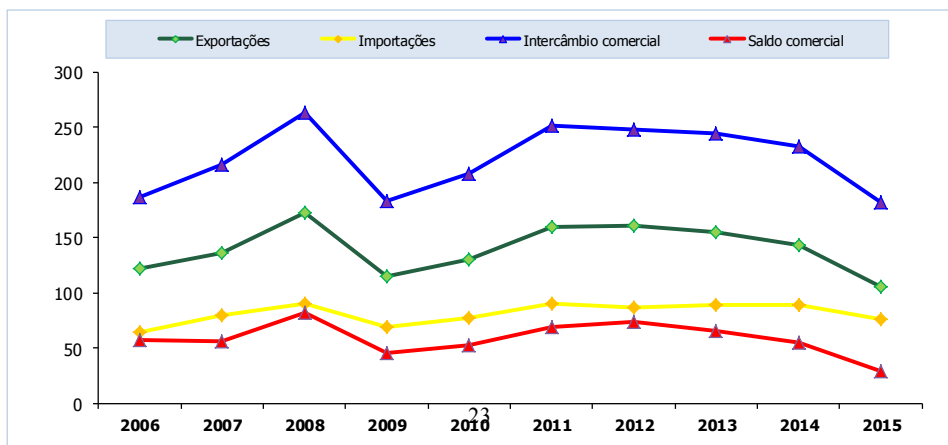
(2) Média de fim de período.



**Evolução do comércio exterior da Noruega**  
**US\$ bilhões**

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2006	122	17,8%	64	15,8%	186	17,1%	58
2007	136	11,6%	80	24,9%	217	16,2%	56
2008	173	27,0%	91	12,8%	264	21,8%	83
2009	115	-33,8%	69	-23,9%	184	-30,4%	46
2010	131	13,9%	77	12,1%	208	13,3%	53
2011	160	22,8%	91	17,4%	251	20,8%	70
2012	161	0,3%	87	-3,8%	248	-1,2%	74
2013	155	-3,5%	90	2,9%	245	-1,2%	66
2014	144	-7,4%	89	-0,7%	233	-5,0%	55
2015	105	-26,7%	76	-14,5%	182	-22,0%	29
<b>Var. % 2006-2015</b>	<b>-13,7%</b>	<b>--</b>	<b>18,7%</b>	<b>--</b>	<b>-2,5%</b>	<b>--</b>	<b>n.c.</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, January 2016.  
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

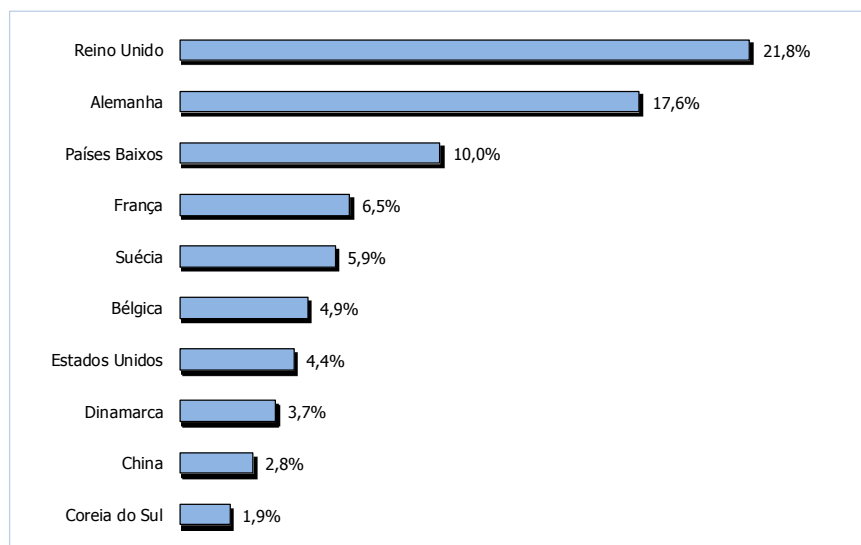


**Direção das exportações da Noruega**  
**US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 5</b>	<b>Part.% no total</b>
Reino Unido	23,0	21,8%
Alemanha	18,5	17,6%
Países Baixos	10,5	10,0%
França	6,9	6,5%
Suécia	6,3	5,9%
Bélgica	5,2	4,9%
Estados Unidos	4,6	4,4%
Dinamarca	3,9	3,7%
China	3,0	2,8%
Coreia do Sul	2,0	1,9%
...		
<b><i>Brasil (19ª posição)</i></b>	<b><i>0,7</i></b>	<b><i>0,6%</i></b>
<b>Subtotal</b>	<b>84,5</b>	<b>80,1%</b>
<b>Outros países</b>	<b>21,0</b>	<b>19,9%</b>
<b>Total</b>	<b>105,4</b>	<b>100,0%</b>

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, January 2016.

**10 principais destinos das exportações**

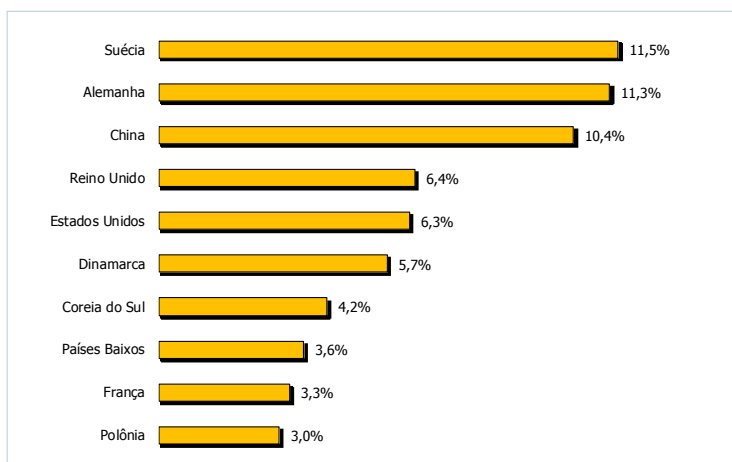


**Origem das importações da Noruega**  
**US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 5</b>	<b>Part.% no total</b>
Suécia	8,8	11,5%
Alemanha	8,6	11,3%
China	7,9	10,4%
Reino Unido	4,9	6,4%
Estados Unidos	4,8	6,3%
Dinamarca	4,4	5,7%
Coreia do Sul	3,2	4,2%
Países Baixos	2,8	3,6%
França	2,5	3,3%
Polônia	2,3	3,0%
...		
<b>Brasil (18ª posição)</b>	<b>1,3</b>	<b>1,7%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>51,5</b>	<b>67,5%</b>
<b>Outros países</b>	<b>24,8</b>	<b>32,5%</b>
<b>Total</b>	<b>76,3</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, January 2016.*

**10 principais origens das importações**

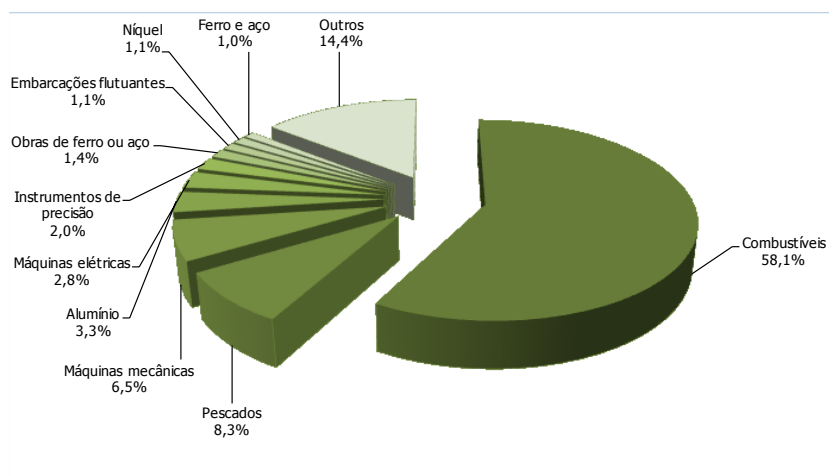


**Composição das exportações da Noruega**  
**US\$ bilhões**

<b>Grupos de Produtos</b>	<b>2 0 1 5</b>	<b>Part.% no total</b>
Combustíveis	61,3	58,1%
Pescados	8,8	8,3%
Máquinas mecânicas	6,8	6,5%
Alumínio	3,5	3,3%
Máquinas elétricas	2,9	2,8%
Instrumentos de precisão	2,1	2,0%
Obras de ferro ou aço	1,5	1,4%
Embarcações flutuantes	1,2	1,1%
Níquel	1,2	1,1%
Ferro e aço	1,0	1,0%
<b>Subtotal</b>	<b>90,3</b>	<b>85,6%</b>
<b>Outros</b>	<b>15,2</b>	<b>14,4%</b>
<b>Total</b>	<b>105,4</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, January 2016.*

**10 principais grupos de produtos exportados**

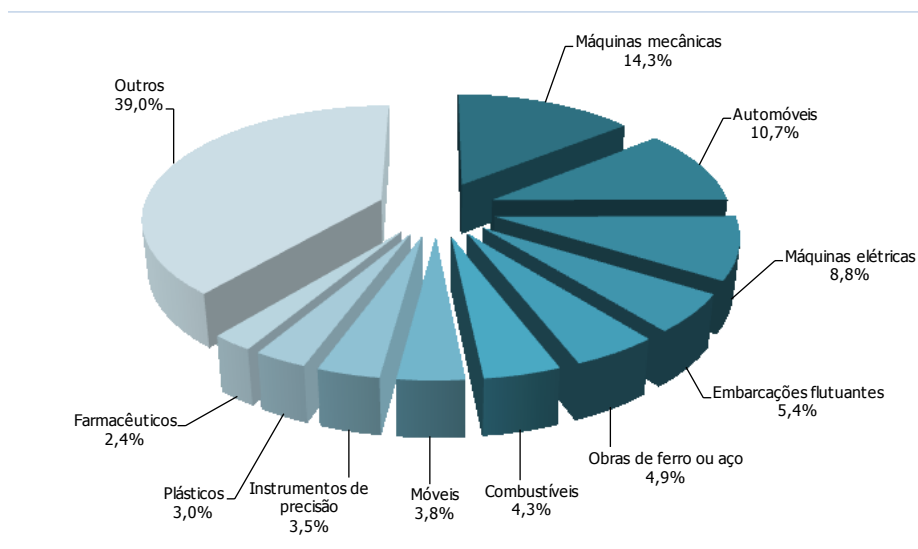


**Composição das importações da Noruega**  
**US\$ bilhões**

Grupos de produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Máquinas mecânicas	10,9	14,3%
Automóveis	8,1	10,7%
Máquinas elétricas	6,7	8,8%
Embarcações flutuantes	4,1	5,4%
Obras de ferro ou aço	3,7	4,9%
Combustíveis	3,3	4,3%
Móveis	2,9	3,8%
Instrumentos de precisão	2,7	3,5%
Plásticos	2,3	3,0%
Farmacêuticos	1,8	2,4%
<b>Subtotal</b>	<b>46,6</b>	<b>61,0%</b>
<b>Outros</b>	<b>29,7</b>	<b>39,0%</b>
<b>Total</b>	<b>76,3</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, January 2016.*

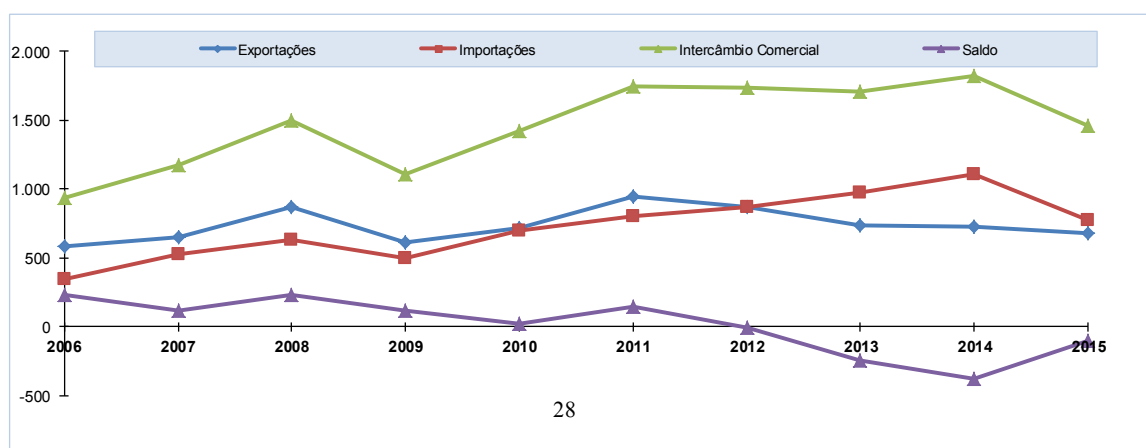
**10 principais grupos de produtos importados**



**Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Noruega**  
**US\$ milhões**

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	584	31,4%	0,42%	349	18,1%	0,38%	932	26,1%	0,41%	235
2007	651	11,4%	0,40%	528	51,5%	0,44%	1.179	26,4%	0,42%	122
2008	865	33,0%	0,44%	632	19,6%	0,37%	1.497	27,0%	0,45%	233
2009	612	-29,3%	0,40%	496	-21,5%	0,39%	1.108	-26,0%	0,39%	116
2010	722	18,1%	0,36%	701	41,2%	0,39%	1.423	28,4%	0,37%	22
2011	944	30,7%	0,37%	800	14,2%	0,35%	1.744	22,6%	0,36%	144
2012	865	-8,3%	0,36%	871	8,9%	0,39%	1.737	-0,5%	0,37%	-6
2013	732	-15,4%	0,30%	974	11,8%	0,41%	1.706	-1,8%	0,35%	-242
2014	723	-1,3%	0,32%	1.103	13,3%	0,48%	1.826	7,0%	0,40%	-381
2015	679	-6,1%	0,36%	777	-29,6%	0,45%	1.456	-20,3%	0,40%	-98
2016 (janeiro)	69	43,7%	0,62%	78	-48,5%	0,75%	147	-26,1%	0,68%	-8
<b>Var. % 2006-2015</b>	<b>16,3%</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>122,8%</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>56,1%</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>n.c.</b>

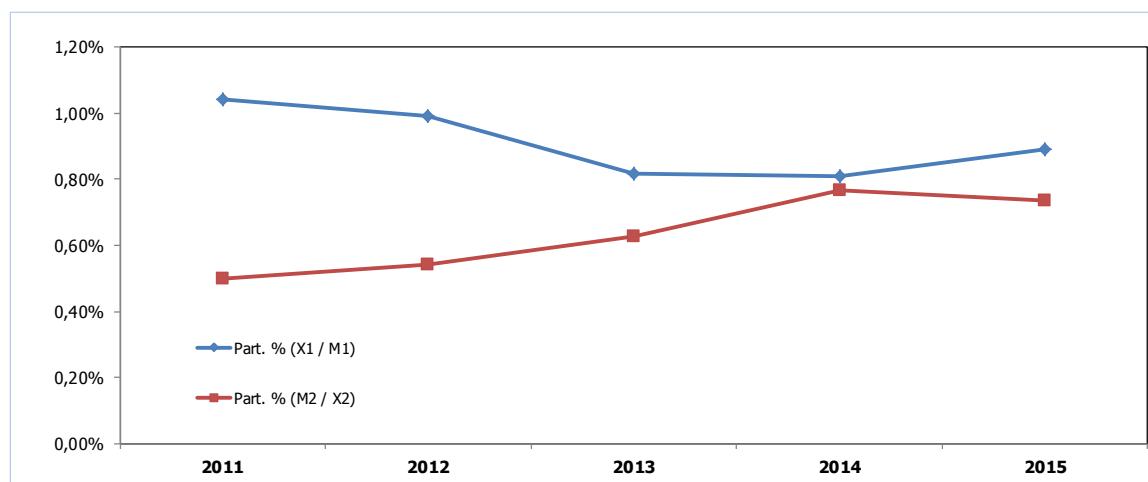
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.  
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



**Part. % do Brasil no comércio da Noruega**  
**US\$ milhões**

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011-2015
Exportações do Brasil para a Noruega (X1)	944	865	732	723	679	-28,1%
Importações totais da Noruega (M1)	90.784	87.308	89.807	89.170	76.275	-16,0%
Part. % (X1 / M1)	1,04%	0,99%	0,82%	0,81%	0,89%	-14,4%
Importações do Brasil originárias da Noruega (M2)	800	871	974	1.103	777	-2,9%
Exportações totais da Noruega (X2)	160.410	160.952	155.351	143.791	105.449	-34,3%
Part. % (M2 / X2)	0,50%	0,54%	0,63%	0,77%	0,74%	47,7%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.  
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações da Noruega e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*

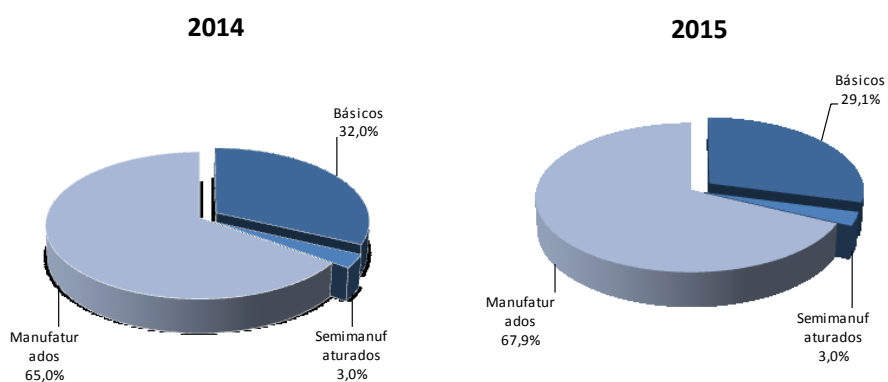




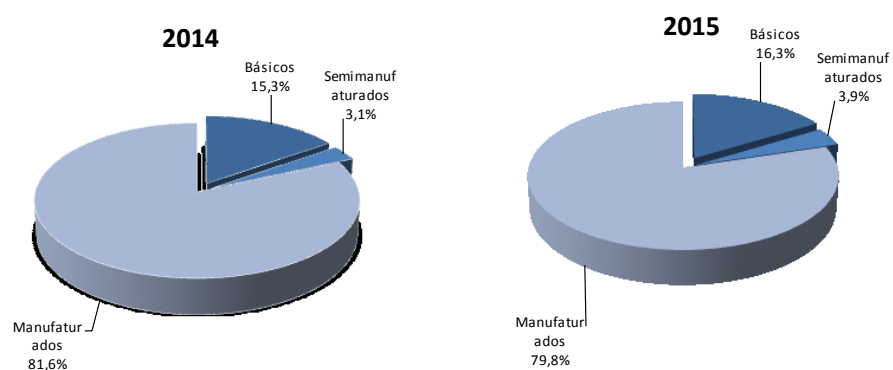
### Exportações e importações brasileiras por fator agregado

#### Comparativo 2015 com 2014

#### Exportações Brasileiras<sup>(1)</sup>



#### Importações Brasileiras



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

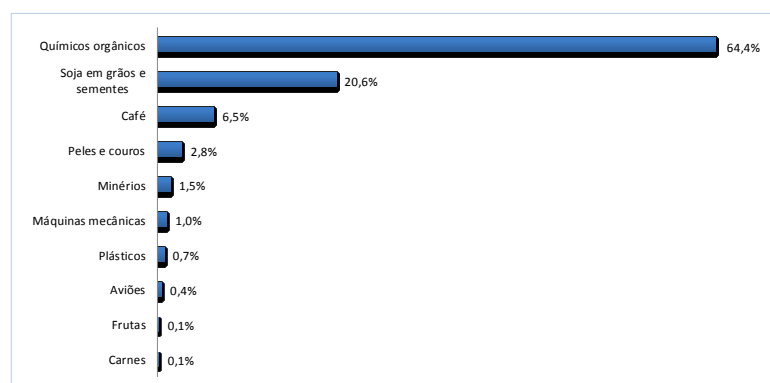
(1) Exclusive transações especiais.

**Composição das exportações brasileiras para a Noruega**  
**US\$ milhões**

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Químicos orgânicos	417	57,0%	418	57,8%	437	64,4%
Soja em grãos e sementes	168	22,9%	157	21,7%	140	20,6%
Café	40	5,5%	49	6,8%	44	6,5%
Peles e couros	20	2,7%	22	3,0%	19	2,8%
Minérios	4	0,5%	20	2,8%	10	1,5%
Máquinas mecânicas	8	1,1%	20	2,8%	7	1,0%
Plásticos	6	0,8%	6	0,8%	5	0,7%
Aviões	35	4,8%	1	0,1%	3	0,4%
Frutas	4	0,5%	3	0,4%	1	0,1%
Carnes	1	0,1%	2	0,3%	1	0,1%
<b>Subtotal</b>	<b>703</b>	<b>96,0%</b>	<b>698</b>	<b>96,6%</b>	<b>667</b>	<b>98,2%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>29</b>	<b>4,0%</b>	<b>25</b>	<b>3,4%</b>	<b>12</b>	<b>1,8%</b>
<b>Total</b>	<b>732</b>	<b>100,0%</b>	<b>723</b>	<b>100,0%</b>	<b>679</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015**

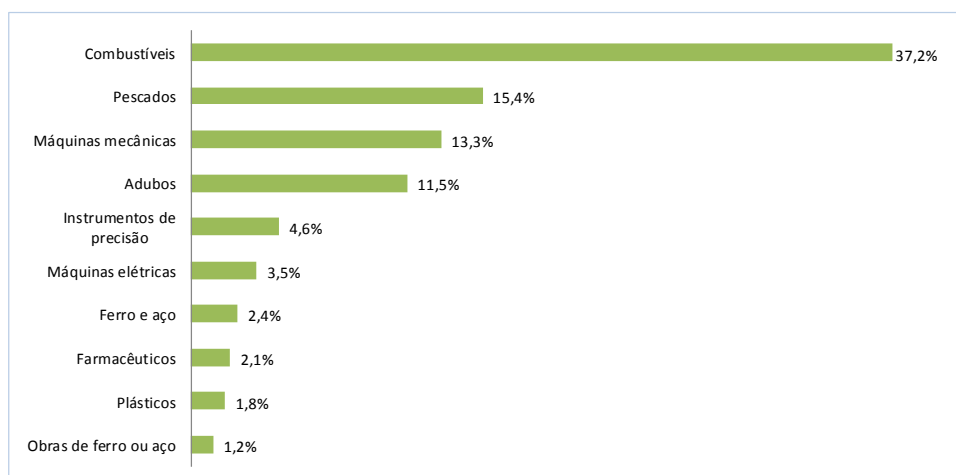


**Composição das importações brasileiras originárias da Noruega**  
**US\$ milhões**

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	235	24,1%	440	39,9%	289	37,2%
Pescados	150	15,4%	162	14,7%	120	15,4%
Máquinas mecânicas	147	15,1%	143	13,0%	103	13,3%
Adubos	121	12,4%	113	10,2%	89	11,5%
Instrumentos de precisão	38	3,9%	50	4,5%	36	4,6%
Máquinas elétricas	46	4,7%	32	2,9%	27	3,5%
Ferro e aço	18	1,8%	15	1,4%	19	2,4%
Farmacêuticos	28	2,9%	20	1,8%	16	2,1%
Plásticos	10	1,0%	14	1,3%	14	1,8%
Obras de ferro ou aço	50	5,1%	37	3,4%	9	1,2%
<b>Subtotal</b>	<b>843</b>	<b>86,6%</b>	<b>1.026</b>	<b>93,0%</b>	<b>722</b>	<b>92,9%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>131</b>	<b>13,4%</b>	<b>77</b>	<b>7,0%</b>	<b>55</b>	<b>7,1%</b>
<b>Total</b>	<b>974</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.103</b>	<b>100,0%</b>	<b>777</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015**



**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**  
**US\$ milhões**

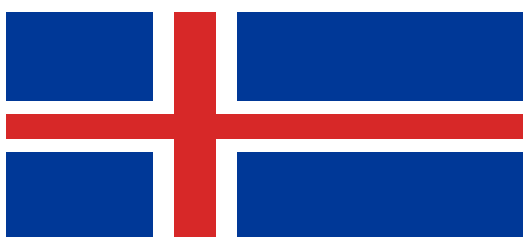
Grupos de Produtos	2 0 1 5 (janeiro)	Part. % no total	2 0 1 6 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
<b>Exportações</b>					
Químicos inorgânicos	40,6	84,1%	61,7	89,0%	Químicos inorgânicos 89,0%
Café	4,7	9,7%	2,5	3,6%	Café 3,6%
Minérios	0,0	0,0%	2,1	3,0%	Minérios 3,0%
Peles e couros	1,3	2,7%	1,0	1,4%	Peles e couros 1,4%
Máquinas mecânicas	0,3	0,7%	0,8	1,2%	Máquinas mecânicas 1,2%
Aviões	0,0	0,1%	0,6	0,9%	Aviões 0,9%
Carnes	0,0	0,0%	0,2	0,3%	Carnes 0,3%
Calçados	0,0	0,1%	0,1	0,2%	Calçados 0,2%
Preparações hortícolas	0,0	0,0%	0,1	0,1%	Preparações hortícolas 0,1%
Químicos orgânicos	0,0	0,0%	0,0	0,1%	Químicos orgânicos 0,1%
<b>Subtotal</b>	<b>47,0</b>	<b>97,3%</b>	<b>69,1</b>	<b>99,6%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>1,3</b>	<b>2,7%</b>	<b>0,3</b>	<b>0,4%</b>	
<b>Total</b>	<b>48,3</b>	<b>100,0%</b>	<b>69,4</b>	<b>100,0%</b>	

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (janeiro)	Part. % no total	2 0 1 6 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016
<b>Importações</b>					
Adubos	7,4	4,9%	24,8	32,0%	Adubos 32,0%
Combustíveis	103,8	69,0%	21,6	27,9%	Combustíveis 27,9%
Pescados	18,6	12,4%	14,0	18,0%	Pescados 18,0%
Máquinas mecânicas	7,9	5,3%	6,0	7,7%	Máquinas mecânicas 7,7%
Químicos inorgânicos	0,2	0,1%	2,9	3,8%	Químicos inorgânicos 3,8%
Instrumentos de precisão	2,4	1,6%	2,2	2,8%	Instrumentos de precisão 2,8%
Ferro e aço	1,8	1,2%	1,8	2,3%	Ferro e aço 2,3%
Máquinas elétricas	2,8	1,9%	1,6	2,1%	Máquinas elétricas 2,1%
Diversos inds químicas	0,5	0,3%	0,9	1,1%	Diversos inds químicas 1,1%
Farmacêuticos	0,0	0,0%	0,3	0,4%	Farmacêuticos 0,4%
<b>Subtotal</b>	<b>145,4</b>	<b>96,7%</b>	<b>76,1</b>	<b>98,2%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>4,9</b>	<b>3,3%</b>	<b>1,4</b>	<b>1,8%</b>	
<b>Total</b>	<b>150,4</b>	<b>100,0%</b>	<b>77,5</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**  
Departamento da Europa  
Divisão da Europa I

**ISLÂNDIA**



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**  
Fevereiro de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE A ISLÂNDIA	
<b>NOME OFICIAL:</b>	República da Islândia
<b>GENTÍLICO:</b>	islandês
<b>CAPITAL:</b>	Reykjavik
<b>ÁREA:</b>	103.000 km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO:</b>	326 mil habitantes
<b>IDIOMA OFICIAL:</b>	Islandês
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES:</b>	Igreja da Islândia (Evangélica Luterana -73.8%)
<b>SISTEMA DE GOVERNO:</b>	República parlamentarista
<b>PODER LEGISLATIVO:</b>	Unicameral
<b>CHEFE DE ESTADO:</b>	Presidente Ólafur Ragnar Grímsson (desde 1996)
<b>CHEFE DE GOVERNO:</b>	Primeiro-Ministro Sigmundur Davíð Gunnlaugsson (desde 05/2013)
<b>CHANCELER:</b>	Gunnar Bragi Sveinsson (desde 05/2013)
<b>PIB NOMINAL (FMI):</b>	US\$ 16,7 bilhões (est. 2015)
<b>PIB (PARIDADE DE PODER DE COMRA – PPP) (FMI):</b>	US\$ 15,17 bilhões (est. 2015)
<b>PIB PER CAPITA (FMI):</b>	US\$ 51,07 mil (est. 2015)
<b>PIB PPP PER CAPITA (FMI):</b>	US\$ 46,3 mil (est. 2015)
<b>VARIAÇÃO DO PIB (FMI):</b>	4,81% (est. 2015); 1,83% (2014); 3,9% (2013); 1,18% (2012)
<b>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2014, UNDP):</b>	0,899 / 16º
<b>EXPECTATIVA DE VIDA:</b>	82,6 anos (2014, UNDP)
<b>ALFABETIZAÇÃO:</b>	99%
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO:</b>	4,3% (est. 2015); 4,95% (2014)
<b>UNIDADE MONETÁRIA:</b>	Coroa islandesa (kr\$)
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:</b>	Geir H. Haarde (não-residente)
<b>COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:</b>	109

#### INTERCÂMBIO COMERCIAL

BRASIL⇒ NORUEGA	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Intercâmbio</b>	5,9	6,5	22,9	137,15	271,5	280,0	299,8	340,3	277,7	310,0
<b>Exportações</b>	2,2	1,7	12,8	132,4	264,7	270,0	284,4	325,7	259,6	292,9
<b>Importações</b>	3,6	4,8	10,1	4,7	6,8	10,1	15,4	14,6	18,1	17,1
<b>Saldo</b>	-1,4	-3,1	2,7	127,7	257,9	259,9	269,0	311,0	241,5	275,8

Fonte: MDIC. Valores em US\$ milhões FOB

Informação elaborada em 23 de fevereiro de 2016, pelo Secretário Daniel Afonso da Silva. Revisado pelo Conselheiro Marcelo Salum.

## PERFIS BIOGRÁFICOS

### **Ólafur Ragnar Grímsson** **Presidente da Islândia**



Nasceu em maio de 1943, em Ísafjörður, pequena cidade no norte da Islândia. Formou-se em Economia e Ciências Políticas em 1965, na Universidade de Manchester. Em 1970, conclui Doutorado em Ciências Políticas na mesma instituição, tornando-se, em 1973, professor de ciências políticas na Universidade da Islândia.

Iniciou sua carreira política nos anos 60. Passou a integrar o Parlamento em 1974. Ingressou no Partido Popular, de esquerda, em 1978, exercendo a presidência da agremiação entre 1987 e 1995. De 1988 a 1991, atuou como Ministro das Finanças (Gabinete Steingrímur Hermannsson). Em 1996, foi eleito Presidente da República, sendo reconduzido em 2000, 2004, 2008 e 2012. Anunciou recentemente sua intenção de deixar a Presidência ao final de seu atual mandato, em agosto de 2016.

Nos últimos anos, tem centrado sua atividade política, nacional e internacional, nos seguintes temas: crise financeira; energias renováveis; mudança do clima. Além da política, continua a dedicar-se a atividades acadêmicas, com foco tanto no sistema político islandês (e de outros pequenos países europeus) como na integração europeia (*lato sensu*, isto é, não restrita à experiência da União Europeia).

Sua primeira esposa, com quem teve duas filhas gêmeas, faleceu em 1998. Em 2003, casou-se com Dorrit Moussaieff.

**Sigmundur Davíð Gunnlaugsson**  
**Primeiro-Ministro**



Nascido em março de 1975, em Reykjavik. Graduou-se em Administração pela Universidade da Islândia.

Presidente do Partido Progressista desde 2009, ano em que ingressou no Parlamento. Tornou-se, em maio de 2013, o mais jovem Primeiro-Ministro da história da República da Islândia, liderando a coalizão dos partidos Progressista e da Independência. Desde agosto de 2014, acumula as funções de Ministro da Justiça.

Casado com Anna Sigurlaug Pálsdóttir, com quem tem um filho.



## **RELAÇÕES BILATERAIS**

Brasil e Islândia mantêm relações cordiais, pautadas por valores compartilhados e respeito mútuo, com potencial de aprofundamento e expansão.

Os dois países são representados por meio de Embaixadas não residentes. A Embaixada do Brasil em Oslo ocupa-se, cumulativamente, da representação junto ao Governo islandês. A Islândia é representada junto ao Governo brasileiro por sua Embaixada em Washington.

O relacionamento com o Brasil (e os demais BRICS) é, declaradamente, uma das prioridades externas do Governo islandês, principalmente no terreno econômico. A mais recente visita bilateral de alto nível ocorreu entre 13 e 18 de outubro de 2014, período em que o atual Ministro dos Negócios Estrangeiros da Islândia, Gunnar Bragi Sveinsson, visitou Brasília, São Paulo, Curitiba e Rio de Janeiro. Encontrou-se, em Brasília, com seu homólogo brasileiro, com quem foram discutidos a cooperação bilateral, o diálogo MERCOSUL-EFTA (Associação Europeia de Livre Comércio) e temas políticos multilaterais. Na ocasião, o Ministro dos Negócios Estrangeiros islandês reafirmou o apoio de seu país ao pleito brasileiro de um assento permanente em Conselho de Segurança da ONU reformado.

Registra-se a existência de pequeno grupo de descendentes de islandeses que emigraram para o Brasil em meados do século passado, que ainda mantém contatos com seus ancestrais nórdicos. A maior parte do grupo reside no Paraná.

## **ASSUNTOS CONSULARES**

O Brasil também conta com um Cônsul Honorário em Reykjavik. A comunidade brasileira na Islândia é pequena, estimada em 109 indivíduos. Em 2007, foi criado o Conselho de Cidadãos Brasileiros na Islândia, com o intuito de servir de canal entre a comunidade brasileira local e o Governo brasileiro.

## **EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS**

Não há registro de concessão de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano beneficiando a Islândia.

### **POLÍTICA INTERNA**

A Islândia é república parlamentarista democrática. Em 1944, tornou-se independente da Dinamarca, país ao qual esteve associada desde o século XIV. O Chefe de Estado é eleito por sufrágio universal, para mandato de quatro anos. O Presidente Ólafur Ragnar Grímsson, eleito em 1996, é o quinto Presidente da República da Islândia. Cumpre, agora, seu quinto mandato, que teve início em 2012.

O Parlamento é formado por 63 membros, eleitos por voto popular, para mandatos de quatro anos. Os principais partidos são: Partido Progressista; Partido da Independência; Aliança Social-Democrata; Partido Liberal; Movimento Democrático.

O atual Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro Sigmund Davíd Gunnlaugsson, líder do Partido Progressista, eleito em 2013, à frente de aliança de centro-direita, na qual o Partido Progressista associa-se ao Partido da Independência. Suas principais propostas nas eleições de 2013 revelavam forte preocupação social, de minorar os efeitos das medidas de austeridade implementadas pelo governo anterior na gestão da crise financeira de 2008. As próximas eleições parlamentares na Islândia estão previstas para abril de 2017.

## **POLÍTICA EXTERNA**

A Islândia é membro de várias organizações e estruturas internacionais de caráter regional, incluindo a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), o Conselho da Europa, o Conselho do Ártico, o Conselho dos Estados do Mar Báltico e o Conselho Euro-Ártico de Barents. No entanto, dada a singularidade de sua localização geográfica e as dimensões de sua população (cerca de 326 mil habitantes) e economia, a política externa do país direciona-se prioritariamente a poucos parceiros-chave, basicamente os países escandinavos, com os quais mantém estreitos laços econômicos e culturais, e os Estados Unidos, país onde se concentra importante comunidade de origem islandesa. Até recentemente, a Islândia mantinha relacionamento muito próximo com a Federação da Rússia, mas esse quadro foi alterado em função das sanções decretadas pelos países da OTAN contra Moscou.

A política externa islandesa elenca como pilares de sua atuação a defesa dos direitos e interesses dos pequenos países, o respeito aos direitos humanos, a resolução pacífica de conflitos e a cooperação em prol do desenvolvimento. Destaque-se, nesse sentido, a decisão de enviar ao Haiti equipe de busca e resgate para auxiliar vítimas do terremoto de 2010. O governo islandês encontra-se, igualmente, na vanguarda da campanha contra a poluição dos mares e dos esforços internacionais no combate às mudanças climáticas. Especial atenção da diplomacia islandesa recai sobre os temas árticos. A Islândia, por iniciativa do Presidente Ólafur Grímsson organiza anualmente, em Reykjavik, a principal conferência pública de avaliação da problemática regional ártica: a Assembleia do “Círculo do Ártico”.

Em janeiro de 2014, o Presidente Grímsson recebeu o Prêmio Nehru por sua contribuição à preservação do meio-ambiente. Registre-se que a Islândia situa-se na vanguarda mundial de produção de energia renovável, em função de seu potencial geotérmico.

A política de segurança da Islândia baseia-se em acordo de defesa assinado com os EUA em 1951, na esteira da cooperação militar bilateral durante a II Guerra Mundial, e na cooperação em organizações internacionais de segurança. A Islândia é membro-fundador da OTAN e membro da ONU desde 1946.

## **ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS**

A análise da situação econômica da Islândia nos últimos anos remete ao impacto negativo da crise econômica mundial iniciada em 2008. A alta alavancagem dos bancos islandeses, nos anos anteriores a 2008, foi determinante para a derrocada ocasionada pela crise (em 2003, os ativos dos três maiores bancos alcançava 170% do PIB; no final de 2007, esse percentual havia crescido para 880%). Como consequência, os três maiores bancos privados do país (Kaupthing, Landsbanki e Glitnir) não tiveram condições de recuperar-se por meios próprios, após a eclosão da crise, e foram nacionalizados pelo Governo islandês, em operação de resgate decorrente da deterioração dos mercados financeiros internacionais após a falência do banco Lehman Brothers, em setembro de 2008.

No início de outubro de 2008, ocorre corrida aos bancos, que ocasionou o esgotamento da moeda física em disposição nos bancos do país. Nesse contexto, o Governo adotou legislação emergencial, autorizando intervenção no sistema bancário. O colapso gerou crise diplomática com o Reino Unido, em razão da incapacidade do recém-nacionalizado Landsbanki de honrar depósitos nas filiais de seus bancos naquele país.

Tendo em vistas os severos efeitos da crise, a Islândia, em novembro de 2008, recorreu ao FMI, obtendo empréstimo de US\$ 2,1 bilhões. No âmbito do pacote de estabilização, foram implementadas medidas como aumento da taxa de juros e dos impostos, controles de remessas de divisas e redução de gastos governamentais. Como consequência da crise, a coroa islandesa sofreu, entre outubro de 2008 e junho de 2009, desvalorização de 70%.

Em janeiro de 2009, o então Primeiro-Ministro Geir Haarde renunciou, sendo substituído pela Primeira-Ministra social-democrata Johanna Sigurdadottir, em fevereiro de 2009. A crise islandesa de 2008/2009 foi definida pela revista “The Economist” como a pior crise financeira já sofrida por um país na história, em termos relativos ao tamanho de sua economia.

Os anos de 2009 e 2010 trouxeram grave contração do PIB islandês (respectivamente de -6,6% e -4,1%). A recuperação econômica iniciou-se em 2011, com crescimento do PIB de 2,7% (todos os números citados têm por fonte os relatórios da Economist Intelligence Unit/ EIU sobre a Islândia).

A recuperação econômica no biênio 2011/2012 foi considerada bem-sucedida, tendo o país alcançado crescimento de 2,3% em 2013. A base da recuperação foi plano de saneamento financeiro que privilegiou o pagamento de créditos pessoais, nos bancos falidos. O Presidente Grímsson, reconhecido por seu conhecimento de finanças públicas e economia, coordenou a aplicação do plano de recuperação.

Desde então, o país recuperou consideravelmente seu crédito internacional, tendo, em 2012, emitido, com sucesso, títulos de 10 anos com remuneração de 6%, patamar inferior aos títulos emitidos por outros países europeus em dificuldades de balanço de pagamentos (Espanha, Grécia, Irlanda, Itália e Portugal). Gradualmente o governo vem trabalhando para flexibilizar os controles de remessa de capital introduzidos em 2008.

Positiva até 2012, a balança comercial nos últimos anos tem experimentado déficits. Em 2014, as exportações alcançaram US\$ 4,848 bilhões e as importações US\$ 4,954 bilhões, com déficit de US\$ 106 milhões (dados da “Economist Intelligence Unit/EIU”). A perda do mercado russo de pescado tem sido sentida pelos exportadores islandeses.

Os principais produtos da pauta de exportação da Islândia são pescado e demais produtos marinhos (41% das exportações em 2015) e alumínio (36%). A pauta de importação inclui principalmente bens industriais (25,5%) e bens de capital (20%). Os principais destinos das exportações islandesas são: Países Baixos, Reino Unido, Espanha e Alemanha. As importações islandesas tem sua origem nos seguintes países principais: Noruega, Estados Unidos, Alemanha e Dinamarca.

A taxa de desemprego na Islândia regrediu da faixa de dois dígitos, em 2009, para 6,3%, em 2012, e atingiu 2,3%, em 2015 (dados da EIU). Para 2016, a expectativa é que a taxa de desemprego fique em 3,6%.

O controle da inflação nos anos pós-crise é outro ponto no qual a Islândia tem registrado avanços: após o pico de 12,7%, em 2008, a taxa média reduziu-se para aproximadamente 5,0%, em 2010, e para 3,9%, em 2013. Em 2015, a taxa caiu ainda mais, para 2,1%. A projeção da inflação para 2016 é de 2,2%.

No que se refere ao câmbio, as citadas medidas de controle de remessas têm contribuído para diminuir a volatilidade da coroa islandesa nos últimos anos. O câmbio médio, em 2012, foi de Kr\$122.00/US\$ 1.00. Em 2015, o câmbio médio foi de Kr\$

126.00/US\$ 1.00. Para 2016, projeções da OCDE apontam para um câmbio médio de Kr\$ 135.00/US\$ 1.00.

### **RELACIONAMENTO ECONÔMICO-COMERCIAL BILATERAL**

Nos últimos cinco anos, o Brasil passou a ocupar o lugar de quinto maior fornecedor da Islândia, tendo em vista o aumento expressivo das exportações de alumina calcinada, responsáveis por significativos superávits para o Brasil na balança comercial bilateral. Desde 2009, as exportações brasileiras desse produto têm crescido continuamente, tendo alcançado US\$ 292 milhões em 2015 (99,74% do montante das exportações brasileiras para a Islândia). O segundo produto da pauta em 2015 foi café não torrado (US\$ 542 mil).

Do lado das importações brasileiras, os primeiros itens da pauta principal foram congeladores tipo “freezers”, seguidos de folhas de alumínio e produtos pesqueiros (bacalhau e filés de pescado). As importações brasileiras alcançaram US\$ 17,1 milhões em 2015, sendo a participação desses primeiros itens responsável por quase 80 % da pauta de importação brasileira.

No que se refere ao tema dos investimentos, vale destacar a presença no Brasil da Marel, multinacional islandesa do ramo de equipamentos para processamento de alimentos. Presente no Brasil desde 1994, a Marel possui planta montadora em Curitiba e escritórios no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. O foco dos negócios da empresa está no atendimento às necessidades da indústria de processamento de carnes.

A Islândia é membro da Associação Européia de Livre Comércio (EFTA), bloco econômico composto também pela Noruega, Suíça e Liechtenstein. Os países da EFTA têm manifestado interesse na negociação de acordo de livre comércio com o MERCOSUL. Em junho de 2015, foi realizada reunião MERCOSUL-EFTA em Genebra. Na ocasião, os blocos intercambiaram informações preliminares sobre temas como política tarifária, serviços, compras governamentais e defesa comercial, entre outros.

## CRONOLOGIA HISTÓRICA

<b>Séculos 7º e 8º</b>	Monges celtas navegam para a Islândia
<b>860</b>	Norsemen descobre a Islândia
<b>930</b>	O Althing (Parlamento), órgão com funções legislativas e judiciárias, reúne-se pela primeira vez
<b>982</b>	Erik, o Vermelho, descobre e nomeia a Groenlândia, após ser banido da Islândia
<b>1262-1264</b>	Chefes de clãs islandeses aceitam a soberania do rei da Noruega
<b>1387</b>	Noruega e Islândia sujeitam-se à Dinamarca
<b>1540-1550</b>	Reforma protestante
<b>1800</b>	O rei dinamarquês determina o fechamento do Althing, que será restabelecido somente em 1843
<b>1874</b>	Nova Constituição introduzida pela Dinamarca
<b>1918</b>	Conquista soberania plena, sob o rei da Dinamarca
<b>1940</b>	A Islândia é ocupada por tropas britânicas, às quais se seguem forças norte-americanas
<b>1944</b>	Fundada a República da Islândia
<b>1949</b>	Torna-se membro fundador da OTAN
<b>1980</b>	Vigdís Finnbogadóttir é eleita Presidente, a primeira mulher democraticamente eleita Chefe de Estado
<b>1986</b>	Cúpula de Reykjavík entre os Presidentes Ronald Reagan e Mikhail Gorbachev
<b>1996</b>	Ólafur Ragnar Grímsson eleito Presidente
<b>2008</b>	Crise Financeira; colapso do sistema bancário
<b>2009</b>	Jóhanna Sigurdardóttir torna-se a primeira mulher a ocupar o cargo de Primeira-Ministra

**CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS**

<b>1952</b>	Estabelecimento de relações diplomáticas
<b>1956</b>	Assinatura de Acordo Comercial
<b>1969</b>	Assinatura de Acordo para Supressão de Vistos em Passaportes
<b>2011</b>	Assinatura de Memorando de Entendimento entre o Ministério da Pesca e Aquicultura brasileiro e o Ministério da Pesca e Agricultura da Islândia
<b>2014</b>	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Gunnar Bragi Sveinsson, ao Brasil



**ATOS BILATERAIS**

<b>Título</b>	<b>Data de celebração</b>	<b>Entrada em vigor</b>	<b>Publicação D.O.U.</b>
<b>Acordo Comercial</b>	10/05/1956	01/07/1956	-
<b>Convenção de Arbitragem</b>	27/11/1911	12/01/1916	-

## DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

### Principais indicadores socioeconômicos da Islândia

Indicador	2013	2014	2015 <sup>(1)</sup>	2016 <sup>(1)</sup>	2017 <sup>(1)</sup>
Crescimento real do PIB (%)	3,90%	1,83%	4,81%	3,74%	3,02%
PIB nominal (US\$ bilhões)	15,38	17,04	16,74	17,78	18,59
PIB nominal "per capita" (US\$)	47.775	52.315	51.068	53.750	55.636
PIB PPP (US\$ bilhões)	13,85	14,34	15,17	15,93	16,70
PIB PPP "per capita" (US\$)	43.041	44.029	46.298	48.168	49.974
População (mil habitantes)	322	326	328	331	334
Desemprego (%)	5,38%	4,95%	4,30%	4,10%	4,10%
Inflação (%) <sup>(2)</sup>	4,14%	0,83%	3,60%	4,80%	4,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	5,74%	3,41%	4,61%	3,36%	3,30%
Câmbio (Ikr / US\$) <sup>(2)</sup>	122,18	116,77	n.d.	n.d.	n.d.

#### Origem do PIB ( 2014 Estimativa )

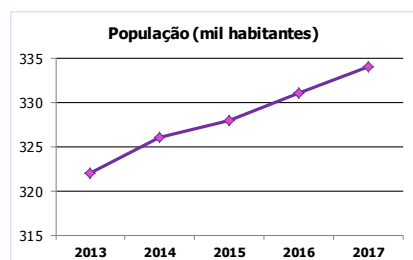
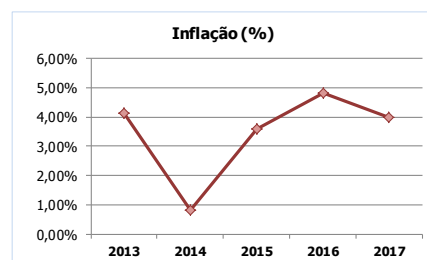
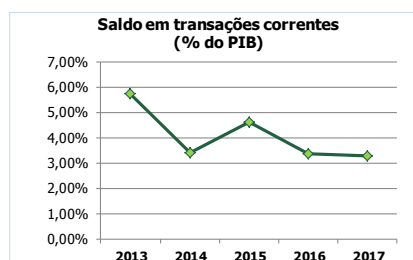
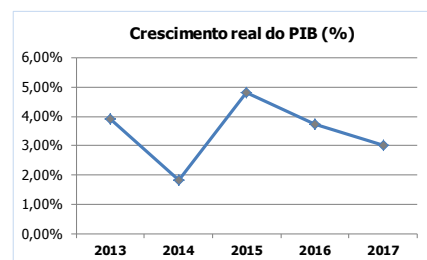
Agricultura	5,7%
Indústria	21,3%
Serviços	73,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 4th Quarter 2015.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

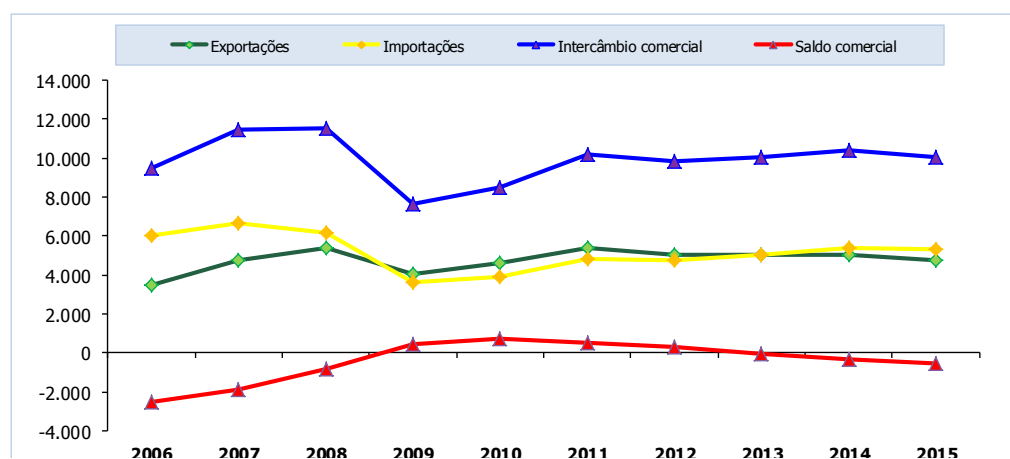
(2) Média de fim de período.



**Evolução do comércio exterior da Islândia**  
**US\$ milhões**

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2006	3.453	11,7%	5.991	20,3%	9.444	17,0%	-2.538
2007	4.772	38,2%	6.690	11,7%	11.462	21,4%	-1.918
2008	5.355	12,2%	6.166	-7,8%	11.521	0,5%	-810
2009	4.057	-24,2%	3.604	-41,5%	7.661	-33,5%	453
2010	4.603	13,5%	3.914	8,6%	8.517	11,2%	689
2011	5.349	16,2%	4.846	23,8%	10.195	19,7%	503
2012	5.063	-5,3%	4.772	-1,5%	9.835	-3,5%	292
2013	4.998	-1,3%	5.019	5,2%	10.017	1,8%	-22
2014	5.051	1,1%	5.372	7,0%	10.423	4,1%	-321
2015	4.746	-6,0%	5.314	-1,1%	10.060	-3,5%	-568
<b>Var. % 2006-2015</b>	<b>37,4%</b>	<b>--</b>	<b>-11,3%</b>	<b>--</b>	<b>6,5%</b>	<b>--</b>	<b>n.c.</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.  
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

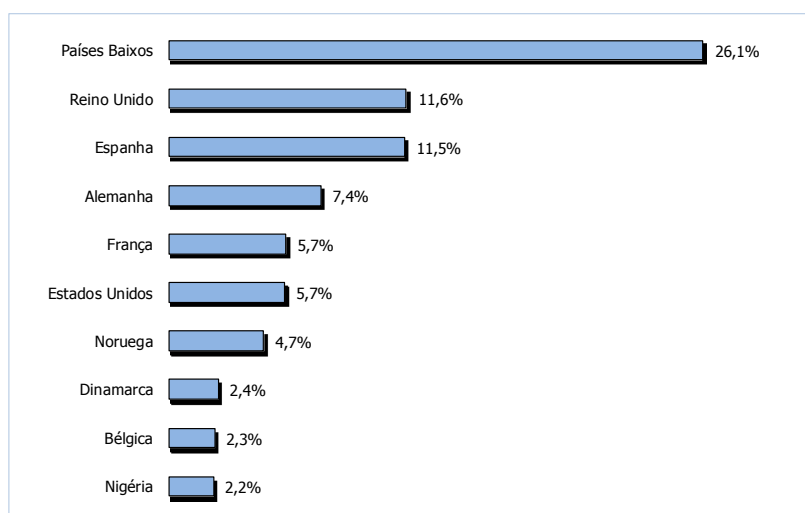


**Direção das exportações da Islândia**  
**US\$ milhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 5</b>	<b>Part.% no total</b>
Países Baixos	1.237	26,1%
Reino Unido	551	11,6%
Espanha	546	11,5%
Alemanha	353	7,4%
França	272	5,7%
Estados Unidos	269	5,7%
Noruega	221	4,7%
Dinamarca	115	2,4%
Bélgica	107	2,3%
Nigéria	104	2,2%
...		
<b>Brasil (36ª posição)</b>	<b>8</b>	<b>0,2%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>3.783</b>	<b>79,7%</b>
<b>Outros países</b>	<b>963</b>	<b>20,3%</b>
<b>Total</b>	<b>4.746</b>	<b>100,0%</b>

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

**10 principais destinos das exportações**

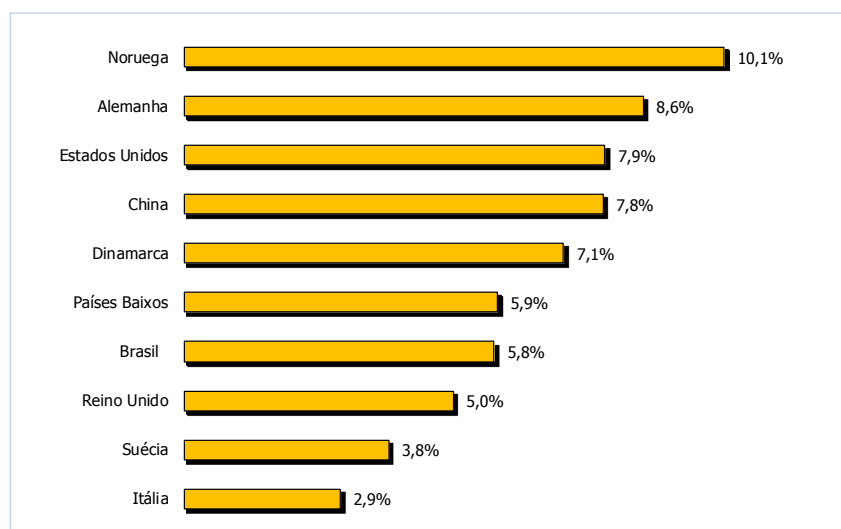


**Origem das importações da Islândia**  
**US\$ milhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 5</b>	<b>Part.% no total</b>
Noruega	538	10,1%
Alemanha	457	8,6%
Estados Unidos	419	7,9%
China	417	7,8%
Dinamarca	378	7,1%
Países Baixos	312	5,9%
<b>Brasil</b>	<b>309</b>	<b>5,8%</b>
Reino Unido	268	5,0%
Suécia	204	3,8%
Itália	156	2,9%
<b>Subtotal</b>	<b>3.458</b>	<b>65,1%</b>
<b>Outros países</b>	<b>1.856</b>	<b>34,9%</b>
<b>Total</b>	<b>5.314</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.*

**10 principais origens das importações**

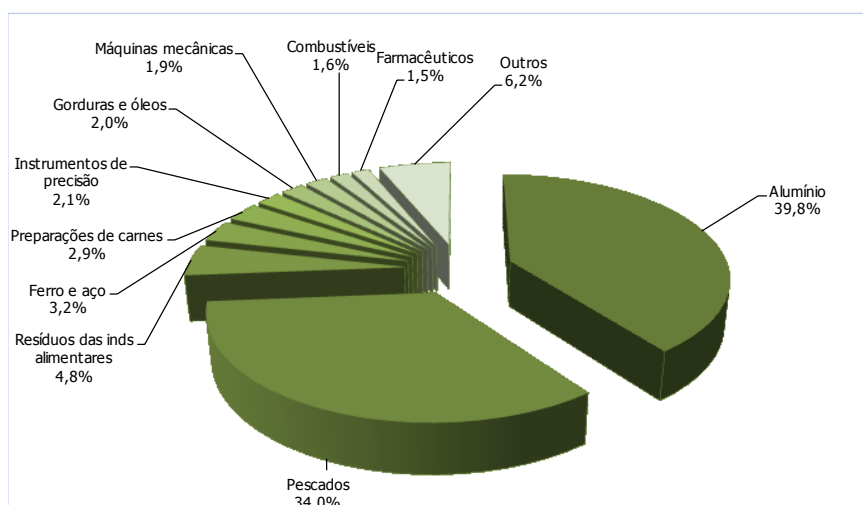


**Composição das exportações da Islândia**  
**US\$ milhões**

<b>Grupos de Produtos</b>	<b>2 0 1 5</b>	<b>Part.% no total</b>
Alumínio	1.887	39,8%
Pescados	1.613	34,0%
Resíduos das inds alimentares	226	4,8%
Ferro e aço	153	3,2%
Preparações de carnes	137	2,9%
Instrumentos de precisão	100	2,1%
Gorduras e óleos	96	2,0%
Máquinas mecânicas	89	1,9%
Combustíveis	77	1,6%
Farmacêuticos	73	1,5%
<b>Subtotal</b>	<b>4.451</b>	<b>93,8%</b>
<b>Outros</b>	<b>295</b>	<b>6,2%</b>
<b>Total</b>	<b>4.746</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.*

**10 principais grupos de produtos exportados**

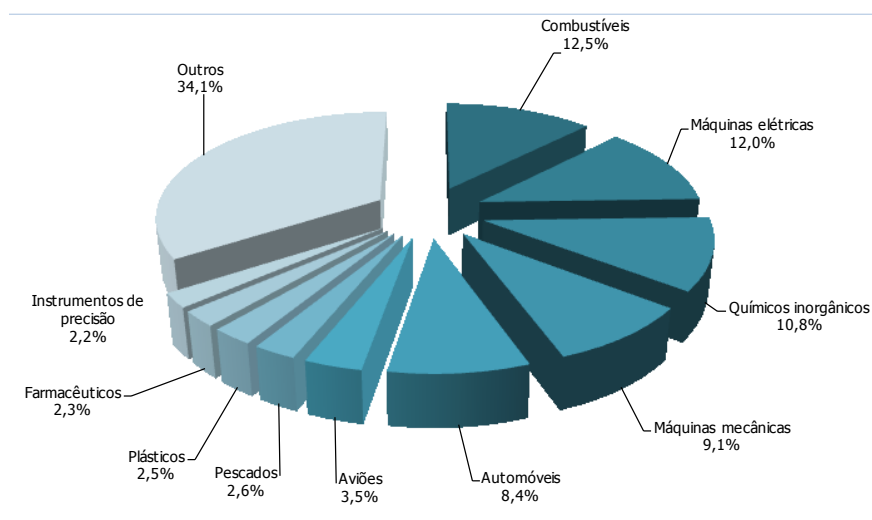


**Composição das importações da Islândia**  
**US\$ milhões**

<b>Grupos de produtos</b>	<b>2 0 1 5</b>	<b>Part.% no total</b>
Combustíveis	664	12,5%
Máquinas elétricas	639	12,0%
Químicos inorgânicos	574	10,8%
Máquinas mecânicas	481	9,1%
Automóveis	446	8,4%
Aviões	185	3,5%
Pescados	138	2,6%
Plásticos	135	2,5%
Farmacêuticos	124	2,3%
Instrumentos de precisão	115	2,2%
<b>Subtotal</b>	<b>3.501</b>	<b>65,9%</b>
<b>Outros</b>	<b>1.813</b>	<b>34,1%</b>
<b>Total</b>	<b>5.314</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.*

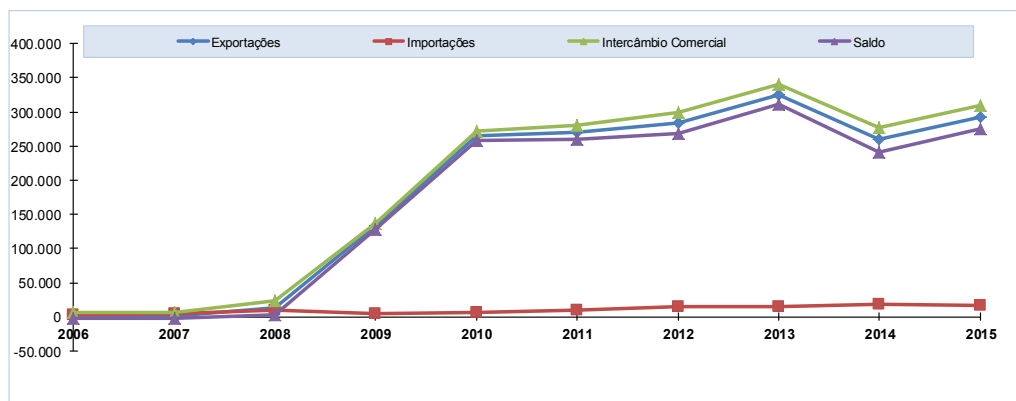
**10 principais grupos de produtos importados**



**Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Islândia**  
**US\$ mil**

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	2.219	-47,1%	0,00%	3.637	95,9%	0,00%	5.857	-3,2%	0,00%	-1.418
2007	1.680	-24,3%	0,00%	4.796	31,8%	0,00%	6.476	10,6%	0,00%	-3.116
2008	12.798	661,8%	0,01%	10.114	110,9%	0,01%	22.911	253,8%	0,01%	2.684
2009	132.444	934,9%	0,09%	4.704	-53,5%	0,00%	137.148	498,6%	0,05%	127.740
2010	264.695	99,9%	0,13%	6.770	43,9%	0,00%	271.466	97,9%	0,07%	257.925
2011	269.954	2,0%	0,11%	10.061	48,6%	0,00%	280.016	3,1%	0,06%	259.893
2012	284.400	5,4%	0,12%	15.379	52,8%	0,01%	299.779	7,1%	0,06%	269.022
2013	325.654	14,5%	0,13%	14.622	-4,9%	0,01%	340.276	13,5%	0,07%	311.032
2014	259.590	-20,3%	0,12%	18.140	24,1%	0,01%	277.730	-18,4%	0,06%	241.451
2015	292.865	12,8%	0,15%	17.110	-5,7%	0,01%	309.974	11,6%	0,09%	275.755
2016 (janeiro)	25.598	-41,0%	227,63%	580	-77,6%	5,62%	26.179	-43,1%	121,37%	25.018
<b>Var. % 2006-2015</b>	<b>13095,3%</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>370,4%</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>5192,7%</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>n.c.</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.  
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

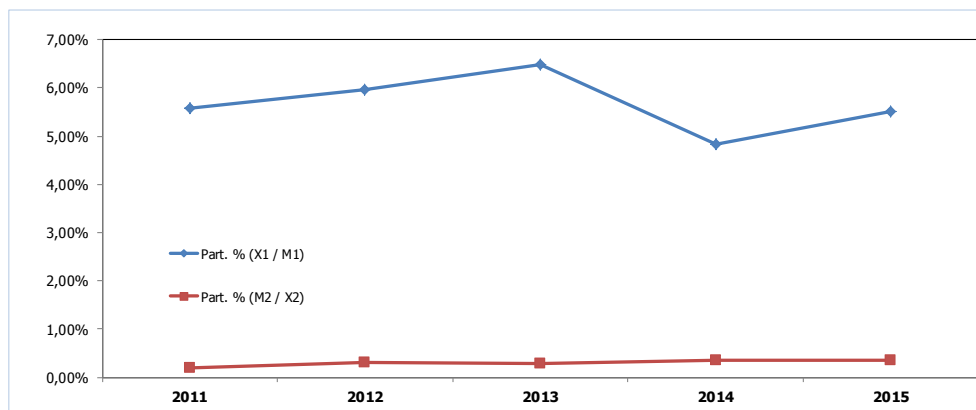




**Part. % do Brasil no comércio da Islândia**  
US\$ mil

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011-2015
Exportações do Brasil para a Islândia (X1)	269.954	284.400	325.654	259.590	292.865	8,5%
Importações totais da Islândia (M1)	4.845.760	4.771.916	5.019.243	5.371.919	5.314.151	9,7%
Part. % (X1 / M1)	5,57%	5,96%	6,49%	4,83%	5,51%	-1,1%
Importações do Brasil originárias da Islândia (M2)	10.061	15.379	14.622	18.140	17.110	70,1%
Exportações totais da Islândia (X2)	5.348.791	5.063.442	4.997.710	5.051.300	4.746.219	-11,3%
Part. % (M2 / X2)	0,19%	0,30%	0,29%	0,36%	0,36%	91,6%

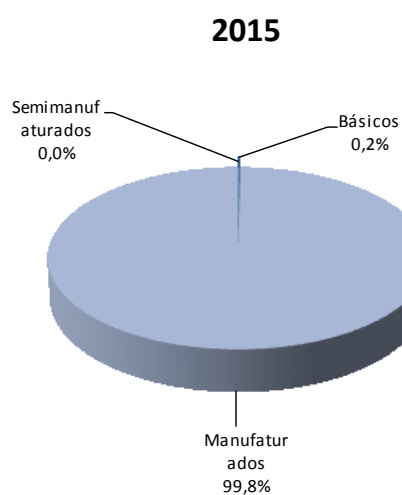
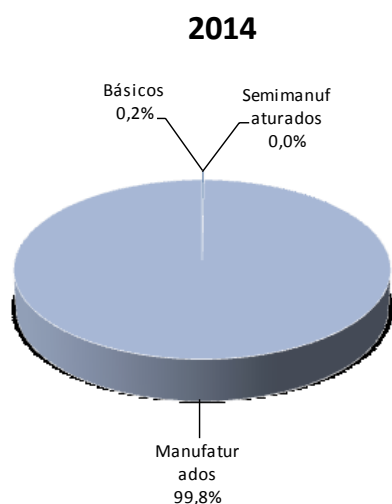
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.  
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações da Islândia e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



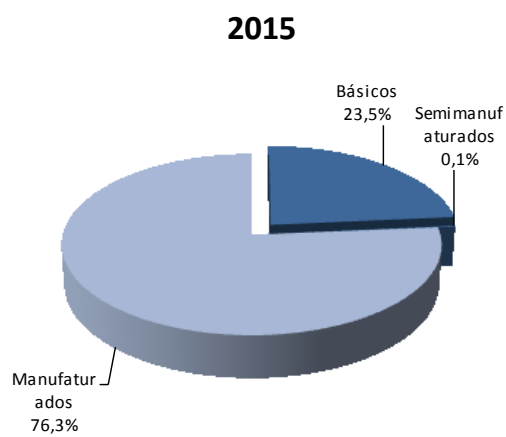
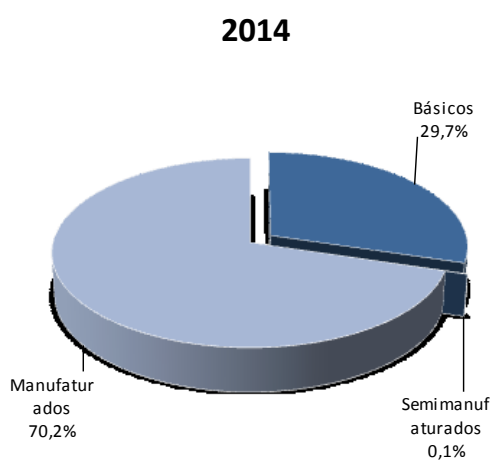
## Exportações e importações brasileiras por fator agregado

### Comparativo 2015 com 2014

#### Exportações Brasileiras<sup>(1)</sup>



#### Importações Brasileiras



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

(1) Exclusive transações especiais.

**Composição das exportações brasileiras para a Islândia**  
**US\$ mil**

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Químicos inorgânicos (alumina calcinad	324.218	99,6%	258.605	99,6%	292.089	99,7%
<b>Subtotal</b>	<b>324.218</b>	<b>99,6%</b>	<b>258.605</b>	<b>99,6%</b>	<b>292.089</b>	<b>99,7%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>1.436</b>	<b>0,4%</b>	<b>985</b>	<b>0,4%</b>	<b>776</b>	<b>0,3%</b>
<b>Total</b>	<b>325.654</b>	<b>100,0%</b>	<b>259.590</b>	<b>100,0%</b>	<b>292.865</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015**

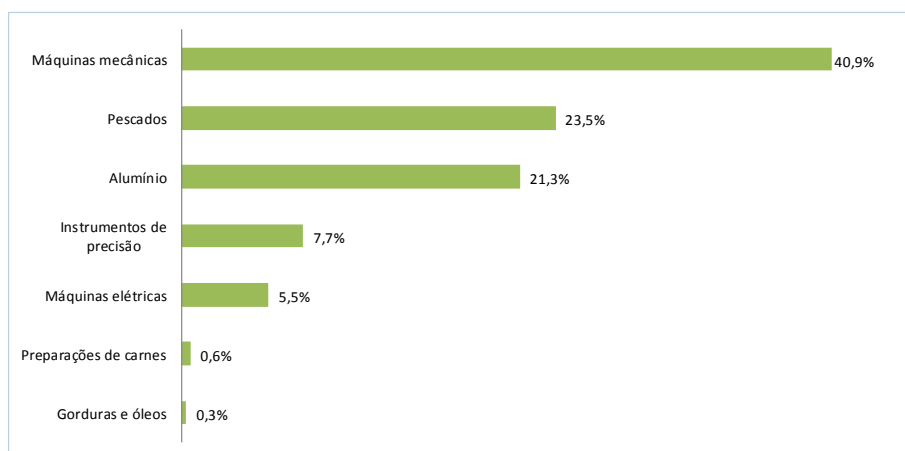


**Composição das importações brasileiras originárias da Islândia**  
US\$ mil

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	1.305	8,9%	1.722	9,5%	7.005	40,9%
Pescados	6.534	44,7%	5.385	29,7%	4.027	23,5%
Alumínio	3.892	26,6%	4.749	26,2%	3.644	21,3%
Instrumentos de precisão	1.705	11,7%	2.466	13,6%	1.310	7,7%
Máquinas elétricas	176	1,2%	1.001	5,5%	938	5,5%
Preparações de carnes	0	0,0%	0	0,0%	97	0,6%
Gorduras e óleos	573	3,9%	458	2,5%	52	0,3%
<b>Subtotal</b>	<b>14.185</b>	<b>97,0%</b>	<b>15.781</b>	<b>87,0%</b>	<b>17.073</b>	<b>99,8%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>437</b>	<b>3,0%</b>	<b>2.359</b>	<b>13,0%</b>	<b>37</b>	<b>0,2%</b>
<b>Total</b>	<b>14.622</b>	<b>100,0%</b>	<b>18.140</b>	<b>100,0%</b>	<b>17.110</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015**



**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**  
**US\$ mil**

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (janeiro)	Part. % no total	2 0 1 6 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
<b>Exportações</b>					
Químicos inorgânicos	43.367	99,9%	25.437	99,4%	
Peles e couros	0	0,0%	67	0,3%	
<b>Subtotal</b>	<b>43.367</b>	<b>99,9%</b>	<b>25.504</b>	<b>99,6%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>23</b>	<b>0,1%</b>	<b>94</b>	<b>0,4%</b>	
<b>Total</b>	<b>43.390</b>	<b>100,0%</b>	<b>25.598</b>	<b>100,0%</b>	

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (janeiro)	Part. % no total	2 0 1 6 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016
<b>Importações</b>					
Pescados	461	17,8%	210	36,2%	
Alumínio	661	25,5%	183	31,5%	
Instrumentos de precisão	344	13,3%	106	18,3%	
Gorduras e óleos	0	0,0%	57	9,8%	
Máquinas mecânicas	224	8,6%	14	2,4%	
Máquinas elétricas	902	34,8%	8	1,4%	
Plásticos	2	0,1%	1	0,2%	
Ferramentas	0	0,0%	1	0,2%	
<b>Subtotal</b>	<b>2.594</b>	<b>99,9%</b>	<b>580</b>	<b>99,9%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>2</b>	<b>0,1%</b>	<b>0</b>	<b>0,1%</b>	
<b>Total</b>	<b>2.596</b>	<b>100,0%</b>	<b>580</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

Aviso nº 176 - C. Civil.

Em 11 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador VICENTINHO ALVES  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor GEORGE MONTEIRO PRATA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Noruega e, cumulativamente, na República da Islândia.

Atenciosamente,

EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON  
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República, substituta

À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

## **1ª PARTE - SABATINA**

**2**

## RELATÓRIO Nº , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 45, de 2016 (nº 173, de 27 de abril de 2016, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO CESAR DE CAMARGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente de Samoa, em Tuvalu, na República de Kiribati e no Reino de Tonga.*

RELATOR: Senador **JORGE VIANA**

Vem ao exame desta Casa a indicação, pela Presidência da República, do nome do Senhor PAULO CESAR DE CAMARGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente de Samoa, em Tuvalu, na República de Kiribati e no Reino de Tonga.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em conformidade com o disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o MRE encaminhou currículo do diplomata.

Em 29 de março de 1955, nasceu o Senhor PAULO CESAR DE CAMARGO, em Cordeirópolis – SP, filho de Ismael de Camargo e Ignes Betanho de Camargo.



Em 1978, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica, Campinas – SP. No mesmo ano, concluiu o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática. Também no Instituto Rio Branco, em 1982, frequentou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, e, em 2000, o Curso de Altos Estudos, tendo defendido a tese “Perspectivas do Comércio Eletrônico – Atuação do Itamaraty”.

Tornou-se Terceiro-Secretário em 1979 e Segundo-Secretário em 1981. Sempre por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário (1987), a Conselheiro (1995), a Ministro de Segunda Classe (2002) e a Ministro de Primeira Classe (2010).

Entre as funções desempenhadas ao longo de sua carreira, destacam-se: Primeiro e Segundo-Secretário na Embaixada em Washington (1985-1988); Primeiro-Secretário na Delegação Permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), em Montevidéu (1988-1991); Chefe da Divisão de Programas de Promoção Comercial (1993-1996); Cônsul-Geral Adjunto em Nova York (1996-1997); Conselheiro no Escritório Financeiro em Nova York (1997-1999) e na Embaixada em Ottawa (1999-2002); e Cônsul-Geral em Chicago (desde 2011).

Foi agraciado com a Ordem de Rio Branco (Brasil), no grau de Grande Oficial, no ano de 2005.

Em atendimento ao RISF, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo MRE sobre Nova Zelândia, Estado Independente de Samoa, Tuvalu, República de Kiribati e Reino de Tonga. O documento informa sobre dados básicos dos países, de suas políticas interna e externa, economia e, ainda, sobre suas relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados. Adicionalmente, nos termos da Decisão do Plenário desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de 14 de maio de 2015, fundamentada no inciso IV do art. 383, do RISF, foi recebido por esta Casa o relatório de gestão do Chefe de Posto ao final de sua missão.

A Nova Zelândia, monarquia parlamentarista, é o segundo maior país da Oceania, formado por um arquipélago com mais de trinta ilhas. Aproximadamente 70% da população é de ascendência anglo-saxã, cerca de

15% de maori e cerca de 16% de asiáticos e polinésios não maori. O país ocupa a nona posição mundial no que tange ao índice de desenvolvimento humano (IDH) e detém a 24ª posição entre as mais altas rendas *per capita* no mundo.

Cuida-se de país desenvolvido e de forte tradição democrática. A Rainha Elizabeth II é chefe de Estado representada pelo Governador-Geral. Em 1993, o sistema eleitoral bipartidário foi substituído pelo proporcional misto. Apesar disso, os Partidos Trabalhista e Nacional continuam a se revezar no poder e, desde a década de 1980, vêm adotando políticas de liberalização econômica, eliminação de subsídios ao setor agrícola, redução das tarifas de importação, privatização de estatais e diminuição dos fatores de proteção social do Estado do bem-estar social. Em 2015, os temas sociais voltaram a se destacar, pois foram anunciados benefícios sociais.

Em termos de política externa, a Nova Zelândia defende o multilateralismo e o Direito Internacional, e reconhece o papel central da Organização das Nações Unidas (ONU). Austrália, Estados Unidos da América, União Europeia e Japão são seus maiores parceiros comerciais, mas a diplomacia da Nova Zelândia também atribui importância aos países do Pacífico insular e tem interesse em fortalecer relações com países da Ásia, em especial, China e sudeste asiático, com o fim de firmar acordos de livre comércio.

No âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), o país defende a liberalização do comércio agrícola internacional. Ainda sobre questões comerciais, estima-se que a Parceria Transpacífico possa trazer benefícios em torno de US\$ 300 milhões por ano para sua economia.

O comércio bilateral Brasil-Nova Zelândia apresenta potencial de crescimento. Em 2015, exportamos um total de US\$ 64,2 milhões e importamos US\$ 56 milhões. Predominam, em nossa pauta de exportação para a Nova Zelândia, produtos manufaturados (cerca de 49% do total), seguidos dos produtos básicos (43%) e dos semimanufaturados (8%). Em 2014, quase 90% de nossas importações foram de produtos manufaturados, seguidos de básicos e semimanufaturados.

Ainda segundo o documento informativo do MRE, a análise do cruzamento estatístico entre a pauta brasileira de exportação e importação, em 2013, identificou a existência de potenciais oportunidades para vários segmentos

do setor produtivo brasileiro, a saber: i) petróleo e derivados; ii) veículos automóveis; iii) veículos para o transporte de mercadorias; iv) medicamentos; v) preparações alimentícias; vi) partes de turborreatores e turbinas; vii) partes de aviões e helicópteros; viii) óxidos de alumínio; ix) tratores; e (x) pneumáticos.

No Relatório de Gestão encaminhado pelo Embaixador Eduardo Gradilone Neto, em final de missão na Embaixada em Wellington, foram destacadas algumas razões pelas quais o relacionamento do Brasil com a Nova Zelândia mostra-se importante. Ele destaca, entre outros aspectos: i) a Nova Zelândia é um país com alta credibilidade e destacada atuação no plano internacional, com posições relativamente independentes e coincidentes com as brasileiras (subsídios agrícolas, meio ambiente etc.); ii) o país constitui ponte para o Pacífico Insular e também entre o Ocidente e a Ásia; e iii) Brasil e Nova Zelândia são países que integram grupos multilaterais e desenvolvem ações conjuntas, com destaque para iniciativa recente que consiste no programa de cooperação agrícola triangular com o Suriname, cujo esquema poderia servir de modelo para países de menor desenvolvimento, em especial aqueles situados nas ilhas do Pacífico, com uso de tecnologias tropicais desenvolvidas pelo Brasil.

O Estado Independente de Samoa, país com o qual o Brasil mantém relações diplomáticas desde 2005, conta com população inferior a duzentos mil habitantes. Seus principais parceiros internacionais são Austrália, Nova Zelândia e países da Comunidade do Pacífico.

Considerando que a agricultura de subsistência, ao lado da pesca, responde pela maior parte do Produto Interno Bruto samoano, existe interesse em estabelecer com o Brasil cooperação na área agrícola (coco, banana, café e cacau). Aquele país enfrenta desafios em matéria de desenvolvimento sustentável, no que diz respeito a problemas de erosão de solos e de declínio de estoques pesqueiros, sobretudo em razão das perdas florestais. Há, desse modo, interesse em conhecimento de áreas de manejo de florestas e reflorestamento.

Com Tuvalu, por sua vez, há potencial para cooperação em áreas como mudança do clima, treinamento e qualificação profissional, futebol e aviação civil. O país tornou-se membro da ONU em 2000 e as relações diplomáticas com o Brasil se estabeleceram em 2006.

Em 2010, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com Kiribati. Verificam-se possibilidades de cooperação no campo da saúde, em termos de contratação de médicos, dentistas e construção de hospitais.

Por fim, Brasil e Tonga, cujas relações diplomáticas se estabeleceram apenas no ano de 2011, compartilham posições sobre temas de relevo na agenda internacional, tais como meio ambiente, mudança do clima e desenvolvimento sustentável; cooperação agrícola no âmbito da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO); Direito do Mar; segurança energética e alimentar; e desarmamento e não proliferação de armas.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

EMBAIXADA DO BRASIL EM WELLINGTON  
EMBAIXADOR EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO

Relatório de gestão

PERÍODO 2012-2016

## INTRODUÇÃO

1. Conforme determinação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, apresento relatório simplificado da minha gestão como Embaixador em Wellington entre os anos de 2012 e 2016. Com o intuito de situar e dar contexto às considerações que farei quanto às ações realizadas, às principais dificuldades encontradas e às sugestões que teria para o meu sucessor, teço comentários preliminares sobre a Nova Zelândia, inclusive para explicar por que um país distante e com apenas 4,5 milhões de habitantes é importante para o Brasil.

2. Começaria lembrando que a Nova Zelândia tem alta credibilidade e destacada atuação no plano internacional, com posições relativamente independentes e coincidentes com as brasileiras em vários temas - tais como subsídios agrícolas, desarmamento, meio ambiente e outros -, o que favorece apoios recíprocos em foros multilaterais, em benefício dos interesses das políticas externas dos dois países. Tem reputação de país sério, responsável e construtor de consensos no âmbito multilateral, um atributo que nos aproxima e nos qualifica como atores relevantes em negociações internacionais.

3. A Nova Zelândia, além disso, é uma importante ponte para o Pacífico Insular, onde tem forte influência. Presta cooperação intensa e de alta visibilidade às ilhas da região, dentre elas as quatro em que temos Embaixadas cumulativas não residentes – Samoa, Tonga, Kiribati e Tuvalu – e ainda Ilhas Cook, com as quais estabelecemos relações diplomáticas em 2015. Quem visita esses países, onde não temos embaixada residente, constata a magnitude da presença neozelandesa, estampada nos cartazes de identificação dos projetos de cooperação que financia, nas embarcações e aviões que atracam em seus portos e aeroportos para diferentes finalidades e nas manifestações das autoridades locais, que costumam recompensar a assistência "kiwi" (denominação carinhosa dada aos neozelandeses em alusão à sua ave nacional) com votos em organizações internacionais.

4. Em vários aspectos o país é também uma ponte entre a Ásia e o Ocidente. Auckland, com cerca de 1,5 milhão de habitantes, se autoqualifica como uma das cidades ocidentais mais "asiáticas" do mundo. Já é uma das metrópoles que oferece melhores condições de vida e está em obras com o objetivo de se tornar em 2030 um dos maiores centros tecnológicos, industriais e de serviços do planeta, além de "hub" de escala de voos entre a América Latina e a Ásia-Pacífico. Isso daria melhores condições para viabilizar a proposta feita à nossa Presidenta em 2013 pelo Primeiro Ministro John Key, no sentido de que estabelecêssemos parcerias para a venda à China de produtos agrícolas dos nossos países.

5. Brasil e Nova Zelândia colaboram em vários grupos multilaterais (agricultura, temas nucleares etc) e recentemente iniciaram programa de cooperação triangular com o Suriname, na área agrícola, esquema que poderia se estender a outros países de menor desenvolvimento de nossas regiões, especialmente ilhas do Pacífico nas quais pudessem ser utilizadas tecnologias tropicais desenvolvidas pelo Brasil. Isso atenderia ao propósito da nossa política externa de aumentar a presença brasileira naquela região.

6. Também em termos de intercâmbio bilateral a Nova Zelândia é importante para o Brasil. Uma média de 3 mil brasileiros realiza estudos nesse país a cada ano e, se em termos de balança comercial os números são modestos devido à distância e à semelhança das nossas pautas de exportação (segundo o MDIC baixaram de mais de US\$ 300 milhões nos dois sentidos em 2014 para menos de US\$ 200 milhões em 2015), são expressivos os investimentos neozelandeses no Brasil, principalmente na área de laticínios (a Nova Zelândia é uma referência mundial nesse campo), e há bom potencial para aumento dessas e de outras inversões.

7. Voltando ao plano internacional, se havia alguma dúvida sobre as boas credenciais e, portanto, sobre a importância da Nova Zelândia como parceira do Brasil, provavelmente deixou de existir após sua eleição como membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU no período de 2015/2016, vencendo com folga na primeira rodada países de peso a como a Turquia e a Espanha, esta última posteriormente eleita para a vaga remanescente.

8. Muitas outras razões fazem com que a Nova Zelândia mereça a atenção do Brasil. O país é conhecido por suas belezas, por seu respeito à natureza, por sua produtividade agrícola, por sua política de desnuclearização total, pelo jeito

relaxado do seu povo, por sua adoração aos esportes, pela excelência da sua educação, pelo intenso uso de tecnologias avançadas nos setores produtivos, por seus altos índices de desenvolvimento econômico e social, por seu elevado conceito internacional - conforme já mencionado -, pelo bom funcionamento das suas instituições e por suas credenciais democráticas. Lembro aos Senhores Senadores que o Parlamento neozelandês é um dos que estão em funcionamento contínuo há mais tempo no mundo, sem quaisquer interrupções por guerras, distúrbios civis ou turbulência política desde a sua criação em 1854. Dele proveio em 1893 a primeira legislação garantindo voto às mulheres. Em muitos aspectos a Nova Zelândia pode ser considerada um país modelar. Por outro lado, e sem pretensão de fazer uma análise mais profunda, mas apenas organizando observações colhidas no dia a dia, creio que três peculiaridades distinguem o país e são chaves para compreendê-lo.

9.A primeira e mais importante delas talvez seja a forma singular da presença e inserção dos Maori (o termo é usado apenas no singular) na sociedade local. Chegados séculos antes em levadas migratórias que podem ter partido do Taiti ou de Taiwan, superando dificuldades maiores do que as encontradas pelos navegadores portugueses e espanhóis nos séculos XVI e XVII, já estavam perfeitamente assentados e tinham nomeado praticamente todos os pontos geográficos do país quando o holandês Abel Tasman nele tentou aportar sem sucesso em 1642. Passaram-se mais de cem anos até que o inglês James Cook o fizesse, em 1770, dando início ao fluxo de europeus. Após períodos de aproximação e conflitos, lideranças Maori e dos "pakehas" (europeus ou não Maori) assinaram em 1840 o Tratado de Waitangi, que estabeleceu as bases da convivência entre os Maori e a Coroa britânica.

10.Esse Tratado, de apenas três artigos e sem similar no mundo, é considerado a "certidão de nascimento da Nova Zelândia". Continua não só em pleno vigor como está reforçado por leis e instituições responsáveis por sua implementação. Hoje o "Te Reo" (idioma) Maori é uma das línguas oficiais da Nova Zelândia (além do inglês e da linguagem de sinais). O hino nacional é cantado primeiro em Te Reo e depois em inglês. Todas as cerimônias oficiais têm início com saudações Maori. Os Maori são assim exemplo raro de civilização que não foi destruída ou assimilada totalmente pela dos colonizadores, sendo componente inseparável da identidade da Nova Zelândia e do neozelandês. Essa é uma das justificativas para os vários projetos da Embaixada destinados a aproximar Brasil e Nova Zelândia também por intermédio das suas comunidades nativas.

11. Um segundo elemento que considero importante para a compreensão da Nova Zelândia é a permanente tensão entre, de um lado, a busca de afirmação de uma identidade própria, autônoma e moderna e, de outro, a forte ligação com a Grã Bretanha e demais países integrantes da comunidade de inteligência denominada "Five Eyes", que inclui também Austrália, Estados Unidos e Canadá. A Rainha da Inglaterra, que é também a da Nova Zelândia, é muito popular no país, sendo inclusive reconhecida pelo Rei Maori (resquício de um movimento que buscou estabelecer um reinado nativo com soberania sobre todo o país). Tudo o que se refere à Família Real britânica tem grande e favorável repercussão na Nova Zelândia. A "Union Jack" (denominação da bandeira do Reino Unido) sobreviveu a referendo recente que poderia tê-la excluído como parte da bandeira nacional. Embora a ascendência da China como um dos principais parceiros comerciais e a crescente presença asiática no país funcionem como contrapontos à ocidentalidade neozelandesa, esta continua firmemente ancorada em sólidos pilares, reforçados ao longo da história com a participação do país em muitas guerras ao lado daqueles aliados, desde a dos Boers na África do Sul no final do século XIX e início do XX, passando pelas duas guerras mundiais e outras intervenções mais recentes.

12. Tais guerras contribuíram para a consolidação da identidade nacional e para a inserção dos Maori na sociedade neozelandesa (para o que também muito contribuiu o rúgbi). Poucos países reverenciam de forma tão solene e frequente suas glórias e desfortunas em batalhas e seus heróis tombados. Sendo a monarquia e a participação nas guerras mundiais dois elementos comuns na história dos nossos países, vários projetos de divulgação do Brasil desenvolvidos pela Embaixada buscam explorar esses vínculos, dada a ressonância que têm junto à sociedade local.

13. Uma terceira característica da Nova Zelândia e dos neozelandeses seria a forma peculiar de o país utilizar na esfera governamental e dos serviços públicos certos conceitos, técnicas e práticas do mundo privado, procurando mesclar criatividade, pragmatismo e vanguardismo. Percebe-se isso por exemplo em frases de ampla circulação similares a declarações de objetivos de empresas, do tipo "smart, clean and green New Zealand" ("Nova Zelândia esperta, limpa e verde"), "New Zealand is a trading nation" ("a Nova Zelândia é uma nação mercante") etc., que buscam ao mesmo tempo ressaltar atributos e evidenciar metas do país.

14. Uma afirmação utilizada quase como mantra na retórica local é a de que "a Nova Zelândia golpeia sempre acima da cintura". A frase, que tem variantes, possui duplo significado. Primeiro, o de que o país é correto e leal, ou, como se



repete aqui, que busca ser sempre um bom, honesto e confiável cidadão global ("good global citizen"). Segundo, o de que a Nova Zelândia costuma fazer e conseguir mais do que seu tamanho e condições a rigor lhe permitiriam. Sendo tão fortemente disseminadas e apropriadas pela generalidade da educada população, tais afirmações contribuem para instilar autoconfiança, funcionam como profecias que se autorrealizam e atuam como força motivadora para que a Nova Zelândia e os "kiwis" se empenhem com rigor para corresponder às expectativas que geram, esforço que repercute favoravelmente nos índices de produtividade e competitividade do país, o que é vital para a sua crescente economia, que depende fortemente da demanda de outros países, para onde é exportada, por exemplo, 95% da sua produção agrícola.

15. Assim é que a Nova Zelândia detém hoje liderança em tecnologias de ponta e práticas com potencial de se tornarem padrões e condicionarem o comércio internacional à sua adoção, como recenseamento pecuário e monitoramento de animais com aplicativos de celulares, utilização de isótopos para determinação do local de origem de produtos agrícolas etc. Muitas inovações de efeitos práticos estão em processo de desenvolvimento intensivo em vários outros setores, resultantes da aplicação de nanotecnologia na área médica, de impressoras 3D para a construção de edifícios e de tecnologias novas para lançamento de foguetes a custos reduzidos, que podem tornar obsoletos os métodos e equipamentos utilizados hoje para tal fim.

16. É por isso que várias missões brasileiras visitam a Nova Zelândia para acompanhar tais desenvolvimentos, compará-los com o que estamos fazendo e nos preparar para eventuais novos cenários de competição no mercado internacional. Se nesses casos tal acompanhamento é vital, em outros pode nos proporcionar subsídios ou servir de inspiração. Por exemplo, estão em contínuo aperfeiçoamento e reforço projetos destinados a transformar o país no destino ideal de turistas, estudantes, pesquisadores e cérebros em geral. O turismo, a propósito, se transformou numa das principais fontes de divisas para o país, não só por suas belezas, mas também porque a Nova Zelândia o promove com muita competência, mediante várias estratégias integradas e ampla distribuição de material impresso de alta qualidade e clareza sobre tudo o que o país tem a oferecer em termos de turismo radical, de aventura, ecológico, vinícola e ligado à cultura maori. Em 2015 um recorde de 3,2 milhões de turistas estiveram na Nova Zelândia. Isso corresponde a mais de 70% da população ou quase 12 turistas por quilômetro quadrado, enquanto no caso do Brasil, que recebeu 6,4 milhões de visitantes em 2014, esses índices são de 3% e 0,75, respectivamente.

17.A educação, outro ponto de excelência e fonte importante de divisas, também é promovida mediante legislação específica de proteção ao estudante estrangeiro e políticas estratégicas de atração de alunos de outros países, com programas que estimulam afeição à Nova Zelândia e levam os estudantes a permanecer aqui ou para cá retornar, inclusive para o exercício das profissões relativas aos cursos realizados. Há intensa integração entre universidades, instituições de pesquisa e setores produtivos, com a elaboração de currículos destinados a capacitar desempenho de profissões específicas.

18.O tamanho, a insularidade, os seus recursos humanos e naturais, a história e outros fatores, conjugados com o que modelos de comparação de países designariam como alto índice de determinação, contribuem para que a Nova Zelândia - apesar da qualificação dos seus governantes de que em certos aspectos ainda não é um país plenamente desenvolvido - ostente elevados níveis de bem estar e tenha instituições fortes atuando a contento da população. Com um sistema unicameral que funciona com características do britânico, inclusive quanto ao formato das perguntas e concessão de plena voz à aguerrida oposição, a atividade parlamentar é acompanhada permanentemente e com rigor pela sociedade e pela mídia, famosa por sua liberdade e pela forma direta e não raro constrangedora de fazer questionamentos aos governantes.

19.Tanto essas autoridades como as instituições governamentais são em geral bem vistas pelos neozelandeses, que no entanto não perdoam qualquer deslize, pois há no país grande valorização do bom comportamento, da honestidade e da integridade. O respeito à lei e ao que é certo parece um imperativo impregnado na mentalidade do neozelandês padrão. O tamanho reduzido do país e a sua pequena população facilitam monitoramento por instrumentos de fiscalização que novas tecnologias hoje disponibilizam. São rígidos os controles de entrada de bens e pessoas no país, bem como internamente em matéria de trânsito e ordem pública. Nos últimos anos tem se observado tendência de maior rigor com respeito a limites de velocidade, dosagem alcoólica para motoristas, utilização de drogas recreativas ("legal drugs") etc. Há, por outro lado, grande transparência na prestação dos serviços públicos, com intenso uso da Internet e mídias sociais. As eleições e referendos - como o que recentemente decidiu pela manutenção da atual bandeira - utilizam sistemas de votação por correio.

20.Os terremotos e outros acidentes naturais de intensidade e localização variadas são mais ou menos frequentes e de ocorrência incerta, o que contribui para o reforço do espírito comunitário e de solidariedade na sociedade neozelandesa, que está permanentemente envolvida em exercícios de simulação de catástrofes.

Também como expressão do espírito "kiwi" de tirar sempre algo positivo das suas adversidades, estão em curso grandes projetos de reconstrução iniciados após os trágicos terremotos de Christchurch de 2010 e 2011 e aumentaram os recursos destinados à prevenção de desastres e ao avanço de ciências geológicas, marinhas, espaciais e outras ligadas à natureza.

21. Uma panorâmica sobre a Nova Zelândia permitiria observar as seguintes outras características do país. A sociedade é relativamente igualitária e informal, inclusive nas camadas mais abastadas. Veem-se nas ruas pessoas com pés descalços ou chinelos de dedo e calções, mesmo no frio. Não há maiores deslumbramentos com celebridades ou pessoas de grande riqueza. Há grande gosto por socialização (com certo exagero de consumo de bebidas alcoólicas pelos jovens, talvez como forma de descarga à rigidez social) e rica vida cultural, com ótimos cafês, bares e restaurantes, que buscam ser criativos, de moda e saudáveis, sempre com horários de fechamento no máximo às 22 horas. É bom para os locais o sistema de assistência médica e psicológica. Há excelentes museus e bibliotecas, bem como internet gratuita em muitos lugares. Há grande paixão por esportes, principalmente o rúgbi, de que a Nova Zelândia é bicampeã mundial. Prática de pesca, camping, percurso de trilhas, escaladas, caça e de outras atividades em água, montanhas e parques parecem fazer parte do "ser kiwi".

22. Há intenso calendário de feiras agrícolas, industriais e de novas tecnologias, mercados de fim de semana ao ar livre com apresentações musicais de grupos de diferentes nacionalidades e estilos variados. Os noticiários de TV são razoáveis, com bons programas de entrevistas e análises. Há ótimas rádios, em particular a Rádio New Zealand, que tem frequências dedicadas a notícias e a concertos. Os jornais impressos são provincianos e fracos em informações e análises sobre assuntos que não sejam locais. Mas existem bons "think tanks" e revistas de relações internacionais, com foco para as regiões da Oceania e da Ásia-Pacífico.

23. A comunidade brasileira, de cerca de 5 mil nacionais, é positiva, dinâmica e bem conceituada. Assim como outras, é bem recebida pelo espírito aberto dos neozelandeses, que apreciam e frequentam os inúmeros eventos que se realizam para divulgação de culturas e tradições de outros povos. Há vários grupos de capoeira, futebol, futevôlei, samba e batucada com integrantes "kiwis", sendo o Wellington Batucada o mais famoso e quase sempre presente e aclamado em festividades e competições com grande público.

24.Festivais de música, teatro, cinema e outras manifestações culturais são frequentes, sendo que algumas delas se tornaram famosas e altamente concorridas por sua criatividade, beleza e qualidade, como o WOW - Word of Wearable Arts, o WOMAD NZ - World Festival, o New Zealand Festival, o SEVENS de Wellington etc. A Nova Zelândia, cabe lembrar, é o país do cinema e das grandes produções cinematográficas, sendo Wellington a sede da Weta Studios de Sir Peter Jackson (Senhor dos Anéis, O Hobbit, etc.). Os personagens e as trilhas dos seus filmes protagonizam os criativos e internacionalmente conhecidos vídeos de segurança da empresa aérea nacional Air New Zealand, constituindo mais uma atração turística do país.

25.Finalmente, caberia assinalar que a vida diplomática e social é intensa em Wellington (a cidade mais ventosa do mundo!), onde o corpo diplomático tem bom nível, o que favorece útil intercâmbio de informações e realização de consultas e gestões sem maiores dificuldades. O GRULAC - Grupo Latino-americano e caribenho - é muito unido e desenvolve várias atividades conjuntas, inclusive um famoso festival anual de cinema, ao qual me refiro mais adiante. É fácil o acesso às altas autoridades do governo. O Cerimonial da Chancelaria é dedicado e zeloso no cumprimento das suas tarefas, embora pouco sensível a certas sutilezas. Embaixadores que chegam, por exemplo, são advertidos quanto às consequências de eventual mau comportamento.

26.Feitas tais considerações, passo a abordar mais especificamente dos tópicos que se referem à atividade do Posto, conforme determinado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. Em caixa alta estão assinalados os principais pontos a ter presente.

#### AÇÕES REALIZADAS

27.Ficaria muito extensa uma enumeração de tudo o que foi feito pela Embaixada durante quase quatro anos em termos de informação, representação, negociação e proteção de brasileiros, funções clássicas dos diplomatas e dos Postos sob suas chefias. Centenas de telegramas de informação e análise buscaram dar conhecimento à Secretaria de Estado em Brasília sobre tudo o que de mais importante ocorreu no período envolvendo a Nova Zelândia ou tendo o país como ponto de observação. O trabalho de representação foi intenso, pois houve grande número de celebrações, solenidades, visitas, viagem de trabalho, reuniões, briefings e outras ocasiões - inclusive conferências internacionais (como a SIDS – Small Island Developing States Conference em Samoa) e coroações (como as do Rei de

Tonga e do Rei Maori) - em que o Brasil teve que se fazer presente, tendo sido igualmente muito movimentada a atividade social, com almoços, jantares, reuniões e outros eventos na Residência e na Chancelaria em que compareceram altas autoridades do país e importantes visitantes brasileiros. Em termos de NEGOCIAÇÕES, foram inúmeras as gestões realizadas, inclusive junto a Samoa, Tonga, Kiribati, Tuvalu e Ilhas Cook (embora ainda não tenhamos cumulatividade nessa ilha) para a coordenação de posições em organizações multilaterais, para a adoção de determinados documentos nesses foros, para a obtenção de apoio a candidaturas brasileiras em organismos internacionais - como para as direções da OMC (Organização Mundial do Comércio) e da FAO (Food and Agriculture Organization), em que os votos conseguidos na área de jurisdição do Posto foram importantes para o sucesso obtido. Tendo sido Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior antes da minha designação para o Posto, dei especial atenção aos nossos nacionais aqui residentes, ao setor consular e à proteção dos interesses de pessoas físicas e jurídicas brasileiras, neste último caso através do SECOM, mesmo que esse setor não conte ainda com nenhum servidor além da chefia. Em 2015, após vários anos em que isso não pode ser feito por falta de recursos financeiros, foi realizado consulado itinerante na cidade de Auckland. O setor consular hoje providencia no mesmo dia praticamente tudo o que lhe é solicitado.

28.Faço registro, no entanto, de realizações que me parecem mais importantes além das relacionadas ao cumprimento das atribuições regulares do posto, começando a enumeração com as mudanças da residência e da chancelaria para imóveis melhor localizados, mais seguros, maiores e mais apropriados a uma missão diplomática brasileira que desenvolve tradicional e concorrida programação cultural, que tem um movimento consular intenso devido ao perfil da nossa comunidade e ao interesse dos "kiwis" pelo Brasil nesses anos em que sediamos megaeventos (Copa das Confederações, Rio+20, Copa FIFA de Futebol e, em breve, Olimpíadas), que passou a ter quatro cumulatividades no Pacífico Insular e que ganhou ainda mais relevância político-diplomática com a presença da Nova Zelândia no Conselho de Segurança da ONU. Tais mudanças, que foram e continuam sendo unanimemente elogiadas pelos visitantes da Embaixada, deram importante sinalização brasileira de que o nosso país atribui alta relevância às relações com a Nova Zelândia e colocaram o Posto em condições de passar a atuar em patamar mais elevado, assim que estiver com lotação completa de pessoal.

29.Um desdobramento da mudança foi a montagem de sala multifuncional nas novas dependências da chancelaria, que permitiram dobrar (para cerca de 80) o número médio por sessão de convidados aos eventos culturais do Posto, que têm apoio do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores. A

embaixada logrou assim manter e reforçar a reputação de ter a mais divulgada, concorrida e regular programação cultural dentre as que são realizadas pelas representações diplomáticas sediadas em Wellington, o que é de importância fundamental tendo em vista a alta prioridade atribuída pelo Posto à divulgação do Brasil na Nova Zelândia, onde o conhecimento sobre o nosso país é ainda muito limitado, apesar da educação da população, o que pode estar inibindo negócios, intercâmbios e outras formas de relacionamento mutuamente benéficos entre os nossos países. Novas estratégias de confecção e distribuição de folhetos, convites eletrônicos e outros tipos de comunicação a destinatários selecionados dos mais diferentes setores ampliaram consideravelmente a popularidade dos programas "Filmes na Embaixada" e "Tópicos Brasileiros". A nova sala também tem sido utilizada para reuniões de pais e crianças brasileiras, professores de língua portuguesa, seminários e reuniões de promoção comercial, palestras de autoridades e visitantes etc. Em fevereiro de 2016 abrigou seminário sobre oportunidades de negócios e investimentos em Goiás com a presença do Governador Marconi Perillo.

30. Também cabe registro da mudança de toda a lotação de pessoal da embaixada desde a minha chegada em julho de 2012 - seja no tocante a diplomatas e outros funcionários do quadro, seja com relação a contratados locais. Todos os atuais servidores do Posto são competentes, dedicados, responsáveis e de bom relacionamento. Foi renovada a nomeação da excelente Cônsul-Honorária em Auckland e está sendo designada uma Vice-Cônsul-Honorária para auxiliá-la e substituí-la durante eventuais ausências.

31. Uma realização substantiva muito importante do Posto foi o lançamento de uma série de iniciativas que poderiam ser rotuladas de PROJETOS MAORI. Dada a importância dessa comunidade étnica na Nova Zelândia, foram desenvolvidas ações com o fim de aprimorar o conhecimento sobre as comunidades nativas dos nossos dois países, estimular diálogo entre elas e viabilizar parcerias entre ambas. Foi assim vertida para a língua Maori a edição número 19 da série Textos do Brasil sobre "Culturas nativas brasileiras" publicada pelo Departamento Cultural do MRE, que havia sido distribuída aos participantes da conferência RIO + 20 de 2012. A obra foi lançada no Museu Te Papa em dezembro de 2013, quando foi abençoada em cerimônia maori. Em março de 2013 o primeiro ministro da Nova Zelândia, John Key, realizou visita oficial ao Brasil, que acompanhei. Na ocasião recebeu protótipo do livro das mãos da Presidenta brasileira. A versão definitiva foi distribuída a milhares de instituições Maori de Aotearoa (nome Maori da Nova Zelândia). Também no final de 2013 houve seminário na Embaixada sobre as culturas indígenas do Brasil e da Nova Zelândia, com a participação de antropóloga brasileira ex-presidente da FUNAI e alta liderança Maori. Nele foi apresentado pela primeira vez o projeto Tutakitaki, que mescla músicas, letras e instrumentos dos

nossos países e dos nossos habitantes nativos. Os Projetos Maori singularizam a Embaixada do Brasil em Wellington e abrangem adicionalmente participação em festivais de cinema Maori com patrocínio de prêmios, em "powhiris" (cerimônias de boas-vindas) e em retiros em Maraes (casas de reunião Maori). A Embaixada, além disso, tem dado pleno apoio a linguistas brasileiros que vêm à Nova Zelândia estudar estratégias de preservação da língua e da cultura indígenas e colaborou para viabilizar a participação de delegação maori aos primeiros jogos mundiais indígenas realizado no estado do Tocantins em outubro de 2015.

32. Também de ressaltar em termos de realizações no período foi a efetivação prática das cumulatividades do posto, com a apresentação de minhas credenciais aos governos de Samoa, Tonga, Kiribati e Tuvalu como o primeiro embaixador brasileiro nessas ilhas a fazer isso. Nessas ocasiões foram feitos importantes contatos com autoridades e representantes de variados setores locais, criando-se as bases para um relacionamento mais estreito e mutuamente proveitoso entre os nossos países. Também tive oportunidade de co-presidir cerimônia de assinatura de comunicado conjunto de estabelecimento de relações diplomáticas Brasil-Ilhas Cook, em evento realizado na embaixada com a presença do primeiro-ministro daquelas ilhas.

33. Registro também que em 2013 o Brasil foi o país coordenador do 12º Festival de Cinema da América Latina e Espanha tendo implementado inovações que aumentaram a assistência e a difusão do evento no país, tais como o estabelecimento da gratuidade dos ingressos, a criação de "kits" para envio a cidades e instituições que desejassem apresentar os filmes e a elaboração por nossa embaixada dos modelos de impressos, que trouxe grande economia de recursos. A embaixada também prestou todos os anos apoio à realização do Festival, promovido por ex-contratado local do posto, sendo que em 2014 estive na cidade de Nelson para participar da sua quinta edição e proferir palestras sobre o Brasil. Também apoiou financeiramente, ou com a minha presença em premiações, competições de capoeira, futevôlei e outros eventos organizados pela comunidade brasileira, inclusive em outras cidades da Nova Zelândia, além de Wellington.

34. Cabe destaque a evento especial organizado pela embaixada em dezembro de 2015 para a promoção dos jogos olímpicos no Brasil, ao qual compareceram as mais altas autoridades locais ligadas ao assunto. Pela primeira vez a Chancelaria foi utilizada para abrigar recepção de grande porte e grande número de convidados, com apresentação de shows de dança e de conjuntos musicais brasileiros, demonstrações de habilidade com bola de futebol ("embaixadinhas"), serviço de catering etc. Só recebeu mais gente nas transmissões ao vivo na sala multifuncional

dos jogos da seleção brasileira de futebol na copa do mundo fifa que se realizou no brasil em 2014. A propósito, registro que em julho de 2015 estive com minha mulher em Auckland representando o nosso país no grande jantar de gala oferecido pelo primeiro ministro John Key para promover a participação das equipes e atletas neozelandeses nas olimpíadas deste ano no rio de janeiro.

35. Seria ainda de destacar que a celebração da festa nacional do brasil tornou-se um evento conhecido, esperado todos os anos e concorrido pela variedade e criatividade das atrações apresentadas. Em 2012 e 2013 foram realizadas nas dependências de estilo Marae denominada Wharewaka, em 2014 na Universidade Massey e em 2015 na Escola de Dança (New Zealand School of Dance), com acréscimo a cada ano de algo novo. Nessa última houve recepção dos convidados com Kapa Haka (dança de combate, desafio ou boas-vindas maori) executado por 60 alunos da escola, benção Maori do CD de músicas do projeto Tutakitaki, seguida de execução ao vivo de algumas faixas, apresentação de dança dos dois bailarinos brasileiros da escola, baseada em obra de compositor nacional, e fecho com apresentação de samba e do Wellington Batucada.

36. Finalmente, creio ser necessário mencionar uma outra dimensão do trabalho diplomático, que é a do que é realizado pelos cônjuges, à margem e adicionalmente ao que faz o corpo diplomático como grupo. Além de cuidar de toda a atividade social da Residência, que é intensa, minha mulher participa quase diariamente de reuniões, visitas e outros eventos organizados pelo SHOM - Spouses of Heads of Mission (Esposas dos Chefes de Missão), grupo da qual é Coordenadora de Atividades. Oferece a residência para cafés da manhã, almoços e jantares para autoridades e personalidades, iniciativas beneficentes etc. Paralelamente estabelece e mantém outros contatos importantes, como mais recentemente com a esposa do Governador-Geral, que visitará o Brasil durante os Jogos Olímpicos e que retornará ainda neste ano ao nosso país para fins de turismo.

#### Principais Dificuldades Encontradas

37. Uma primeira dificuldade a assinalar é a falta de maior conhecimento que se observa na Nova Zelândia a respeito do Brasil. Os "kiwis" adoram o nosso país mas não nos conhecem bem. Falta de maior conhecimento inibe negócios, investimentos, turismo, intercâmbios e estabelecimento de outros tipos de relacionamento mais profundo. Daí a grande importância dos projetos culturais da Embaixada. A Nova Zelândia tem forte ligação histórica com países desenvolvidos do Ocidente, proximidade e muitos vínculos com a Austrália e o Pacífico Insular,



tem a China e várias nações asiáticas como importantes parceiros comerciais e de todos recebe muitos imigrantes e manifestações culturais. Os Embaixadores do Grulac trabalham em conjunto para se destacar nessa profusão de opções e chamar a atenção para a nossa região, desenvolvendo paralelamente projetos para divulgar seus próprios países. A Argentina tem a vantagem da prática do rúgbi - que é a paixão nacional neozelandesa - como esporte também popular, e do novo voo direto Auckland-Buenos Aires da Air New Zealand. O Chile a da maior proximidade, do voo direto da Lan Chile para Santiago e dos Rapanui da Ilha de Páscoa, que têm ligações com os maoris. Cuba, além de já estar há algum tempo sob a mira das atenções locais, a de ter o mesmo nome de rua em Wellington que virou ponto de atrações internacionais, sobretudo latino-americanas (embora a denominação não tenha relação com o país, mas sim com o de uma das primeiras embarcações que trouxe grupo de colonos à cidade, em 1840). O México tem seus restaurantes, suas exposições astecas e sua conhecida política de promoção do país. O Brasil tem como obstáculos essas concorrências, as dificuldades de se diferenciar sem romper sua ligação com o contexto latino-americano e os cortes drásticos das verbas nos últimos anos.

38.Outro problema que a Embaixada encontra para promover o Brasil na Nova Zelândia, estreitar o relacionamento político-diplomático entre os dois países, alavancar projetos conjuntos e explorar novas possibilidades de intercâmbio nas áreas comercial, cultural, educacional, de ciência e tecnologia e outras é o reduzido número de visitas de altas autoridades brasileiras à Nova Zelândia. Enquanto no sentido inverso o Chefe de Governo e vários Ministros de Estado estiveram no Brasil nos últimos quatro anos, cumprindo agendas que promoveram os seus interesses, problemas conjunturais brasileiros e a distância impediram que houvesse reciprocidade. A autoridade mais importante do nosso país que esteve na Nova Zelândia no mesmo período foi o Governador de Goiás, conforme já indicado. Houve aqui apenas uma reunião do mecanismo de consultas políticas, e duas no Brasil, estando em sondagem a possibilidade de uma terceira reunião em nosso país devido à falta de verbas para deslocamento dos nossos diplomatas.

39.Uma outra dificuldade que o novo Embaixador do Brasil em Wellington em pouco tempo constatará é a de que os neozelandeses, independentemente da simpatia e de outras qualidades, são às vezes muito diretos e não muito sutis na abordagem de certos assuntos e no relacionamento com os embaixadores. Isso talvez se explique pela diferença de percepção que pode haver na Nova Zelândia sobre o papel de um Embaixador. Como os Altos Comissários (denominação dos Embaixadores na Commonwealth) neozelandeses são Selecionados diretamente pelo Ministro das Relações Exteriores, sem submissão ao Parlamento, dentre candidatos que apresentem melhores programas de trabalho para nortear suas

gestões em determinado Posto, de forma bastante semelhante a de práticas do setor privado, parece haver menor sensibilidade ao papel de representação e de canal de diálogo de um Embaixador de país com diplomacia mais tradicional e valorizadora das atribuições políticas dos seus representantes no exterior. Note-se que aqui o Secretário-Geral das Relações Exteriores tem o título de CEO (Chief Executive Officer, como numa empresa). A diplomacia neozelandesa, sobretudo após as últimas reformas da Chancelaria, que estão atualmente sob revisão, é declaradamente direcionada a resultados práticos, principalmente de natureza comercial.

40. Talvez um aspecto dessa forma de ser dos neozelandeses, de fácil constatação não apenas no relacionamento com a Chancelaria local como também com praticamente todos os demais setores da sociedade local, inclusive no mundo Maori, é a veemência com que defendem os seus próprios interesses em contraste com a aparente menor atenção que dão aos dos seus interlocutores. Parece que os "kiwis" têm dificuldade para assinalar, nos projetos que apresentam, as vantagens que trariam em termos de benefícios recíprocos, mesmo que sejam evidentes. Às vezes a Embaixada se vê compelida a propor alterações, se não quanto ao conteúdo, ao menos quanto à forma de apresentação de tais projetos, para que tenham maior receptividade junto a interlocutores brasileiros.

41. Uma grande dificuldade que prejudica a atuação do posto é a de viajar para outras cidades do país para contatos de natureza empresarial, cultural e política. Wellington não é o centro econômico-financeiro da Nova Zelândia, que está localizado em Auckland, a apenas uma hora de voo. Outras cidades no país - tais como Christchurch, Nelson, Hamilton, New Plymouth e outras - são polos de atividades importantes e são frequentemente visitadas por meus colegas do Corpo Diplomático, que igualmente realizam visitas periódicas às suas cumulações nas ilhas do Pacífico. Tais viagens poderiam ser feitas a custos bastante reduzidos se o Posto tivesse flexibilidade para adquirir passagens aéreas nas frequentes promoções de 24 horas feitas pelas companhias aéreas que disputam o mercado. A propósito, durante a minha gestão no Posto paguei inúmeras vezes com meus próprios recursos passagens para viagens de trabalho a outras cidades da Nova Zelândia, já que não tinha como justificá-las como imprescindíveis, como é preciso fazer face às severas restrições orçamentárias e financeiras em vigor. Minha mulher também custeou suas próprias viagens para reuniões protocolares e de apoio a atividades da comunidade brasileira, sobretudo em Auckland, onde reside a maioria dos nossos nacionais.

## 42. SUGESTÕES PARA O NOVO CHEFE DE MISSÃO

43. Permito-me delinear, a seguir, sugestões para o próximo Embaixador do Brasil em Wellington.

44. Familiarizar-se pelo menos com o básico da língua maori, pois isso é um abridor de portas a suas comunidades. Tendo participado de cursos e aulas privadas durante toda a minha gestão, e inclusive pernoitado em Marae com nativos, creio - numa avaliação objetiva - que talvez possa ser demasiado esse sacrifício, a não ser que haja intenção de elevar a patamares ainda mais altos o envolvimento da Embaixada com o mundo Maori. Seria importante de toda forma adquirir capacidade para fazer saudações e eventualmente proferir provérbios em Te Reo nas várias cerimônias oficiais em que os Embaixadores, pela praxe, devem se apresentar e transmitir alguma mensagem aos assistentes, como é o caso das celebrações do Waitangi Day, a data nacional neozelandesa, em 6 de fevereiro de cada ano. Dado o engajamento da Embaixada com os Projetos Maori, pode ser que tal deferência seja esperada do novo Embaixador do Brasil.

45.- Retomar tratativas sobre a contratação de dois técnicos para o Setor de Promoção Comercial, que foi autorizada pela Secretaria de Estado em Brasília mas que não pode ser efetivada por falta de espaço para tais servidores na Chancelaria antiga. As dependências para eles agora estão disponíveis e a Embaixada tem hoje quatro cumulatividades, tendo também a Nova Zelândia reforçado sua participação em vários mecanismos de liberação de comércio, havendo assim muito trabalho a ser feito pelo SECOM em termos de mapeamento de empresas e produtos e exploração de oportunidades de negócios em benefício do Brasil.

46.- Explorar, quando o SECOM tiver lotação que o permita, possibilidades de negócios com a comunidade Maori, cuja economia é hoje avaliada em cerca de US\$ 40 bilhões. Muitas "iwis" (tribos ou comunidades maoris) estabeleceram interessantes parcerias com "pakehas" especializados na aplicação de recursos financeiros. As indenizações arbitradas pelo Tribunal de Waitangi por apropriações indevidas de terras foram inicialmente mal aplicadas pelas "iwis", mas as lições foram aprendidas. Hoje são administradas por renomados operadores de mercado, que reinvestem tais recursos após destinar parte às tribos. O desenvolvimento pela Embaixada dos Projetos Maori dá-lhe melhores condições de contato para eventual verificação de oportunidades de trocas comerciais, de investimentos, de intercâmbio de estudantes, pesquisadores, acadêmicos, empresários e especialistas em economia indígena etc.

47.- Retomar assim que possível o trabalho de promoção do avião KC-390 da Embraer, que teve início com apresentação muito bem recebida feita por equipe daquela empresa a responsáveis pela área de aquisições das Forças Armadas da Nova Zelândia. Isso dependerá da confirmação das datas programadas para o início das entregas da nova aeronave, de retomada dos contatos com os novos representantes da empresa em Cingapura e de coordenação com vistas ao estabelecimento da estratégia de promoção. A venda de aeronave KC-390 à Nova Zelândia teria grande efeito demonstração na área da Oceania.

48.- Zelar para que seja mantida a boa sintonia entre os Embaixadores e as Embaixadas dos cinco países residentes do GRULAC - Grupo Latino-americano e caribenho (Argentina, Brasil, Chile, Cuba e México), que constitui o círculo mais íntimo e "like-minded" (de percepções semelhantes) para a troca de informações, consultas, gestões e outras ações conjuntas. O Grupo organiza tradicionalmente almoços ou jantares a altas autoridades e personalidades neozelandesas; promove o Festival de Cinema da América Latina e da Espanha - que já se tornou conhecido em várias cidades do país; mobiliza seus grupos de música, dança, capoeira, esportes e outras artes para participação em diversos tipos de eventos, inclusive beneficentes, com comidas e outros motivos típicos da nossa região; e é sempre mencionado como o mais unido, dinâmico e alegre da comunidade diplomática sediada em Wellington.

49.- Dar o apoio possível ao Conselho Empresarial América Latina-Nova Zelândia (LANZBC - Latin America-New Zealand Business Council), que é a única instituição de certa relevância no país voltada especificamente ao incremento das relações entre a Nova Zelândia e a nossa região. O Presidente do Conselho tem trabalhado com a Embaixada com vistas a estimular a ida de estudantes "kiwis" ao Brasil, que é muito desproporcional em relação à de brasileiros que vêm à Nova Zelândia.

50. Procurar manter relacionamento com a Câmara de Comércio de Auckland, que é a instituição empresarial mais importante e influente da Nova Zelândia.

51. Participar sempre que possível dos cafés da manhã de trabalho do diretor de escritório de advocacia laboral Peter Cullen, para o qual são convidadas a falar regularmente as mais importantes autoridades e personalidades do país. Peter Cullen é muito ligado aos Embaixadores latino-americanos e atua também como

Cônsul-Honorário da Colômbia. Por seu intermédio, durante tais eventos, contatos importantes podem ser estabelecidos e gestões ou consultas podem ser realizadas.

52. Manter relacionamento com os parlamentares integrantes do Grupo de Amizade América Latina-Nova Zelândia, tendo presente que o atual "Speaker" (Presidente) do Parlamento, em almoço oferecido pelo Grulac, se comprometeu a trabalhar pelo fortalecimento do Grupo.

53. Caso o assunto seja levantado, avaliar com cuidado a conveniência de criar órgãos representativos dos nossos nacionais no país, tais como Conselhos de Cidadãos ou de Cidadania, já que há hoje muito boa harmonia entre eles, que parecem satisfeitos com o suporte e a intermediação da Embaixada. Nossa comunidade, que compreende muitos estudantes, pesquisadores e especialistas em informática, ciências marítimas, geologia, alterações climáticas etc, além de muitos esportistas e grupos de música, percussão, capoeira e jiu-jitsu, é alegre, dinâmica, criativa e muito bem conceituada. Sabe gestionar apoio para seus projetos junto às entidades locais, promove inúmeros eventos de conagração, participa ativamente das mídias sociais e de programas de rádio, se reúne espontaneamente em associações de pais, ensino de português para crianças e outras atividades, e conta, se não com financiamento, com local apropriado na Embaixada para organização e divulgação de suas atividades. Seria bom que tal ambiente positivo assim permanecesse.

54. Trabalhar sempre que possível para o estabelecimento de parcerias entre o Brasil e a Nova Zelândia, que, dadas as boas credenciais desse país, ganham credibilidade face a terceiros.

55. Realizar alguma iniciativa conjunta com a Embaixada de Timor-Leste, aberta recentemente em Wellington (há proposta nesse sentido no programa cultural do Posto).

56. Continuar as gestões feitas por todos os Embaixadores em Wellington para que seja estabelecida uma rota de voo direta entre o Brasil e a Nova Zelândia, o que teria efeito muito positivo para o relacionamento bilateral.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

57.O novo Embaixador do Brasil em Wellington terá sua própria maneira de conduzir sua gestão e as oportunidades e desafios que encontrará também poderão ser outros. Hoje a Nova Zelândia passa por período de relativa tranquilidade. O Primeiro Ministro John Key está no seu terceiro mandato, é muito querido e poderá ser eleito para um quarto se a economia continuar crescendo a mais de 3% ao ano, se o seu ministério continuar correspondendo aos anseios da maioria da população e se o país continuar se projetando positivamente no plano internacional, como aconteceu quando foi eleito para vaga não permanente do Conselho de Segurança da ONU e agora com a candidatura da ex-Primeira-Ministra trabalhista Helen Clark para o Secretariado-Geral daquela organização, que colocou novamente a Nova Zelândia em evidência mundial. Mas o efeito exaustão e o desejo de mudanças poderão alterar essa atual situação de estabilidade na política interna e a economia neozelandesa, como assinalado, é fortemente dependente dos humores externos, que em grande medida são imprevisíveis. Novas realidades - inclusive determinadas pela conjuntura brasileira - poderão recomendar o estabelecimento de diferentes prioridades e a adoção de novas formas de atuação por parte do meu sucessor.

58.No presente Relatório procurei registrar o que me pareceu mais útil e importante para subsidiar sua gestão e atender ao que determinou a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, valendo-me da experiência própria acumulada nos últimos quatro anos, na dos meus colegas de Posto e na dos Embaixadores que me precederam. Ao final da minha gestão deixarei relatório mais pormenorizado sobre as atividades do Posto, que vão muito além das que seria possível relatar num relatório de gestão simplificado como o presente.

Wellington, em 7 de abril de 2016"

Eduardo Gradilone, Embaixador



**SENADO FEDERAL**  
**MENSAGEM Nº 45, de 2016**  
(Nº 173/2016, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor PAULO CESAR DE CAMARGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente de Samoa, em Tuvalu, na República de Kiribati e no Reino de Tonga.

Os méritos do Senhor Paulo Cesar de Camargo que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de abril de 2016.

**DILMA ROUSSEFF**

Presidente da República Federativa do Brasil

EM nº 00088/2016 MRE

Brasília, 5 de Abril de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **PAULO CESAR DE CAMARGO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente de Samoa, em Tuvalu, na República de Kiribati e no Reino de Tonga.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **PAULO CESAR DE CAMARGO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira*



## I N F O R M A Ç Ã O

### CURRICULUM VITAE

#### MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE PAULO CESAR DE CAMARGO

CPF.: 716.998.728-72

ID.: 6702351 SSP/SP

1955 Filho de Ismael de Camargo e Ignes Betanho de Camargo, nasce em 29 de março, em Cordeirópolis/SP.

#### Dados Acadêmicos:

17/01/1978 Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica, Campinas/SP.

13/02/1978 CPCD - IRBr.

15/12/1982 CAD - IRBr.

21/06/2000 CAE - IRBr - Perspectivas do Comércio Eletrônico - Atuação do Itamaraty.

#### Cargos:

1979 Terceiro-Secretário

1981 Segundo-Secretário

1987 Primeiro-Secretário, por merecimento

1995 Conselheiro, por merecimento

2002 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2010 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

#### Funções:

1979-85 Divisão de Programas de Promoção Comercial, assistente

1985-88 Embaixada em Washington, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário

1988-91 Delegação Permanente junto à ALADI, Montevidéu, Primeiro-Secretário

1991 Divisão do Pessoal, Chefe, substituto

1993-96 Divisão de Programas de Promoção Comercial, Chefe, substituto e Chefe

1996-97 Consulado-Geral em Nova York, Cônsul-Geral Adjunto

1997-99 Escritório Financeiro em Nova York, Conselheiro

1999-2002 Embaixada em Ottawa, Conselheiro

2002-04 Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior, Chefe

2004-11 Departamento de Administração, Diretor, interino, e Diretor

2011- Consulado-Geral em Chicago, Cônsul-Geral

#### Condecorações:

2005 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

**PAULA ALVES DE SOUZA**

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**  
**Departamento da Ásia Central, Meridional e Oceania**  
**Divisão da Oceania**

## **NOVA ZELÂNDIA**



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**  
**Abril de 2016**

<b>DADOS BÁSICOS SOBRE A NOVA ZELÂNDIA</b>	
<b>NOME OFICIAL:</b>	Nova Zelândia
<b>GENTÍLICO:</b>	Neozelandês ou kiwi (informal)
<b>CAPITAL:</b>	Wellington
<b>ÁREA:</b>	267,710km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO:</b>	4,62 milhões
<b>IDIOMA OFICIAL:</b>	Inglês e maori
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES:</b>	Cristianismo 44,3% (Católicos 11,6%, Anglicanos 10,8%, Presbiterianos 7,8%, Metodistas 2,4%), Hinduísmo (2,1%), Budismo (1,4%), sem religião (38,5%)
<b>SISTEMA DE GOVERNO:</b>	Monarquia parlamentarista
<b>PODER LEGISLATIVO:</b>	Casa dos Representantes unicameral (Parlamento com 120 assentos; 70 membros eleitos diretamente, incluindo 7 membros maori, e 50 membros eleitos por voto de representação proporcional). Os membros servem mandatos de três anos.
<b>CHEFE DE ESTADO:</b>	Rainha Elizabeth II, representada pelo Governador-Geral Jeremiah (Jerry) Mateparae
<b>CHEFE DE GOVERNO:</b>	Primeiro-Ministro John Key
<b>CHANCELER:</b>	Murray McCully
<b>PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):</b>	US\$ 170,59 bilhões
<b>PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):</b>	US\$ 165,99 bilhões
<b>PIB PER CAPITA (2015)</b>	US\$ 36.963
<b>PIB PPP PER CAPITA (2015)</b>	US\$ 35.928
<b>VARIAÇÃO DO PIB</b>	2,22% (2015); 3,31% (2014); 2,48% (2013)
<b>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):</b>	0,913 (9ª posição entre 188 países)
<b>EXPECTATIVA DE VIDA (2015):</b>	81,8 anos
<b>ALFABETIZAÇÃO (2003):</b>	99% (World Bank)
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO (2015):</b>	5,85% (FMI)
<b>UNIDADE MONETÁRIA:</b>	dólar neozelandês
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:</b>	Caroline Bilkey

<b>INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-NOVA ZELÂNDIA (fonte: MDIC)</b>									
<b>Brasil → Nova Zelândia</b>	<b>1999</b>	<b>2001</b>	<b>2003</b>	<b>2005</b>	<b>2007</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2015</b>
<b>Intercâmbio</b>	60,6	57,8	59,1	84,5	100,8	91,9	134,8	232	120,1
<b>Exportações</b>	22,7	22,7	36,3	54,6	72,1	39,8	87,6	74,1	64,2
<b>Importações</b>	37,9	35	22,7	29,9	28,6	52,1	47,2	158	55,9
<b>Saldo</b>	-15,2	-12,3	13,5	24,6	43,5	-12,3	40,4	-83,9	8,2

(Em US\$ milhões)

Informação elaborada em 23/03/2016, por Rômulo Neves. Revisada por Ary Quintella, em 01/04/2016.

## APRESENTAÇÃO

A Nova Zelândia é o segundo maior país da Oceania. Está localizado a cerca de 2.000 km a sudeste da Austrália. É formado por um arquipélago de mais de 30 ilhas, sendo duas as principais, conhecidas como Ilha do Norte e Ilha do Sul, que perfazem 96% do território total do país. A Nova Zelândia tem uma área total de cerca de 270 mil km<sup>2</sup>, o que a coloca na 76ª posição entre os países mais extensos do globo.

Tem uma população de cerca de 4,5 milhões de pessoas e suas maiores cidades são Auckland, com cerca de 1,4 milhão de habitantes; a capital Wellington, com cerca de 400 mil habitantes; Christchurch, também com cerca de 400 mil habitantes; e Hamilton, com cerca de 200 mil habitantes. Com exceção de Christchurch, todas localizadas na Ilha do Norte.

A população é formada majoritariamente por descendentes de anglo-saxões (cerca de 67%), mas há minorias importantes da população local, maori (cerca de 15%) e de asiáticos e polinésios não-maoris (cerca de 16%). O inglês é a língua mais utilizada (96% da população), mas o Maori, falado pelos 4% restantes, voltou a ser uma língua oficial em 1987.

Na língua maori, o nome da Nova Zelândia é Aotearoa. O gentílico "kiwi" é comumente utilizado para referir-se ao cidadão neo-zelandês.

O país, independente desde 1907, possui a nona colocação entre os países com mais altos índices de desenvolvimento humano, com um IDH de 0,913. Além disso, é a 51ª maior economia do mundo, com um PIB estimado em cerca de US\$ 170 bilhões. Tem a 24ª mais alta renda per capita do mundo, de cerca de US\$ 45 mil/ano.

Possui reservas de gás natural, minério de ferro, carvão, ouro e calcário, além de contar com grande potencial de energia hidrelétrica e de extração de madeira. Dentre as principais indústrias destacam-se a alimentícia, especialmente os laticínios, a produção de alumínio e o turismo.

A Nova Zelândia é um país desenvolvido, de forte tradição democrática, de ampla liberdade de imprensa e respeito aos direitos humanos, e de notável pioneirismo em matéria de legislação social, tendo sido o primeiro a conferir voto às mulheres (1853), assegurar cadeiras no parlamento aos Maoris (1867) e legislar sobre salário mínimo.

## PERFIS BIOGRÁFICOS

**Jeremiah (Jerry) Mateparae**  
*Governador-Geral*



O General Mateparae é o 20º Governador-Geral da Nova Zelândia. É a segunda pessoa de origem Maori a assumir o posto e o primeiro oriundo da carreira militar.

Nasceu em 14 de novembro de 1954 (61 anos). Sua carreira no Exército começou em 1972. Em 2002, foi nomeado General e, em 1º de maio de 2006, foi nomeado Chefe da "Defence Force" (equivalente ao Ministério da Defesa). Em 2011, assumiu o cargo de Governador-Geral, com um mandato de cinco anos. Mateparae tem Mestrado em Estudos Estratégicos e Relações Internacionais pela Universidade de Waikato (a 400 km de Wellington).

O General foi criado pelos tios, na tradição Maori, na cidade de Castlecliff (cerca de 160 km de Wellington). Seus pais eram pastores da Igreja Ratana, uma linha evangélica local. Sua primeira esposa, com quem teve três filhos, morreu em 1990. É casado pela segunda vez, e tem mais dois filhos do segundo matrimônio.

Em setembro de 2016, a advogada Patricia Lee (Paty) Reddy, assumirá a posição de Governadora-Geral da Nova Zelândia.

**JOHN KEY**  
*Primeiro-Ministro*



---

John Key é o 38.o Primeiro-Ministro da Nova Zelândia. Está no posto desde 2008 e, atualmente, exerce seu terceiro mandato consecutivo.

Nasceu em Auckland, em 9 de agosto de 1961 (54 anos). Graduiu-se em economia e comércio pela Universidade de Canterbury. Iniciou sua carreira na área de investimentos na Nova Zelândia. Trabalhou como executivo nas filiais do banco de investimentos norte-americano Merrill Lynch, em Cingapura, Londres e Sydney. Em 1999, foi convidado a compor o Comitê de Câmbio do Banco Central de Nova York.

Retornou à Nova Zelândia em 2001 para seguir carreira política pelo Partido Nacional, de centro-direita. Principal assessor para assuntos financeiros, foi eleito líder do Partido, em novembro de 2006 e, posteriormente, líder da oposição no Parlamento. Venceu as eleições gerais para Primeiro-Ministro em 2008 e foi reeleito em 2011. Em setembro de 2014, foi reeleito para o terceiro mandato.

## RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e a Nova Zelândia iniciaram relações diplomáticas em 1964. A Embaixada em Wellington foi aberta em 1997, o que intensificou o relacionamento bilateral. Em 1999, a Nova Zelândia levou para São Paulo seu Escritório Comercial, localizada até então em Santiago. A partir daí, o relacionamento bilateral se intensificou, com o lançamento da “Estratégia Latino-Americana” neozelandesa, em 2000; a inauguração da Embaixada da Nova Zelândia em Brasília, em 2001; e a visita do Primeiro-Ministro ao Brasil, em 2013.

Os dois países mantêm mecanismo bilateral de consultas políticas, criado em 2001. Esse mecanismo serve para a discussão das principais áreas de intercâmbio e cooperação bilaterais, bem como para a troca de impressões sobre os diversos temas da agenda regional e multilateral. A 1ª e a 2ª reuniões realizaram-se em Wellington, em 2002 e em 2005, respectivamente. A 3ª reunião teve lugar em Brasília, em 2006. A 4ª Reunião foi sediada em Wellington, em 2008. A 5ª Reunião foi sediada em Brasília, em 2011. A 6ª em Wellington em 2013, pouco antes da visita do PM John Key ao Brasil. A 7ª ocorreu em Brasília, em maio de 2014.

Do ponto de vista do Brasil, os principais temas a serem aprofundados na relação bilateral são o estabelecimento de mecanismo de coordenação entre os ministérios de comércio; a promoção do intercâmbio de cientistas e convênios entre instituições de pesquisa; a assinatura de acordos na área cultural e educacional; e o aumento do trânsito de pessoas em geral, via promoção do turismo, dos contatos culturais e esportivos e de missões empresariais.

Em 2015, surgiram notícias de que a Nova Zelândia teria espionado o Embaixador Roberto Azevêdo, quando candidato à Direção-Geral da OMC. A Embaixadora Caroline Bilkey foi chamada pelo Secretário-Geral do MRE para prestar esclarecimentos. O SG aceitou as explicações da Embaixadora e deu o assunto por encerrado.

Até o momento, não houve visita à Nova Zelândia por parte de Chefe de Governo brasileiro. O ex-ministro Celso Amorim foi o único Chanceler brasileiro a visitar a Nova Zelândia, por duas vezes, em 1994 e 2008.

A então Primeira-Ministra Helen Clark visitou o Brasil em 2001, na primeira visita de um Chefe de Governo neozelandês ao País. Na ocasião, foi inaugurada a Embaixada da Nova Zelândia em Brasília e foram

assinados três acordos bilaterais: de cooperação científica e tecnológica, de criação do mecanismo de consultas políticas bilaterais e de dispensa de vistos de turismo para cidadãos de ambos os países.

Em março de 2013, o Primeiro-Ministro John Key realizou visita oficial ao Brasil. A visita ocorreu em momento de expressiva aproximação entre os dois países. Do lado neozelandês, traduziu desejo do atual governo, liderado pelo Partido Nacional, de reforçar seus vínculos com a América Latina (o roteiro inclui também Chile, México e Colômbia) e, em especial, com o Brasil. Essa política dá continuidade à lançada pelo Partido Trabalhista que, em 2000, aprovou a "Latin America Strategy" e abriu, em 2001, a Embaixada da Nova Zelândia em Brasília.

Além dos chefes de governo, houve várias visitas ao Brasil de Chanceleres neozelandeses: Don McKinnon (1998), Phil Goff (2004), Winston Peters (2007) e Murray McCully (São Paulo, 2010).

Visitaram o Brasil, ainda, as seguintes autoridades neozelandesas: o Ministro do Comércio Exterior, Tim Groser (2010); o Enviado Especial do Primeiro Ministro da Noza Zelândia para assuntos do Conselho de Segurança das Nações Unidas, Embaixador Colin Keating (2013); e a Subsecretária para Ásia e Américas, Embaixadora Andrea Smith. A NZ se ressentiu do desequilíbrio na frequência de visitas.

Em fevereiro de 2016, o Governador de Goiás, Marconi Perillo, cumpriu agenda na Nova Zelândia, em Wellington e Auckland. A visita incluiu encontros com o Presidente do Parlamento, autoridades de educação e turismo, reuniões em universidades, câmaras de comércio e com a comunidade brasileira.

## **Assuntos consulares**

A Embaixada do Brasil em Wellington conta com um Setor consular para atender a comunidade brasileira no país. Está em vigor desde 2004 um acordo sobre isenção parcial de vistos, que isenta cidadãos de ambos os países de visto para entrar e permanecer no território do outro país por até 90 dias, para fins de negócios, turismo, férias e visitas a familiares.

A comunidade brasileira na Nova Zelândia quase dobrou entre 2006 e 2013, segundo o Censo oficial do país. Pelo último levantamento, são 2.868 brasileiros vivendo naquele país. Esse número deve chegar a cerca de 6.000 se forem contabilizados os visitantes prolongados, estudantes e cidadãos com dupla cidadania.

Segundo a Embaixada da Nova Zelândia, há cerca de 200 neozelandeses vivendo no Brasil atualmente.

## **Empréstimos e financiamentos oficiais**

Não há financiamentos oficiais brasileiros a tomadores soberanos da Nova Zelândia.

## POLÍTICA INTERNA

A Nova Zelândia é uma democracia parlamentar nos moldes do sistema político inglês. O poder executivo origina-se no Parlamento, que é unicameral, desde 1950, quando a Câmara Alta foi extinta. O Primeiro-Ministro, John Key, eleito em 2008 e reeleito em 2011 e em 2014, é o Chefe de Governo. A rainha Elizabeth II é a Chefe de Estado e é representada pelo Governador-Geral, Jeremiah (Jerry) Mateparae, no cargo desde 2011. Em setembro de 2016, a advogada Patricia Lee (Paty) Reddy, deverá assumir a Governadoria-Geral, com o fim do mandato de 5 anos de Jerry Mateparae.

O Parlamento é convocado, prorrogado ou dissolvido pelo Governador-Geral. O alistamento eleitoral é obrigatório, mas o voto não. Em 1993, o sistema eleitoral bipartidário foi substituído pelo sistema eleitoral proporcional misto, inspirado no modelo alemão. Os eleitores têm direito a dois votos: um em um representante local e outro em um partido político. Há 120 vagas no Parlamento, das quais 70 são preenchidas pelo voto eleitoral e 50 vagas pelo voto nas listas de partidos. O resultado das contagens pode alterar o número para mais ou para menos, dependendo das diferenças entre a parcela de votos nos candidatos e votos no partido. Em 2014, por exemplo, foram eleitos 121 parlamentares. A introdução do sistema proporcional aumentou a representação dos partidos pequenos.

Apesar do fim do bipartidarismo, o Partido Trabalhista e o Partido Nacional (sucessor do antigo Partido Liberal) continuam a revezar-se no poder. Os trabalhistas estiveram no poder entre 1984-90 e 1999-2008 e o Partido Nacional entre 1990-99, e no período atual, desde 2008. As diferenças entre os dois partidos são sutis. Pelo menos desde a década de 1980, ambos os partidos vêm adotando políticas de liberalização econômica, eliminação de subsídios ao setor agrícola, redução das tarifas de importação, privatização de estatais e diminuição dos fatores de proteção social do Estado do bem-estar social.

O Primeiro-Ministro John Key, do Partido Nacional, de centro-direita, foi reeleito a um terceiro mandato em setembro de 2014, tendo atingido 60 cadeiras, ganho de um novo assento em relação a 2011, que já havia representado um ganho de uma cadeira em relação a 2008. Para governar, o Primeiro Ministro aumentou a coalizão iniciada em 2008, e aliou-se aos partidos Act, United Future e Maori. Essa estratégica aliança garantiu a John Key não apenas a maioria absoluta no Parlamento, mas também uma margem de segurança em votações mais apertadas. Em 2014, a estratégia foi repetida, para garantir a governabilidade.

Tendo chegado ao cargo, pela primeira vez, após a crise econômica de 2008, John Key aparentemente trouxe liderança e estabilidade ao país, impondo um arrojado programa de cortes de gastos públicos, fusão de órgãos do Governo e contenção de despesas orçamentárias, especialmente após os devastadores terremotos na cidade de Christchurch, em setembro de 2010 e fevereiro de 2011. O Governo do Partido Nacional finalizou seu primeiro mandato e iniciou o segundo com altos índices de aprovação.

Em seu segundo mandato, porém, John Key enfrentou questões internas como o desgaste gerado por propostas de privatização de ativos públicos; o contencioso sobre a expectativa de direitos Maori sobre os recursos hídricos do país; o descontentamento com o ritmo das obras de reconstrução de Christchurch; o vazamento ocorrido no gasoduto de Maui, em outubro de 2011, que trouxe falta de energia e aumento do preço de produtos básicos para todo o país; a moeda nacional sobrevalorizada e a baixa performance econômica da Nova Zelândia, que inclusive teve sua classificação rebaixada por agências internacionais de avaliação de risco.

Em 2013, várias pesquisas apontavam agravamento das diferenças sociais no país, com consequentes problemas em questões de mortalidade infantil, má alimentação na primeira infância, violência doméstica, desemprego, falta de perspectivas para a juventude, perda de mão de obra e de cérebros para a Austrália e pauperização dos serviços sociais, de educação e de saúde. Uma força-tarefa do governo fez uma série de sugestões controversas que evidenciaram a primazia do interesse empresarial no Governo Key. As sugestões incluíam a privatização de todas as empresas estatais que operam na área comercial, bem como a facilitação de permissões para projetos de mineração financeiramente rentáveis.

Apesar dos problemas do segundo mandato, o Partido Nacional celebrou acordos de apoio com os antigos partidos aliados ACT, United Future e Maori, garantindo maioria de 64 cadeiras. Assumiu dando ênfase à retomada do superávit fiscal, redução da dívida, assinatura de acordos comerciais, avanço na legislação para aumento da flexibilidade e da equidade no mercado de trabalho, dentre outras medidas liberalizantes.



A partir de 2015, os temas sociais voltaram à pauta. Ao anunciar a proposta do governo para o Orçamento de 2015/2016, por exemplo, o Ministro das Finanças, Bill English, surpreendeu analistas ao anunciar pacote de benefícios sociais, com foco em redução da pobreza entre crianças de famílias de baixa renda.

Além do início das respostas aos críticos internos sobre a falta de atenção às políticas sociais, o governo Key tem como trunfo a percepção da população de ter criado as condições para o bom desempenho da economia da Nova Zelândia. Essa percepção é refletida em vários indicadores internos e índices da OCDE, entre eles a estimativa de crescimento de entre 2 e 2,5% do PIB em 2016. Seus ministros lançam também na conta dos sucessos o acordo de livre comércio celebrado com a Coreia, a introdução de assistência médica gratuita para menores de 13 anos e o aumento dos benefícios em apoio a crianças pobres.

O PM deve concorrer em posição privilegiada nas eleições gerais de 2017.

### **Judiciário**

O Chefe do Poder Judiciário na Nova Zelândia é o Presidente da Suprema Corte, criada apenas em 2004. Com isso, as apelações às decisões de segunda instância deixaram de ser enviadas à Comissão Judicial da "Commowearth", em Londres. Na prática, o novo ordenamento libera o Judiciário kiwi de seguir estritamente a "Common Law" do Reino Unido e o habilita a seguir, também, o ordenamento aprovado no Parlamento neozelandês em casos de conflito. Tendo a Corte inglesa como instância máxima de apelação, o Judiciário, ainda que não fosse legalmente limitado a ela, era obrigado a manter certa uniformidade nas decisões sob o manto da legislação britânica.

A Suprema Corte é responsável pelo julgamento dos recursos da segunda instância: a) Corte de Apelação, nos casos constitucionais; e b) Alta Corte, no caso de temas cíveis e criminais. A primeira instância é formada por varas locais espalhadas pelo país.

O Presidente da Suprema Corte é apontado pelo Primeiro-Ministro. O cargo é ocupado, desde 1999, pela Juíza Sian Elias. Todos os outros juizes das cortes superiores são nomeados pelo Governador-Geral, a partir das indicações do Presidente da Corte, do Advogado-Geral e do Procurador-Geral. Um juiz pode compor mais de um dos tribunais superiores.

## **POLÍTICA EXTERNA**

A política externa da Nova Zelândia pauta-se pela defesa do multilateralismo e do Direito Internacional. No plano multilateral, mudança do clima, ameaças à biossegurança e o manejo de poluentes são temas prioritários para a política externa neozelandesa. Na área da paz internacional e segurança coletiva, a Nova Zelândia defende tradicionalmente o papel central da ONU. O país apoia a reforma das Nações Unidas com vistas a adequá-la à nova realidade mundial e tornar suas instituições mais eficientes e efetivas, embora de uma perspectiva diferente em relação à brasileira.

O atual Primeiro-Ministro vem realizando, no entanto, uma inflexão nessa visão, introduzindo certo ceticismo em relação às Nações Unidas e ao multilateralismo, particularmente em questões políticas, sociais e de meio ambiente.

As questões de desarmamento têm grande importância na Nova Zelândia. O país adota, desde 1984, uma política não nuclear totalmente independente. No que se refere ao meio ambiente, destaca-se a coordenação bilateral em torno das questões afetas à Comissão Internacional da Baleia e à mudança do clima.

A Nova Zelândia, assim como o Brasil, é um dos 17 países que compõem o Grupo de Cairns e, no âmbito da OMC, é reconhecida por sua luta em defesa da liberalização do comércio agrícola internacional.

O país propugna uma política externa mais independente do que a vizinha Austrália, apesar dos condicionantes históricos, políticos, econômicos, geográficos e estratégicos para isso. A Nova Zelândia votou, por exemplo, a favor da ampliação/graduação do status da Palestina na ONU, diferentemente de Estados Unidos e Austrália. Tal voto, porém, também teve um cálculo político, já que estava em campanha por um assento não-permanente no Conselho de Segurança da ONU. O país foi exitoso e venceu a Espanha e a Turquia.

Mantém firme sua política anti-nuclear, a ponto de proibir embarcações americanas de aportar na Nova Zelândia, por se recusarem a assegurar que não são movidas por energia nuclear e nem carregam armas dessa natureza. Isso levou o país a abandonar, em 1986, o acordo ANZUS de defesa entre EUA e Austrália.

A Nova Zelândia é vista com mais simpatia do que a Austrália por várias ilhas do Pacífico, especialmente por sua maior sensibilidade em relação às particularidades locais. Sendo, ainda, uma potência naval local, é uma plataforma importante para a diplomacia do Brasil no Pacífico Insular.

Não obstante os importantes laços históricos que continua a manter com o Reino Unido, a Nova Zelândia tem procurado diversificar, cada vez mais, sua presença no cenário internacional. Nesse contexto, a diplomacia neozelandesa atribui prioridade às relações com a Austrália, os Estados Unidos, a União Européia e o Japão, seus maiores parceiros comerciais, bem como com os países do Pacífico insular. Ademais, a Nova Zelândia tem demonstrado crescente interesse em adensar o relacionamento bilateral e multilateral com os países da região, em especial com a China e com países do Sudeste asiático, particularmente com vistas à assinatura de acordos de livre comércio.

A Ásia é, certamente, a primeira prioridade no relacionamento internacional, sobretudo o Japão, China, Índia, Coreia do Sul, Cingapura, Malásia e Tailândia. A Nova Zelândia participa ativamente do Foro de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico. Durante o período, entraram em vigor alguns acordos de livre comércio, como com a China (2008), ASEAN (2010), Malásia (2010), Hong Kong (2011) e Taiwan (2013). Há ainda negociações em curso com a Coreia do Sul.

Com relação aos EUA, é importante ressaltar a recente visita do Secretário de Defesa Leon Panetta à Nova Zelândia, em 2012, a primeira dessa natureza desde 1982, e mais especificamente desde os atritos sobre a proibição de embarcações com armas nucleares atracarem em portos neozelandeses. Os dois países voltaram a se aproximar na área militar com o apoio neozelandês às operações de paz no Afeganistão, através do envio de soldados das forças especiais neozelandesas e de um time de reconstrução para a base de Bamiyam. Como marco principal da recente visita de Panetta a Wellington, os EUA anunciaram o fim do banimento de embarcações militares neozelandesas em portos norte-americanos.

No plano regional, ressalta-se o relacionamento com a Austrália, marcado por sólidos laços econômicos, políticos e culturais. A Nova Zelândia administra a ilha de Tokelau e, em regime de 'livre associação', zela pelas políticas externa e de defesa das Ilhas Cook e da ilha de Niue. A Nova Zelândia acompanha atentamente a situação de Fiji e de Timor Leste.

A Nova Zelândia é membro do Fórum das Ilhas do Pacífico, mecanismo de consulta e de concertação política regional. Sua agenda inclui outros temas como segurança ambiental, transportes, saúde, comércio, mudança do clima e Direito do Mar. O grupo conta com observadores como a ONU, Toquelau e Wallis e Futuna. O Timor Leste participa como observador especial. Os países parceiros de fora da Oceania relacionam-se com o Fórum na condição de Parceiros de Diálogo ao invés de observadores. Com o objetivo de aproximar-se dos países do Pacífico, o Brasil demonstrou interesse nos critérios de admissão de um país como parceiro de Diálogo, porém há exigência que os parceiros já contem com presença expressiva na Oceania por vínculos de Defesa, comércio ou mesmo antecedentes históricos.

A Nova Zelândia faz parte do grupo chamado "Five Eyes", um acordo que compreende também Estados Unidos, Reino Unido, Canadá e Austrália. Trata-se de um grupo de troca de informações secretas. A aliança esteve envolvida nos recentes casos de espionagem a diversos países, incluindo o Brasil. A Presidenta Dilma Rousseff instou que os Estados Unidos e seus aliados encerrassem suas ações de espionagem, repudiando a guerra cibernética.

A grande expectativa dos neozelandeses na área de Comércio Internacional concentra-se nas negociações da Trans-Pacific-Partnership (TPP), que segundo analistas do governo, poderia trazer benefícios da ordem de US\$ 300 milhões por ano para a economia do país, podendo chegar à cifra de US\$ 1,78 bilhão anuais em 2015, caso os participantes chegassem a um acordo em um curto espaço de tempo.

Na última Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2015, John Key associou a crise de refugiados na Europa ao conflito sírio e instou o Conselho de Segurança a agir em busca de uma solução política urgente. Defendeu um papel maior do CSNU no processo de paz entre Israel e Palestina. Fez críticas ao poder de veto e manifestou apoio à proposta dos membros do Grupo de Responsabilização, Coerência e Transparência ("ACT", acrônimo em inglês), além de França e México, de limitar o veto em ocasiões em situações consideradas pelo CSNU como crime contra a humanidade.

## ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Nova Zelândia é um país pequeno de economia aberta. O programa de reformas iniciado na década de 1980 desregulamentou a economia, procurando torná-la mais competitiva frente ao mercado internacional. Nos últimos 20 anos, o Governo neozelandês transformou o país, anteriormente uma nação agrária dependente do acesso facilitado ao mercado britânico, em uma economia mais industrializada, com poder de competir

globalmente. Esta dinâmica de crescimento contribuiu para impulsionar o PIB do país e desenvolver as capacidades tecnológicas do setor industrial, voltado às exportações de laticínios e bens agroindustriais, com a consequente atração de capital estrangeiro para sua economia de livre mercado.

Para compensar o isolamento geográfico, o processo de desindustrialização com o aumento das importações dos Tigres Asiáticos e as reduzidas dimensões do mercado interno, a Nova Zelândia investe consistentemente em inovação, é um dos países mais ativos em matéria de política comercial e dispõe de vasta rede de acordos de livre comércio com outros países e regiões. Está em pleno esforço para conquistar mercados para a produção neozelandesa. Tem alta credibilidade internacional e posições coincidentes com o Brasil em matéria de livre comércio, eliminação de subsídios e redução de barreiras comerciais.

No último quinquênio, as exportações da Nova Zelândia cresceram 76,2%, passando de US\$ 24,93 bilhões em 2009, para US\$ 43,93 bilhões em 2013. Entre 2012 e 2013, aumentaram 18,5%. Em 2013, a China tornou-se o principal destino das exportações da Nova Zelândia, com participação de 21,6% sobre o total. Outros mercados relevantes foram: Austrália (19,8%); Estados Unidos (8,8%); Japão (5,7%); Coreia do Sul (3,3%). O Brasil foi o 34º destino (0,4% do total). As exportações são concentradas em produtos do agronegócio. Foram os seguintes os principais itens exportados pelo país, em 2013: leite e laticínios (27,8%); carnes (11,5%); madeira (8,5%); máquinas elétricas e mecânicas (5,4%); combustíveis e lubrificantes (4,2%).

A economia do país é competitiva em nível internacional; encontra-se bem posicionada no ranking “Doing Business” do Banco Mundial (terceira posição em 2013 entre 185 países). A renda per capita é superior a US\$ 35 mil. As importações do país são dominadas pelos bens de capital, bens industriais e produtos manufaturados. Em 2013, o maior parceiro econômico-comercial da Nova Zelândia foi a Austrália, com participação de aproximadamente 20% dos fluxos comerciais neozelandeses, seguida pela China, USA e Japão. O principal investidor no país é a Austrália, que também é o principal destino dos investimentos neozelandeses. Os EUA e a Grã-Bretanha também despontam como destinos preferenciais dos investimentos neozelandeses.

A Nova Zelândia experimenta, desde 1991, um longo ciclo de crescimento econômico, apesar da retração ocorrida no biênio 2008-2009. Em 2012, o PIB do país cresceu 2,7% e, em 2013, 2,5%. Estima-se que o país tenha crescido 3,5% em 2014. Com PIB Nominal de cerca de US\$ 170 bilhões e crescimento aproximado de 2,5%, a Nova Zelândia destacou-se como a 51ª principal economia do mundo em 2014. O setor de serviços constitui o principal ramo de atividade do país e respondeu por 70% do PIB. O setor industrial contribuiu com 25% do PIB e o agrícola com 5%.

A Nova Zelândia assinou uma série de acordos comerciais com diversos países: o Closer Economic Relations com a Austrália (1983), o Closer Economic Partnership com Cingapura (2001), o Closer Economic Partnership com a Tailândia (2005), o Trans-Pacific Strategic Economic Partnership, com Brunei, Cingapura e Chile (2005), o Acordo de Livre Comércio com a China (2008), o Acordo de Livre Comércio com a ASEAN (2010), o Acordo de Livre Comércio com a Malásia (2010), e o Closer Economic Partnership com Hong Kong (2010).

No caso do acordo de livre comércio com a China, firmado ainda no governo da Primeira Ministra Helen Clark (1999 - 2008), representante do Labour Party - hoje na oposição - a Nova Zelândia ficou conhecida como o primeiro país desenvolvido a estabelecer um acordo de livre comércio com os chineses, em um tratado que abrange o setor de serviços e teve como objetivo principal a exportação de grandes quantidades de leite em pó, carne, commodities e produtos industriais primários, como madeira e lã para o mercado chinês.

Durante o governo John Key, entraram em vigor os seguintes acordos de livre comércio: China (2008), ASEAN (2010), Malásia (2010), Hong Kong (2011), Taiwan (2013) e Coreia do Sul (2015). O governo neozelandês também mantém negociações de livre comércio, em bloco e bilaterais, com os seguintes países: a) NZ and Gulf Cooperation Council Free Trade Agreement; b) Trans-Pacific Strategic Economic Partnership (-NZ, Brunei, Chile, Cingapura - + EUA, Peru, Japão, Canadá, México e Vietnam); c) ASEAN and NZ Free

Trade Agreement; d) NZ and India Free Trade Agreement; e) NZ, Russia, Kazakhstan and Belarus Free Trade Agreement.

Com a TPP, será criada zona de livre comércio com 800 milhões de pessoas e cerca de 36% do PIB mundial. Com a inclusão de EUA e Japão, a Nova Zelândia passará a ter acordos com seus cinco maiores parceiros comerciais (Austrália, China, EUA, Japão e Coreia do Sul), além de ter recentemente assinado acordos com Taiwan, Hong Kong, ASEAN/Austrália e Malásia, e de buscar ativamente chegar a entendimento final com a União Europeia. Ressalte-se que os textos firmados com Coreia, China e Taiwan possuem cláusulas de nação mais favorecida, o que implica extensão de cortes tarifários e, sobretudo, de regras de investimento da TPP a esses países. Estima-se que a entrada em vigor deverá ocorrer em cerca de dois anos, com implementação gradual até 2030.

### Relações com o Brasil

A Nova Zelândia tem investido crescentemente em agropecuária no Brasil nas áreas de melhoramento genético de rebanhos e produção leiteira de alta qualidade. Há interesse em intensificar os investimentos abrangendo áreas como processamento de alimentos, aperfeiçoamento de pastos, exploração florestal e projetos de horticultura.

O comércio entre o Brasil e a Nova Zelândia, embora modesto, apresenta potencial de crescimento, depois de um período de retração. De 2002 a 2008, o intercâmbio comercial cresceu 145%, tendo chegado a US\$ 158,9 milhões. Entre 2008 e 2012, no entanto, as trocas comerciais sofreram uma desaceleração da ordem de 21%, de US\$ 158,9 milhões para US\$ 125,5 milhões. A redução foi de 23% nas exportações e de 19% nas importações. Em 2013, houve um retorno do crescimento do intercâmbio comercial.

As exportações brasileiras para a Nova Zelândia totalizaram US\$ 64,2 milhões em 2015, enquanto as importações totalizaram US\$ 56 milhões, com um saldo de 8,2 milhões.

As exportações brasileiras para a Nova Zelândia são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados (cerca de 49% do total), seguidos dos produtos básicos (43%) e os semimanufaturados (8%). Os cinco principais produtos exportados pelo Brasil para a Nova Zelândia em 2014, que juntos representaram mais de 52% do total, foram: *i*) fumo, com valor de US\$ 13,4 milhões, participação de 19,45% no total (+US\$ 4,9 milhões em relação ao ano anterior); *ii*) substâncias de animais para a preparação de produtos farmacêuticos, com valor de US\$ 6,8 milhões, participação de 9,9% no total (+US\$ 0,6 milhão em relação ao ano anterior); *iii*) café em grão, valor de US\$ 6,7 milhões, participação de 9,8% no total (+US\$ 0,7 milhão em relação ao ano anterior); *iv*) suco de laranja, valor de US\$ 4,8 milhões, participação de 7% no total (+US\$ 0,8 milhão em relação ao ano anterior); *v*) açúcar de cana, valor de US\$ 4,2 milhões, participação de 6,1% no total (-US\$ 7,6 milhões em relação ao ano anterior).

Pelo lado das importações, observa-se que, em 2014, os produtos manufaturados representaram a quase totalidade da pauta, 87,5%, seguidos dos básicos com 10% e pelos semimanufaturados, com 2,5%. Os cinco principais produtos adquiridos pelo Brasil da Nova Zelândia em 2013, que juntos representaram cerca de 65% do total, foram: *i*) metanol (com valor de US\$ 44,8 milhões, participação de 33,3% no total); *ii*) inseticidas (com valor de US\$ 22,1 milhões, participação de 16,4% no total); *iii*) produtos constituídos do leite, (com valor de US\$ 12,5 milhões, participação de 9,3% no total); *iv*) filés congelados de peixes (valor de US\$ 4,6 milhões, participação de 3,4% no total); *v*) kiwis (com valor de US\$ 3,9 milhões, participação de 2,9% no total).

A análise do cruzamento estatístico entre a pauta exportadora brasileira e importadora da Nova Zelândia em 2013 identificou a existência de potenciais oportunidades para as exportações de vários segmentos do setor produtivo brasileiro. Com base no Sistema Harmonizado (SH6) os grupos de produtos brasileiros com maior potencial de inserção no mercado neozelandês são, em princípio, os seguintes: *(i)* petróleo e derivados; *(ii)* veículos automóveis *(iii)* veículos para o transporte de mercadorias *(iv)* medicamentos; *(v)* preparações alimentícias; *(vi)* partes de turboreatores e turbinas; *(vii)* partes de aviões e helicópteros; *(viii)* óxidos de alumínio; *(ix)* tratores *(x)* pneumáticos.

Um dos principais interesses do Brasil na Nova Zelândia - além de acesso ao mercado - é atrair investimentos para o nosso país, seja em aplicações diretas, seja por meio de *joint ventures* em áreas de notória especialização neozelandesa. Essas áreas estão concentradas na agropecuária e no setor de alimentos, abrangendo desde melhoramento genético de rebanhos, processamento de alimentos, passando pelo aperfeiçoamento de pastos, exploração florestal e projetos de horticultura.

Empresas neozelandesas têm estabelecido parcerias no Brasil principalmente nos setores agropecuário (lácteos, tecnologia agrícola e consultoria, entre outros), tecnologia da informação e comunicação (aplicativos para rádios e celulares), serviços (educação, turismo e hotelaria), fabricação de inseticidas e de resinas termoplásticas. Outros setores que merecem destaque são holdings, pesquisas de mercado e atividades imobiliárias.

Na vertente econômica do relacionamento bilateral, destacam-se os continuados investimentos da empresa Fonterra. Após o insucesso da tentativa da *Fonterra* de comprar a brasileira *Vigor*, a empresa neozelandesa concretizou, em 2003, *joint venture* com a *Nestlé* latino-americana, o *Dairy Partners of the Americas*, tornando-se o maior investidor neozelandês na economia brasileira. Além da venda e exportação de sua produção local de laticínios, a empresa tem atraído outros investimentos neozelandeses na área da pecuária leiteira.

## CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Acontecimento
1642	O explorador holandês, Abel Tasman, torna-se o primeiro europeu a ‘descobrir’ o país.
1814	Missionários cristãos iniciam catequização e alfabetização do povo Maori, além do ensinamento de técnicas agrícolas.
1840	O Tratado de Waitangi é assinado pelos representantes da Rainha Vitória e chefes das tribos Maori.
1860/1880	“Guerras da Terra”: conflito entre tribos Maori e colonizadores europeus.
1893	As mulheres conquistam o direito ao voto, tornando a Nova Zelândia o primeiro país do mundo a instituir o voto feminino.
1914/19	Durante a Primeira Guerra Mundial, tropas neozelandesas lutam ao lado da Grã-Bretanha.
1938	O “Social Security Act” expande o Estado do Bem-Estar Social de forma significativa.
1939-1945	Na Segunda Guerra Mundial, tropas neozelandesas unem-se aos Aliados.
1953	Visita da Rainha Elizabeth II (a primeira de um monarca ao país).
1970	Crescimento do número de imigrantes originários das Ilhas do Pacífico e do Sudeste Asiático.
1973	O Reino Unido adere à Comunidade Econômica Européia, levando a Nova Zelândia a adotar estratégias para diversificar seus mercados.
1983	Assinatura do Closer Economic Relations com a Austrália.
1984	Em razão de sua política anti-nuclear, a Nova Zelândia abandona a coalizão ANZUS (Austrália, Nova Zelândia e EUA).
1985	O navio de protesto anti-nuclear do Greenpeace, “Rainbow Warrior”, é bombardeado no porto de Auckland por agentes franceses.
1996	O Partido Nacional vence as eleições, com minoria de assentos, e forma coalizão com o partido “New Zealand First”, liderado por Winston Peters, que assume o cargo de Vice-Primeiro-Ministro.
1999	Os trabalhistas vencem as eleições gerais. Helen Clark torna-se a primeira mulher eleita para o cargo de Primeira-Ministra.
2008	A Nova Zelândia assina Acordo de Livre Comércio com a China.
2008	O Partido Nacional elege o Primeiro-Ministro John Key.
2009	A Nova Zelândia assina Acordo de Livre-Comércio com a ASEAN.
2011	O terremoto em Christchurch, na Ilha Sul, causa danos estimados entre 7 a 10 bilhões de dólares norte-americanos.

## CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Acontecimento
1964	Estabelecimento de relações diplomáticas.
1986	Memorando de entendimento sobre intercâmbio comercial e cooperação científico-tecnológica, industrial e econômica.
1994	Visita à Nova Zelândia do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim.
1997	Abertura da Embaixada do Brasil em Wellington.
1998	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio, Don McKinnon.
2001	Visita ao Brasil da Primeira-Ministra Helen Clark.
2001	Abertura da Embaixada residente da Nova Zelândia em Brasília.
2004	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Phil Goff.
2005	Visita à Nova Zelândia do Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues.

2006	Visita à Nova Zelândia do Assessor Especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais, Professor Marco Aurélio Garcia.
2006	Visita ao Brasil do Ministro da Conservação Ambiental da Nova Zelândia, Chris Carter, por ocasião da COP-8.
2007	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Winston Peters.
2007	Visita ao Brasil do Ministro do Comércio, Phil Goff.
2007	Visita ao Brasil do Ministro do Meio Ambiente Chris Carter, por ocasião da III Reunião Ministerial do FOCALAL.
2008	Visita do Assessor Especial para a Ásia, Embaixador João Gualberto Marques Porto, a Auckland e Wellington.
2008	Realização da IV Reunião de Consultas Políticas Brasil-Nova Zelândia, em Wellington.
2008	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, à Nova Zelândia.
2008	Assinatura do Acordo sobre o Programa de Férias e Trabalho.
2009	Visita ao Brasil do Ministro da Agricultura e Reflorestamento, David Carter.
2009	Realização do “Brazil Business Forum”, em Auckland, Christchurch e Wellington.
2010	Assinatura entre a PETROBRAS e o Ministério da Energia e dos Recursos Minerais da Nova Zelândia de contrato para a prospecção e exploração de gás e petróleo em águas profundas.
2010	Entrada em vigor, no Brasil, do Acordo sobre o Programa de Férias e Trabalho.
2010	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Murray McCully.
2010	Visita ao Brasil do Ministro do Comércio Exterior, Tim Groser.
2011	V Reunião bilateral de Consultas Políticas, em Brasília, presidida pela SGAP II e pelo Secretário-Geral e Diretor Executivo do MFAT, John Allen.
2013	VI Reunião bilateral de Consultas Política, em Wellington.
2013	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da Nova Zelândia, John Key (9 a 12 de março).
2013	Visita do Embaixador Colin Keating, Enviado Especial do Primeiro Ministro da Nova Zelândia para assuntos do Conselho de Segurança das Nações Unidas (outubro).
2013	Visita da Embaixadora Andrea Smith, Subsecretária para Ásia e Américas (novembro).
2014	VII Reunião bilateral de Consultas Políticas, em Brasília, presidida pelo SGAP II, Embaixador José Alfredo Graça Lima, e pela Diretora do Departamento de Américas do MFAT, Emb. Jane Coombs.

## ACORDOS BILATERAIS

<b>Título</b>	<b>Data de celebração</b>	<b>Entrada em vigor</b>	<b>Publicação</b>
Acordo sobre Serviços Aéreos.	18/06/1996	17/09/1998	30/10/1998
Acordo, por troca de Notas, que Modifica o Art. 9 do Acordo sobre Serviços Aéreos, de 18/06/96.	12/03/1998	27/03/1998	11/11/1998
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo, Militar e Técnico	03/10/2001	27/03/2004	20/04/2004
Acordo sobre Isenção de Vistos	20/11/2001	21/10/2004	18/10/2004
Acordo sobre um Programa de Férias e Trabalho	28/08/2008	03/08/2010	03/08/2010
Acordo sobre Serviços Aéreos	11/03/2013	--	Em tramitação – Casa Civil

## DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

### Principais indicadores socioeconômicos da Nova Zelândia

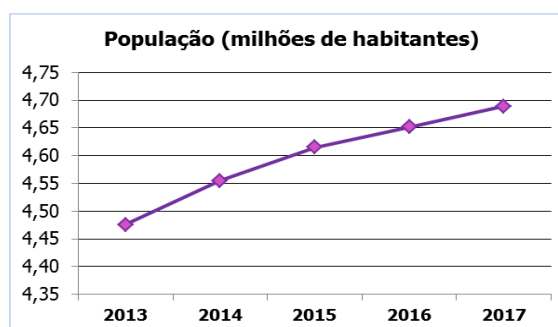
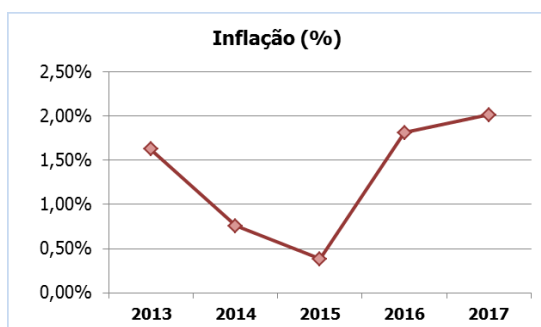
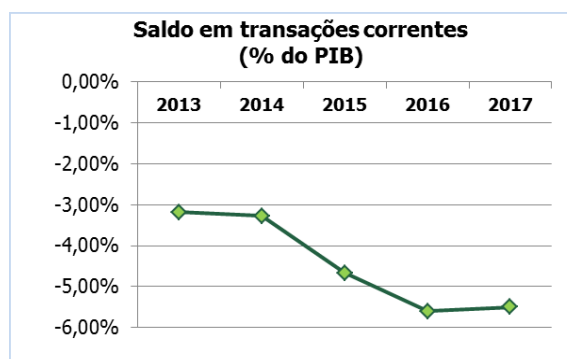
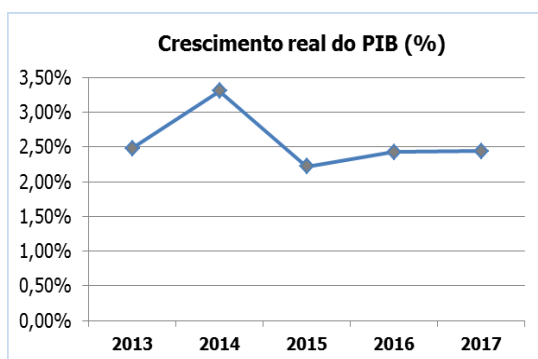
Indicador	2013	2014	2015 <sup>(1)</sup>	2016 <sup>(1)</sup>	2017 <sup>(1)</sup>
Crescimento real do PIB (%)	2,48%	3,31%	2,22%	2,43%	2,44%
PIB nominal (US\$ bilhões)	184,76	197,50	170,59	165,48	172,12
PIB nominal "per capita" (US\$)	41.280	43.363	36.963	35.570	36.702
PIB PPP (US\$ bilhões)	153,14	160,80	165,99	172,03	179,30
PIB PPP "per capita" (US\$)	34.214	35.305	35.966	36.980	38.236
População (milhões de habitantes)	4,48	4,56	4,62	4,65	4,69
Desemprego (%)	6,28%	5,73%	5,85%	5,85%	5,85%
Inflação (%) <sup>(2)</sup>	1,63%	0,76%	0,38%	1,81%	2,01%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-3,18%	-3,27%	-4,67%	-5,60%	-5,50%
Dívida externa (US\$ bilhões)	86,57	89,55	85,10	85,28	88,14
Câmbio (NZ\$ / US\$) <sup>(2)</sup>	1,22	1,28	1,51	1,48	1,50
<b>Origem do PIB ( 2015 Estimativa )</b>					
Agricultura			4,1%		
Indústria			26,8%		
Serviços			69,0%		

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report January 2016.*

*(1) Estimativas FMI e EIU.*

*(2) Média de fim de período.*

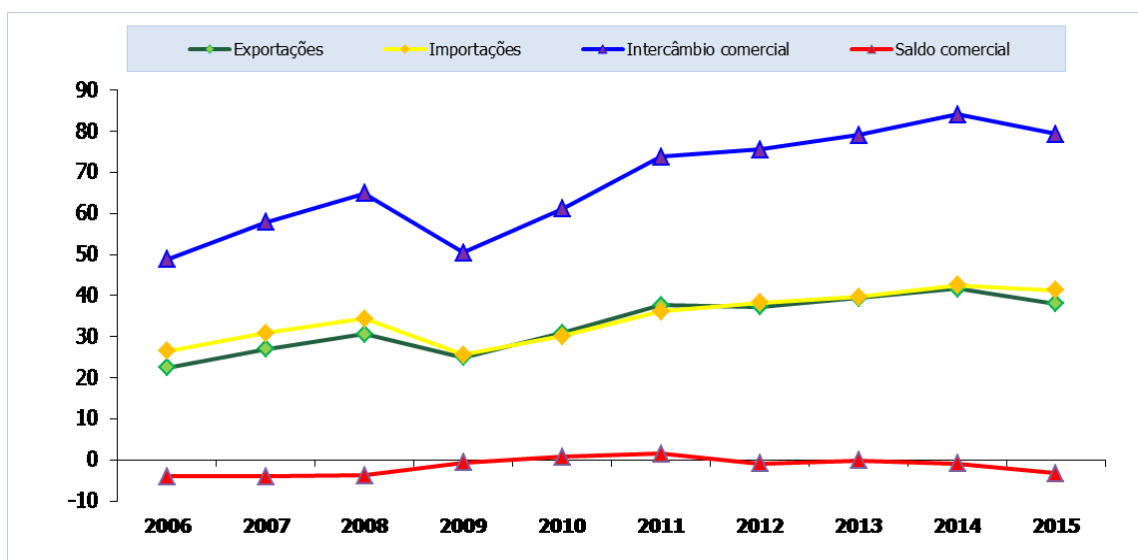




**Evolução do comércio exterior da Nova Zelândia**  
**US\$ bilhões**

<b>Anos</b>	<b>Exportações</b>		<b>Importações</b>		<b>Intercâmbio comercial</b>		<b>Saldo comercial</b>
	<b>Valor</b>	<b>Var. % em relação ao ano anterior</b>	<b>Valor</b>	<b>Var. % em relação ao ano anterior</b>	<b>Valor</b>	<b>Var. % em relação ao ano anterior</b>	
2006	22,4	3,1%	26,4	0,7%	48,8	1,8%	-4,0
2007	26,9	20,2%	30,9	16,9%	57,8	18,4%	-4,0
2008	30,6	13,5%	34,4	11,3%	64,9	12,3%	-3,8
2009	24,9	-18,5%	25,6	-25,6%	50,5	-22,2%	-0,6
2010	30,9	24,1%	30,2	18,0%	61,1	21,0%	0,8
2011	37,6	21,7%	36,1	19,7%	73,7	20,7%	1,5
2012	37,3	-0,9%	38,2	5,9%	75,5	2,4%	-0,9
2013	39,4	5,7%	39,6	3,6%	79,1	4,7%	-0,2
2014	41,6	5,6%	42,5	7,3%	84,1	6,4%	-0,9
2015	38,0	-8,6%	41,3	-2,8%	79,4	-5,7%	-3,3
<b>Var. % 2006-2015</b>	<b>69,8%</b>	<b>--</b>	<b>56,4%</b>	<b>--</b>	<b>62,5%</b>	<b>--</b>	<b>n.c.</b>

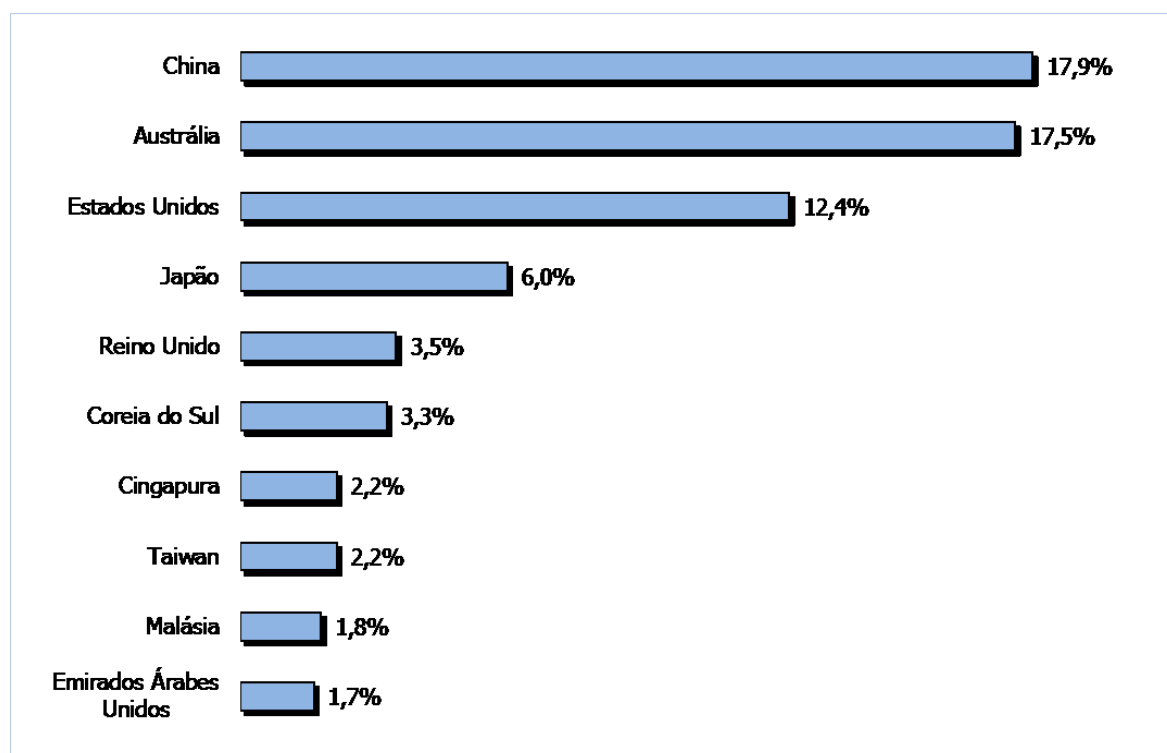
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.*  
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



**Direção das exportações da Nova Zelândia**  
**US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 5</b>	<b>Part.% no total</b>
China	6,81	17,9%
Austrália	6,66	17,5%
Estados Unidos	4,71	12,4%
Japão	2,29	6,0%
Reino Unido	1,34	3,5%
Coreia do Sul	1,26	3,3%
Cingapura	0,83	2,2%
Taiwan	0,83	2,2%
Malásia	0,69	1,8%
Emirados Árabes Unidos	0,63	1,7%
...		
<b><i>Brasil (54ª posição)</i></b>	<b><i>0,05</i></b>	<b><i>0,1%</i></b>
<b>Subtotal</b>	<b>26,10</b>	<b>68,6%</b>
<b>Outros países</b>	<b>11,95</b>	<b>31,4%</b>
<b>Total</b>	<b>38,04</b>	<b>100,0%</b>

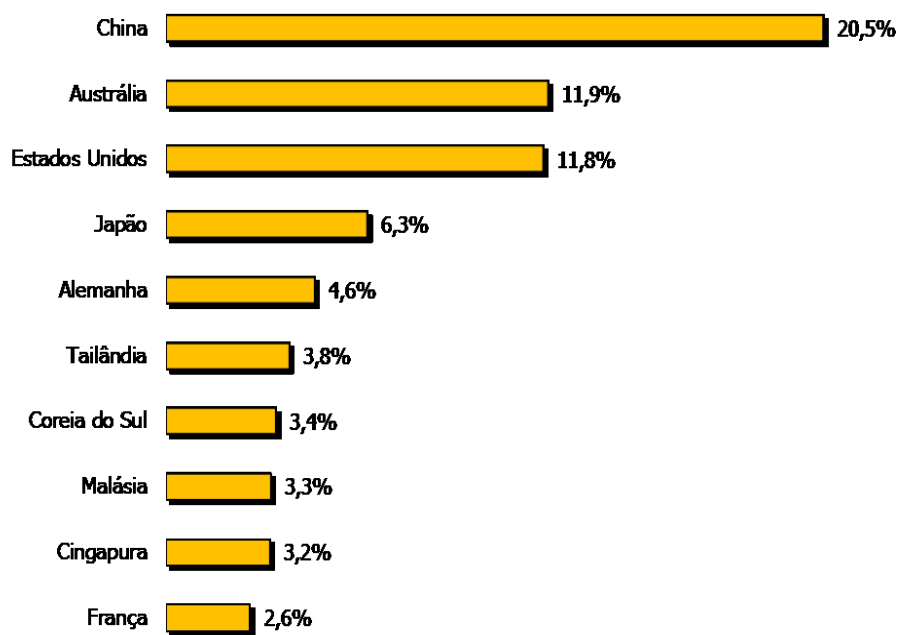
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.*

**10 principais destinos das exportações**

**Origem das importações da Nova Zelândia**  
**US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 5</b>	<b>Part.% no total</b>
China	8,49	20,5%
Austrália	4,93	11,9%
Estados Unidos	4,87	11,8%
Japão	2,60	6,3%
Alemanha	1,92	4,6%
Tailândia	1,59	3,8%
Coreia do Sul	1,42	3,4%
Malásia	1,36	3,3%
Cingapura	1,34	3,2%
França	1,08	2,6%
...		
<b><i>Brasil (38ª posição)</i></b>	<b><i>0,11</i></b>	<b><i>0,3%</i></b>
<b>Subtotal</b>	<b>29,71</b>	<b>71,9%</b>
<b>Outros países</b>	<b>11,62</b>	<b>28,1%</b>
<b>Total</b>	<b>41,33</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.*

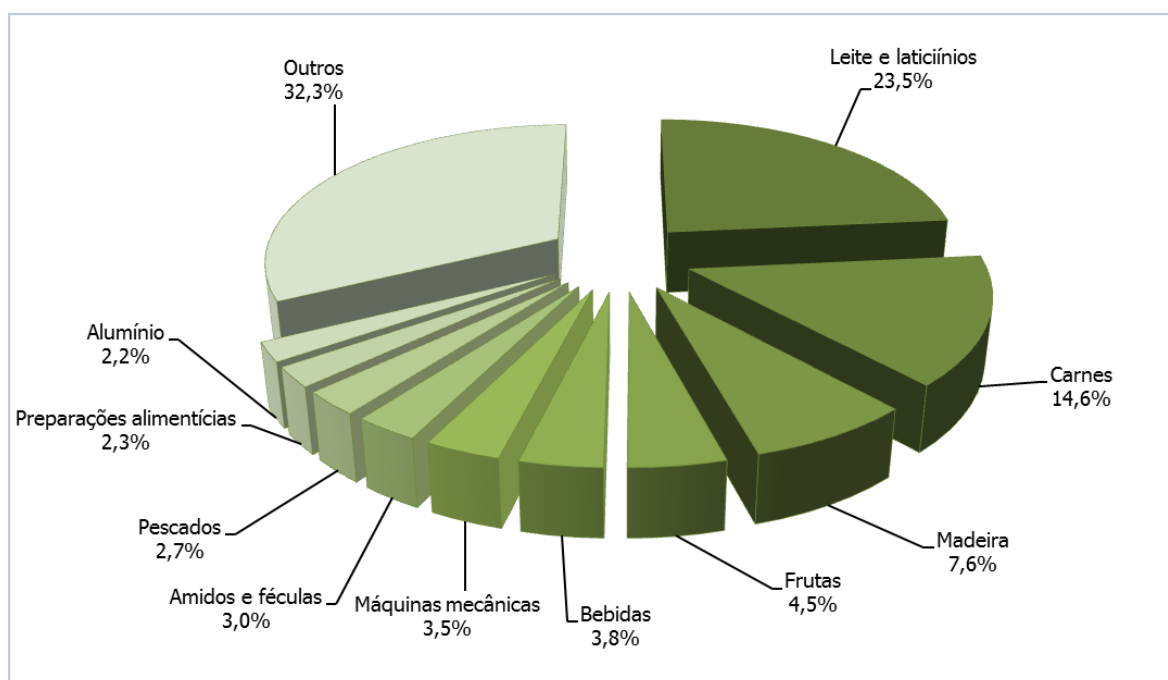
**10 principais origens das importações**

**Composição das exportações da Nova Zelândia**  
**US\$ bilhões**

<b>Grupos de Produtos</b>	<b>2 0 1 5</b>	<b>Part.% no total</b>
Leite e laticínios	8,94	23,5%
Carnes	5,57	14,6%
Madeira	2,89	7,6%
Frutas	1,70	4,5%
Bebidas	1,45	3,8%
Máquinas mecânicas	1,32	3,5%
Amidos e féculas	1,13	3,0%
Pescados	1,04	2,7%
Preparações alimentícias	0,88	2,3%
Alumínio	0,84	2,2%
<b>Subtotal</b>	<b>25,74</b>	<b>67,7%</b>
<b>Outros</b>	<b>12,30</b>	<b>32,3%</b>
<b>Total</b>	<b>38,04</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.*

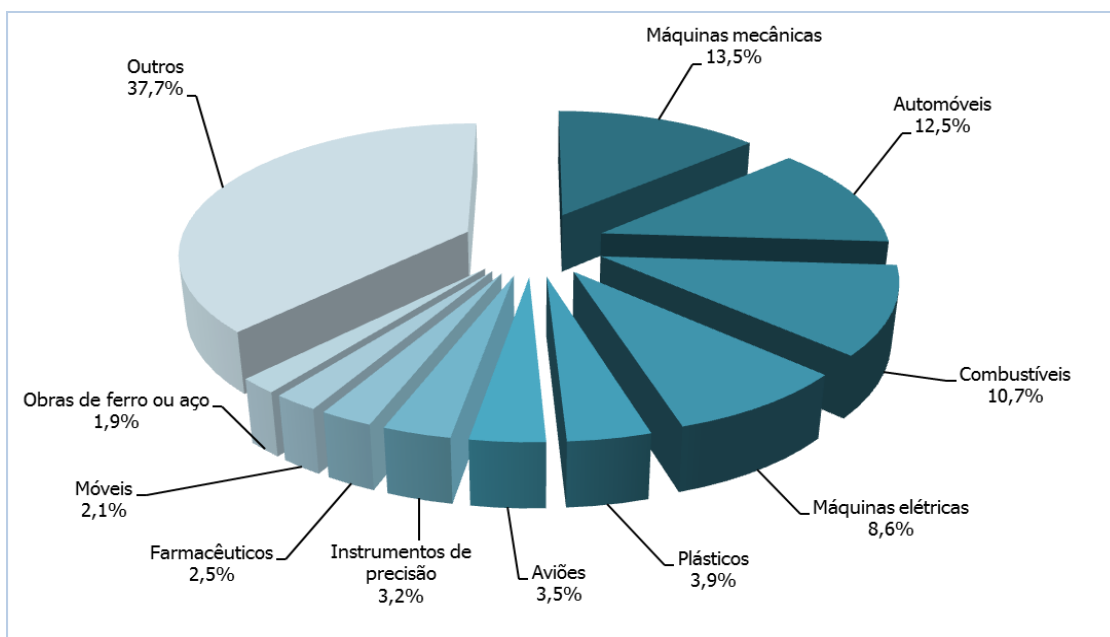


**10 principais grupos de produtos exportados**

**Composição das importações da Nova Zelândia**  
**US\$ bilhões**

<b>Grupos de produtos</b>	<b>2 0 1 5</b>	<b>Part.% no total</b>
Máquinas mecânicas	5,57	13,5%
Automóveis	5,18	12,5%
Combustíveis	4,43	10,7%
Máquinas elétricas	3,54	8,6%
Plásticos	1,60	3,9%
Aviões	1,44	3,5%
Instrumentos de precisão	1,31	3,2%
Farmacêuticos	1,01	2,5%
Móveis	0,87	2,1%
Obras de ferro ou aço	0,77	1,9%
<b>Subtotal</b>	<b>25,73</b>	<b>62,3%</b>
<b>Outros</b>	<b>15,60</b>	<b>37,7%</b>
<b>Total</b>	<b>41,33</b>	<b>100,0%</b>

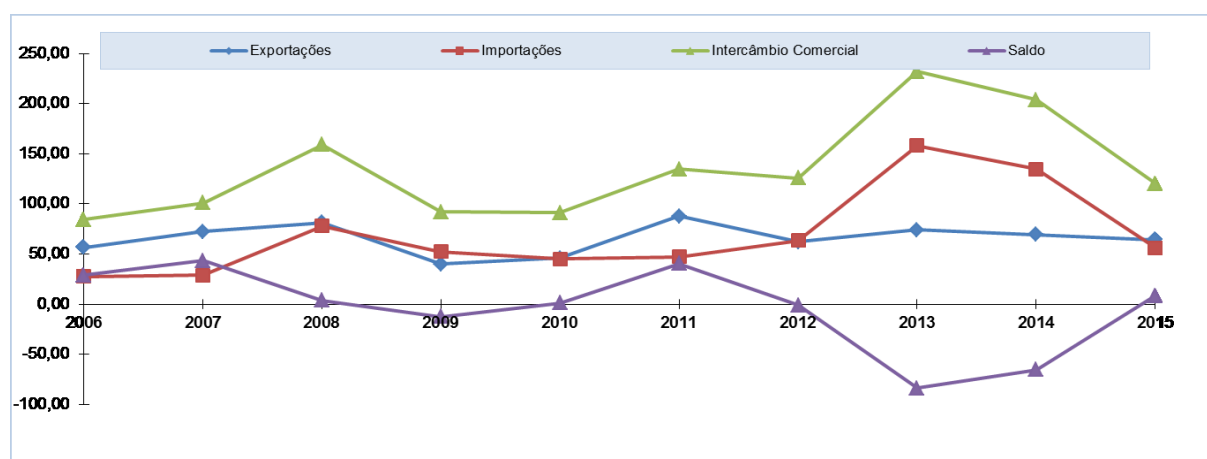
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.*

**10 principais grupos de produtos importados**

**Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Nova Zelândia**  
**US\$ milhões**

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	56,48	3,4%	0,04%	27,59	-7,9%	0,03%	84,07	-0,6%	0,04%	28,89
2007	72,18	27,8%	0,04%	28,67	3,9%	0,02%	100,84	19,9%	0,04%	43,51
2008	81,19	12,5%	0,04%	77,67	170,9%	0,04%	158,86	57,5%	0,05%	3,52
2009	39,80	-51,0%	0,03%	52,19	-32,8%	0,04%	91,99	-42,1%	0,03%	-12,39
2010	46,08	15,8%	0,02%	45,18	-13,4%	0,02%	91,26	-0,8%	0,02%	0,90
2011	87,62	90,2%	0,03%	47,21	4,5%	0,02%	134,83	47,7%	0,03%	40,41
2012	62,21	-29,0%	0,03%	63,33	34,2%	0,03%	125,53	-6,9%	0,03%	-1,12
2013	74,07	19,1%	0,03%	157,95	149,4%	0,07%	232,02	84,8%	0,05%	-83,88
2014	69,32	-6,4%	0,03%	134,60	-14,8%	0,06%	203,92	-12,1%	0,04%	-65,27
2015	64,20	-7,4%	0,03%	55,92	-58,5%	0,03%	120,12	-41,1%	0,03%	8,28
2016 (jan-fev)	14,41	7,7%	0,00%	7,63	-18,9%	0,00%	22,04	-3,3%	0,00%	6,79
<b>Var. % 2006-2015</b>	<b>13,7%</b>		<b>--</b>	<b>102,7%</b>		<b>--</b>	<b>42,9%</b>		<b>--</b>	<b>n.c.</b>

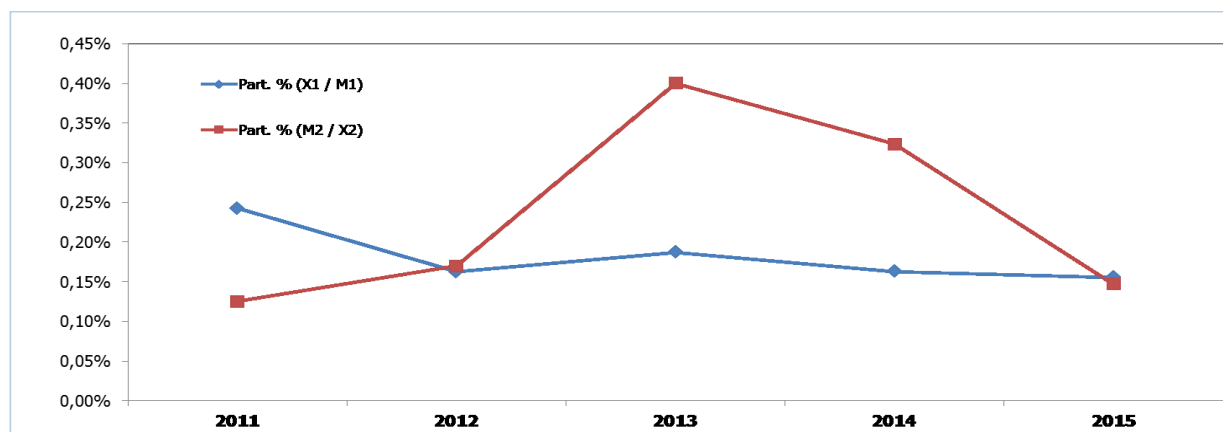
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Marco de 2016.  
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*



**Part. % do Brasil no comércio da Nova Zelândia**  
**US\$ milhões**

<b>Descrição</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>Var. % 2011-2015</b>
Exportações do Brasil para a Nova Zelândia (X1)	88	62	74	69	64	-26,7%
Importações totais da Nova Zelândia (M1)	36.111	38.243	39.619	42.498	41.326	14,4%
Part. % (X1 / M1)	0,24%	0,16%	0,19%	0,16%	0,16%	-36,0%
Importações do Brasil originárias da Nova Zelândia (M2)	47	63	158	135	56	18,5%
Exportações totais da Nova Zelândia (X2)	37.633	37.305	39.444	41.636	38.043	1,1%
Part. % (M2 / X2)	0,13%	0,17%	0,40%	0,32%	0,15%	17,2%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap. As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações da Nova Zelândia e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*

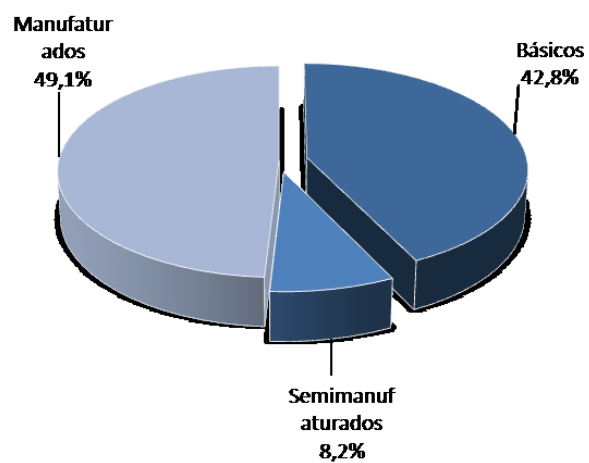


## Exportações e importações brasileiras por fator agregado

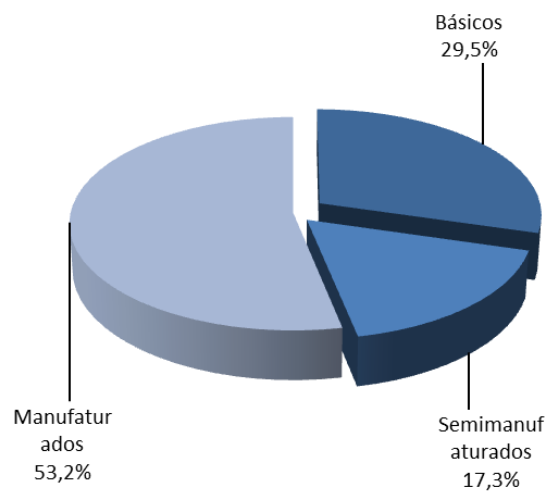
Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras<sup>(1)</sup>

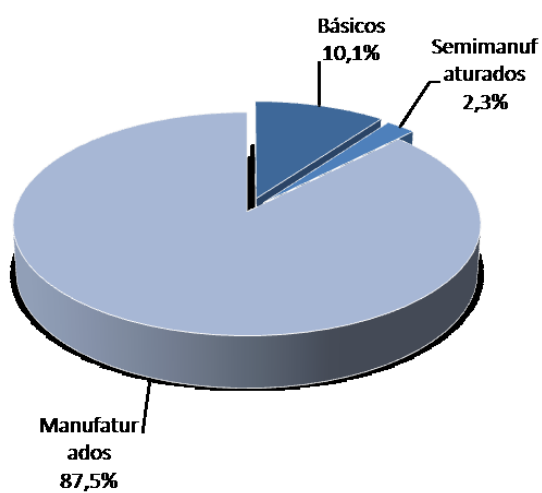
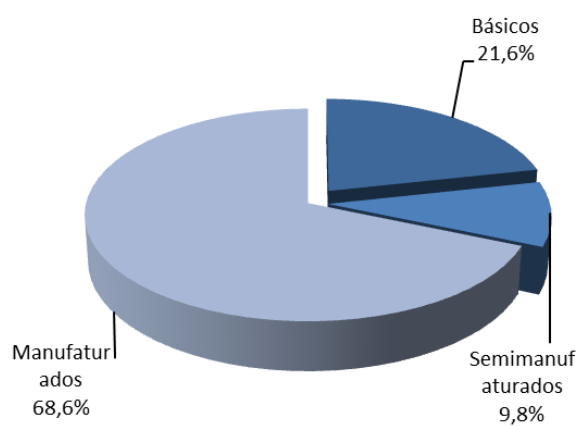
2014



2015





**Importações Brasileiras****2014****2015**

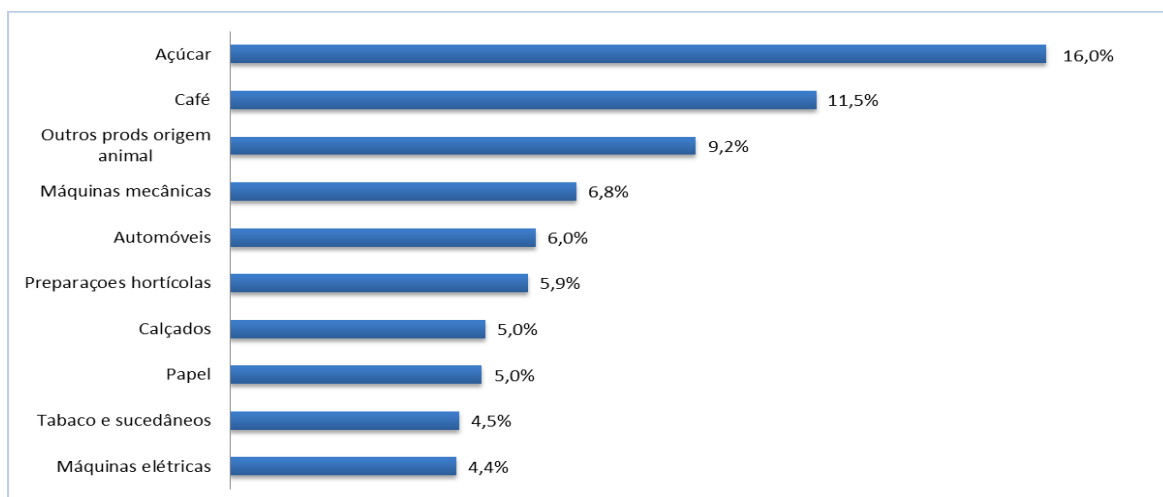
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

(1) Exclusive transações especiais.

**Composição das exportações brasileiras para a Nova Zelândia**  
**US\$ milhões**

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar	13,20	17,8%	5,20	7,5%	10,30	16,0%
Café	6,10	8,2%	6,80	9,8%	7,40	11,5%
Outros prods origem animal	6,20	8,4%	6,87	9,9%	5,88	9,2%
Máquinas mecânicas	4,54	6,1%	5,54	8,0%	4,37	6,8%
Automóveis	2,09	2,8%	2,22	3,2%	3,86	6,0%
Preparações hortícolas	4,32	5,8%	4,05	5,8%	3,76	5,9%
Calçados	1,94	2,6%	1,98	2,9%	3,22	5,0%
Papel	3,19	4,3%	3,05	4,4%	3,18	5,0%
Tabaco e sucedâneos	8,87	12,0%	13,94	20,1%	2,89	4,5%
Máquinas elétricas	3,55	4,8%	3,48	5,0%	2,85	4,4%
<b>Subtotal</b>	<b>54,00</b>	<b>72,9%</b>	<b>53,13</b>	<b>76,6%</b>	<b>47,71</b>	<b>74,3%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>20,07</b>	<b>27,1%</b>	<b>16,19</b>	<b>23,4%</b>	<b>16,49</b>	<b>25,7%</b>
<b>Total</b>	<b>74,07</b>	<b>100,0%</b>	<b>69,32</b>	<b>100,0%</b>	<b>64,20</b>	<b>100,0%</b>

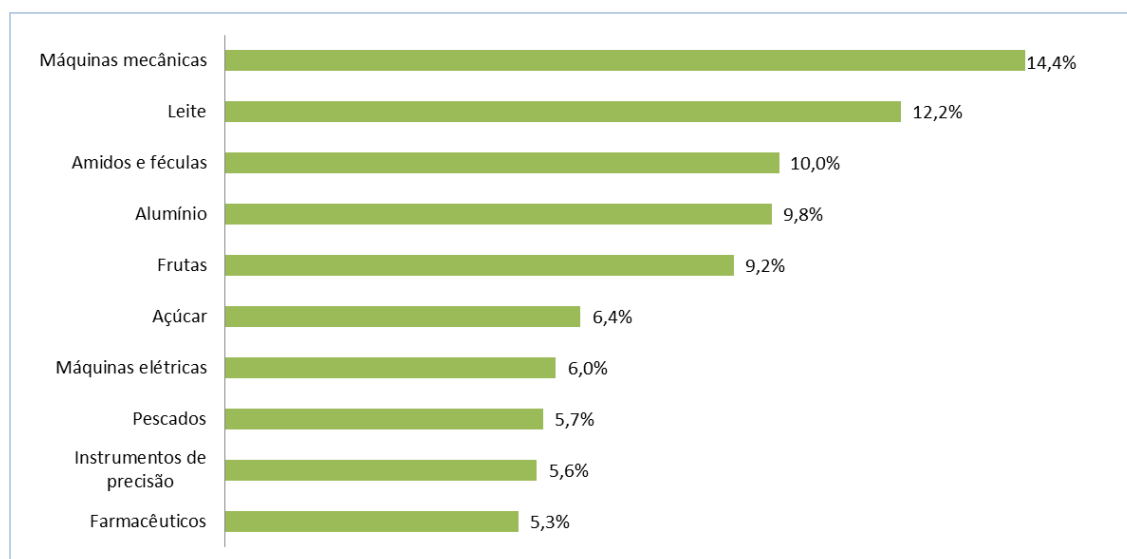
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015**

**Composição das importações brasileiras originárias da Nova Zelândia**  
**US\$ milhões**

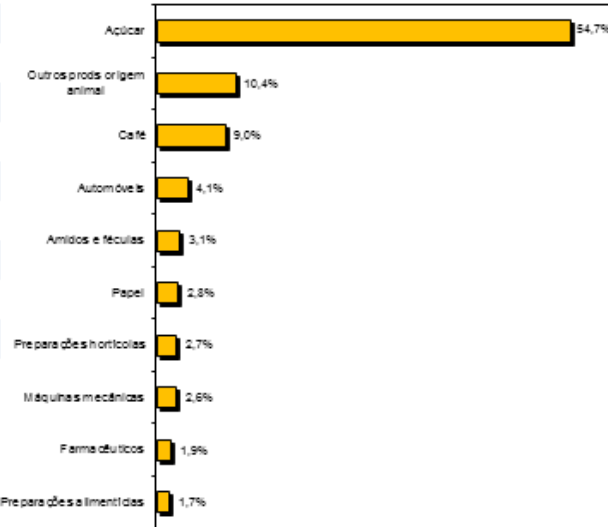
Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	8,19	5,2%	13,71	10,2%	8,06	14,4%
Leite	7,98	5,1%	12,55	9,3%	6,81	12,2%
Amidos e féculas	5,06	3,2%	4,21	3,1%	5,58	10,0%
Alumínio	0,06	0,0%	3,07	2,3%	5,50	9,8%
Frutas	2,42	1,5%	3,96	2,9%	5,12	9,2%
Açúcar	2,26	1,4%	3,57	2,7%	3,58	6,4%
Máquinas elétricas	7,00	4,4%	5,35	4,0%	3,33	6,0%
Pescados	3,03	1,9%	5,03	3,7%	3,20	5,7%
Instrumentos de precisão	4,24	2,7%	5,00	3,7%	3,14	5,6%
Farmacêuticos	3,59	2,3%	1,91	1,4%	2,95	5,3%
<b>Subtotal</b>	<b>43,81</b>	<b>27,7%</b>	<b>58,35</b>	<b>43,3%</b>	<b>47,28</b>	<b>84,5%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>114,14</b>	<b>72,3%</b>	<b>76,25</b>	<b>56,7%</b>	<b>8,64</b>	<b>15,5%</b>
<b>Total</b>	<b>157,95</b>	<b>100,0%</b>	<b>134,60</b>	<b>100,0%</b>	<b>55,92</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015**

**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**  
**US\$ milhões**

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-fev)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
Exportações					
Açúcar	5,01	37,5%	7,89	54,7%	Açúcar 54,7%
Outros prods origem animal	1,08	8,1%	1,50	10,4%	Outros prods origem animal 10,4%
Café	1,55	11,6%	1,30	9,0%	Café 9,0%
Automóveis	0,37	2,8%	0,58	4,1%	Automóveis 4,1%
Amidos e féculas	0,00	0,0%	0,45	3,1%	Amidos e féculas 3,1%
Papel	0,65	4,8%	0,41	2,8%	Papel 2,8%
Preparações hortícolas	0,75	5,6%	0,39	2,7%	Preparações hortícolas 2,7%
Máquinas mecânicas	0,60	4,5%	0,37	2,6%	Máquinas mecânicas 2,6%
Farmacêuticos	0,28	2,1%	0,28	1,9%	Farmacêuticos 1,9%
Preparações alimentícias	0,15	1,1%	0,25	1,7%	Preparações alimentícias 1,7%
Subtotal	10,44	78,0%	13,42	93,1%	
Outros produtos	2,94	22,0%	1,00	6,9%	
Total	13,38	100,0%	14,41	100,0%	



Grupo de Produtos	Part. % no total
Açúcar	54,7%
Outros prods origem animal	10,4%
Café	9,0%
Automóveis	4,1%
Amidos e féculas	3,1%
Papel	2,8%
Preparações hortícolas	2,7%
Máquinas mecânicas	2,6%
Farmacêuticos	1,9%
Preparações alimentícias	1,7%

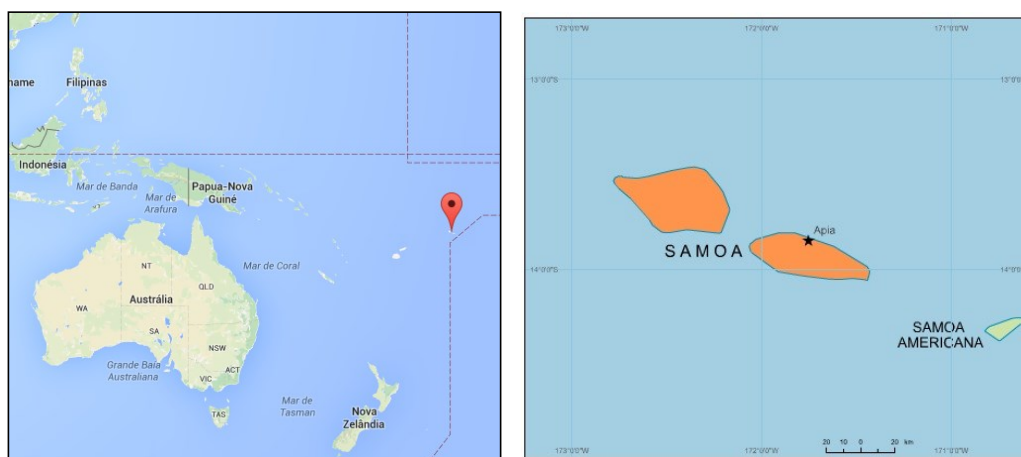
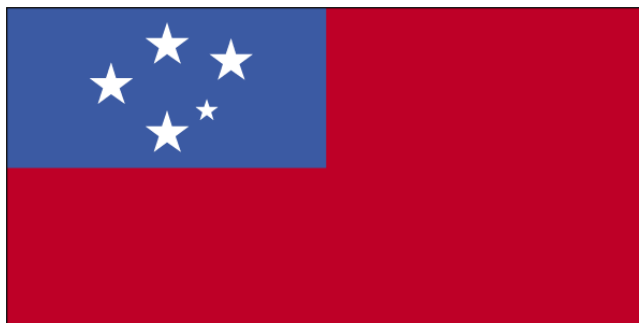
Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-fev)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016	
Importações						
Leite e laticínios	0,13	1,4%	1,79	23,4%	Leite e laticínios	23,4%
Amidos e féculas	0,57	6,1%	1,13	14,9%	Amidos e féculas	14,9%
Farmacêuticos	0,24	2,5%	0,99	12,9%	Farmacêuticos	12,9%
Máquinas elétricas	0,32	3,4%	0,95	12,5%	Máquinas elétricas	12,5%
Instrumentos de precisão	0,54	5,8%	0,66	8,6%	Instrumentos de precisão	8,6%
Máquinas mecânicas	0,96	10,2%	0,58	7,6%	Máquinas mecânicas	7,6%
Açúcar	0,89	9,4%	0,52	6,8%	Açúcar	6,8%
Pescados	0,81	8,6%	0,45	5,8%	Pescados	5,8%
Soja em grãos e sementes	0,01	0,1%	0,09	1,1%	Soja em grãos e sementes	1,1%
Plásticos	0,49	5,2%	0,08	1,0%	Plásticos	1,0%
Subtotal	4,96	52,7%	7,22	94,7%		
Outros produtos	4,45	47,3%	0,41	5,3%		
Total	9,40	100,0%	7,63	100,0%		

Grupo de Produtos	Part. %
Leite e laticínios	23,4%
Amidos e féculas	14,9%
Farmacêuticos	12,9%
Máquinas elétricas	12,5%
Instrumentos de precisão	8,6%
Máquinas mecânicas	7,6%
Açúcar	6,8%
Pescados	5,8%
Soja em grãos e sementes	1,1%
Plásticos	1,0%

Elaborado pela MRE/DEPF/DEIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da MDIC/SECEX/ANEXO A, Março de 2016.

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**  
Departamento da Ásia Central, Meridional e Oceania  
Divisão da Oceania

**ESTADO INDEPENDENTE DE SAMOA**



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**  
Abril de 2016



<b>DADOS BÁSICOS SOBRE O ESTADO INDEPENDENTE DE SAMOA</b>	
<b>NOME OFICIAL:</b>	Estado Independente de Samoa
<b>GENTÍLICO:</b>	samoano
<b>CAPITAL:</b>	Apia
<b>ÁREA:</b>	2.831 km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO (2015):</b>	193 mil
<b>IDIOMA OFICIAL:</b>	samoano, inglês
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES:</b>	Protestantismo (57%), Catolicismo romano (19%), Mormonismo (15%)
<b>SISTEMA DE GOVERNO:</b>	Democracia parlamentarista
<b>PODER LEGISLATIVO:</b>	Assembleia Legislativa unicameral (49 membros, sendo 47 chefes tradicionais de família e 2 eleitos diretamente por maioria simples. Os membros cumprem termos de 5 anos)
<b>CHEFE DE ESTADO:</b>	Tui Atua Tupua Tamasese Efi (desde 20 de junho de 2007)
<b>CHEFE DE GOVERNO:</b>	Primeiro-Ministro Tuilaepa Lupesoliai Malielegaoi (desde 1998)
<b>CHANCELER:</b>	Tuilaepa Lupesoliai Malielegaoi
<b>PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):</b>	US\$ 867 milhões
<b>PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):</b>	US\$ 1,03 bilhão
<b>PIB PER CAPITA (2015)</b>	US\$ 4.492
<b>PIB PPP PER CAPITA (2015)</b>	US\$ 5.336
<b>VARIAÇÃO DO PIB</b>	2,56% (2015); 1,91% (2014); -1,08% (2013) (FMI)
<b>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):</b>	0,702 (105ª posição entre 188 países)
<b>EXPECTATIVA DE VIDA (2015):</b>	73,4 anos
<b>ALFABETIZAÇÃO (2015):</b>	99,16%
<b>UNIDADE MONETÁRIA:</b>	tala
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:</b>	Não há.

<b>INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-SAMOA (fonte: MDIC)</b>									
<b>Brasil → Samoa</b>	<b>1999</b>	<b>2001</b>	<b>2003</b>	<b>2005</b>	<b>2007</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2015</b>
<b>Intercâmbio</b>	0,004	2,2	0,83	3,86	0,6	1,21	4,45	1,41	2,31
<b>Exportações</b>	0,004	2,2	0,71	0,6	0,55	0,1	1,77	0,34	0,37
<b>Importações</b>	0	0,0004	0,12	3,26	0,04	1,06	2,67	1,06	1,93
<b>Saldo</b>	0,004	2,2	0,58	-2,66	0,5	-0,9	-0,9	-0,71	-1,56

(Em US\$ milhões)

Informação elaborada em 04/03/2016, por Filipe Brum. Revisada por Rômulo Neves, em 23/03/2016.

## APRESENTAÇÃO

O Estado Independente de Samoa é um país da Oceania. Tem área de 2831km<sup>2</sup> e população próxima a 200 mil habitantes.

Samoa tornou-se colônia da Alemanha em 1899. A ilha passou a ser território da Nova Zelândia em 1914, por meio de um mandato concedido pela Liga das Nações. O país conquistou a independência da Nova Zelândia em 1962, tendo sido o primeiro país do Pacífico a obter emancipação política. É uma democracia parlamentar, matizada por práticas culturais locais.

## PERFIS BIOGRÁFICOS

### **Tui Atua Tupua Tamasese Efi**

Chefe de Estado ("O le Ao o le Malo")



Nascido em 1º de março de 1938 (78 anos) em Motootua, Samoa. Pertence à família nobre Sa Tapua. Seu pai, Tupua Tamasese Mea' olé, foi também chefe de estado. Formou-se na Victoria University, em Wellington. Iniciou sua trajetória política em 1966, ingressando no Parlamento, pelo Partido Democrático Cristão. Foi ministro do Trabalho entre 1970 e 1972. Eleito primeiro-ministro em duas ocasiões consecutivas, ocupou a Chefia do Governo de 1976 a 1982. Foi Vice-Primeiro-Ministro de 1985 a 1988.

Paralelamente à carreira política, exerceu várias atividades acadêmicas. Mais recentemente, tornou-se assessor de Língua e Cultura Samoanas na Universidade Nacional de Samoa; foi examinador (*PhD*) de História do Pacífico e de Samoa na Universidade Nacional da Austrália; e foi *Resident Scholar* do Centro de Estudos do Pacífico da mesma instituição. Tapua Tamasese é autoridade

respeitada em assuntos de cultura, língua e tradições de Samoa; publicou várias obras em samoano e em inglês.

Foi eleito Chefe de Estado em 16 de junho de 2007, para um período de 5 anos, após a morte de Malietoa Tanumafili II. Em 2012, foi reeleito para o cargo.

-----  
**Tuilaepa Lupesoliai Neioti Aiono Sailele Malielegaoi**

Primeiro-Ministro / Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio



Nasceu em 14 de abril de 1945 (71 anos) em Lepa, Samoa. Tornou-se mestre em Comércio pela Universidade de Auckland.

Foi eleito para o Parlamento pela primeira vez em 1981. Desde então, esteve à frente dos Ministérios das Finanças, do Turismo e do Comércio e Indústria nos cinco mandatos de Tofilau Eti Alesana como Primeiro-Ministro (de 1982 a 1986 e de 1988 a 1998).

Entre 1986 e 1988, manteve-se no Parlamento e foi porta-voz de seu partido, *Human Rights Protection Party* (HRPP), então na oposição. Passou a exercer o cargo de Primeiro-Ministro em 1998, quando Tofilau Eti Alesana renunciou por problemas de saúde. Acumula as funções de Primeiro-Ministro, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio e Procurador-Geral.

## **RELAÇÕES BILATERAIS**

O Brasil mantém relações diplomáticas com Samoa desde 2005. As relações diplomáticas foram estabelecidas na ocasião da visita a Samoa da missão oficial chefiada pelo Embaixador Arnaldo Carrilho.

Em 2009, o Representante Permanente (RP) de Samoa junto à ONU, Aliioaiga Feturi Elisaia, visitou o Brasil, a convite do Governo brasileiro, junto a outros RPs da região.

Em 2010 foi criada oficialmente a Embaixada do Brasil em Apia, Estado Independente de Samoa, cumulativa com a Embaixada em Wellington.

Em 2012, o Primeiro-Ministro Tuilaepa Lupesoliai Sailele Malielegaoi foi o primeiro Chefe de Governo de Samoa a realizar visita ao Brasil, ao chefiar a delegação de seu país na Conferência Rio+20. Na ocasião, o PM não manteve encontros com autoridades brasileiras.

Tendo em vista que a agricultura responde pela maior parte do PIB samoano, principalmente a agricultura familiar, que produz pequenos excedentes, há interesse desse país em receber do Brasil cooperação na área agrícola (côco, banana, café e cacau). Samoa enfrenta desafios em matéria de desenvolvimento sustentável, especialmente problemas de erosão de solos e de declínio de estoques pesqueiros, devido às perdas florestais. Assim, há interesse em conhecimento de áreas como manejo de florestas e reflorestamento.

#### **Assuntos consulares**

A Embaixada do Brasil em Wellington trata dos assuntos dos cidadãos brasileiros em Samoa.

#### **Empréstimos e financiamentos oficiais**

Não há financiamentos oficiais brasileiros a tomadores soberanos de Samoa.

### **POLÍTICA INTERNA**

O Chefe de Estado de Samoa, chefe Tui Atua Tupua Tamasese Efi, foi eleito pela Assembleia Legislativa Nacional para um mandato de cinco anos, em junho de 2007, após a morte do chefe Susuga Malietoa Tanumafili II, que tinha sido

nomeado chefe de estado vitalício pela Constituição de 1962. Em 2012, foi reeleito para o cargo.

A Assembleia Legislativa Nacional é unicameral. O mandato tem a duração de cinco anos e os deputados são escolhidos por voto direto. 49 das 51 vagas são reservadas a chefes das vilas samoanas. As duas vagas restantes são preenchidas por cidadãos que concorrem em uma lista em separado. Todas as leis aprovadas pela Assembleia Legislativa têm de ser aprovadas pelo Chefe de Estado.

O país é governado pelo Gabinete, que consiste no Primeiro-Ministro e de 12 Ministros escolhidos pelo Primeiro-Ministro. O atual Primeiro-Ministro é Tuilaepa Lupesoliai Sailele Malielegaoi, no cargo desde novembro de 1998, quando Tofilau Eti Alesana renunciou por problemas de saúde.

O Partido da Proteção dos Direitos Humanos é o principal partido samoano. A oposição no Parlamento é formada pelo Partido da União Democrática e pelo Partido Tautua (criado em abril de 2008).

O governo de Tofilau foi marcado pela reforma constitucional. O sufrágio universal foi introduzido nas eleições de 1991. O governo de Tuilaepa Lupesoliai Sailele Malielegaoi continuou com as reformas da administração pública, extinguindo e criando ministérios.

Samoa tem um Judiciário independente, incluindo uma corte específica para resolver disputas relacionadas a terra e títulos tradicionais. Desde a independência, o país tem apresentado um quadro de estabilidade política, com respeito às regras constitucionais e realização de eleições regulares.

## POLÍTICA EXTERNA

Os principais parceiros externos de Samoa são Austrália, Nova Zelândia e os países da Comunidade do Pacífico. O país é um ator comprometido com a política regional e tem um papel modesto, mas ativo, no cenário internacional. Apoia o regionalismo e encara o Fórum das Ilhas do Pacífico como importante órgão de consultas políticas para os países da região.

Samoa é membro ativo da ONU, da *Commonwealth*, do Fórum das Ilhas do Pacífico e do Secretariado da Comunidade do Pacífico. Estão sediados em Apia o Secretariado do Programa Ambiental Regional do Pacífico, os Escritórios Regionais para o Pacífico da FAO, do PNUD, da UNESCO e da OMS, o Centro de Coordenação do Pacífico para os Crimes Transnacionais e a Universidade de Agricultura do Pacífico Sul.

O país tem grande interesse nas questões relativas à mudança do clima. Desempenhou papel de liderança frente à “Associação dos Pequenos Estados Insulares” na ONU. Em setembro de 2014, Samoa hospedou a III Cúpula dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS). Dessa reunião resultou o *Samoa Pathway*, que encoraja compromissos ambiciosos para o enfrentamento da mudança do clima, como o desenvolvimento de energia sustentável nos SIDS. O *Samoa Pathway* ajudou a aproximar Samoa e outros países da região ao CARICOM. O documento solicita ao Secretário-Geral das Nações Unidas que realize avaliação abrangente sobre as maneiras em que a ONU poderia apoiar os pequenos Estados insulares em desenvolvimento no contexto da Agenda Pós-2015.

Na 70ª AGNU, em 2015, a temática da mudança do clima constituiu a essência do discurso do Primeiro-Ministro de Samoa, Tuilaepa Sailele Malielegaoi, que a descreveu como "o desafio mais urgente que confronta a humanidade". Reiterou a necessidade de limitar o aumento da temperatura dos oceanos a 1,5 graus Celsius. Ao recordar que os SIDS são os que menos contribuíram para a mudança do clima e mais são afetados por ela, declarou esperar que a chegada dos seus efeitos a outros estados - com a ocorrência de furacões, ciclones e outros fenômenos climáticos em regiões onde estes não eram corriqueiros - gere maior comprometimento dos maiores emissores com a causa.

Em outras Assembleias Gerais da ONU recentes, Samoa também expressou apoio a missões de manutenção de paz da ONU no Sudão, na Libéria e no Timor Leste; declarou que soluções coordenadas regionais para problemas regionais são a melhor opção; defendeu o direito do Estado palestino de coexistir com Israel e condenou o terrorismo, apontando a necessidade de aprofundar a cooperação internacional para combatê-lo; e declarou apoio à reforma do CSNU e à expansão em ambas as categorias de membros.

## **ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS**

Samoa é um pequeno país em desenvolvimento. As reformas econômicas iniciadas na década de 1990 renderam ao país a reputação de ser a economia modelo do Pacífico, mas vários problemas econômicos persistem.

A economia do país é tradicionalmente dependente da agricultura de subsistência e da pesca, ainda que a participação desses setores no PIB venha caindo há várias décadas. Alguns dos principais produtos produzidos são côco, fruta-pão, banana, cacau, manga, mamão e taro (ou inhame-

côco). Houve algum progresso na diversificação de produtos em anos recentes. O turismo também vem crescendo de forma consistente nos últimos anos.

O destaque da indústria é a empresa Yazaki Samoa, que produz peças para veículos automotores. Trata-se de um empreendimento japonês que se aproveita da posição geográfica da ilha para exportação de tais produtos a outros mercados, inclusive o brasileiro. Há duas empresas aéreas: a Virgin Samoa, *joint venture* criada pela Virgin Blue e o Governo de Samoa, em 2005, e a Polynesian Airlines, empresa estatal que atende apenas o mercado interno e regional.

O desempenho macroeconômico de Samoa é altamente vulnerável a choques econômicos e desastres naturais. Os ciclones de 1990, 1991 e 2004 causaram grandes prejuízos econômicos. Como consequência dessa situação, o país conta com a ajuda externa para o desenvolvimento. Também são elevadas as remessas de divisas de samoanos vivendo na Nova Zelândia, em Samoa Americana, na Austrália e nos Estados Unidos.

O país tende a apresentar déficit comercial. As exportações consistem principalmente de equipamentos eletrônicos, peixes, produtos agrícolas, como copra (polpa seca do côco) e cacau, além de peças de automóveis. Em 2014, os principais destinos para as exportações de Samoa foram Austrália (58%), Nova Zelândia (19%) e Estados Unidos (10%). As importações foram provenientes principalmente de Nova Zelândia (25%), Cingapura (25%) e China (13%).

Samoa é uma das principais parceiras comerciais do Brasil entre as ilhas do Pacífico. O Brasil vende sobretudo açúcar, extrato tonante de mimosa e substâncias para tratamento de couro, e importa de Samoa circuitos impressos, conectores elétricos e ferramentas. Em passado recente, o Brasil já chegou a ocupar a quarta posição entre os países que mais compram de Samoa.

O Brasil era tradicionalmente superavitário no comércio bilateral, mas desde 2009 tem registrado déficits. A maior corrente de comércio ocorreu em 2011, registrada em US\$ 4,450 milhões. Em 2012 e 2013 houve retração, mas em 2014 os índices comerciais voltaram a crescer, chegando a US\$ 2,334 milhões, patamar que se manteve em 2015.

**CRONOLOGIA HISTÓRICA**

<b>Ano</b>	<b>Acontecimento</b>
1568	O espanhol Álvaro de Mendaña torna-se o primeiro europeu a navegar pelo arquipélago.
1899	Samoa torna-se colônia da Alemanha.
1914	Samoa passa a ser território da Nova Zelândia, por meio de um mandato concedido pela Liga das Nações.
1962	O país conquista a independência da Nova Zelândia.
1976	O país torna-se membro da ONU.
1998	Tuilaepa Lupesoliai Neioti Aiono Sailele Malielegaoi é eleito Primeiro-Ministro.

**CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS**

<b>Ano</b>	<b>Acontecimento</b>
2005	Embaixador Arnaldo Carrilho visita Samoa. Os países estabelecem relações diplomáticas.
2010	Criação da Embaixada do Brasil em Apia, cumulativa com Wellington.
2012	O Primeiro-Ministro Tuilaepa Lupesoliai Sailele Malielegaoi torna-se o primeiro Chefe de Governo de Samoa a realizar visita ao Brasil, ao chefiar a delegação de seu país na Conferência Rio+20.



## DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

### Principais indicadores socioeconômicos de Samoa

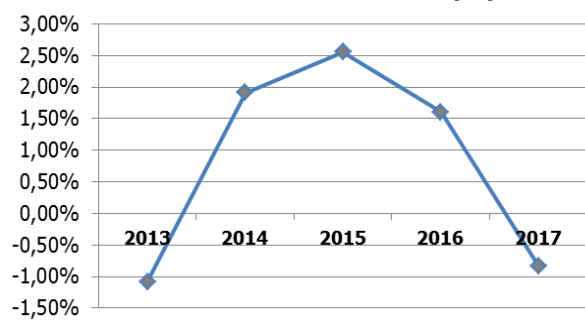
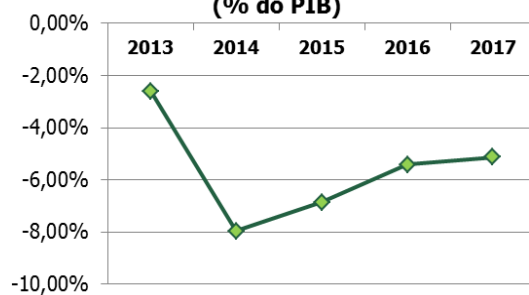
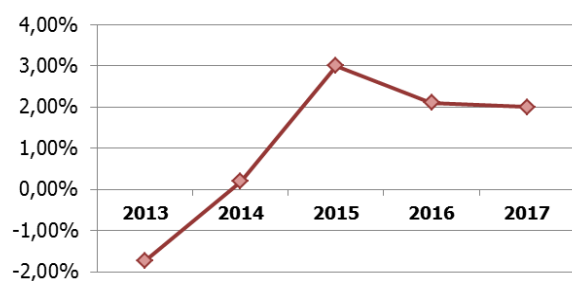
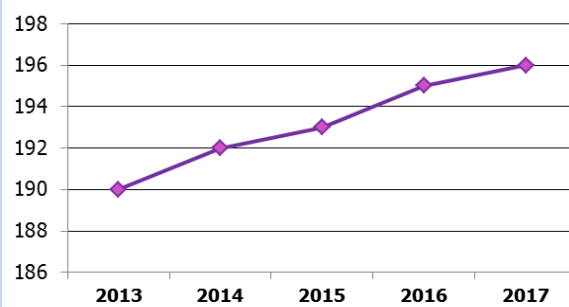
Indicador	2013	2014	2015 <sup>(1)</sup>	2016 <sup>(1)</sup>	2017 <sup>(1)</sup>
Crescimento real do PIB (%)	-1,08%	1,91%	2,56%	1,61%	-0,83%
PIB nominal (US\$ milhões)	794	827	867	900	912
PIB nominal "per capita" (US\$)	4.171	4.308	4.481	4.618	4.644
PIB PPP (US\$ bilhões)	0,96	1,00	1,03	1,06	1,07
PIB PPP "per capita" (US\$)	5.059	5.199	5.342	5.450	5.456
População (mil habitantes)	190	192	193	195	196
Inflação (%) <sup>(2)</sup>	-1,73%	0,20%	3,00%	2,10%	2,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-2,61%	-7,96%	-6,86%	-5,42%	-5,13%
Dívida externa (US\$ milhões)	447,20	450,20	n.d.	n.d.	n.d.
Câmbio (Tala / US\$) <sup>(2)</sup>	2,31	2,33	2,56	n.d.	n.d.
<b>Origem do PIB ( 2015 Estimativa )</b>					
Agricultura			10,9%		
Indústria			28,3%		
Serviços			60,8%		

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2016.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.

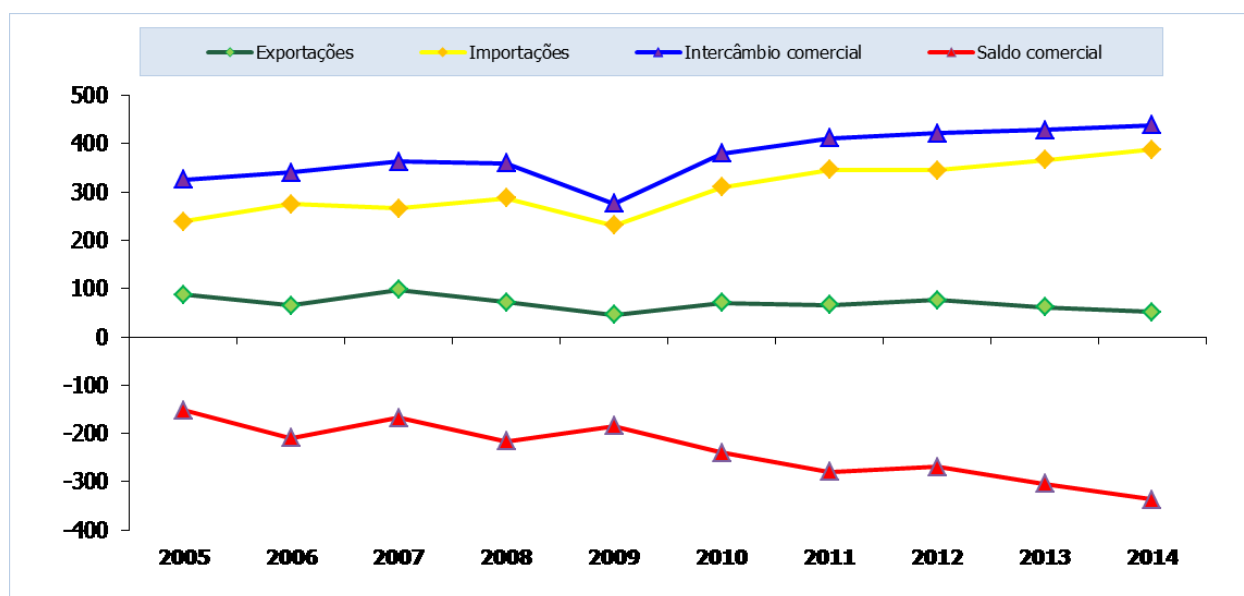
**Crescimento real do PIB (%)****Saldo em transações correntes (% do PIB)****Inflação (%)****População (mil habitantes)**

**Evolução do comércio exterior de Samoa**  
**US\$ milhões**

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	87,2	2,3%	238,6	13,7%	325,8	10,4%	-151,5
2006	65,1	-25,3%	275,1	15,3%	340,2	4,4%	-210,0
2007	97,5	49,6%	265,6	-3,5%	363,1	6,7%	-168,1
2008	72,0	-26,1%	287,9	8,4%	359,9	-0,9%	-215,9
2009	46,0	-36,1%	230,5	-19,9%	276,5	-23,2%	-184,6
2010	70,3	52,8%	309,8	34,4%	380,1	37,5%	-239,6
2011	66,3	-5,7%	345,9	11,6%	412,2	8,4%	-279,6
2012	76,1	14,8%	345,5	-0,1%	421,6	2,3%	-269,4
2013	62,1	-18,4%	366,6	6,1%	428,7	1,7%	-304,5
2014	50,9	-18,0%	388,0	5,8%	438,9	2,4%	-337,1
2015(jan-mar)	9,6	-3,3%	79,7	-19,4%	89,2	-18,0%	-70,0
<b>Var. % 2005-2014</b>	<b>-41,6%</b>	<b>--</b>	<b>62,6%</b>	<b>--</b>	<b>34,7%</b>	<b>--</b>	<b>n.c.</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.  
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

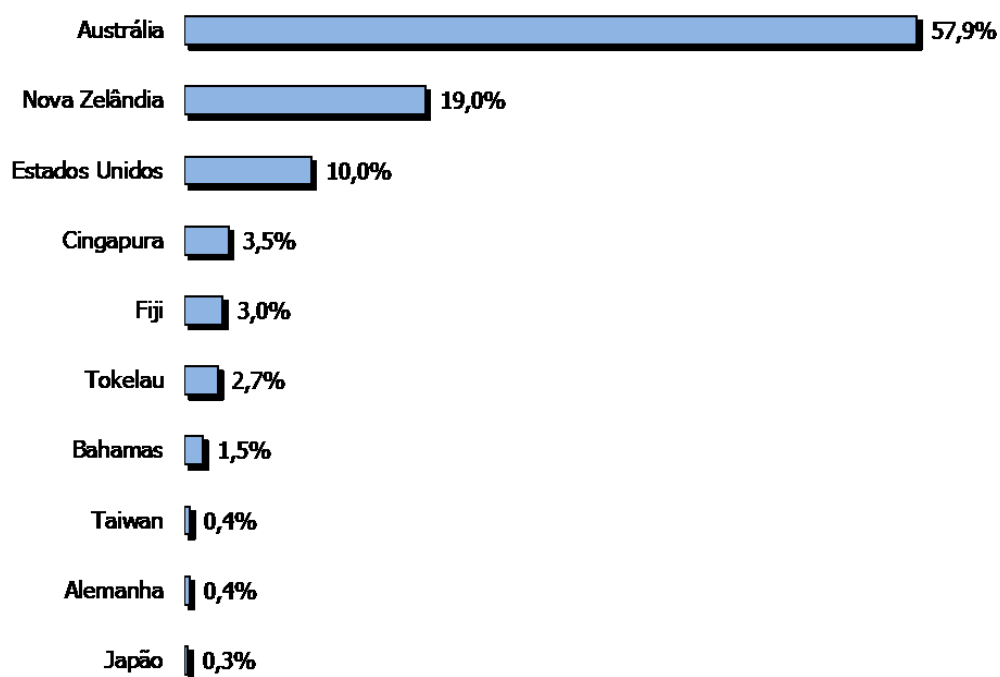




**Direção das exportações de Samoa**  
**US\$ milhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 4</b>	<b>Part.% no total</b>
Austrália	29,5	57,9%
Nova Zelândia	9,7	19,0%
Estados Unidos	5,1	10,0%
Cingapura	1,8	3,5%
Fiji	1,5	3,0%
Tokelau	1,4	2,7%
Bahamas	0,8	1,5%
Taiwan	0,2	0,4%
Alemanha	0,2	0,4%
Japão	0,1	0,3%
...		
<b><i>Brasil</i></b>	<b><i>0,0</i></b>	<b><i>0,0%</i></b>
<b>Subtotal</b>	<b>50,3</b>	<b>98,8%</b>
<b>Outros países</b>	<b>0,6</b>	<b>1,2%</b>
<b>Total</b>	<b>50,9</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.*

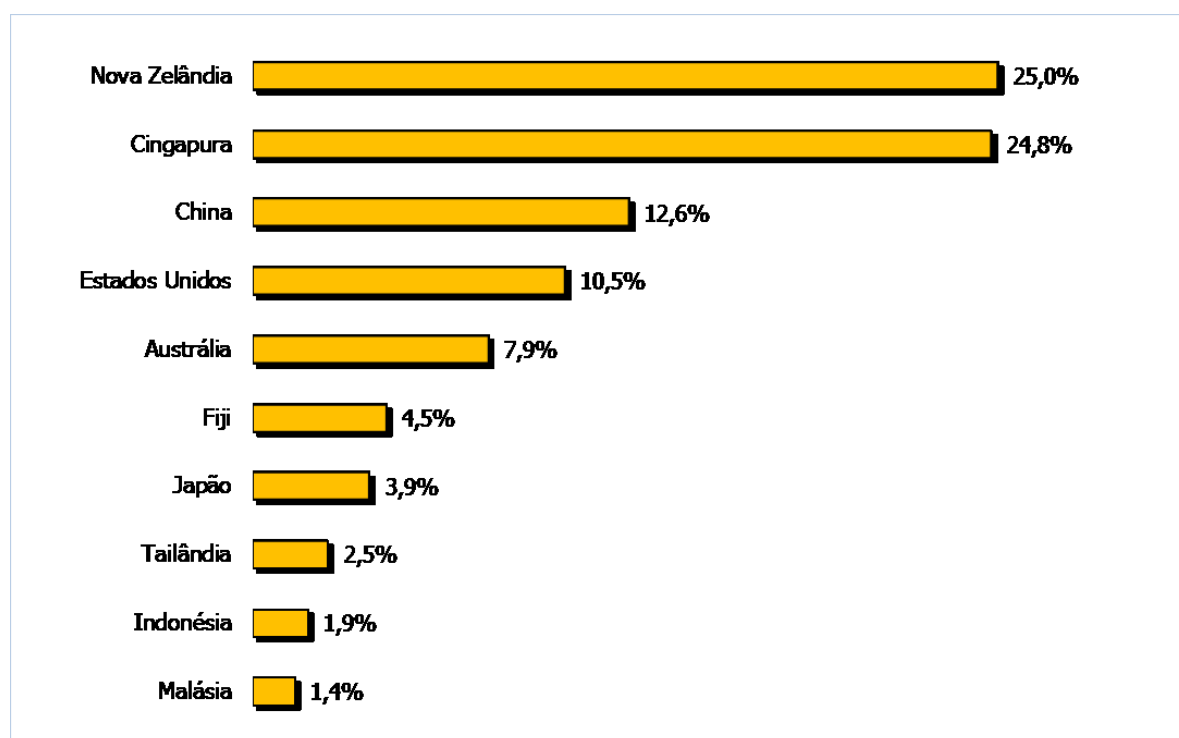
**10 principais destinos das exportações**

**Origem das importações de Samoa**  
**US\$ milhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 4</b>	<b>Part.%</b>	<b>no total</b>
Nova Zelândia	97,0	25,0%	
Cingapura	96,2	24,8%	
China	49,0	12,6%	
Estados Unidos	40,7	10,5%	
Austrália	30,7	7,9%	
Fiji	17,4	4,5%	
Japão	15,2	3,9%	
Tailândia	9,8	2,5%	
Indonésia	7,2	1,9%	
Malásia	5,5	1,4%	
...			
<i><b>Brasil (27ª posição)</b></i>	<i><b>0,2</b></i>	<i><b>0,04%</b></i>	
<b>Subtotal</b>	<b>368,9</b>	<b>95,1%</b>	
<b>Outros países</b>	<b>19,2</b>	<b>4,9%</b>	
<b>Total</b>	<b>388,0</b>	<b>100,0%</b>	

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.*

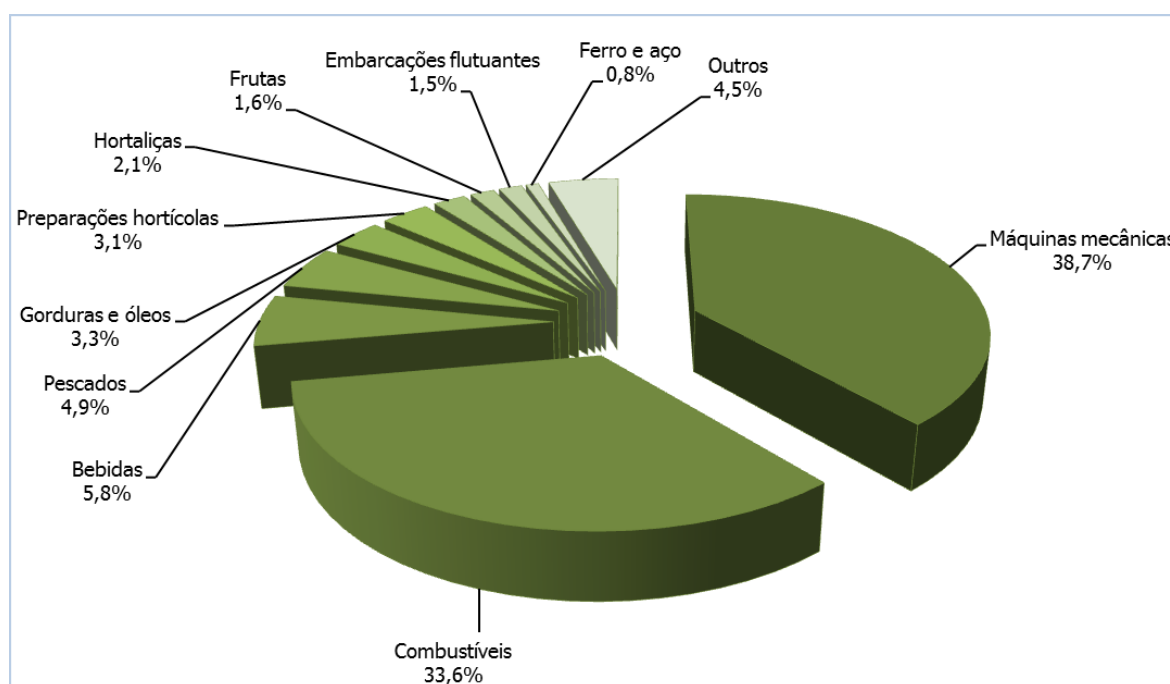


**10 principais origens das importações**

**Composição das exportações de Samoa**  
**US\$ milhões**

<b>Grupos de Produtos</b>	<b>2 0 1 4</b>	<b>Part.% no total</b>
Máquinas mecânicas	19,7	38,7%
Combustíveis	17,1	33,6%
Bebidas	3,0	5,8%
Pescados	2,5	4,9%
Gorduras e óleos	1,7	3,3%
Preparações hortícolas	1,6	3,1%
Hortaliças	1,1	2,1%
Frutas	0,8	1,6%
Embarcações flutuantes	0,8	1,5%
Ferro e aço	0,4	0,8%
<b>Subtotal</b>	<b>48,6</b>	<b>95,5%</b>
<b>Outros</b>	<b>2,3</b>	<b>4,5%</b>
<b>Total</b>	<b>50,9</b>	<b>100,0%</b>

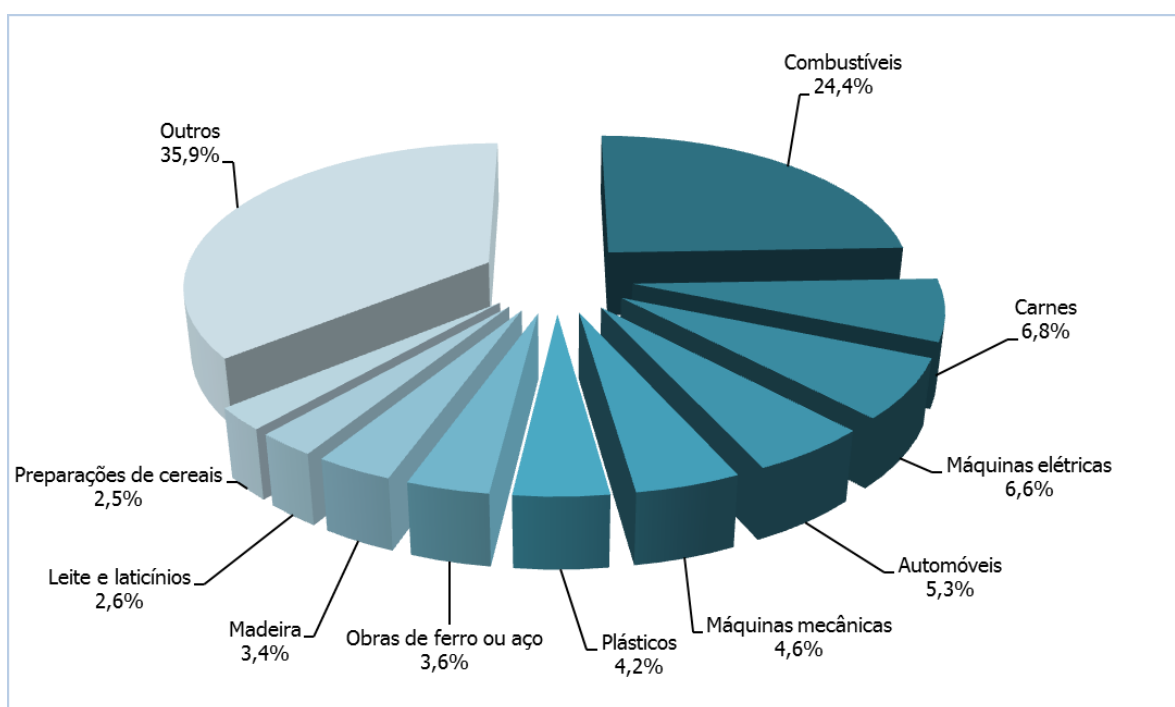
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.*

**10 principais grupos de produtos exportados**

**Composição das importações de Samoa**  
**US\$ milhões**

<b>Grupos de produtos</b>	<b>2 0 1 4</b>	<b>Part.%</b>	<b>no total</b>
Combustíveis	94,8	24,4%	
Carnes	26,5	6,8%	
Máquinas elétricas	25,5	6,6%	
Automóveis	20,5	5,3%	
Máquinas mecânicas	18,0	4,6%	
Plásticos	16,2	4,2%	
Obras de ferro ou aço	14,1	3,6%	
Madeira	13,2	3,4%	
Leite e laticínios	10,1	2,6%	
Preparações de cereais	9,7	2,5%	
<b>Subtotal</b>	<b>248,6</b>	<b>64,1%</b>	
<b>Outros</b>	<b>139,5</b>	<b>35,9%</b>	
<b>Total</b>	<b>388,0</b>	<b>100,0%</b>	

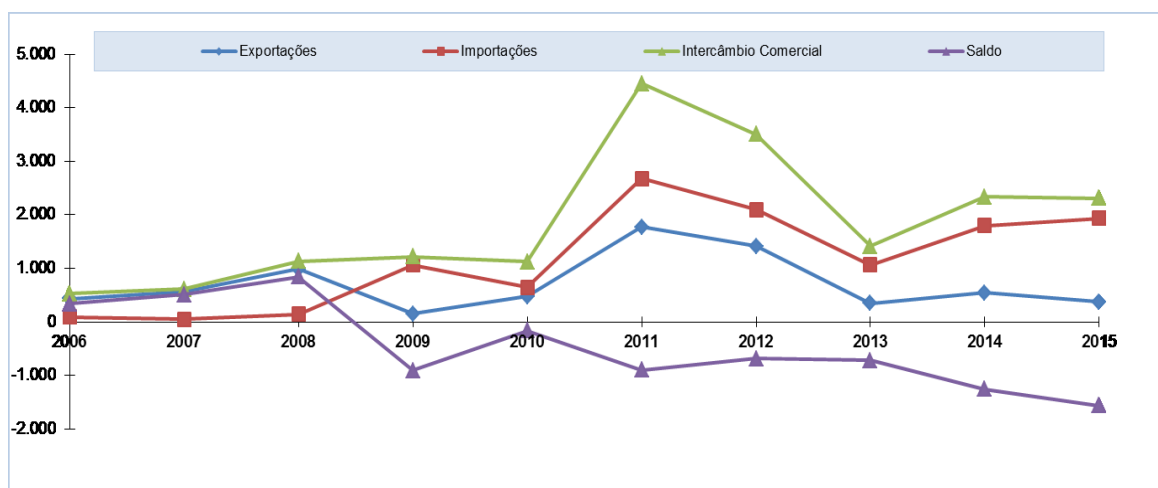
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.*

**10 principais grupos de produtos importados**

## Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Samoa

US\$ mil

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	430	-28,4%	0,00%	92	-97,2%	0,00%	522	-86,5%	0,00%	338
2007	558	29,9%	0,00%	49	-47,1%	0,00%	607	16,3%	0,00%	509
2008	986	76,7%	0,00%	142	192,7%	0,00%	1.129	86,0%	0,00%	844
2009	154	-84,4%	0,00%	1.061	645,0%	0,00%	1.215	7,6%	0,00%	-907
2010	477	210,8%	0,00%	642	-39,5%	0,00%	1.119	-7,9%	0,00%	-164
2011	1.774	271,7%	0,00%	2.676	317,1%	0,00%	4.451	297,8%	0,92%	-902
2012	1.409	-20,6%	0,00%	2.095	-21,7%	0,00%	3.504	-21,3%	0,00%	-687
2013	347	-75,4%	0,00%	1.067	-49,1%	0,00%	1.414	-59,6%	0,00%	-720
2014	540	55,7%	0,00%	1.794	68,2%	0,00%	2.335	65,1%	0,00%	-1.254
2015	375	-30,5%	0,00%	1.937	7,9%	0,00%	2.312	-1,0%	0,00%	-1.561
2016 (jan-fev)	33	33,5%	0,13%	2	-99,3%	0,01%	34	-87,0%	0,08%	31
<b>Var. % 2006-2015</b>	<b>-12,6%</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>2005,8%</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>343,3%</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>n.c.</b>



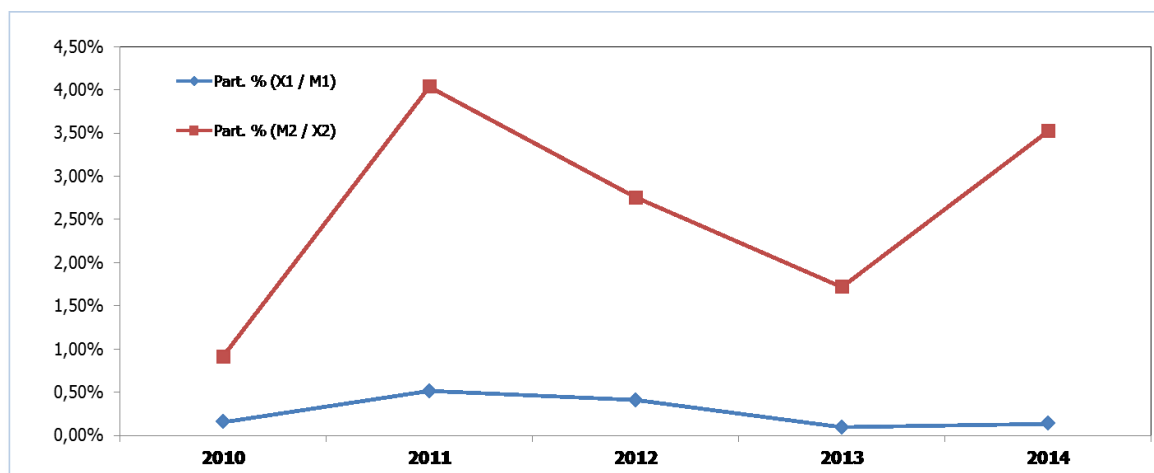
**Part. % do Brasil no comércio de Samoa**  
**US\$ mil**

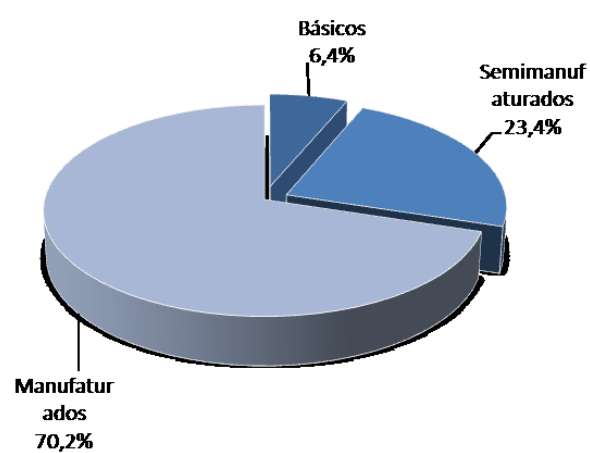
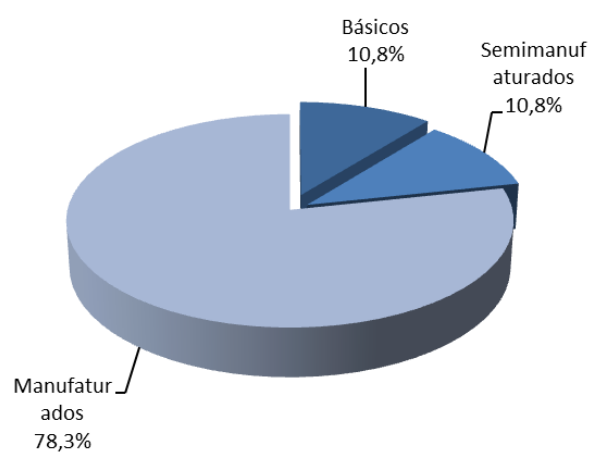
<b>Descrição</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Var. % 2010/ 2014</b>
Exportações do Brasil para Samoa (X1)	477	1.774	1.409	347	540	13,2%
Importações totais de Samoa (M1)	309.848	345.906	345.515	366.588	388.024	25,2%
Part. % (X1 / M1)	0,15%	0,51%	0,41%	0,09%	0,14%	-9,6%
Importações do Brasil originárias de Samoa (M2)	642	2.676	2.095	1.067	1.794	179,7%
Exportações totais de Samoa (X2)	70.250	66.264	76.102	62.109	50.922	-27,5%
Part. % (M2 / X2)	0,91%	4,04%	2,75%	1,72%	3,52%	285,8%

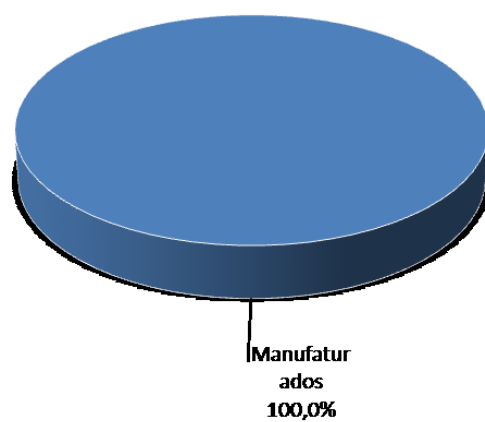
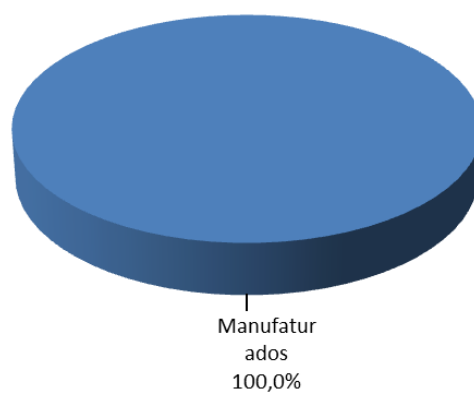
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.*

*As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações de Samoa e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*





**Exportações Brasileiras<sup>(1)</sup>****2014****2015**

**Importações Brasileiras****2014****2015**

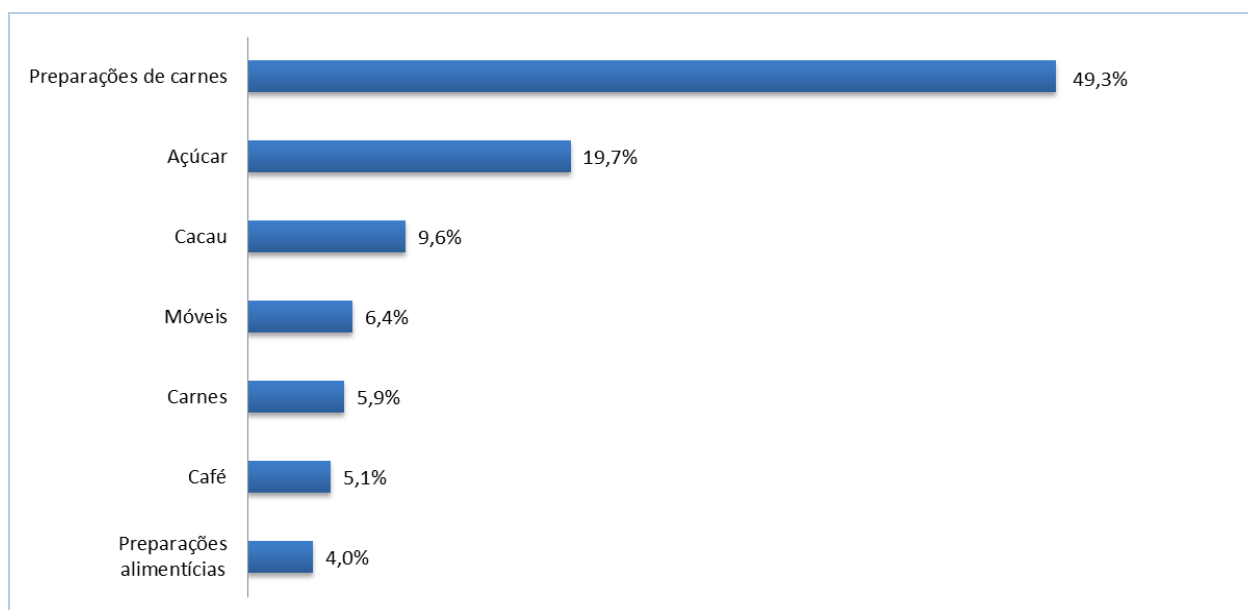
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

(1) Exclusive transações especiais.

**Composição das exportações brasileiras para Samoa**  
**US\$ mil**

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Preparações de carnes	137	39,5%	283	52,4%	185	49,3%
Açúcar	169	48,7%	150	27,8%	74	19,7%
Cacau	0	0,0%	23	4,3%	36	9,6%
Móveis	0	0,0%	2	0,4%	24	6,4%
Carnes	11	3,2%	35	6,5%	22	5,9%
Café	5	1,4%	0	0,0%	19	5,1%
Preparações alimentícias	25	7,2%	27	5,0%	15	4,0%
<b>Subtotal</b>	<b>347</b>	<b>100,0%</b>	<b>520</b>	<b>96,2%</b>	<b>375</b>	<b>99,9%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>20</b>	<b>3,8%</b>	<b>0</b>	<b>0,1%</b>
<b>Total</b>	<b>347</b>	<b>100,0%</b>	<b>540</b>	<b>100,0%</b>	<b>375</b>	<b>100,0%</b>

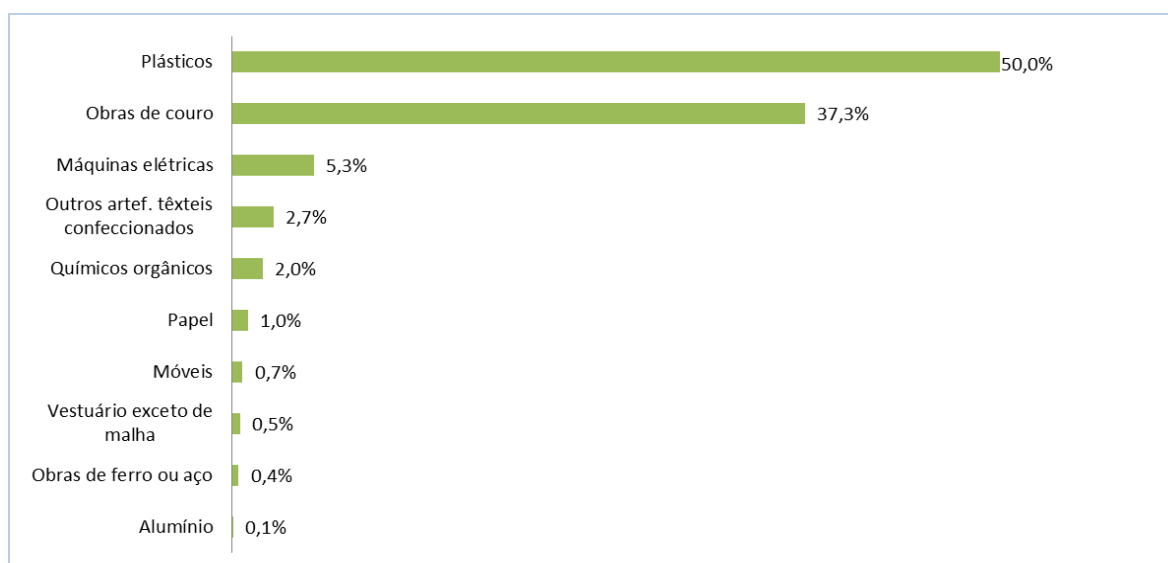
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015**

**Composição das importações brasileiras originárias de Samoa**  
**US\$ mil**

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Plásticos	56	5,2%	1.348	75,1%	968	50,0%
Obras de couro	0	0,0%	3	0,2%	723	37,3%
Máquinas elétricas	243	22,8%	307	17,1%	103	5,3%
Outros artef. têxteis confeccionados	0	0,0%	0	0,0%	52	2,7%
Químicos orgânicos	15	1,4%	23	1,3%	38	2,0%
Papel	0	0,0%	0	0,0%	20	1,0%
Móveis	5	0,5%	8	0,4%	13	0,7%
Vestuário exceto de malha	0	0,0%	0	0,0%	10	0,5%
Obras de ferro ou aço	0	0,0%	0	0,0%	8	0,4%
Alumínio	0	0,0%	1	0,1%	1	0,1%
<b>Subtotal</b>	<b>319</b>	<b>29,9%</b>	<b>1.690</b>	<b>94,2%</b>	<b>1.936</b>	<b>100,0%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>748</b>	<b>70,1%</b>	<b>104</b>	<b>5,8%</b>	<b>1</b>	<b>0,0%</b>
<b>Total</b>	<b>1.067</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.794</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.937</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015**

**Exportações**

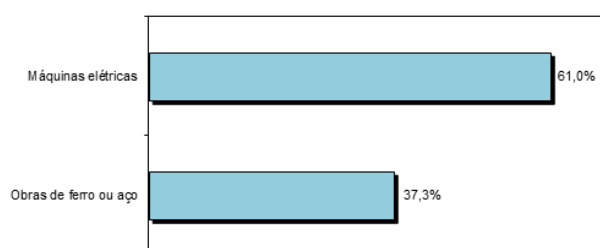
Preparações de carnes	0	0,0%	33	100,0%
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>33</b>	<b>100,0%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>24</b>	<b>100,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>100,0%</b>	<b>33</b>	<b>100,0%</b>



Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-fev)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016
--------------------	----------------------	---------------------	----------------------	---------------------	--

**Importações**

Máquinas elétricas	18	7,5%	1,0	61,0%
Obras de ferro ou aço	0	0,0%	0,6	37,3%
<b>Subtotal</b>	<b>18</b>	<b>7,6%</b>	<b>2</b>	<b>98,4%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>221</b>	<b>92,4%</b>	<b>0</b>	<b>1,6%</b>
<b>Total</b>	<b>239</b>	<b>100,0%</b>	<b>2</b>	<b>100,0%</b>

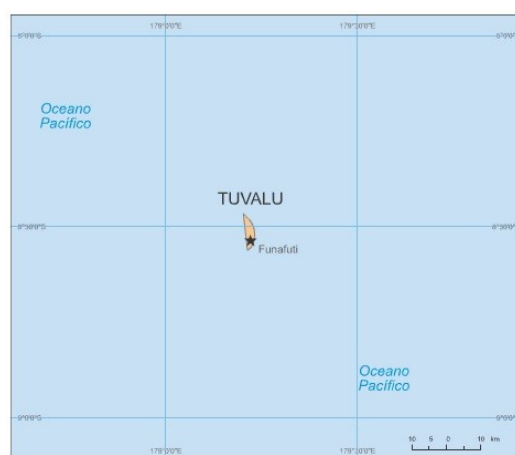
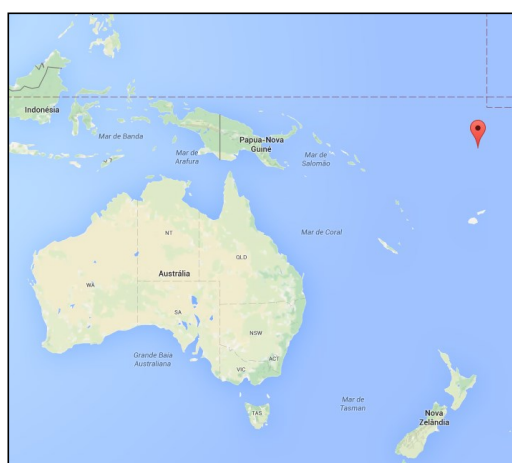
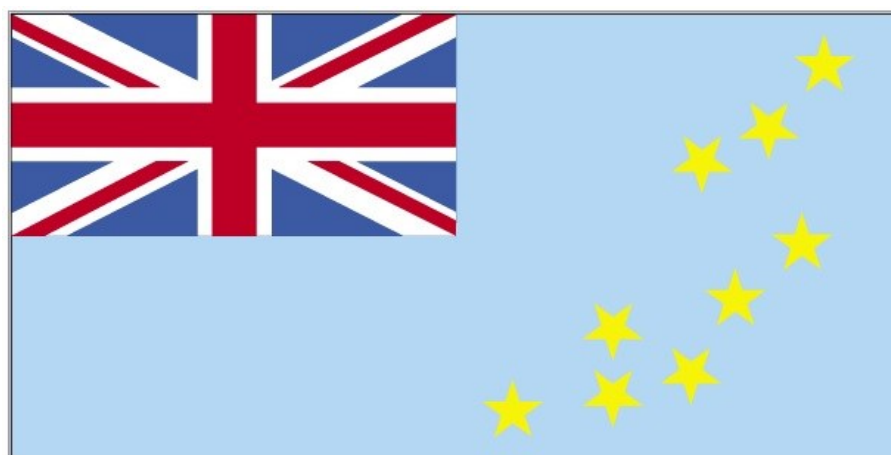


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.



**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**  
**Departamento da Ásia Central, Meridional e Oceania**  
**Divisão da Oceania**

## TUVALU



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**  
**Abril de 2016**



<b>DADOS BÁSICOS SOBRE TUVALU</b>	
<b>NOME OFICIAL:</b>	Tuvalu
<b>GENTÍLICO:</b>	tuvaluano
<b>CAPITAL:</b>	Funafuti
<b>ÁREA:</b>	26km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO (2015):</b>	11 mil
<b>IDIOMA OFICIAL:</b>	Tuvaluano, inglês, samoano, kiribati
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES:</b>	Protestantismo (98,4%), outras religiões (1,6%)
<b>SISTEMA DE GOVERNO:</b>	Monarquia constitucional parlamentarista
<b>PODER LEGISLATIVO:</b>	Casa da Assembleia unicameral (15 assentos para mandatos de quatro anos)
<b>CHEFE DE ESTADO:</b>	Rainha Elizabeth II, representada pelo Governador-Geral Iakoba Taeia Italeli (desde 16 de abril de 2010)
<b>CHEFE DE GOVERNO:</b>	Primeiro-Ministro Enele Sopoaga (desde 5 de agosto de 2013)
<b>CHANCELER:</b>	Taukelina Finikaso (desde 5 de agosto de 2013)
<b>PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):</b>	US\$ 34 milhões
<b>PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):</b>	US\$ 37 milhões
<b>PIB PER CAPITA (2015)</b>	US\$ 3.090
<b>PIB PPP PER CAPITA (2015)</b>	US\$ 3.363
<b>VARIAÇÃO DO PIB</b>	3,5% (2015); 2,2% (2014); 1,3% (2013) (FMI)
<b>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):</b>	Não há calculo do IDH de Tuvalu.
<b>EXPECTATIVA DE VIDA (2015):</b>	66,16 (World Factbook)
<b>UNIDADE MONETÁRIA:</b>	dólar tuvaluano
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:</b>	Não há.

<b>INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-TUVALU (fonte: MDIC)</b>									
<b>Brasil → Tuvalu</b>	<b>1999</b>	<b>2001</b>	<b>2003</b>	<b>2005</b>	<b>2007</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2015</b>
<b>Intercâmbio</b>	20,3	0	26,9	1,3	0	46,1	0,03	187,7	0,3
<b>Exportações</b>	0	0	26,9	1,3	0	45,8	0	49,1	0
<b>Importações</b>	20,3	0	0	0	0	0,3	0,03	138,5	0,3
<b>Saldo</b>	-20,3	0	26,9	1,3	0	45,4	-0,03	-89,3	-0,3

(Em US\$ milhares)

Informação elaborada em 03/03/2016, por Filipe Brum. Revisada por Rômulo Neves, em 23/03/2016.

## APRESENTAÇÃO

Tuvalu é um país da Oceania que tem área total de 26km<sup>2</sup> e população de 10 869 habitantes.

Tuvalu (Polinésia) e Kiribati (Micronésia) foram colônias britânicas administradas em conjunto; ao tornarem-se independentes, optaram por formar entidades nacionais distintas. Tuvalu tornou-se independente do Reino Unido em outubro de 1978. Atualmente, é um dos países mais ameaçados pelo aumento do nível dos oceanos.

### **PERFIS BIOGRÁFICOS**

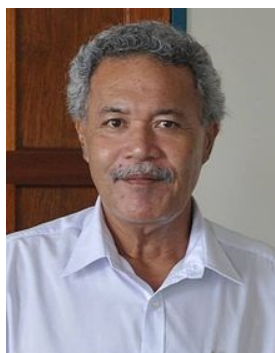
**Iakoba Taeia Italeli**  
Governador-geral



Iakoba Taeia Italeli é formado em Direito Internacional do Mar pela Universidade de Malta. Representou o Distrito de Nui no Parlamento de Tuvalu entre 2006 e 2010. Em abril de 2010, assumiu como Governador-Geral de Tuvalu.

**Enele Sopoaga**

### Primeiro-Ministro



Nasceu em Nukufetau, em 10 de fevereiro de 1956 (60 anos). Recebeu um certificado em Estudos Diplomáticos pela Universidade de Oxford em 1990. É Mestre pela Universidade de Sussex.

Foi eleito para o Parlamento em 2010. Exerceu o cargo de Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores entre setembro e dezembro de 2010. Após esse período, tornou-se oposição ao governo de Willy Telavi.

Foi eleito Primeiro-Ministro em 2013, após uma crise política envolvendo o governo de Telavi.

### **RELAÇÕES BILATERAIS**

Em 2005, o Embaixador Arnaldo Carrilho visitou Tuvalu, no contexto de missão oficial à região do Pacífico, com o objetivo de buscar aproximação com os países da região.

Brasil e Tuvalu mantêm relações diplomáticas desde 2006. Decreto de 2010 criou a Embaixada do Brasil em Funafuti, Tuvalu, cumulativa com a Embaixada em Wellington. Há espaço para cooperação em áreas como mudança do clima, treinamento e qualificação profissional, futebol e aviação civil.

Entre 2009, o Representante Permanente (RP) de Tuvalu junto à ONU, Afeles Falema Pita, visitou o Brasil, a convite do Governo brasileiro, junto de outros RPs da Oceania.

**Assuntos consulares**

A Embaixada do Brasil em Wellington trata dos assuntos dos cidadãos brasileiros em Tuvalu.

**Empréstimos e financiamentos oficiais**

Não há financiamentos oficiais brasileiros a tomadores soberanos de Tuvalu.

**POLÍTICA INTERNA**

Nas eleições de 2010, o então Primeiro-Ministro Apisai Ielemia não conseguiu garantir um segundo mandato, e Maatia Toafa foi eleito Primeiro-Ministro. Em dezembro do mesmo ano, porém, Maatia Toafa e seu governo caíram após uma moção de desconfiança do Parlamento (8 votos a 7).

Nas eleições de dezembro de 2010, Willy Telavi, antigo Ministro da Casa Civil de Maatia Toafa, que havia passado para a oposição, venceu a eleição para Primeiro-Ministro ao derrotar Enele Sopoaga. Em 2013, contudo, Telavi foi removido do posto pelo Governador-Geral, após uma crise política. Em agosto daquele ano, Sopoaga foi eleito Primeiro-Ministro.

As eleições de 2015, apesar de adiadas devido ao estado de emergência provocado pelo Ciclone Pam, ocorreram em março e resultaram na manutenção de Sopoaga no cargo.

O Parlamento, com 15 membros, é renovado a cada quatro anos. Não há partidos políticos organizados. Os membros do Parlamento representam diretamente os interesses de cada ilha.

**POLÍTICA EXTERNA**

Tuvalu tornou-se membro da ONU em 2000. A prioridade da política externa de Tuvalu é a região do Pacífico. O país é membro do Fórum das Ilhas do

Pacífico, da Comunidade do Pacífico, do Banco de Desenvolvimento da Ásia, da UNESCO, da OMS e da Commonwealth. É membro do grupo de países em desenvolvimento associados à Comunidade Europeia pelo Tratado de Lomé.

Embora o principal foco da atuação internacional do país seja a região do Pacífico Sul, o arquipélago tem adotado postura cada vez mais ativa nos fóruns regionais e internacionais, em especial pela grande vulnerabilidade do país à mudança climática. Nesse sentido, Tuvalu tem sido muito atuante no âmbito do grupo de *SIDS* (Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento). O país tem defendido aumento das obrigações por parte dos países em desenvolvimento quanto à mitigação da adaptação à mudança climática.

Em seus recentes discursos na Assembleia Geral das Nações Unidas, os representantes de Tuvalu têm defendido a incorporação de capítulo especial sobre SIDS na agenda de desenvolvimento pós-2015, com particular atenção ao acesso simplificado de SIDS a modalidades de financiamento para adaptação à mudança do clima. Tuvalu também defende a reforma do CSNU com a expansão de membros permanentes e não-permanentes, além da inclusão da questão da mudança do clima na agenda do órgão.

## **ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS**

Por tratar-se de país muito pequeno e isolado, a economia de Tuvalu apresenta grande vulnerabilidade em relação a influências externas, dentre elas o clima. A maioria da população está envolvida na pesca e na agricultura de subsistência. A economia monetária é dominada pelas atividades governamentais. As remessas de cidadãos de Tuvalu que trabalham em navios de pesca estrangeiros constituem parte significativa da renda das famílias do país. Contribuem para as rendas governamentais a concessão de licenças de pesca e a concessão do domínio de Internet “.tv”, utilizado por redes de televisão para identificação de seus sítios na rede mundial de computadores.

Tuvalu faz parte da relação dos *Least Developed Countries* (Países de Menor Desenvolvimento Relativo) das Nações Unidas, dada a ausência de recursos a serem explorados em seu território. O país depende de combustível e alimentos importados. O potencial de desenvolvimento é limitado pela pequena população, localização remota, dependência externa e extrema suscetibilidade a desastres naturais. Tuvalu é particularmente vulnerável aos impactos da mudança climática, dada a baixa altitude de seu território. Nesse sentido, Tuvalu tem defendido que os

SIDS passem a ser considerados como grupo em relação ao qual é necessário estabelecer regras e disposições específicas no sistema multilateral de comércio.

Em 2014, a maior parte das exportações de Tuvalu foram peixes, crustáceos e moluscos. Também houve destaque para as exportações de navios. Já as importações foram sobretudo commodities, equipamentos eletrônicos, embarcações marítimas e combustíveis. Os principais destinos das exportações de Tuvalu foram Japão (40%), Tailândia (26%) e Índia (19%). Já as importações tiveram como origem Fiji (40%), Cingapura (31%) e Japão (11%).

Em 2013 e 2014, houve forte avanço nas trocas comerciais entre Brasil e Tuvalu. Em 2014, chegou-se ao recorde de US\$ 456 mil. Entretanto, a quase totalidade das exportações teve origem brasileira – apenas US\$ 1,6 mil corresponderam a exportações de Tuvalu. Trata-se de uma redução significativa em relação a 2013, quando o Brasil importou US\$ 138 mil do país.

### CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Acontecimento
1568	O espanhol Álvaro de Mendaña torna-se o primeiro europeu a navegar pelo arquipélago.
1892	A ilha onde hoje se localiza Funafuti é declarada protetorado britânico.
1978	Tuvalu torna-se independente do Reino Unido.
2000	Tuvalu torna-se membro da ONU.
2013	Enele Sopoaga é eleito Primeiro-Ministro.

### CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Acontecimento
2005	Embaixador Arnaldo Carrilho visita Tuvalu.
2006	Estabelecimento de relações diplomáticas entre a República Federativa do



	Brasil e Tuvalu.
2010	Criação da Embaixada do Brasil em Funafuti, cumulativa com Wellington.

## DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

### Principais indicadores socioeconômicos de Tuvalu

Indicador	2013	2014	2015 <sup>(1)</sup>	2016 <sup>(1)</sup>	2017 <sup>(1)</sup>
Crescimento real do PIB (%)	1,29%	2,24%	3,49%	3,96%	1,91%
PIB nominal (US\$ milhões)	38,0	38,0	34,0	35,0	36,0
PIB nominal "per capita" (US\$)	3.575	3.479	3.130	3.194	3.277
PIB PPP (US\$ bilhões)	34,0	35,0	37,0	39,0	40,0
PIB PPP "per capita" (US\$)	3.174	3.286	3.420	3.584	3.701
População (mil habitantes)	11,00	11,00	11,00	11,00	11,00
Inflação (%) <sup>(2)</sup>	3,10%	3,30%	4,40%	3,30%	2,90%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-24,13%	-26,06%	-36,82%	-58,02%	-12,75%

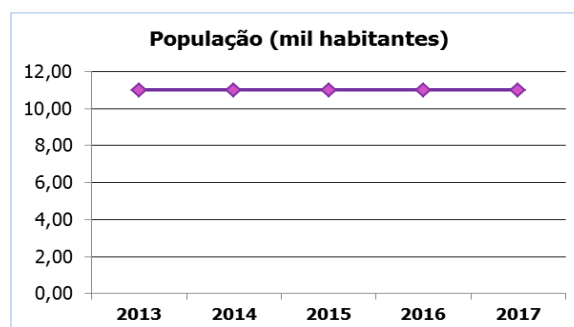
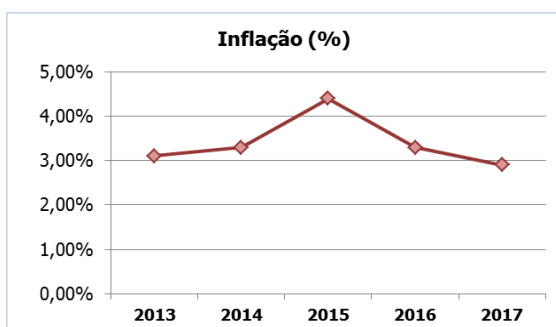
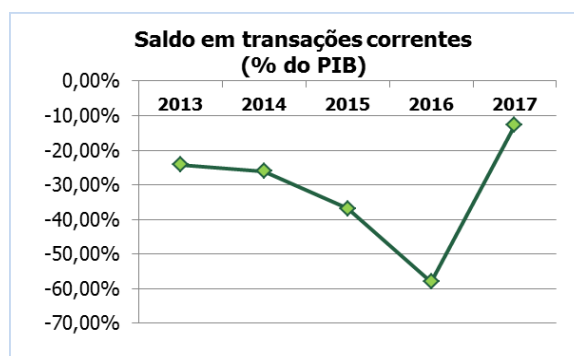
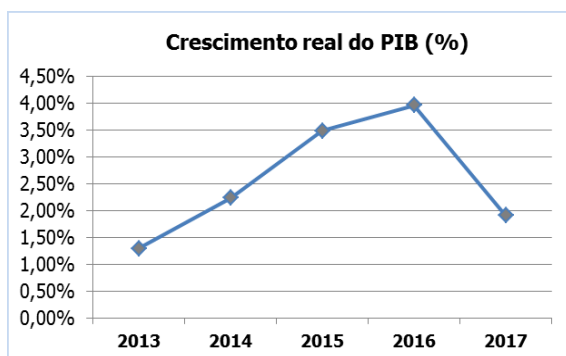
#### Origem do PIB ( 2015 Estimativa )

Agricultura	24,5%
Indústria	5,6%
Serviços	70,0%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015.*

*(1) Estimativas FMI e EIU.*

*(2) Média de fim de período.*



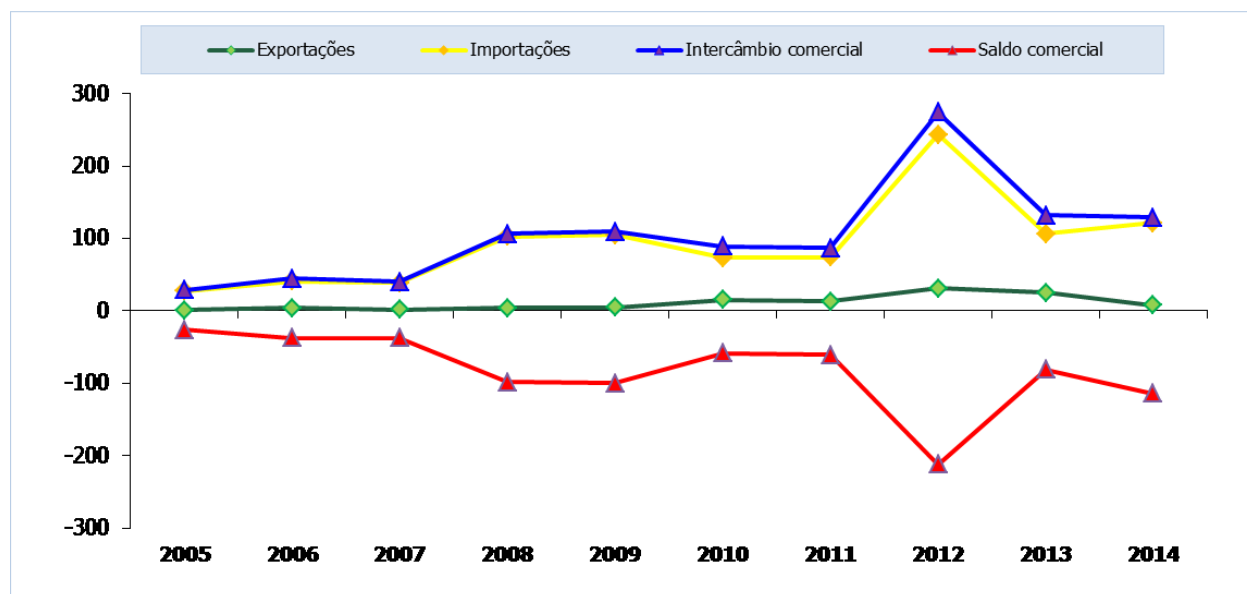
**Evolução do comércio exterior de Tuvalu**  
**US\$ milhões**

<b>Anos</b>	<b>Exportações</b>		<b>Importações</b>		<b>Intercâmbio comercial</b>		<b>Saldo comercial</b>
	<b>Valor</b>	<b>Var. % em relação ao ano anterior</b>	<b>Valor</b>	<b>Var. % em relação ao ano anterior</b>	<b>Valor</b>	<b>Var. % em relação ao ano anterior</b>	
2005	1,2	-42,2%	27,4	67,1%	28,5	55,2%	-26,2
2006	3,9	240,3%	41,0	49,8%	44,9	57,5%	-37,1
2007	1,4	-65,2%	38,5	-6,1%	39,9	-11,2%	-37,1
2008	4,1	198,5%	102,4	165,9%	106,5	167,0%	-98,3
2009	4,6	12,1%	104,9	2,4%	109,5	2,8%	-100,3
2010	15,4	236,6%	73,6	-29,9%	89,0	-18,7%	-58,2
2011	13,3	-14,0%	73,7	0,2%	86,9	-2,3%	-60,4
2012	31,0	133,9%	243,4	230,4%	274,4	215,7%	-212,4
2013	25,3	-18,3%	106,6	-56,2%	132,0	-51,9%	-81,3
2014	7,5	-70,4%	121,7	14,1%	129,2	-2,1%	-114,2
<b>Var. % 2005-2014</b>	<b>549,4%</b>	<b>--</b>	<b>344,7%</b>	<b>--</b>	<b>353,0%</b>	<b>--</b>	<b>n.c.</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.*

*Tuvalu não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

*(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

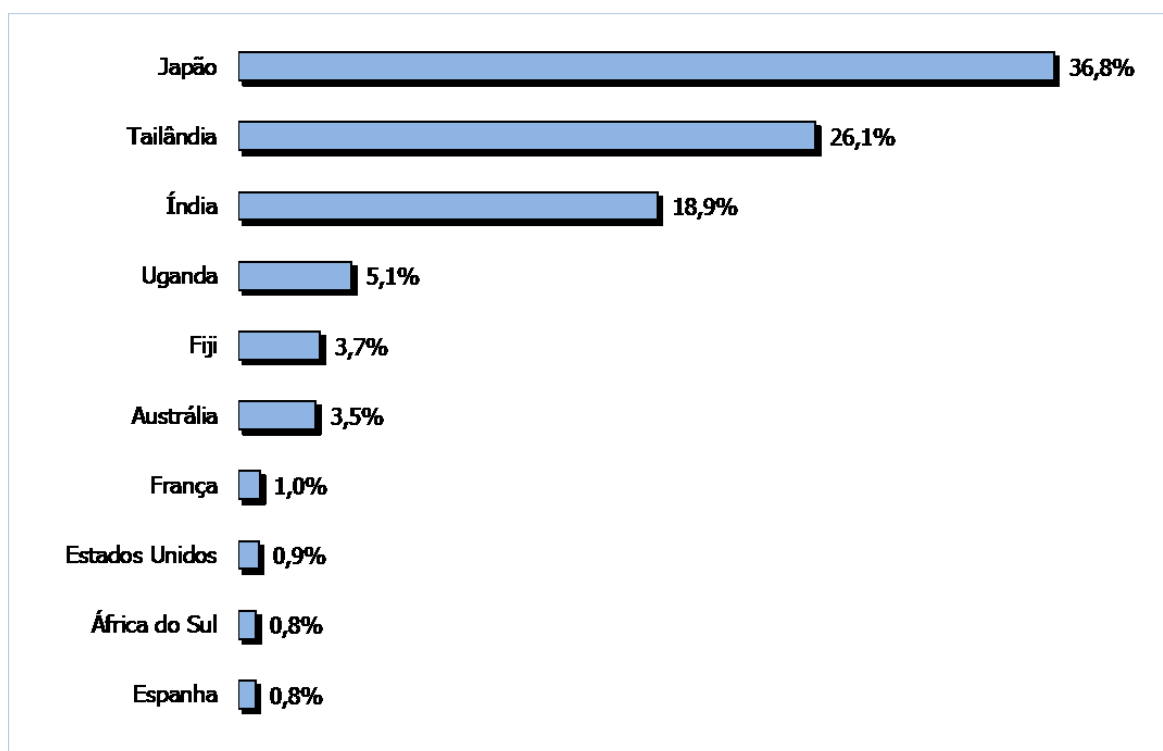


**Direção das exportações de Tuvalu**  
**US\$ milhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 4</b>	<b>Part.% no total</b>
Japão	2,76	36,8%
Tailândia	1,95	26,1%
Índia	1,42	18,9%
Uganda	0,38	5,1%
Fiji	0,28	3,7%
Austrália	0,26	3,5%
França	0,073	1,0%
Estados Unidos	0,069	0,9%
África do Sul	0,059	0,8%
Espanha	0,058	0,8%
...		
<b><i>Brasil (28ª posição)</i></b>	<b><i>0,002</i></b>	<b><i>0,0%</i></b>
<b>Subtotal</b>	<b>7,32</b>	<b>97,7%</b>
<b>Outros países</b>	<b>0,18</b>	<b>2,3%</b>
<b>Total</b>	<b>7,49</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.*

*Tuvalu não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

**10 principais destinos das exportações**

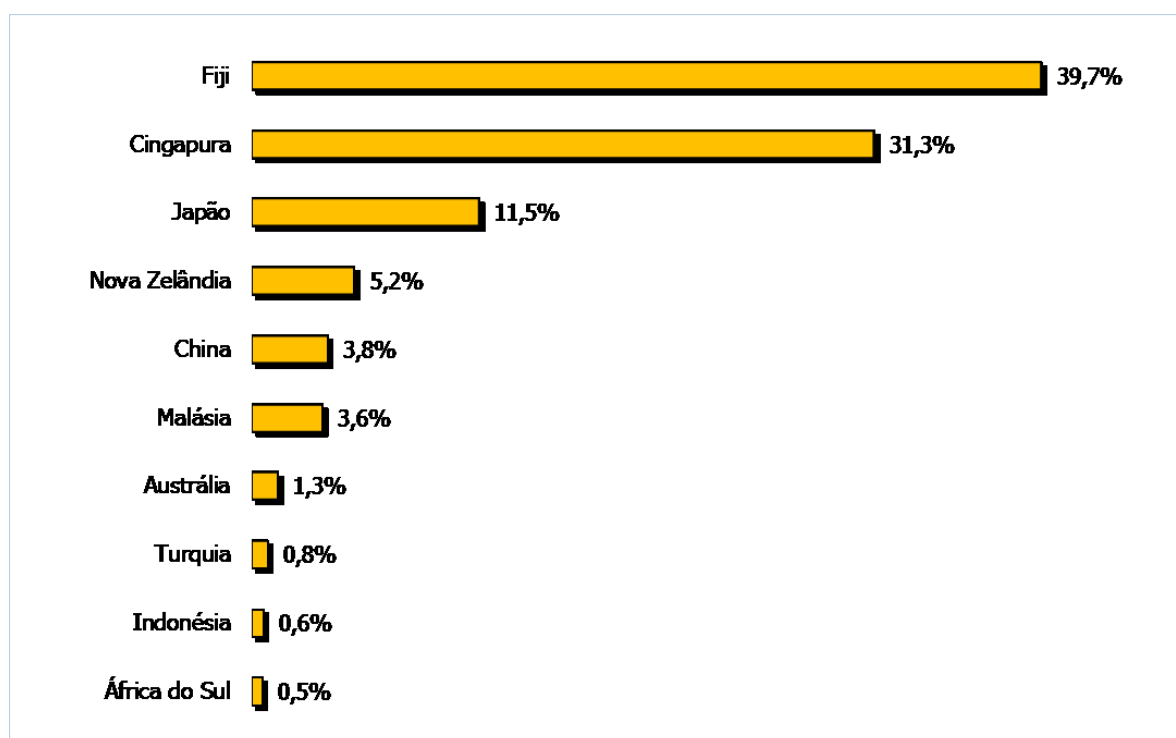
**Origem das importações de Tuvalu**  
**US\$ milhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 4</b>	<b>Part.% no total</b>
Fiji	48,35	39,7%
Cingapura	38,13	31,3%
Japão	13,94	11,5%
Nova Zelândia	6,28	5,2%
China	4,65	3,8%
Malásia	4,32	3,6%
Austrália	1,60	1,3%
Turquia	0,97	0,8%
Indonésia	0,71	0,6%
África do Sul	0,64	0,5%
...		
<b><i>Brasil (12ª posição)</i></b>	<b><i>0,45</i></b>	<b><i>0,4%</i></b>
<b>Subtotal</b>	<b>120,03</b>	<b>98,6%</b>
<b>Outros países</b>	<b>1,65</b>	<b>1,4%</b>
<b>Total</b>	<b>121,68</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.*

*Tuvalu não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*



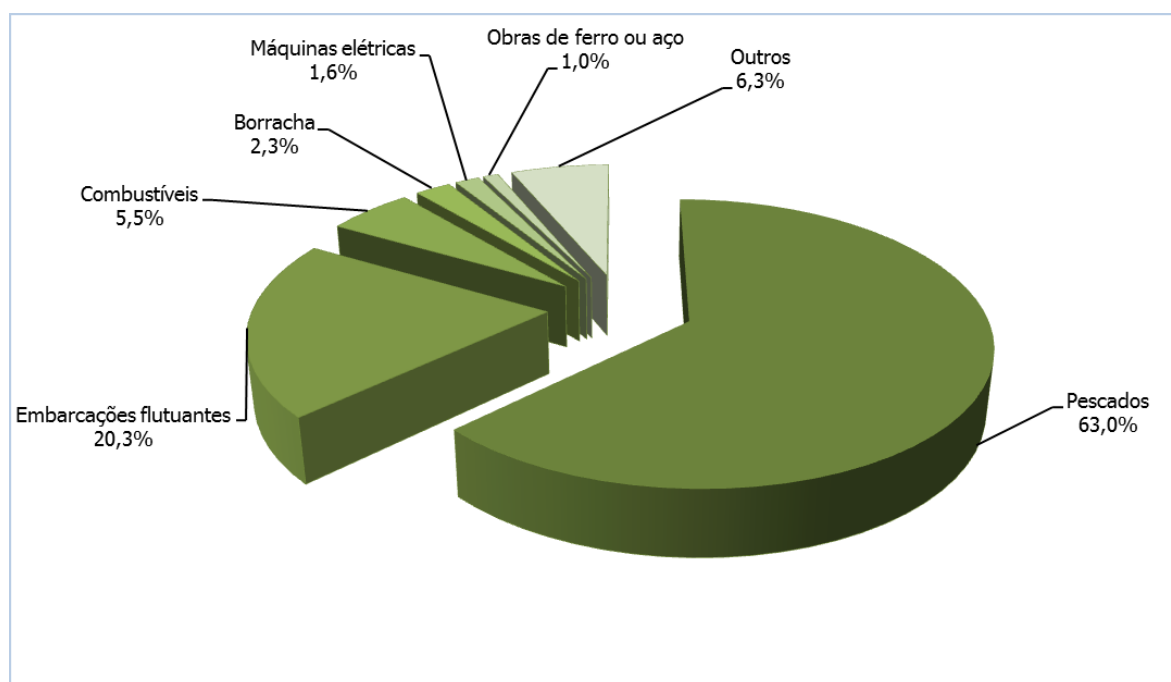
**10 principais origens das importações**

**Composição das exportações de Tuvalu**  
**US\$ milhões**

<b>Grupos de Produtos</b>	<b>2 0 1 4</b>	<b>Part.%</b>	<b>no total</b>
Pescados	4,72	63,0%	
Embarcações flutuantes	1,52	20,3%	
Combustíveis	0,41	5,5%	
Borracha	0,17	2,3%	
Máquinas elétricas	0,12	1,6%	
Obras de ferro ou aço	0,07	1,0%	
<b>Subtotal</b>	<b>7,02</b>	<b>93,7%</b>	
<b>Outros</b>	<b>0,48</b>	<b>6,3%</b>	
<b>Total</b>	<b>7,49</b>	<b>100,0%</b>	

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.*

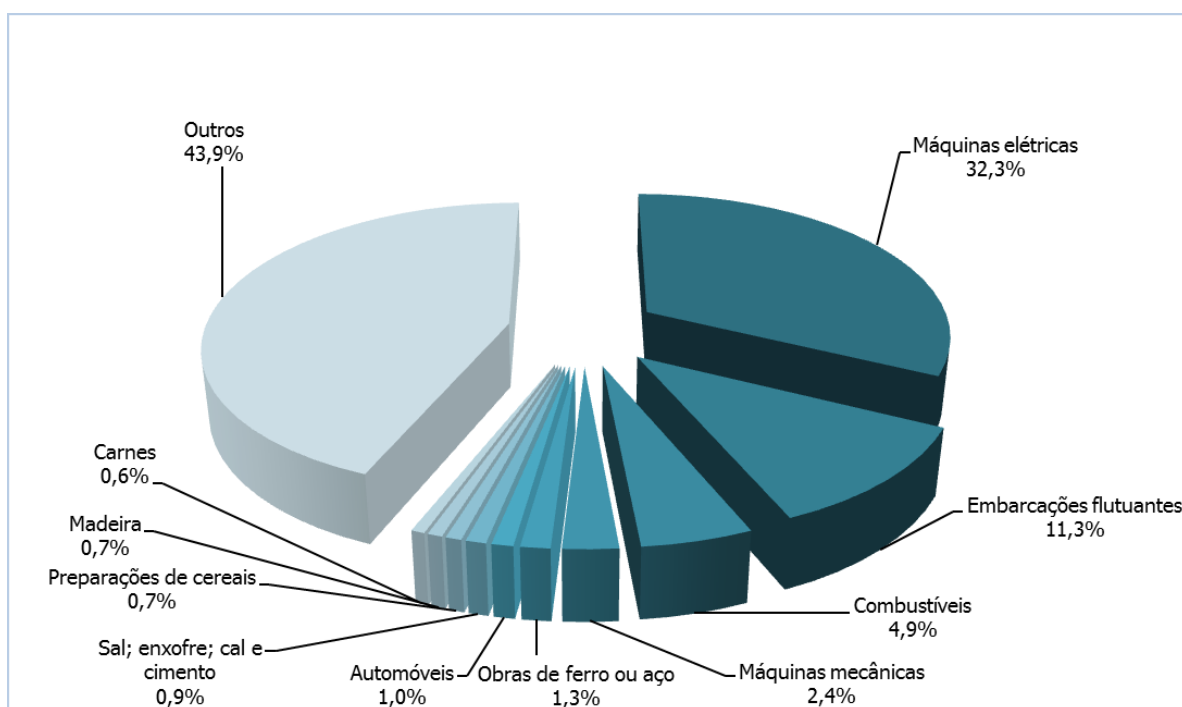
*Tuvalu não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

**Principais grupos de produtos exportados**

**Composição das importações de Tuvalu**  
**US\$ milhões**

<b>Grupos de produtos</b>	<b>2 0 1 4</b>	<b>Part.% no total</b>
Máquinas elétricas	39,27	32,3%
Embarcações flutuantes	13,78	11,3%
Combustíveis	5,99	4,9%
Máquinas mecânicas	2,98	2,4%
Obras de ferro ou aço	1,59	1,3%
Automóveis	1,16	1,0%
Sal; enxofre; cal e cimento	1,09	0,9%
Preparações de cereais	0,86	0,7%
Madeira	0,80	0,7%
Carnes	0,74	0,6%
<b>Subtotal</b>	<b>68,27</b>	<b>56,1%</b>
<b>Outros</b>	<b>53,41</b>	<b>43,9%</b>
<b>Total</b>	<b>121,68</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.*

**10 principais grupos de produtos importados**

**Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Tuvalu**  
**US\$ mil**

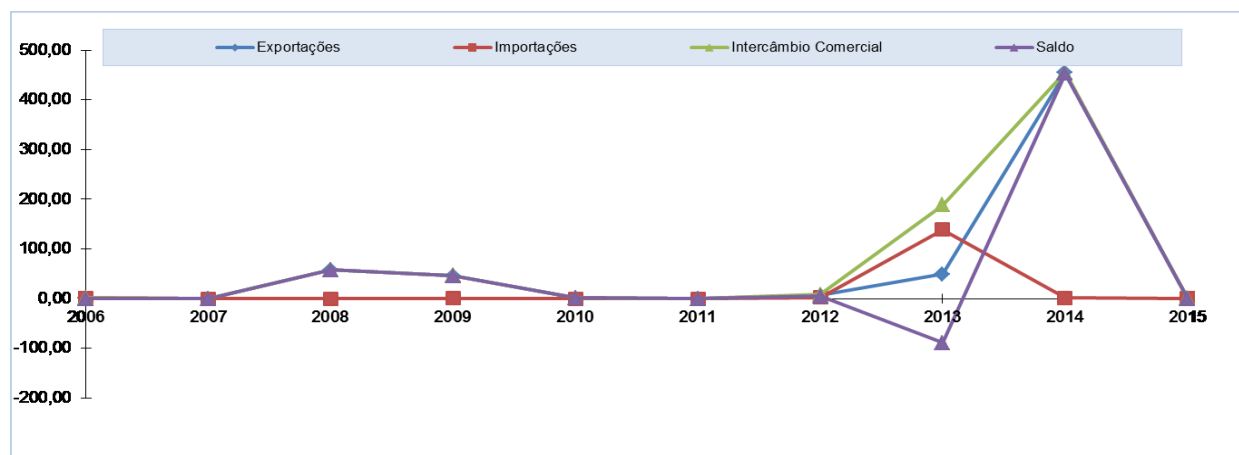
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	0,36	-72,7%	0,00%	0,91	n.a.	0,00%	1,27	-3,8%	0,00%	-0,55
2007	0,00	n.a.	0,00%	0,00	n.a.	0,00%	0,00	n.a.	0,00%	0,00
2008	58,02	n.a.	0,00%	0,00	n.a.	0,00%	58,02	n.a.	0,00%	58,02
2009	45,83	-21,0%	0,00%	0,34	n.a.	0,00%	46,16	-20,4%	0,00%	45,49
2010	0,99	-97,8%	0,00%	0,00	n.a.	0,00%	0,99	-97,9%	0,00%	0,99
2011	0,00	n.a.	0,00%	0,03	n.a.	0,00%	0,03	n.a.	0,00%	-0,03
2012	6,50	n.a.	0,00%	2,01	(+)	0,00%	8,51	(+)	0,00%	4,50
2013	49,20	656,9%	0,00%	138,58	(+)	0,00%	187,78	(+)	0,00%	-89,38
2014	453,96	822,7%	0,00%	1,65	-98,8%	0,00%	455,61	142,6%	0,00%	452,31
2015	0,00	n.a.	0,00%	0,33	-80,3%	0,00%	0,33	-99,9%	0,00%	-0,33
2016 (jan-fev)	0,0	n.a.	0,00%	0,0	n.a.	0,00%	0,0	#####	0,00%	0,0
<b>Var. % 2006-2015</b>	<b>-100,0%</b>		<b>--</b>	<b>-64,2%</b>		<b>--</b>	<b>-74,3%</b>		<b>--</b>	<b>n.c.</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.*

*(+) Variação superior a 1.000%.*

*(n.a.) Critério não aplicável.*

*(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

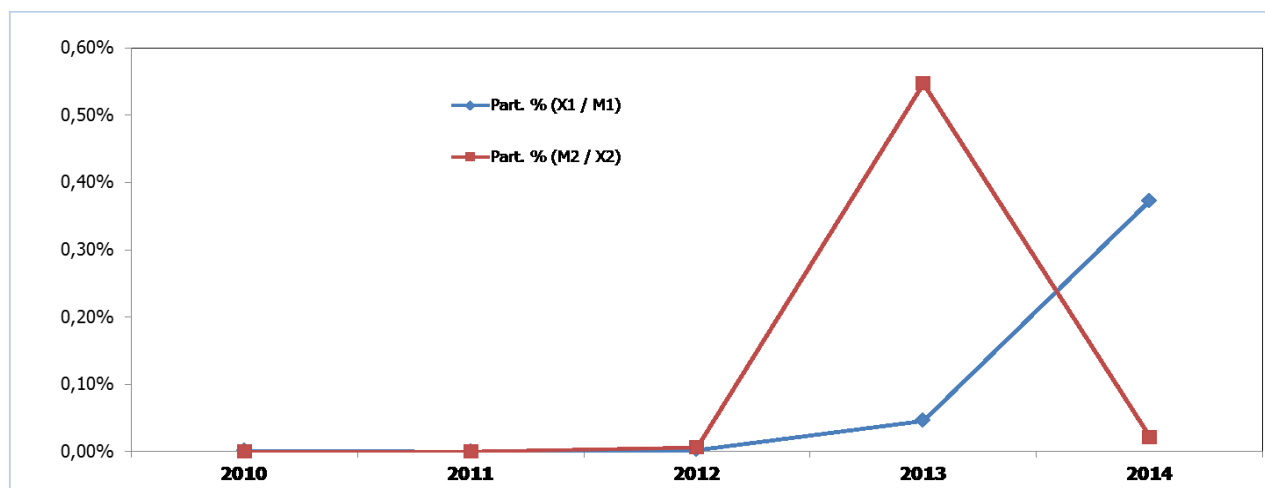


**Part. % do Brasil no comércio de Tuvalu**  
**US\$ milhões**

<b>Descrição</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Var. % 2010/2014</b>
Exportações do Brasil para Tuvalu (X1)	0,001	0,000	0,007	0,049	0,454	45708,0%
Importações totais de Tuvalu (M1)	73,6	73,7	243,4	106,6	121,7	65,4%
Part. % (X1 / M1)	0,00%	0,00%	0,00%	0,05%	0,37%	27591,5%
Importações do Brasil originárias de Tuvalu (M2)	0,000	0,000	0,002	0,139	0,002	n.a.
Exportações totais de Tuvalu (X2)	15,4	13,3	31,0	25,3	7,5	-51,4%
Part. % (M2 / X2)	0,00%	0,00%	0,01%	0,55%	0,02%	n.a.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.  
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do Tuvalu e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.  
n.a. Critério não aplicável.*



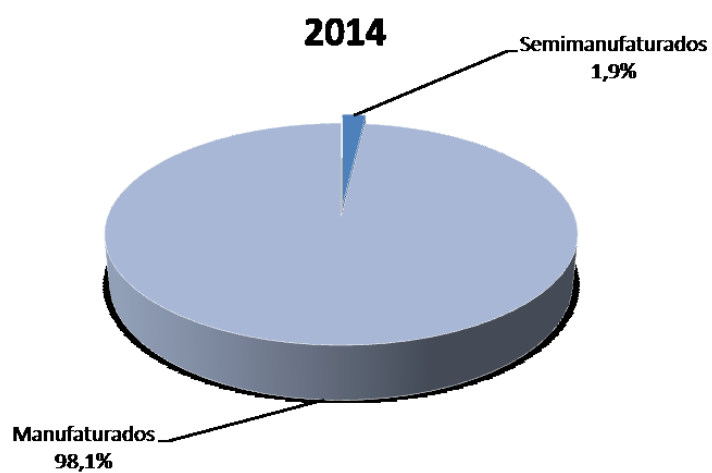


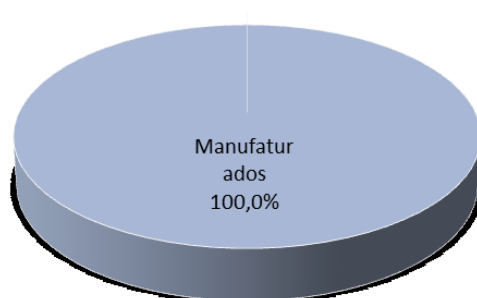
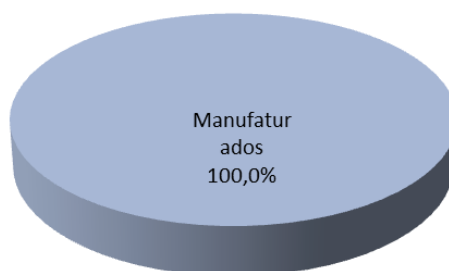
## Exportações e importações brasileiras por fator agregado

Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras<sup>(1)</sup>

Sem base de comparação. Não houve exportações brasileiras para Tuvalu em 2015



**Importações Brasileiras****2014****2015**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - L

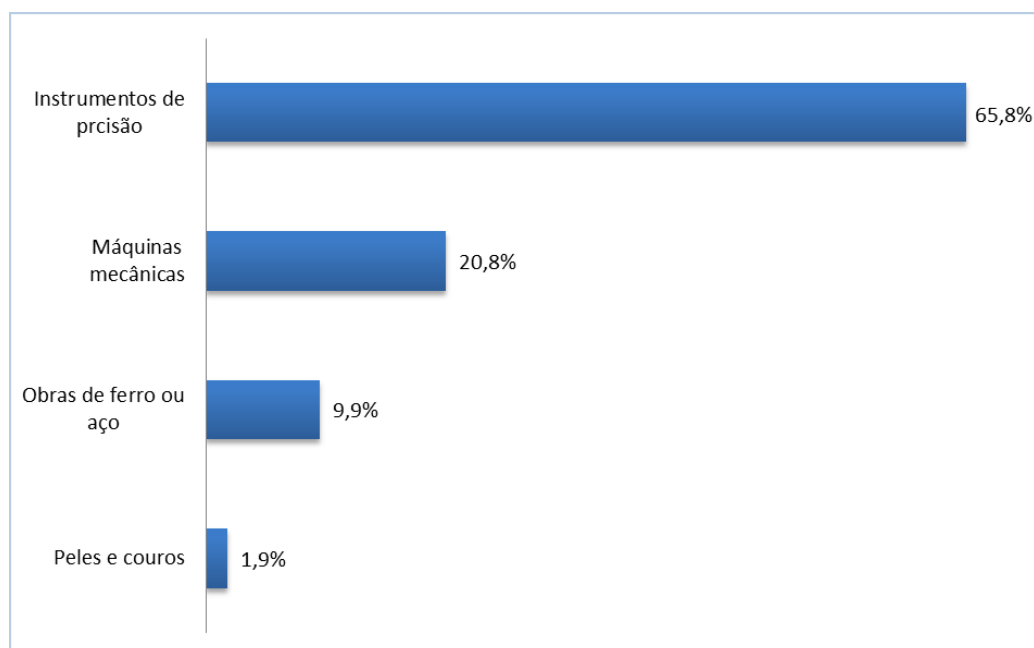
(1) Exclusive transações especia...

web, Março de 2016.

**Composição das exportações brasileiras para Tuvalu**  
**US\$ mil**

Grupos de Produtos	2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Instrumentos de precisão	0,00	0,0%	298,86	65,8%
Máquinas mecânicas	0,00	0,0%	94,38	20,8%
Obras de ferro ou aço	0,00	0,0%	44,85	9,9%
Peles e couros	0,00	0,0%	8,40	1,9%
Açúcar	42,37	86,1%	0,00	0,0%
Cereais	6,83	13,9%	0,00	0,0%
<b>Subtotal</b>	<b>49,20</b>	<b>100,0%</b>	<b>446,49</b>	<b>98,4%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>7,47</b>	<b>1,6%</b>
<b>Total</b>	<b>49,20</b>	<b>100,0%</b>	<b>453,96</b>	<b>100,0%</b>

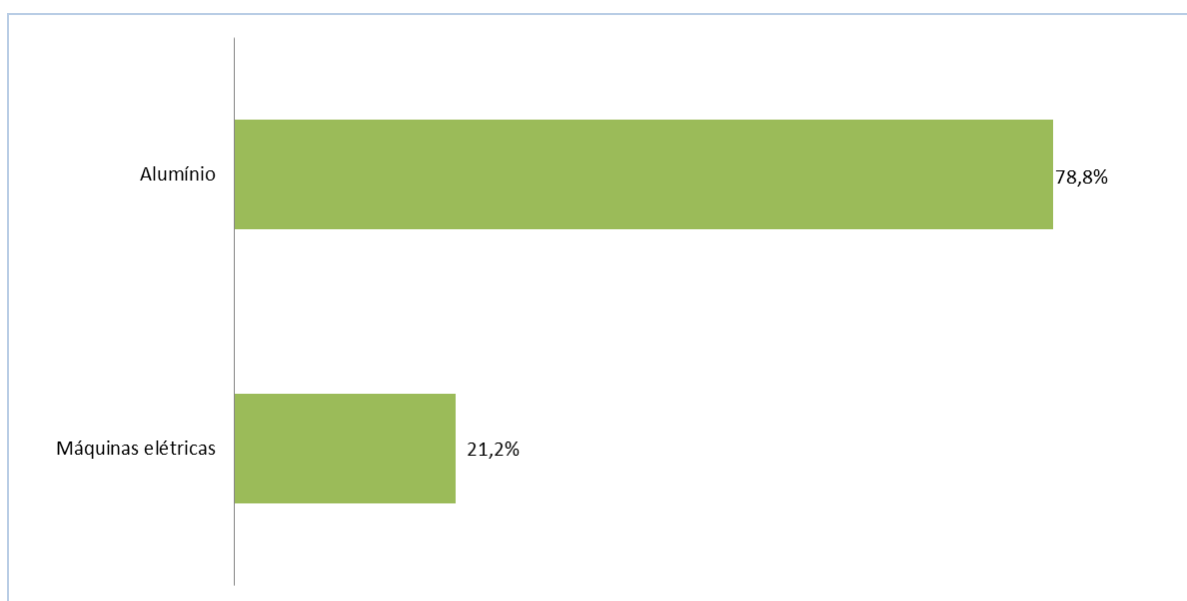
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014**

**Composição das importações brasileiras originárias de Tuvalu**  
**US\$ mil**


Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Alumínio	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,26	78,8%
Máquinas elétricas	0,00	0,0%	0,08	4,8%	0,07	21,2%
Plásticos	0,00	0,0%	1,08	65,4%	0,00	0,0%
Cobre	0,00	0,0%	0,49	29,8%	0,00	0,0%
Borracha	97,40	70,3%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Vestuário exceto de malha	41,18	29,7%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
<b>Subtotal</b>	<b>138,58</b>	<b>100,0%</b>	<b>1,65</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,33</b>	<b>100,0%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>
<b>Total</b>	<b>138,58</b>	<b>100,0%</b>	<b>1,65</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,33</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015**

**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**  
**US\$ milhões**

**Não houve exportação brasileira para Tuvalu no período de jan-fev/2015 e de jan-fev/2016.**

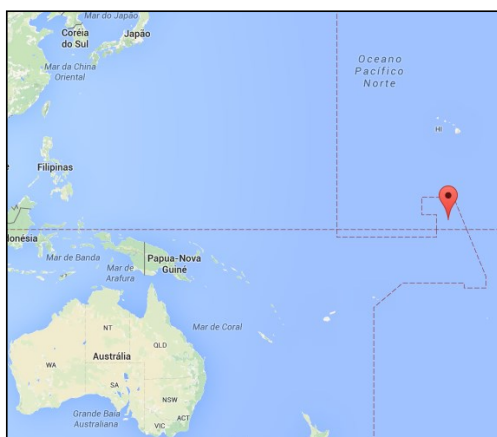
Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-fev)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015
<b>Importações</b>					
Alumínio	0,26	100,0%	0,00	100,0%	
<b>Subtotal</b>	<b>0,26</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,00</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	
<b>Total</b>	<b>0,26</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,00</b>	<b>100,0%</b>	

*Elaborado pela MREX/DF/EXIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da MEX/SECEX/MANCOM, Março de 2016.*



**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**  
**Departamento da Ásia Central, Meridional e Oceania**  
**Divisão da Oceania**

## KIRIBATI



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**  
**Abril de 2016**



<b>DADOS BÁSICOS SOBRE KIRIBATI</b>	
<b>NOME OFICIAL:</b>	República de Kiribati
<b>GENTÍLICO:</b>	quiribatiano
<b>CAPITAL:</b>	Tarawa
<b>ÁREA:</b>	811km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO:</b>	114 mil
<b>IDIOMA OFICIAL:</b>	gilbertês, inglês
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES:</b>	Catolicismo romano (56%), Igreja Presbiteriana de Kempsville (33%), Mormonismo (5%)
<b>SISTEMA DE GOVERNO:</b>	República democrática
<b>PODER LEGISLATIVO:</b>	Casa da Assembleia unicameral (46 membros, sendo 44 eleitos diretamente por maioria dos votos em dois turnos, um membro escolhido pelo Conselho de Líderes Rabi, e o advogado-geral. O mandato dura 4 anos)
<b>CHEFE DE ESTADO:</b>	Taneti Maamau (desde 9 de março de 2016)
<b>CHEFE DE GOVERNO:</b>	Taneti Maamau (desde 9 de março de 2016)
<b>CHANCELER:</b>	Taneti Maamau (desde 9 de março de 2016)
<b>PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):</b>	US\$ 164 milhões
<b>PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):</b>	US\$ 196 milhões
<b>PIB PER CAPITA (2015)</b>	US\$ 1.854
<b>PIB PPP PER CAPITA (2015)</b>	US\$ 1.719
<b>VARIAÇÃO DO PIB</b>	3,13% (2015); 3,74% (2014); 2,39% (2013) (FMI)
<b>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):</b>	0,590 (137ª posição entre 188 países)
<b>EXPECTATIVA DE VIDA (2015):</b>	66 anos
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO (2010):</b>	30,6% (World Factbook)
<b>UNIDADE MONETÁRIA:</b>	dólar quiribatiano e dólar australiano
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:</b>	Não há.

<b>INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-KIRIBATI (fonte: MDIC)</b>									
<b>Brasil → Kiribati</b>	<b>1999</b>	<b>2001</b>	<b>2003</b>	<b>2005</b>	<b>2007</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2015</b>
<b>Intercâmbio</b>	0	9,2	32,1	159,4	136,7	94	396,9	245,6	34
<b>Exportações</b>	0	0	32,1	159,4	136,7	0,05	174,1	245,6	34
<b>Importações</b>	0	9,2	0	0	0	93,9	222,8	0	0
<b>Saldo</b>	0	-9,2	32,1	159,4	136,7	93,9	-48,6	245,6	34

(Em US\$ milhares)

Informação elaborada em 04/03/2016, por Filipe Brum. Revisada por Rômulo Neves, em 23/03/2016.

## APRESENTAÇÃO

Kiribati é um país da Oceania que conta com uma área total de 811km<sup>2</sup> e uma população de 105 mil habitantes. O país é um dos mais isolados do mundo, constituído de 32 atóis espalhados por uma área de cerca de 3,5 milhões de km<sup>2</sup> no Pacífico. Os atóis têm altitude média não superior a 2 metros acima do mar, fazendo de Kiribati um dos países mais vulneráveis à mudança climática. Kiribati tem tomado iniciativas importantes na área de meio ambiente.

Kiribati (Micronésia) e Tuvalu (Polinésia) foram colônias britânicas administradas em conjunto; ao tornarem-se independentes optaram por formar entidades nacionais distintas. A República de Kiribati tornou-se independente em 1979.

## **PERFIS BIOGRÁFICOS**

**Taneti Maamau**

Presidente de Kiribati



Natural da ilha de Onotoa e candidato da coligação Tobwaan Kiribati, Maamau era deputado antes de concorrer às eleições presidenciais e foi um ativo líder opositorista durante a última década, tendo já exercido cargo de Secretário das Finanças em administração anterior.

## **RELAÇÕES BILATERAIS**

Em 2005, o embaixador Arnaldo Carrilho chefiou missão oficial a Kiribati e a outras ilhas do Pacífico, com o objetivo de buscar aproximação com os países da região.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com Kiribati em 21 de setembro de 2010, por meio de Comunicado Conjunto assinado em Nova York.

Em 2011, a embaixadora do Brasil em Wellington esteve em Kiribati, ocasião em que foi recebida pelo presidente Anote Tong e por altos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Imigração, que demonstraram dar grande valor à aproximação com o Brasil. O presidente Anote Tong fez diversas referências positivas ao Brasil, demonstrando seu interesse pelo país. Afirmou que Kiribati habitualmente apoia o Brasil em foros internacionais, em especial em temas relacionados a clima, e disse que esperava receber cooperação também em agricultura e outras áreas. Há potencial para cooperação no campo da saúde, em termos de contratação de médicos, dentistas e construção de hospitais.

Em encontro com autoridades do Kiribati em novembro de 2013, o Embaixador do Brasil na Nova Zelândia constatou haver possibilidade e interesse de cooperação em matéria de processo legislativo, pesca, esportes (especialmente futebol), educação, processamento de lixo, captação de energia solar, formação profissional, políticas para mulheres, saneamento e outras áreas, em particular quanto a projetos de maior escopo social.

Nacionais de Kiribati deverão participar dos Jogos Olímpicos no Brasil em 2016, nas modalidades de boxe e levantamento de peso.

#### **Assuntos consulares**

A Embaixada do Brasil em Wellington trata dos interesses dos cidadãos brasileiros em Kiribati.

#### **Empréstimos e financiamentos oficiais**

Não há financiamentos oficiais brasileiros a tomadores soberanos de Kiribati.

## **POLÍTICA INTERNA**

O país tem tradição de estabilidade política. Por doze anos, o Presidente foi Anote Tong, eleito em 2003 e reeleito em 2007 e 2012. Tong é membro do partido ‘Pillars of Truth’ (‘Boutokaan Te Koaua’). Outro partido de destaque no país é o ‘Protect the Maneaba’ (‘Maneaban Te Mauri’).

Após 12 anos de governo, máximo previsto para a função, Anote Tong deixou o cargo em março de 2016 para entregá-lo ao candidato eleito da oposição, Taneti Maamau, que se torna o quinto presidente do país desde a sua independência em 1979.

Num pleito sem incidentes, Taaneti Mamau, da coligação Tobwaan Kiribati, derrotou com folga os candidatos da Boutokaan Te Koaua, ou partido BTK, Rimeta Beniamina e Tianeti Ioane. Seu vice-presidente é Kourabi Nenem.

O sistema legislativo é composto pela Casa da Assembleia unicameral, a qual é composta por 46 membros. Desse total, 44 são eleitos diretamente por maioria dos votos em dois turnos, um membro é escolhido pelo Conselho de Líderes Rabi, e o último membro é o advogado-geral do país. Os membros são eleitos para mandatos de quatro anos.

Já o sistema judiciário é composto por cortes de magistrados, pela Corte de Apelação e pela Alta Corte, que é a principal instância judiciária do país.

## **POLÍTICA EXTERNA**

Kiribati mantém relações próximas com seus vizinhos do Pacífico, como Austrália e Nova Zelândia. O país é parceiro em empreendimentos pesqueiros com o Japão, Coreia do Sul, China, Taiwan e EUA.

É membro do Fórum das Ilhas do Pacífico e outras organizações regionais. Tornou-se membro da ONU em 1999. É, também, membro do Banco de Desenvolvimento da Ásia, FMI, Banco Mundial, OMC, UNESCO, OMS, OIT e FAO. Em 2013, tornou-se o 133º membro do G77.

Em participação recente na Assembleia Geral da ONU, o então presidente Anote Tong afirmou que a mudança do clima é uma ameaça existencial para os Estados insulares e convidou os Estados-Membros a assumirem compromissos com a redução de gases de efeito estufa e com a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015. Tong argumentou que não se pode falar em desenvolvimento sustentável sem se reconhecer o problema da mudança do clima e recordou as medidas de mitigação e

de prevenção que o governo de Kiribati implementou, bem como os investimentos em educação.

## **ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS**

A economia de Kiribati enfrenta restrições comuns aos outros Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. O país é pequeno, isolado, geograficamente fragmentado, apresenta terras inférteis e recursos limitados, ao mesmo tempo em que precisa gerar empregos e desenvolvimento para uma população em crescimento. O relativo bem-estar social, que provém da estabilidade e de tradições culturais muito fortes, sofre com o rápido crescimento populacional.

A economia de Kiribati está baseada na concessão de licenças de pesca a barcos estrangeiros e nas remessas de seus nacionais no exterior, principalmente de marinheiros. A copra (polpa seca do côco) é o principal produto exportado. Além de pescado, algumas frutas (banana e mamão) e legumes (abóbora, fruta-pão), tudo que se consome em Kiribati é importado (de Austrália, Nova Zelândia, Taiwan, Japão e outros países asiáticos em menor escala). Apesar das limitações, Kiribati apresenta uma situação financeira estável, fruto de gasto público controlado e de investimentos offshore.

O desemprego é um ponto de preocupação no país. Há busca de empregos de nacionais de Kiribati em outros países, para desempenho não apenas de atividades marítimas, como também para atividades de colheita de frutas em Guam ou de cana-de-açúcar na Austrália, bem como para trabalho em setores turísticos, como em cruzeiros de grande porte.

O comércio com o Brasil é bastante modesto. O Brasil é tradicionalmente superavitário no comércio bilateral. O pico das exportações e do saldo brasileiro aconteceu em 2008, quando o Brasil exportou US\$ 264 mil e obteve um superávit do mesmo valor, uma vez que não houve importações. Já a maior corrente de comércio ocorreu em 2011, quando o Brasil exportou US\$ 174 mil e importou US\$ 223 mil, contrariando a tendência superavitária do comércio bilateral, com um déficit para o Brasil de US\$ 49 mil.

## **CRONOLOGIA HISTÓRICA**

<b>Ano</b>	<b>Acontecimento</b>
1979	Kiribati torna-se independente do Reino Unido.
1999	Kiribati torna-se membro da ONU.
2003	Anote Tong é eleito presidente. É reeleito em 2007 e 2012.
2016	Taneti Maamau torna-se o quinto presidente do país desde a sua independência em 1979.

### **CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS**

<b>Ano</b>	<b>Acontecimento</b>
2005	Embaixador Arnaldo Carrilho visita Kiribati em missão oficial.
2010	Assinatura do Comunicado Conjunto de estabelecimento de relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República de Kiribati, em Nova York.
2011	Embaixadora do Brasil em Wellington visita Kiribati e é recebida pelo Presidente Anote Tong.



## DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

### Principais indicadores socioeconômicos de Kiribati

Indicador	2013	2014	2015 <sup>(1)</sup>	2016 <sup>(1)</sup>	2017 <sup>(1)</sup>
Crescimento real do PIB (%)	2,39%	3,74%	3,13%	1,85%	2,09%
PIB nominal (US\$ milhões)	181	181	164	166	169
PIB nominal "per capita" (US\$)	1.656	1.619	1.443	1.429	1.425
PIB PPP (US\$ bilhões)	179	189	196	202	210
PIB PPP "per capita" (US\$)	1.635	1.690	1.726	1.744	1.776
População (mil habitantes)	109	112	114	116	118
Inflação (%) <sup>(2)</sup>	0,83%	3,12%	1,40%	0,30%	0,75%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-21,78%	4,07%	-24,88%	-26,84%	-20,77%

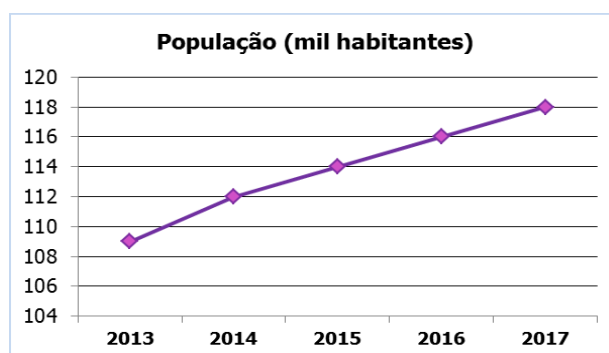
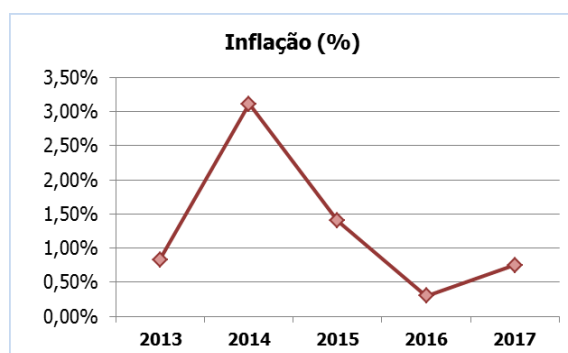
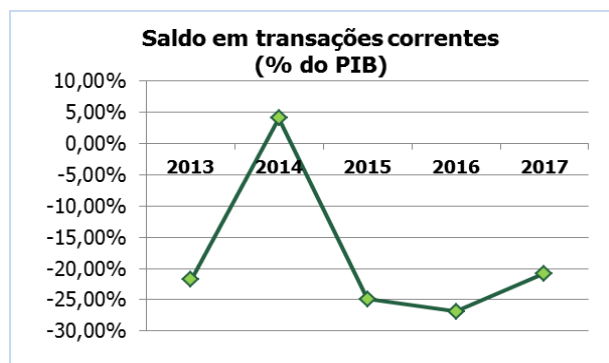
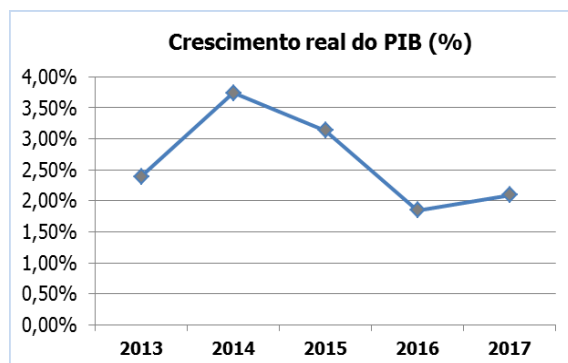
#### Origem do PIB ( 2012 Estimativa )

Agricultura	26,3%
Indústria	9,2%
Serviços	64,5%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015.*

*(1) Estimativas FMI.*

*(2) Média de fim de período.*



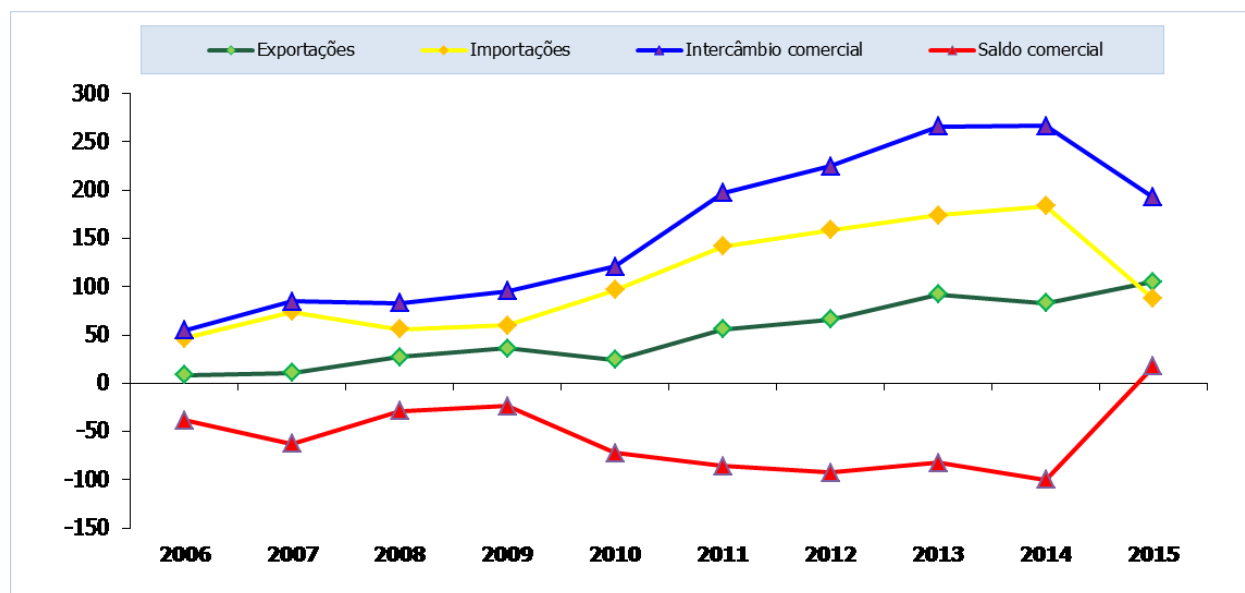
**Evolução do comércio exterior de Kiribati**  
**US\$ milhões**

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2006	8,4	22,7%	46,5	-18,5%	54,8	-14,1%	-38,1
2007	11,0	31,7%	73,8	58,8%	84,8	54,7%	-62,8
2008	27,1	146,5%	56,1	-23,9%	83,2	-1,8%	-29,0
2009	35,9	32,6%	59,7	6,3%	95,6	14,8%	-23,7
2010	24,3	-32,5%	96,4	61,7%	120,7	26,3%	-72,2
2011	55,8	130,0%	141,6	46,8%	197,4	63,6%	-85,8
2012	66,2	18,7%	158,8	12,1%	225,1	14,0%	-92,6
2013	91,9	38,7%	174,1	9,6%	266,0	18,2%	-82,2
2014	83,3	-9,3%	183,4	5,4%	266,7	0,3%	-100,1
2015	105,0	26,0%	87,8	-52,2%	192,8	-27,7%	17,3
<b>Var. % 2006-2015</b>	<b>1157,4%</b>	<b>--</b>	<b>88,9%</b>	<b>--</b>	<b>251,8%</b>	<b>--</b>	<b>n.c.</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.*

*Kiribati não informou seus dados de 2015 à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

*(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

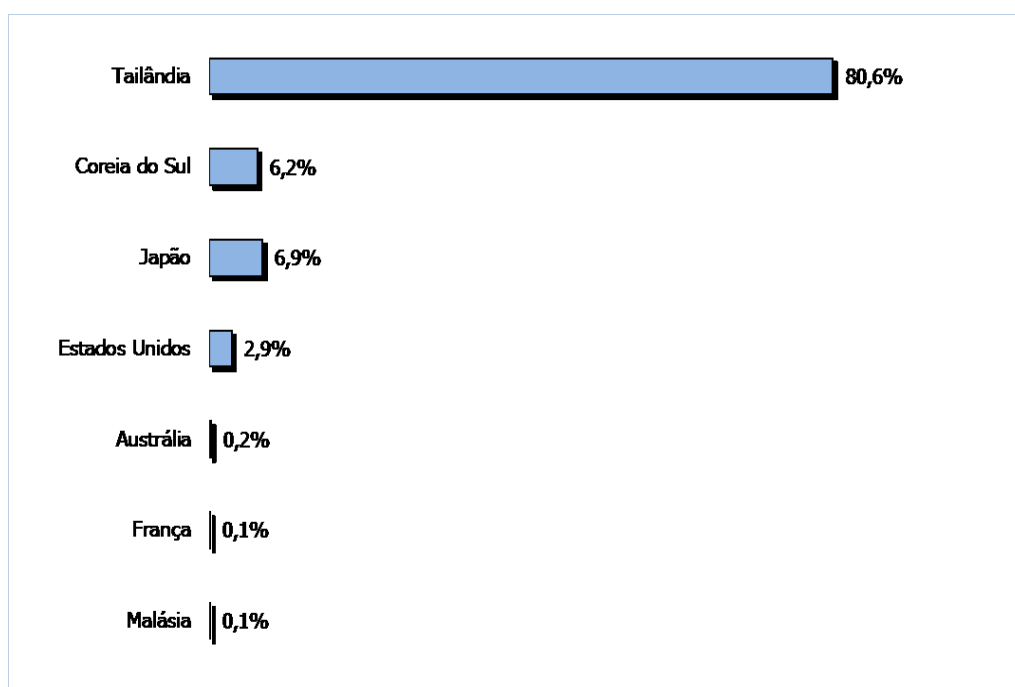


**Direção das exportações de Kiribati**  
**US\$ milhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 5</b>	<b>Part.% no total</b>
Tailândia	84,70	80,6%
Coreia do Sul	6,54	6,2%
Japão	7,22	6,9%
Estados Unidos	3,07	2,9%
Austrália	0,24	0,2%
França	0,07	0,1%
Malásia	0,06	0,1%
...		
<b><i>Brasil (22ª posição)</i></b>	<b><i>0,00</i></b>	<b><i>0,0%</i></b>
<b>Subtotal</b>	<b>101,91</b>	<b>97,0%</b>
<b>Outros países</b>	<b>3,12</b>	<b>3,0%</b>
<b>Total</b>	<b>105,03</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.*

*Kiribati não informou seus dados de 2015 à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

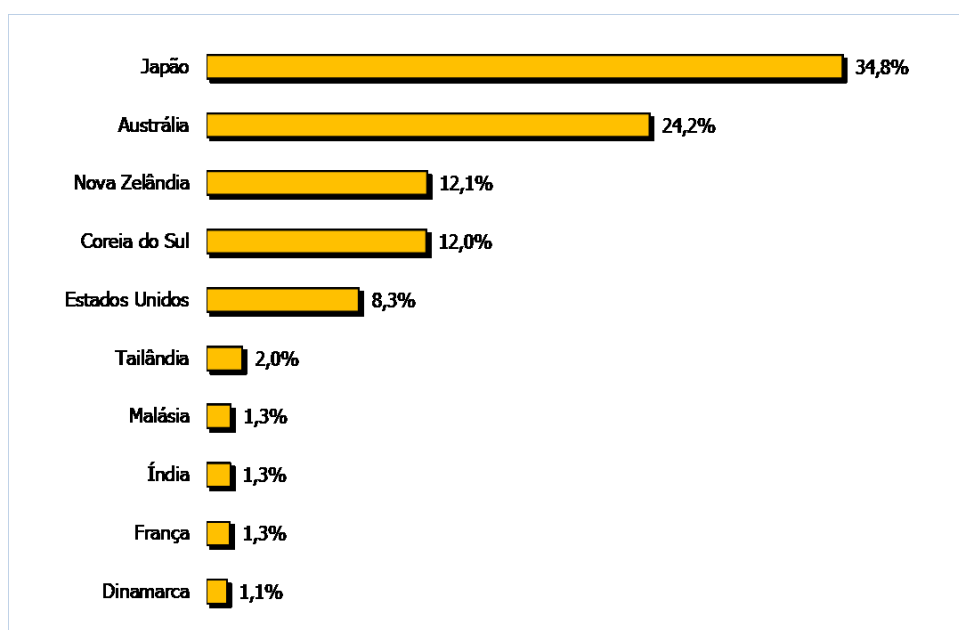
**Principais destinos das exportações**

**Origem das importações de Kiribati**  
**US\$ milhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 5</b>	<b>Part.% no total</b>
Japão	30,51	34,8%
Austrália	21,25	24,2%
Nova Zelândia	10,59	12,1%
Coreia do Sul	10,56	12,0%
Estados Unidos	7,32	8,3%
Tailândia	1,72	2,0%
Malásia	1,17	1,3%
Índia	1,16	1,3%
França	1,13	1,3%
Dinamarca	0,98	1,1%
...		
<b><i>Brasil (20ª posição)</i></b>	<b><i>0,03</i></b>	<b><i>0,0%</i></b>
<b>Subtotal</b>	<b>86,43</b>	<b>98,5%</b>
<b>Outros países</b>	<b>1,33</b>	<b>1,5%</b>
<b>Total</b>	<b>87,76</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.*

*Kiribati não informou seus dados de 2015 à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

**10 principais origens das importações**

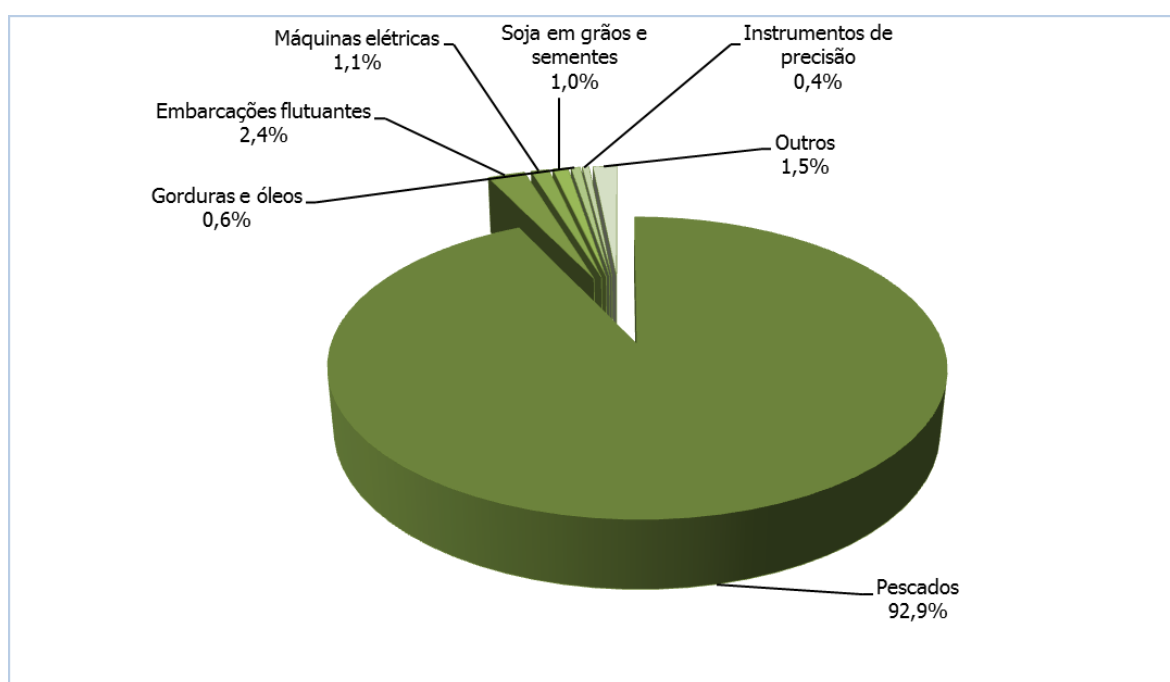


**Composição das exportações de Kiribati**  
**US\$ milhões**

<b>Grupos de Produtos</b>	<b>2 0 1 4<sup>(1)</sup></b>	<b>Part.% no total</b>
Pescados	77,38	92,9%
Embarcações flutuantes	2,01	2,4%
Máquinas elétricas	0,96	1,1%
Soja em grãos e sementes	0,83	1,0%
Gorduras e óleos	0,50	0,6%
Instrumentos de precisão	0,37	0,4%
<b>Subtotal</b>	<b>82,04</b>	<b>98,5%</b>
<b>Outros</b>	<b>1,29</b>	<b>1,5%</b>
<b>Total</b>	<b>83,33</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.*

*(1) Última posição disponível em 07/03/2016.*

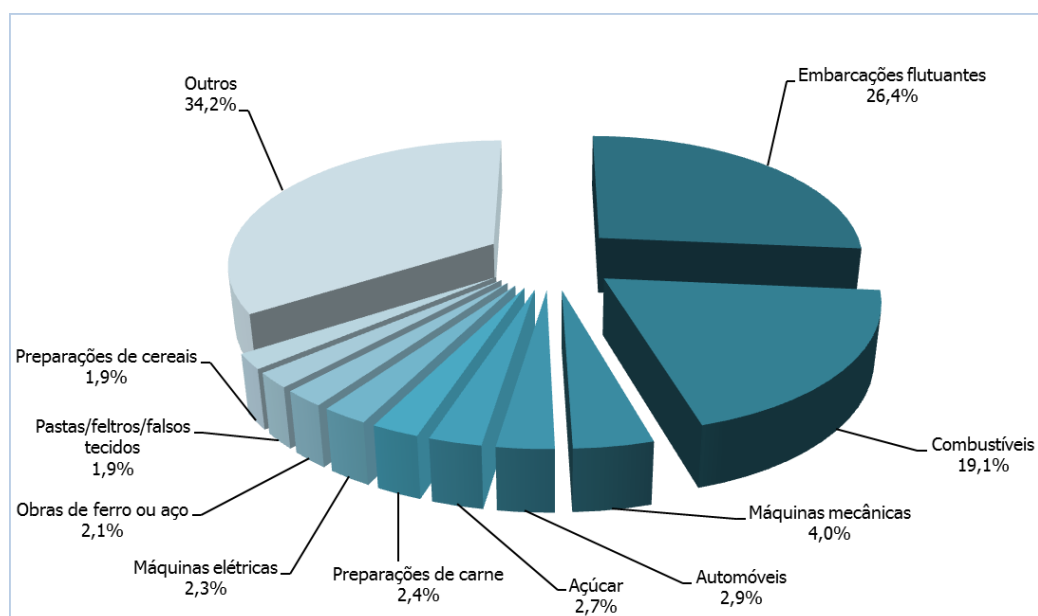
**Principais grupos de produtos exportados**

**Composição das importações de Kiribati**  
**US\$ milhões**

<b>Grupos de produtos</b>	<b>2 0 1 4<sup>(1)</sup></b>	<b>Part.% no total</b>
Embarcações flutuantes	48,43	26,4%
Combustíveis	35,10	19,1%
Máquinas mecânicas	7,38	4,0%
Automóveis	5,30	2,9%
Açúcar	4,88	2,7%
Preparações de carne	4,42	2,4%
Máquinas elétricas	4,30	2,3%
Obras de ferro ou aço	3,86	2,1%
Pastas/feltros/falsos tecidos	3,57	1,9%
Preparações de cereais	3,55	1,9%
<b>Subtotal</b>	<b>120,78</b>	<b>65,8%</b>
<b>Outros</b>	<b>62,64</b>	<b>34,2%</b>
<b>Total</b>	<b>183,42</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.*

*(1) Última posição disponível em 07/03/2016.*

**10 principais grupos de produtos importados**

**Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Kiribati**  
**US\$ mil**

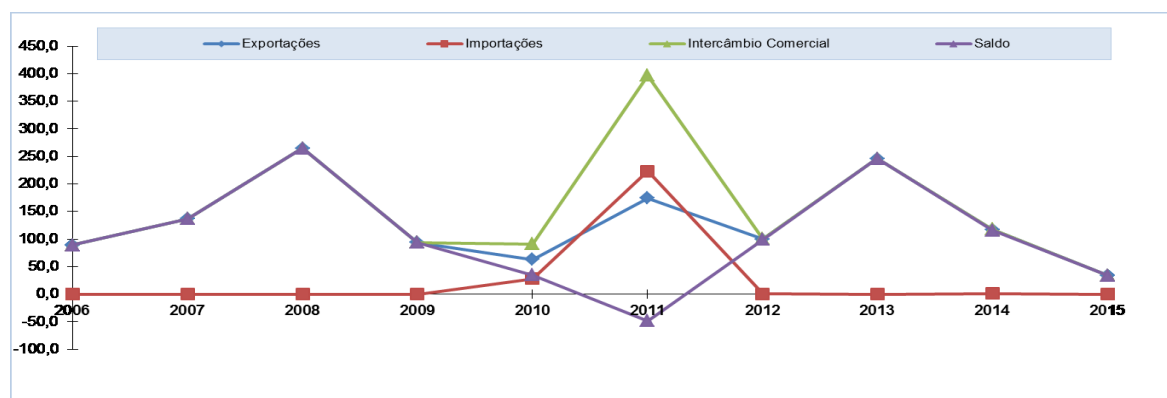
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	88,8	-44,3%	0,00%	0,1	n.a.	0,00%	88,9	-44,3%	0,00%	88,8
2007	136,8	54,0%	0,00%	0,0	n.a.	0,00%	136,8	53,9%	0,00%	136,8
2008	264,3	93,2%	0,00%	0,0	n.a.	0,00%	264,3	93,2%	0,00%	264,3
2009	94,0	-64,5%	0,00%	0,1	n.a.	0,00%	94,0	-64,4%	0,00%	93,9
2010	62,8	-33,1%	0,00%	28,2	(+)	0,00%	91,0	-3,2%	0,00%	34,7
2011	174,1	177,1%	0,00%	222,8	690,3 %	0,00%	396,9	336,0%	0,00%	-48,7
2012	99,9	-42,6%	0,00%	0,6	-99,7%	0,00%	100,5	-74,7%	0,00%	99,4
2013	245,7	145,9%	0,00%	0,0	n.a.	0,00%	245,7	144,5%	0,00%	245,7
2014	117,0	-52,4%	0,00%	0,9	n.a.	0,00%	117,9	-52,0%	0,00%	116,0
2015	34,1	-70,8%	0,00%	0,0	n.a.	0,00%	34,1	-71,1%	0,00%	34,1
2016 (jan-fev)	34,1	n.a.	0,00%	0,0	n.a.	0,00%	34,1	n.a.	0,00%	34,1
<b>Var. % 2006-2015</b>	<b>-61,6%</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>-100,0%</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>-61,6%</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>n.c.</b>

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

(+) Variação superior a 1.000%.

(n.a.) Critério não aplicável.

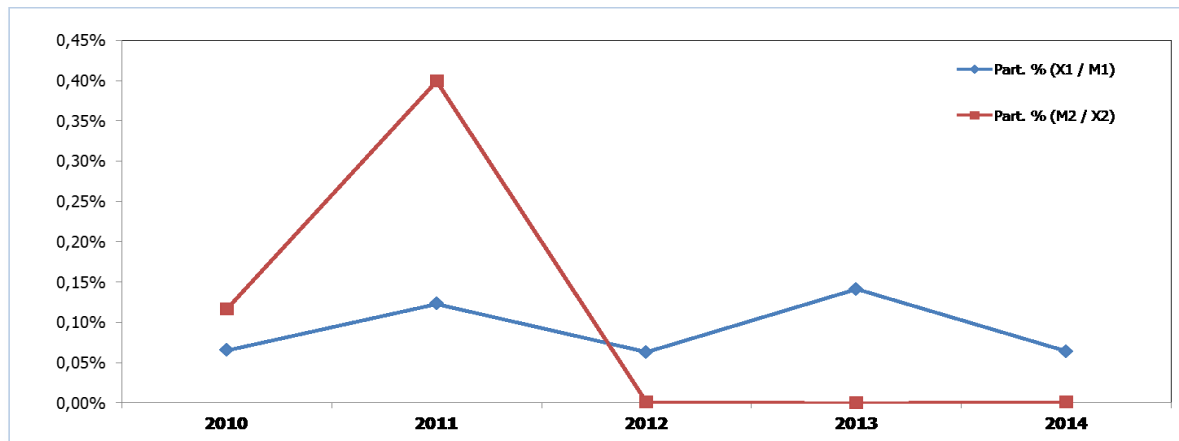
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



**Part. % do Brasil no comércio de Kiribati**  
**US\$ milhões**

<b>Descrição</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Var. % 2010/2014</b>
Exportações do Brasil para Kiribati (X1)	0,06	0,17	0,10	0,25	0,12	86,1%
Importações totais de Kiribati (M1)	96,4	141,6	158,8	174,1	183,4	90,2%
Part. % (X1 / M1)	0,07%	0,12%	0,06%	0,14%	0,06%	-2,1%
Importações do Brasil originárias de Kiribati (M2)	0,028	0,223	0,001	0,000	0,001	-96,7%
Exportações totais de Kiribati (X2)	24,3	55,8	66,2	91,9	83,3	243,5%
Part. % (M2 / X2)	0,12%	0,40%	0,00%	0,00%	0,00%	-99,0%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap. As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações de Kiribati e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*



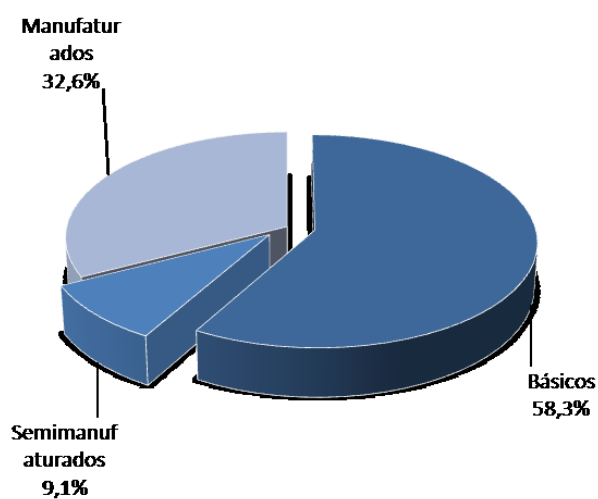


## Exportações e importações brasileiras por fator agregado

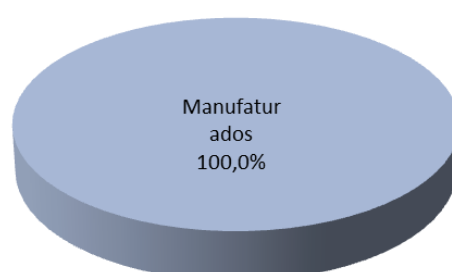
Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras<sup>(1)</sup>

**2014**



**2015**



**Importações Brasileiras**

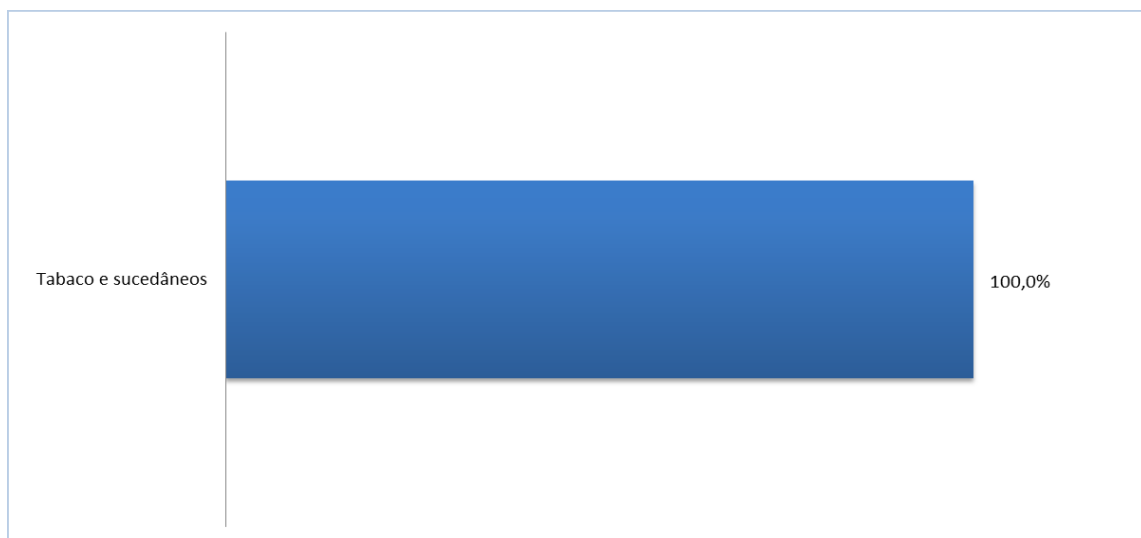
**Sem base de comparação. Não houve importações brasileiras originárias de Kiribati em 2015.**

**2014**

**Composição das exportações brasileiras para Kiribati**  
**US\$ mil**

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Tabaco e sucedâneos	46,7	19,0%	68,2	58,3%	34,1	100,0%
Preparações de carne	70,6	28,8%	36,2	30,9%	0,0	0,0%
Açúcar	124,2	50,5%	10,7	9,1%	0,0	0,0%
Preparações alimentícias diversas	0,0	0,0%	1,2	1,0%	0,0	0,0%
Vestuário exceto de malha	4,0	1,6%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Borracaha	0,2	0,1%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
<b>Subtotal</b>	<b>245,7</b>	<b>100,0%</b>	<b>116,2</b>	<b>99,4%</b>	<b>34,1</b>	<b>100,0%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,7</b>	<b>0,6%</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Total</b>	<b>245,7</b>	<b>100,0%</b>	<b>117,0</b>	<b>100,0%</b>	<b>34,1</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.*

**Grupo de produtos exportado pelo Brasil, 2015**


**Composição das importações brasileiras originárias de Kiribati**  
**US\$ mil**

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	0,0	100,0%	0,8	85,1%	0,0	100,0%
Borracha	0,0	100,0%	0,1	14,9%	0,0	100,0%
<b>Subtotal</b>	<b>0,0</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,9</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,0</b>	<b>100,0%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Total</b>	<b>0,0</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,9</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,0</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014**

**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**  
**US\$ milhões**

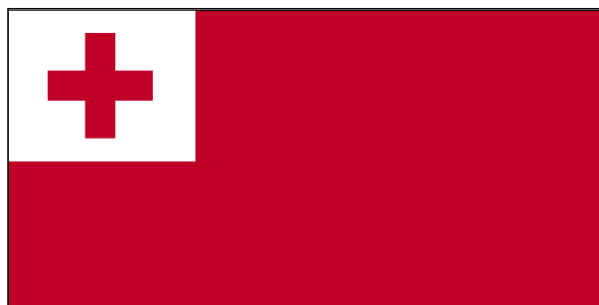
Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-fev)	Part. % no total	Principal grupo de produtos exportado pelo Brasil em 2016
<b>Exportações</b>					
Tabaco e sucedâneos	0	100,0%	34,1	100,0%	
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>100,0%</b>	<b>34,1</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>	
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>100,0%</b>	<b>34,1</b>	<b>100,0%</b>	

**Não houve importações no período.**

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.*

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**  
Departamento da Ásia Central, Meridional e Oceania  
Divisão da Oceania

## TONGA



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**  
Abril de 2016



<b>DADOS BÁSICOS SOBRE TONGA</b>	
<b>NOME OFICIAL:</b>	Reino de Tonga
<b>GENTÍLICO:</b>	tonganês
<b>CAPITAL:</b>	Nuku'alofa
<b>ÁREA:</b>	747km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO (2015):</b>	103 mil
<b>IDIOMA OFICIAL:</b>	Inglês e tonganês
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES:</b>	Protestantismo (65%), Mormonismo (17%), Catolicismo romano (16%), outras religiões (2%)
<b>SISTEMA DE GOVERNO:</b>	Monarquia constitucional
<b>PODER LEGISLATIVO:</b>	Assembleia legislativa unicameral (26 assentos; 17 representantes eleitos por maioria simples e 9 eleitos indiretamente por líderes hereditários. Os membros servem termos de três anos).
<b>CHEFE DE ESTADO:</b>	Rei Tupou VI (desde 18 de março de 2012)
<b>CHEFE DE GOVERNO:</b>	Primeiro-Ministro 'Akilisi Pohiva (desde 30 de dezembro de 2014)
<b>CHANCELER:</b>	'Akilisi Pohiva
<b>PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):</b>	US\$ 443 milhões
<b>PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):</b>	US\$ 520 milhões
<b>PIB PER CAPITA (2015)</b>	US\$ 3.407
<b>PIB PPP PER CAPITA (2015)</b>	US\$ 5.048
<b>VARIAÇÃO DO PIB</b>	2,67% (2015); 2,32% (2014); -0,3% (2013) (FMI)
<b>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):</b>	Exemplo: 0,717 (100ª posição entre 188 países)
<b>EXPECTATIVA DE VIDA (2015):</b>	72,8 anos
<b>ALFABETIZAÇÃO (2015):</b>	99,45%
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO (2011):</b>	1,1% (World Factbook)
<b>UNIDADE MONETÁRIA:</b>	pa'anga
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:</b>	Não há.

<b>INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-TONGA (fonte: MDIC)</b>									
<b>Brasil → Tonga</b>	<b>1999</b>	<b>2001</b>	<b>2003</b>	<b>2005</b>	<b>2007</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2015</b>
<b>Intercâmbio</b>	6,4	11,7	149,8	288,7	256,8	208,5	1.368,2	644,8	868,6
<b>Exportações</b>	6,4	11,7	41,5	232,9	224,6	208,4	455,8	641,7	868,6
<b>Importações</b>	0	0,009	108,2	55,7	32,2	0,1	912,3	3,1	0
<b>Saldo</b>	6,4	11,7	-66,6	177,1	192,4	208,3	-456,5	638,5	868,6

(Em US\$ milhares)

Informação elaborada em 03/03/2016, por Filipe Brum. Revisada por Rômulo Neves, em 23/03/2016.

## APRESENTAÇÃO

Tonga é um país da Oceania de 106 mil habitantes e uma área total de 747km<sup>2</sup>.

As ilhas que compõem Tonga uniram-se no Reino da Polinésia em 1845 e tornaram-se uma monarquia constitucional em 1875. Entre 1900 e 1970, Tonga esteve sob protetorado britânico e os ingleses preservaram o regime político original da ilha. Em 1970, Tonga retirou-se do protetorado e passou a fazer parte da Commonwealth.

## PERFIS BIOGRÁFICOS

### **Rei Tupou VI**

Rei de Tonga



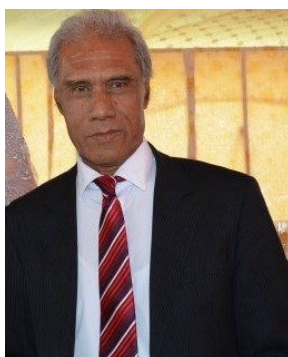
Tupou VI nasceu em 12 de julho de 1959 (56 anos), terceiro e mais novo filho do rei Tupou IV. Começou sua carreira como militar em 1982, tornando-se tenente-comandante das forças de defesa de Tonga em 1987. Em 1988, graduou-se pelo colégio de guerra naval dos EUA. Entre 1990 e 1995 foi capitão de navio patrulha, tendo servido em operações de manutenção de paz em Bougainville.

Em 1998 deixou as forças de defesa para trilhar carreira política, ocupando simultaneamente as funções de Ministro dos Negócios Estrangeiros e de Ministro da Defesa. No ano 2000, tornou-se Primeiro-Ministro, mas em 2006 abandonou o cargo. Em 2008, foi designado Alto-Comissário (equivalente a Embaixador) de Tonga na Austrália, posição que manteve até 2012.

Em março de 2012, Tupou VI ascendeu ao trono de Tonga após a morte de seu irmão mais velho, o então Rei Tupou V.

**Akilisi Pohiva**

Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros



Akilisi Pohiva nasceu em 7 de abril de 1941 (75 anos). Estudou na Universidade do Pacífico Sul. É o líder do Partido Democrático das Ilhas Amigas e atua na política da ilha desde a década de 1970. Em 1987, foi eleito pela primeira vez para o Parlamento do país. Em 2008, foi reeleito pela oitava vez.

Em 2010, fundou o Partido Democrático das Ilhas Amigas. Após reformas constitucionais no país, o Primeiro-Ministro passou a ser eleito pelo Parlamento, não mais sendo indicado pela monarquia. Pohiva candidatou-se ao cargo, mas foi derrotado por Lord Tu'ivakano. Aceitou o cargo de Ministro da Saúde na gestão Tu'ivakano, mas logo renunciou ao posto. Em 2014, foi eleito para o cargo de Primeiro-Ministro.

## **RELAÇÕES BILATERAIS**

Tonga foi um dos últimos países membros das Nações Unidas a estabelecer relações diplomáticas com o Brasil, em 2011.

Em 2004, a Missão do Brasil junto à ONU encaminhou nota à Representação Permanente do Reino de Tonga propondo o estabelecimento de relações diplomáticas. Em 2005, foi realizada a primeira missão oficial do Brasil a Tonga, chefiada pelo Embaixador Arnaldo Carrilho.

O Comunicado Conjunto sobre o estabelecimento de relações diplomáticas foi assinado em 2011, por ocasião da visita da então Subsecretária-Geral de Política II, Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, ao Reino de Tonga, com vigência a partir de 2011. Durante a visita, a Embaixadora foi recebida pelo então Primeiro-Ministro, Lord Tu'iivakano, e manteve encontros com os ministros da Agricultura, Educação, Turismo, Meio Ambiente e Mudança do Clima e do Comércio e Indústria.

Brasil e Tonga compartilham posições sobre importantes temas da agenda internacional, como meio ambiente e mudança do clima, cooperação agrícola no âmbito da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), desenvolvimento sustentável, Direito do Mar, segurança energética e alimentar e desarmamento e não-proliferação, além de ambos terem-se empenhado para declarar a América Latina e Pacífico Sul como zona livre de armas nucleares.

#### **Assuntos consulares**

A Embaixada do Brasil em Wellington trata dos interesses dos cidadãos brasileiros em Tonga.

#### **Empréstimos e financiamentos oficiais**

Não há financiamentos oficiais brasileiros a tomadores soberanos de Tonga.

### **POLÍTICA INTERNA**

Historicamente, o Rei escolhia o Primeiro-Ministro e o Gabinete. Em 2009, foram adotadas reformas constitucionais e eleitorais. Nas eleições de 2010, o número de representantes do povo no Parlamento aumentou de nove para 17, enquanto o número de representantes da nobreza se manteve (9). Outra mudança fundamental foi a escolha do Primeiro-Ministro em votação no Parlamento, e não mais por indicação do monarca. Após as reformas de 2010, o Primeiro-Ministro escolhe o Gabinete entre os parlamentares.

Na primeira eleição democrática de Tonga, ocorrida em novembro de 2010, o *Human Rights and Democracy Party* conquistou 12 das 17 cadeiras de

representantes do povo. Em dezembro daquele ano, Lord Tu'ivakano foi eleito Primeiro-Ministro. Já nas eleições de 2014, Akilisi Pohiva foi eleito Primeiro-Ministro do país.

O Conselho Ministerial (*Privy Council*) tem poderes superiores aos do Ministro dos Negócios Estrangeiros, mas este deve ser ouvido pelo rei quando da formulação da política externa de Tonga.

O órgão judicial mais elevado é a Corte de Apelação, composta por um presidente e juizes indicados pelo monarca. O Conselho Ministerial também possui características judiciais.

## POLÍTICA EXTERNA

Tonga tornou-se membro da ONU em 1999 e da OMC em 2007. A prioridade de sua política externa é buscar facilitação do comércio e assistência para o desenvolvimento. Como membro do Fórum das Ilhas do Pacífico, Tonga tem papel influente em temas regionais como transporte, pesca e telecomunicações. É também membro da *Commonwealth*, do Banco de Desenvolvimento da Ásia, do Secretariado da Comunidade do Pacífico e de várias agências da ONU (o PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento possui um escritório em Nuku'alofa). O país mantém relações estreitas com a Austrália.

Os últimos anos têm levado ao avanço da presença chinesa no país. As lojas da capital, Nuku'alofa, oferecem enorme gama de produtos chineses. Várias obras pela cidade ostentam a indicação *China Aid* e a maioria dos operários que trabalham na construção de estradas é chinesa. Tonga tem sido um dos maiores beneficiários de aportes financeiros da China no Pacífico Sul, sobretudo na forma de empréstimos.

O Reino de Tonga é parte no Tratado de Rarotonga, que instituiu uma Zona Livre de Armas Nucleares (ZLAN) no Pacífico Sul em 1985. Preocupados com testes nucleares realizados na região, os signatários do Tratado de Rarotonga decidiram estabelecer mais do que zona livre de armas nucleares, assumindo também compromissos contra a presença de rejeitos radioativos e criando mecanismos para controlar o trânsito de material nuclear.

## **ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS**

A pequena economia de Tonga depende dos aportes financeiros de fundos internacionais e das remessas de tonganeses que vivem no exterior. As principais atividades econômicas do país são a pesca e a agricultura de frutas, verduras e legumes tropicais, produção que, além de abastecer o mercado local, é exportada, sobretudo, para Nova Zelândia, Austrália e Japão. A pesca, principalmente de atum e peixes de recife, ainda não está totalmente desenvolvida. O país não tem barcos de pesca de atum em número suficiente, mas deseja desenvolver esta especialidade e procura investidores para tanto. Da mesma forma, deseja desenvolver a produção de carne (bovina e suína) e gado leiteiro, pois considera ter potencial para reduzir as importações necessárias no setor.

Em 2014, realizou-se a 1ª Revisão de Política Comercial de Tonga. Ressaltou-se que, desde a acessão do país à OMC em 2007, Tonga tem demonstrado forte compromisso com o sistema multilateral do comércio e tem implementado as regras da OMC com expressiva celeridade. Reconheceu-se a recente acessão de Tonga à OMC como agente catalisador de importantes reformas institucionais no país. Foram ressaltados alguns desafios enfrentados por Tonga, como as manifestações civis de 2006, os impactos da crise internacional de 2008, a destruição causada pelo ciclone Ian em 2014 a vulnerabilidade a desastres naturais, os altos custos de transporte e telecomunicações e a necessidade de assistência técnica para capacitação de mão-de-obra relacionada ao comércio. Os membros buscaram esclarecimentos sobre a aplicação de tarifas superiores aos patamares consolidados, o regime aplicável a investimentos estrangeiros, licenças comerciais e propriedade intelectual, a implementação de acordos bilaterais e multilaterais, novas legislações e reformas institucionais, os programas de trabalho temporário celebrados com Austrália e Nova Zelândia e sobre iniciativas de assistência técnica para capacitação de mão-de-obra relacionada ao comércio.

Em 2014, Nova Zelândia, Hong Kong, Estados Unidos, Japão e Austrália foram os maiores destinos das exportações tonganesas. Por sua vez, as importações em 2014 tiveram origem principalmente na Nova Zelândia, Cingapura, Estados Unidos, Japão e Fiji.

O intercâmbio comercial entre Brasil e Tonga é modesto, mas apresenta potencial de crescimento, conforme atestado pelos intercâmbios recordes de 2011 e 2012. Em 2011, a corrente de comércio atingiu a cifra

de US\$ 1,36 milhão, um aumento substancial frente aos US\$ 48 mil de 2002. Após a crise financeira, a corrente de comércio reduziu-se em quase 50%, atingindo US\$ 208 mil em 2009, com lenta recuperação em 2010 e recorde histórico em 2011. Em 2012, a corrente de comércio foi menor que a do ano anterior, no montante de US\$ 736 mil, mas ainda foi o segundo melhor resultado já registrado no intercâmbio comercial. Em 2013, houve uma pequena redução do comércio bilateral, que chegou a US\$ 598 mil, ainda com absoluta preponderância das exportações brasileiras. Em 2014, o intercâmbio caiu para US\$ 471 mil.

Os produtos que o Brasil importa de Tonga variam de ano a ano, abrangendo desde frutos do mar congelados, conversores elétricos, parafusos, dispositivos de cristais líquidos e partes de motores de explosão a peixes ornamentais e vitaminas. Já as exportações brasileiras consistem, basicamente, de fumo não-manufaturado, açúcar de cana, impressos, embutidos e utensílios de cozinha.

### CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Acontecimento
1845	As ilhas que compõem Tonga se unem no Reino da Polinésia.
1875	Tonga torna-se uma Monarquia Constitucional.
1900	Tonga passa a ser um Protetorado britânico.
1970	Tonga retira-se do Protetorado e passa a fazer parte da <i>Commonwealth</i> .
1985	O Tratado de Rarotonga cria uma zona livre de armas nucleares no Pacífico Sul.
2012	Tupou VI torna-se o Rei de Tonga.
2014	Akilisi Pohiva é eleito Primeiro-Ministro.

### CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Acontecimento
2005	Primeira missão oficial do Brasil a Tonga, chefiada pelo Embaixador Arnaldo

	Carrilho.
2011	Assinatura do Comunicado Conjunto de estabelecimento de relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e o Reino de Tonga.



## DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

### Principais indicadores socioeconômicos de Tonga

Indicador	2013	2014	2015 <sup>(1)</sup>	2016 <sup>(1)</sup>	2017 <sup>(1)</sup>
Crescimento real do PIB (%)	-0,30%	2,32%	2,67%	2,41%	1,97%
PIB nominal (US\$ milhões)	443	438	443	473	507
PIB nominal "per capita" (US\$)	4.334	4.280	4.311	4.598	4.913
PIB PPP (US\$ milhões)	483	502	520	539	559
PIB PPP "per capita" (US\$)	4.724	4.901	5.068	5.239	5.421
População (mil habitantes)	102	102	103	103	103
Inflação (%) <sup>(2)</sup>	0,84%	1,21%	1,31%	1,85%	2,20%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-1,67%	-3,10%	-5,97%	-6,42%	-4,72%
Dívida externa (US\$ milhões)	808,40	843,70	n.d.	n.d.	n.d.
Câmbio (T\$ / US\$) <sup>(2)</sup>	1,77	1,86	n.d.	n.d.	n.d.

#### Origem do PIB (2015 Estimativa )

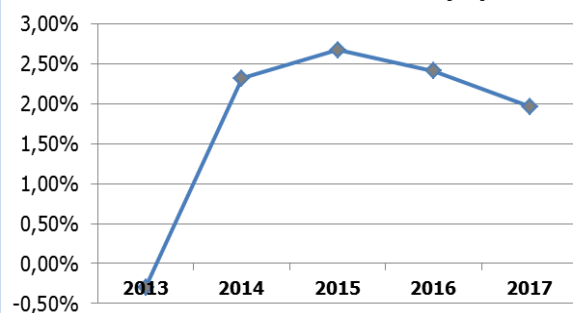
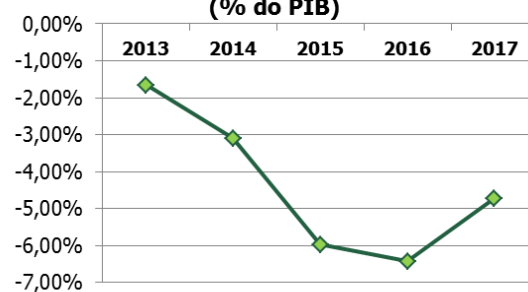
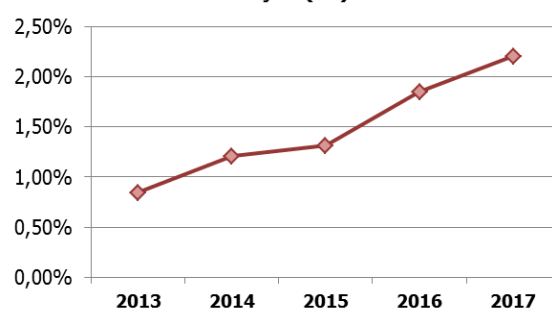
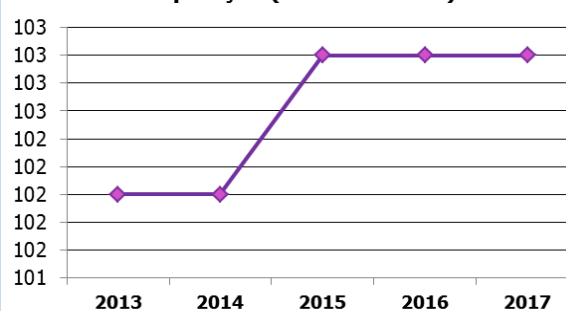
Agricultura	18,3%
Indústria	18,8%
Serviços	62,9%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2015.*

*(n.d.) Dado não disponível.*

*(1) Estimativas FMI e EIU.*

*(2) Média de fim de período.*

**Crescimento real do PIB (%)****Saldo em transações correntes (% do PIB)****Inflação (%)****População (mil habitantes)**

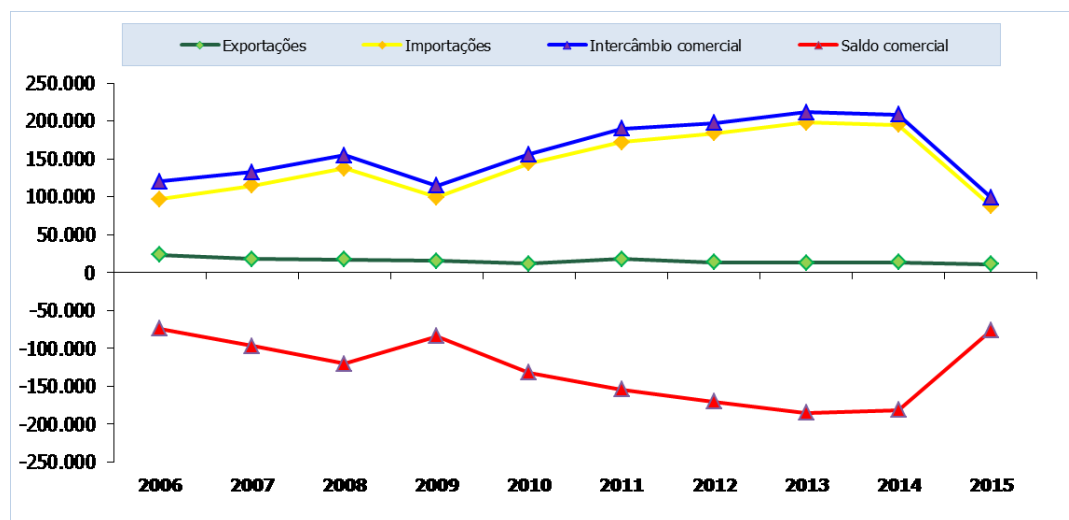
**Evolução do comércio exterior de Tonga**  
**US\$ mil**

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2006	23.196	16,9%	97.094	3,1%	120.290	5,5%	-73.898
2007	17.912	-22,8%	114.887	18,3%	132.799	10,4%	-96.975
2008	17.420	-2,7%	137.360	19,6%	154.780	16,6%	-119.940
2009	15.298	-12,2%	99.319	-27,7%	114.617	-25,9%	-84.021
2010	11.962	-21,8%	144.076	45,1%	156.038	36,1%	-132.114
2011	17.923	49,8%	171.845	19,3%	189.768	21,6%	-153.922
2012	13.390	-25,3%	183.831	7,0%	197.221	3,9%	-170.441
2013	13.242	-1,1%	198.228	7,8%	211.470	7,2%	-184.986
2014	13.558	2,4%	194.788	-1,7%	208.346	-1,5%	-181.230
2015	11.311	-16,6%	87.898	-54,9%	99.209	-52,4%	-76.587
<b>Var. % 2006-2015</b>	<b>-51,2%</b>	<b>--</b>	<b>-9,5%</b>	<b>--</b>	<b>-17,5%</b>	<b>--</b>	<b>n.c.</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.*

*O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

*(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

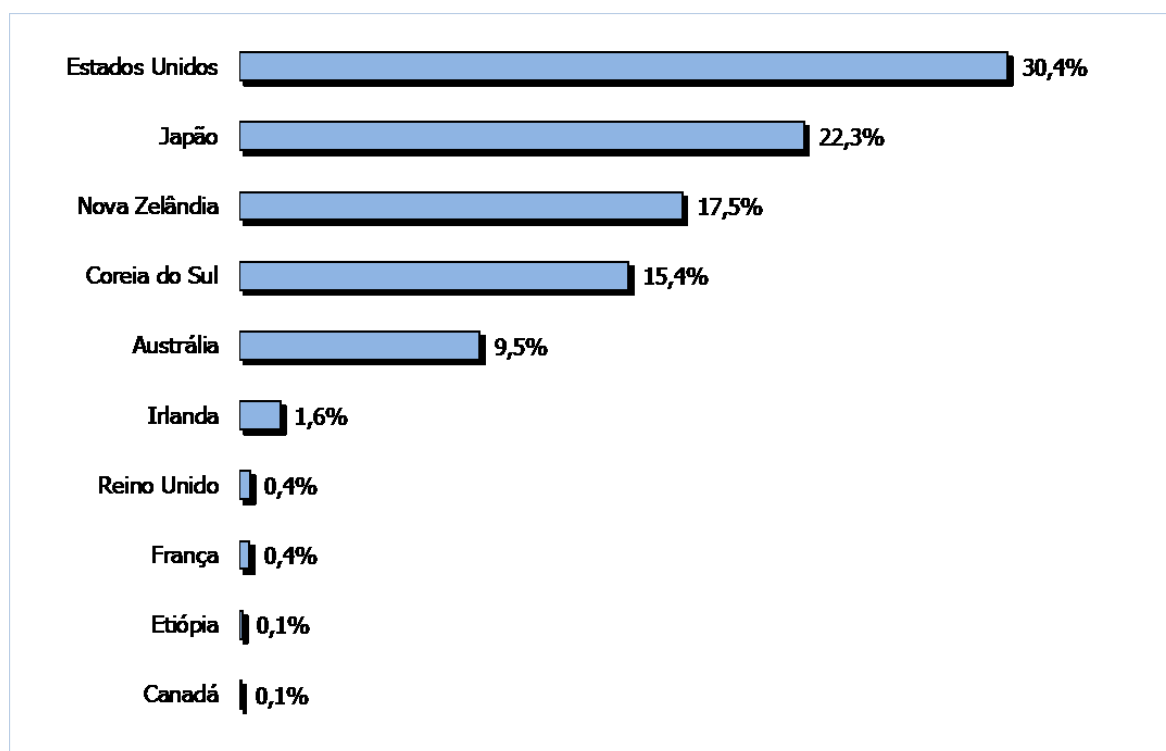


**Direção das exportações de Tonga**  
**US\$ mil**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 5</b>	<b>Part.% no total</b>
Estados Unidos	3.435	30,4%
Japão	2.524	22,3%
Nova Zelândia	1.981	17,5%
Coreia do Sul	1.739	15,4%
Austrália	1.075	9,5%
Irlanda	185	1,6%
Reino Unido	49	0,4%
França	45	0,4%
Etiópia	14	0,1%
Canadá	8	0,1%
...		
<b>Brasil</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>11.055</b>	<b>97,7%</b>
<b>Outros países</b>	<b>256</b>	<b>2,3%</b>
<b>Total</b>	<b>11.311</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.*

*O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

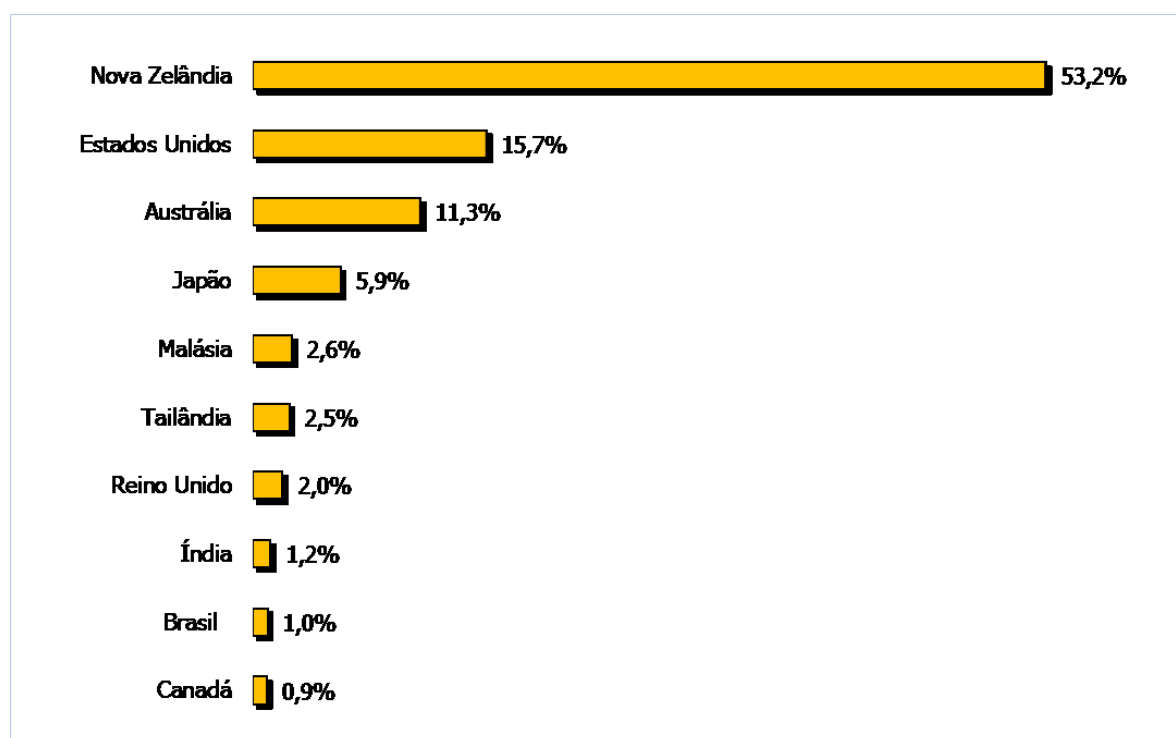
**10 principais destinos das exportações**

**Origem das importações de Tonga**  
**US\$ mil**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 5</b>	<b>Part.%</b>	<b>no total</b>
Nova Zelândia	46.763	53,2%	
Estados Unidos	13.802	15,7%	
Austrália	9.911	11,3%	
Japão	5.170	5,9%	
Malásia	2.317	2,6%	
Tailândia	2.154	2,5%	
Reino Unido	1.747	2,0%	
Índia	1.039	1,2%	
<b>Brasil</b>	<b>869</b>	<b>1,0%</b>	
Canadá	834	0,9%	
<b>Subtotal</b>	<b>84.606</b>	<b>96,3%</b>	
<b>Outros países</b>	<b>3.292</b>	<b>3,7%</b>	
<b>Total</b>	<b>87.898</b>	<b>100,0%</b>	

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.*

*O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

**10 principais origens das importações**



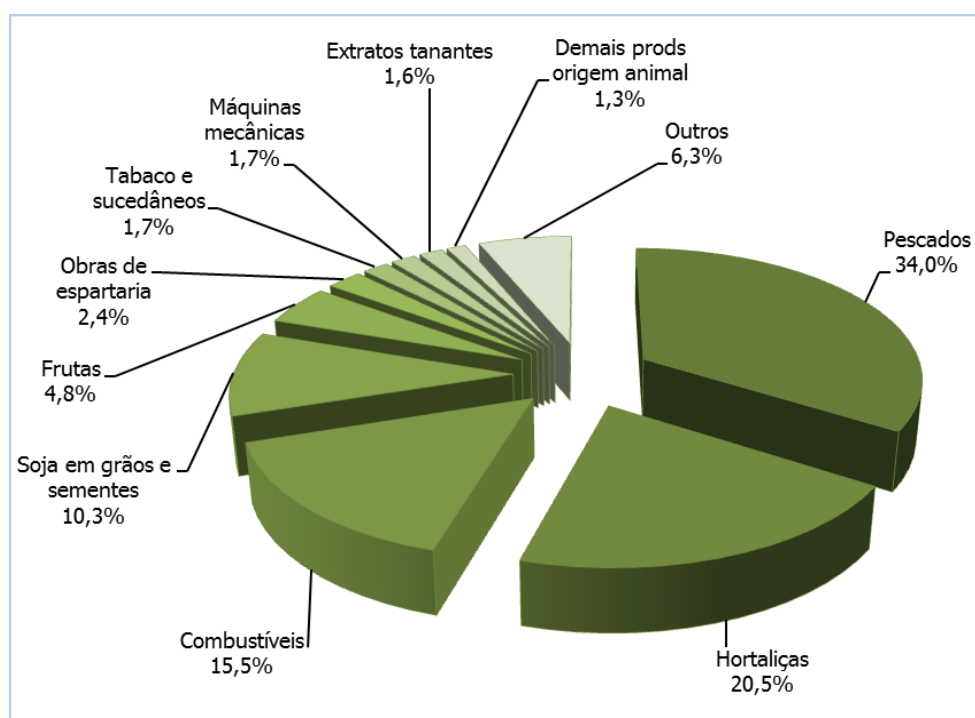
### Composição das exportações de Tonga

Grupos de Produtos	2 0 1 4
Pescados	34,0%
Hortaliças	20,5%
Combustíveis	15,5%
Soja em grãos e sementes	10,3%
Frutas	4,8%
Obras de espartaria	2,4%
Tabaco e sucedâneos	1,7%
Máquinas mecânicas	1,7%
Extratos tanantes	1,6%
Demais prods origem animal	1,3%
<b>Subtotal</b>	<b>93,7%</b>
<b>Outros</b>	<b>6,3%</b>
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.*

*O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

*Última posição em março/2016.*

**10 principais grupos de produtos exportados**

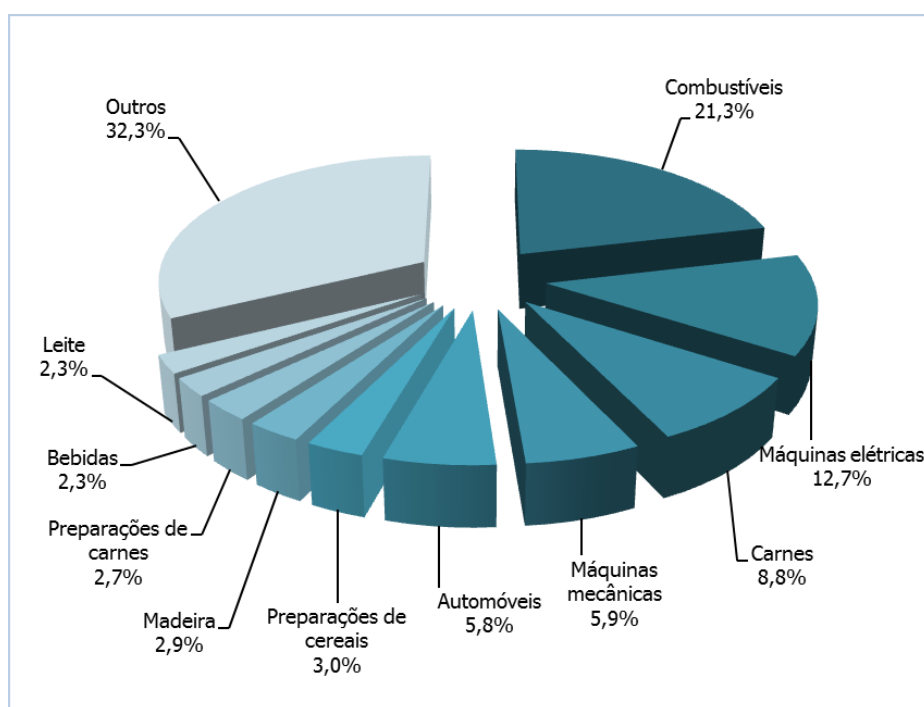
### Composição das importações de Tonga

Grupos de produtos	2 0 1 4
Combustíveis	21,3%
Máquinas elétricas	12,7%
Carnes	8,8%
Máquinas mecânicas	5,9%
Automóveis	5,8%
Preparações de cereais	3,0%
Madeira	2,9%
Preparações de carnes	2,7%
Bebidas	2,3%
Leite	2,3%
<b>Subtotal</b>	<b>67,7%</b>
<b>Outros</b>	<b>32,3%</b>
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.*

*O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

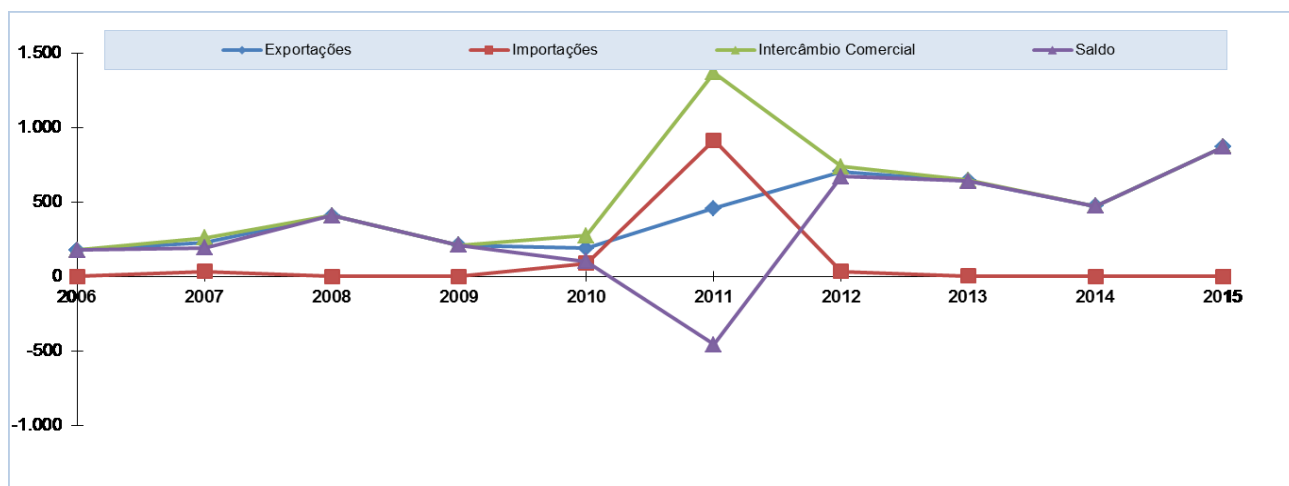
*Última posição em março/2016.*

**10 principais grupos de produtos importados**

**Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Tonga**  
**US\$ mil**

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	177	-24,1%	0,00%	0,0	n.a.	0,00%	177	-38,8%	0,00%	177
2007	225	27,1%	0,00%	32,2	n.a.	0,00%	257	45,3%	0,00%	192
2008	408	81,6%	0,00%	0,2	-99,3%	0,00%	408	58,9%	0,00%	408
2009	208	-48,9%	0,00%	0,1	-52,3%	0,00%	209	-48,9%	0,00%	208
2010	187	-10,3%	0,00%	87,7	(+)	0,00%	275	31,7%	0,00%	99
2011	456	143,7%	0,00%	912,4	939,9%	0,00%	1.368	398,0%	0,00%	-457
2012	703	54,2%	0,00%	33,3	-96,4%	0,00%	736	-46,2%	0,00%	670
2013	642	-8,7%	0,00%	3,1	-90,6%	0,00%	645	-12,4%	0,00%	639
2014	471	-26,5%	0,00%	0,0	n.a.	0,00%	471	-26,9%	0,00%	471
2015	869	84,3%	0,00%	0,0	n.a.	0,00%	869	84,3%	0,00%	869
2016 (jan-fev)	466	313,5%	0,00%	0,0	0,0%	0,00%	466	313,5%	2,16%	466
<b>Var. % 2006-2015</b>	<b>391,3%</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>n.a.</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>391,3%</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>n.c.</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.*  
*(n.a.) Critério não aplicável.*  
*(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

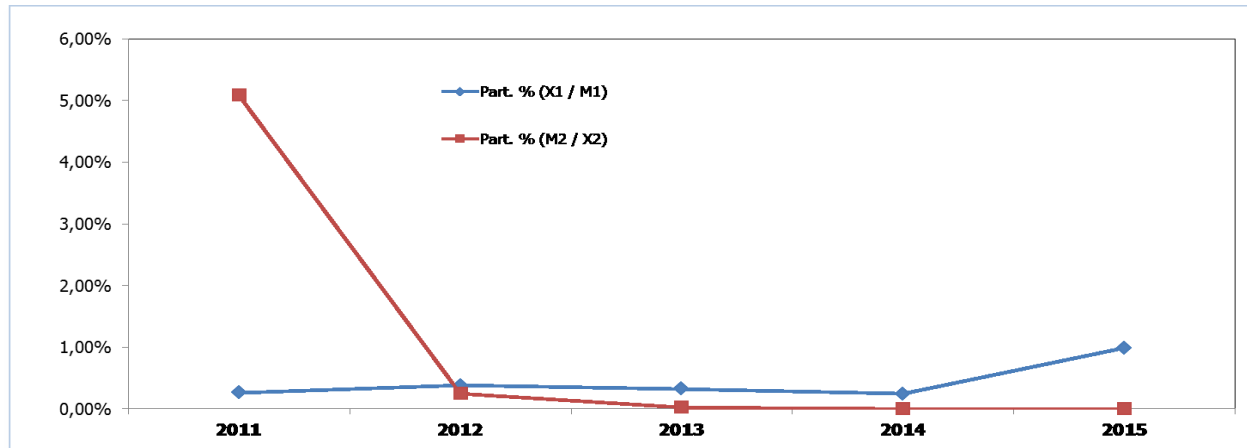


**Part. % do Brasil no comércio de Tonga**  
**US\$ mil**

<b>Descrição</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>Var. % 2011/2015</b>
Exportações do Brasil para Tonga (X1)	456	703	642	471	869	90,6%
Importações totais de Tonga (M1)	171.845	183.831	198.228	194.788	87.898	-48,9%
Part. % (X1 / M1)	0,27%	0,38%	0,32%	0,24%	0,99%	272,5%
Importações do Brasil originárias de Tonga (M2)	912	33	3	0	0	-100,0%
Exportações totais de Tonga (X2)	17.923	13.390	13.242	13.558	11.311	-36,9%
Part. % (M2 / X2)	5,09%	0,25%	0,02%	0,00%	0,00%	-100,0%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.*

*As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações de Tonga e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*



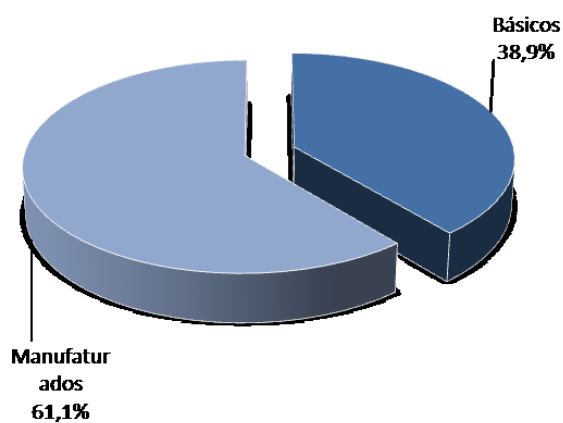


## Exportações e importações brasileiras por fator agregado

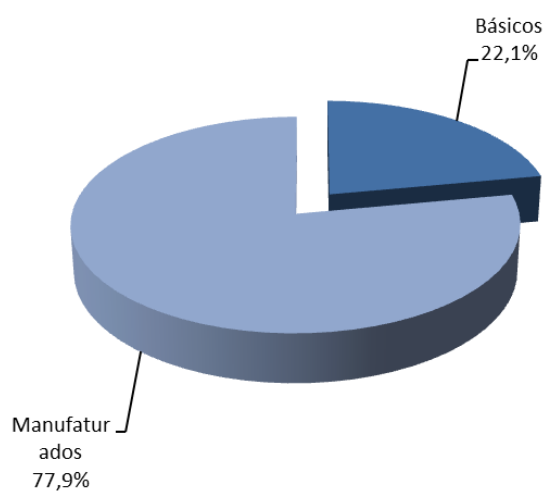
Comparativo 2015 com 2014

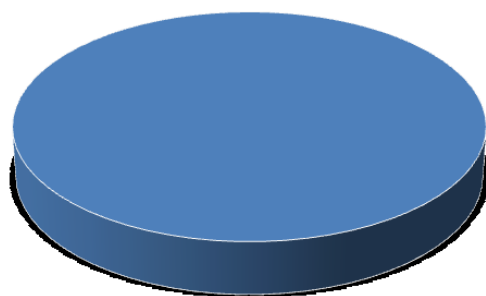
Exportações Brasileiras<sup>(1)</sup>

2014

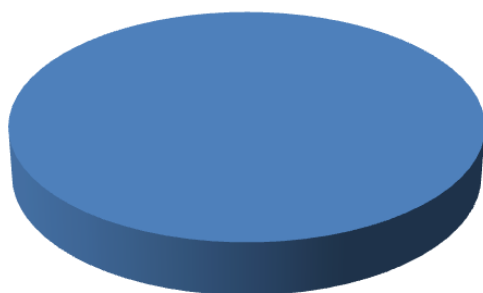


2015



**Importações Brasileiras****2012**

Manufatur  
ados  
100,0%

**2013**

Básicos  
100,0%

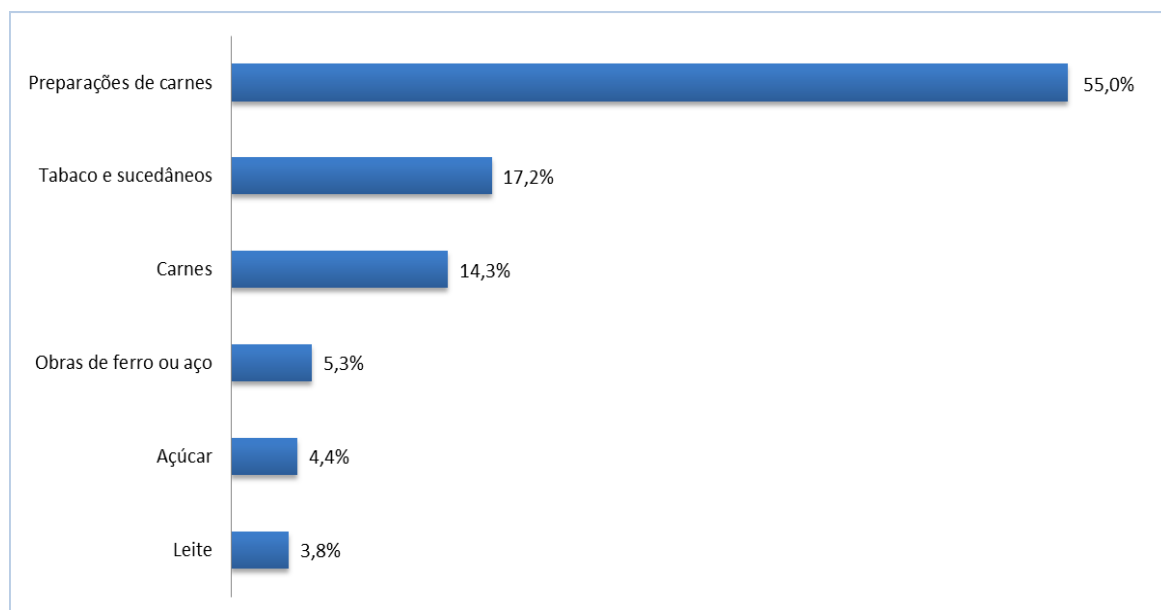
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

(1) Exclusive transações especiais.

**Composição das exportações brasileiras para Tonga**  
**US\$ mil**

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Preparações de carnes	166	25,9%	155	32,9%	478	55,0%
Tabaco e sucedâneos	191	29,8%	183	38,8%	149	17,2%
Carnes	0	0,0%	0	0,0%	124	14,3%
Obras de ferro ou aço	34	5,3%	17	3,6%	46	5,3%
Açúcar	214	33,3%	116	24,6%	38	4,4%
Leite	0	0,0%	0	0,0%	33	3,8%
<b>Subtotal</b>	<b>605</b>	<b>94,3%</b>	<b>471</b>	<b>99,9%</b>	<b>868</b>	<b>99,9%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>37</b>	<b>5,7%</b>	<b>0</b>	<b>0,1%</b>	<b>1</b>	<b>0,1%</b>
<b>Total</b>	<b>642</b>	<b>100,0%</b>	<b>471</b>	<b>100,0%</b>	<b>869</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.*

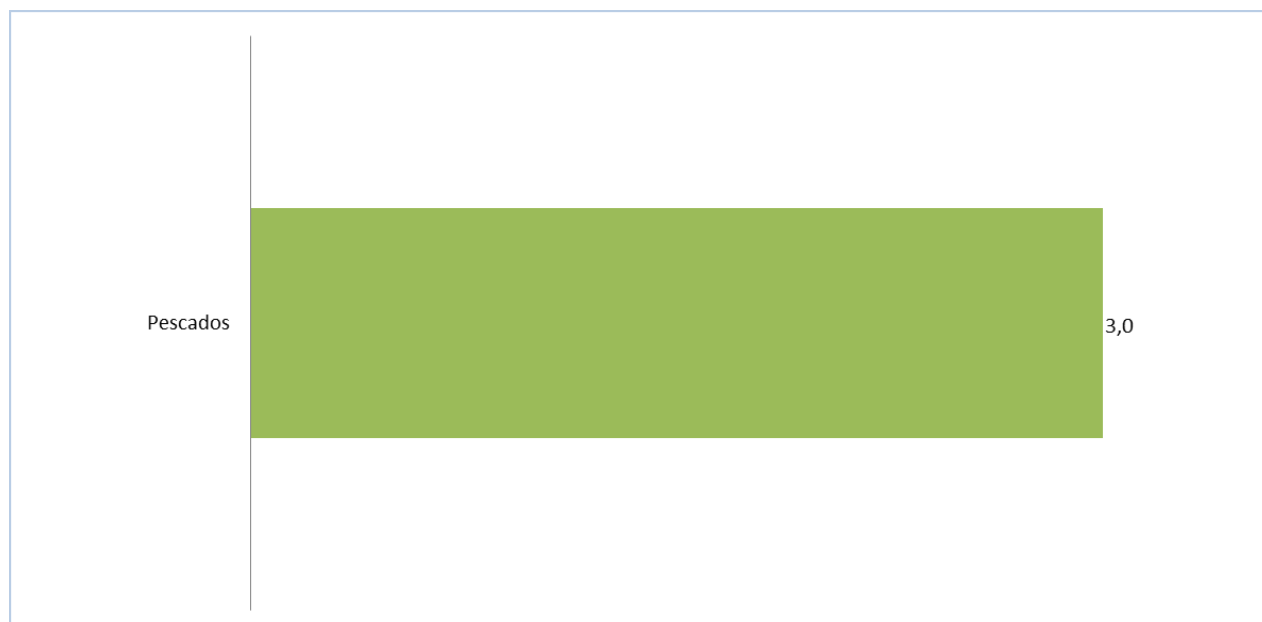
**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015**

**Composição das importações brasileiras originárias de Tonga  
US\$ mil**

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Pescados	3,0	96,1%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
<b>Subtotal</b>	<b>3,0</b>	<b>96,1%</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>0,1</b>	<b>3,9%</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Total</b>	<b>3,1</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2013**



Aviso nº 216 - C. Civil.

Em 27 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador VICENTINHO ALVES  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULO CESAR DE CAMARGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente de Samoa, em Tuvalu, na República de Kiribati e no Reino de Tonga.

Atenciosamente,

EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON  
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República, substituta

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

## **1ª PARTE - SABATINA**

**3**

## RELATÓRIO Nº      , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 59, de 2016 (nº 345, de 22 de junho de 2016, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e demais organizações econômicas sediadas em Genebra.*

RELATOR: Senador **JORGE VIANA**

É submetida ao exame desta Casa a indicação, pelo Presidente da República, do nome do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e demais organizações econômicas sediadas em Genebra.

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal apreciar previamente e deliberar por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em conformidade com o disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o MRE encaminhou currículo do diplomata.

O indicado, EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, nasceu em 28 de dezembro de 1958, em Santa Maria – RS. É filho de Antonio José Didonet e Maria José Antunes de Sampaio Didonet.



Concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no ano de 1979, tendo se tornado Terceiro-Secretário em 1980 e Segundo-Secretário em 1982. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário (1988), a Conselheiro (1994), a Ministro de Segunda Classe (1999) e a Ministro de Primeira Classe (2008).

Em 1985, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e, no ano seguinte, o mestrado em Administração de Empresas pela *Webster University*, dos Estados Unidos da América, no campus de Viena. Em 1998, concluiu o Curso de Altos Estudos, tendo defendido a tese “A negociação da ALCA e a agenda econômico-comercial do MERCOSUL”.

Em sua carreira, ocupou diversas funções, com destaque para: Primeiro e Segundo-Secretário na Embaixada em Pequim (1987-1989); Primeiro-Secretário na Embaixada em Bonn (1989-1992); Conselheiro na Embaixada em Roma (1995-1998); Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios em Ottawa (2001-2003) e em Washington (2003-2007); Diretor do Departamento de Negócios Internacionais (2007-2012); e Embaixador em Viena desde 2012.

Foi, ainda, chefe de inúmeras delegações, a exemplo da I Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Fórum de Diálogo Índia, Brasil, África do Sul – IBAS e de várias Reuniões de Negociação do Acordo de Livre Comércio entre Mercosul e Israel.

Recebeu diversas condecorações nacionais e estrangeiras.

Merecem destaque, ainda, algumas publicações de sua autoria, com os seguintes títulos: “O Mercosul e o Comércio Hemisférico”, em 1993, no Boletim de Integração Latino-Americana, nº 9, DIN/MRE; “Abertura Comercial e o MERCOSUL”, também em 1993, na Revista Economia em Perspectiva, do Conselho Regional de Economia de São Paulo, nº 102, em coautoria com Sérgio de Abreu e Lima Florêncio; e “A Abertura Comercial Brasileira”, em 1995, no Boletim de Diplomacia Econômica, nº 19, SGIE/MRE, em coautoria com Rubens Ricúpero.

A mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo MRE sobre a Organização Mundial do Comércio. Ademais, nos termos da Decisão do Plenário desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa

Nacional, de 14 de maio de 2015, fundamentada no inciso IV do art. 383, do RISF, foi recebido relatório de gestão elaborado pelo Chefe do Posto ao final de sua missão.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) teve o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT – sigla em inglês) como seu predecessor, o qual resultou de esforços dos aliados, ao final da Segunda Guerra Mundial, para reconstruir a economia mundial. As negociações bilaterais cederam espaço para as multilaterais, negociadas em rodadas, as quais, inicialmente, buscaram a redução de concessões tarifárias recíprocas e, posteriormente, a regulação das chamadas barreiras não tarifárias.

A OMC surgiu, em 1995, exatamente como resultado da oitava rodada, a Rodada Uruguai, e se estabeleceu como fórum para a negociação de acordos multilaterais que visem à redução de barreiras ao comércio internacional e ao desenvolvimento e crescimento econômico mundial. A estrutura legal e institucional da OMC se volta para a implementação e monitoramento desses acordos e para a solução de conflitos que decorram de sua aplicação.

Hoje são 16 acordos multilaterais, em que todos os membros da OMC são signatários, e 2 plurilaterais, em que apenas parte de seus membros são signatários.

A OMC conta atualmente com 162 membros e tem como diretor-geral, desde setembro de 2013, o brasileiro Roberto Carvalho de Azevêdo.

Na estrutura da OMC, vale ressaltar seu Órgão de Solução de Controvérsias, que conta com efetivo mecanismo de solução de controvérsias e é dotado de instância revisora, o Órgão de Apelação.

O Brasil, signatário do GATT, é membro fundador da OMC e tem atuado de forma destacada no âmbito da Organização, tendo assumido, em muitas ocasiões, posições de liderança entre os países em desenvolvimento. Figura, inclusive, na terceira posição como país que mais participou em disputas perante o Órgão de Solução de Controvérsias. Como parte principal, o Brasil hoje figura em dois contenciosos: um contra a Indonésia, sobre barreiras impostas à importação de carne de frango e de carne bovina brasileira, e outro contra a Tailândia, acerca dos subsídios concedidos à produção de açúcar e ao plantio de cana. Há, ainda, dois contenciosos abertos pela União Europeia e

Japão contra o Brasil a respeito de medidas de incentivo fiscais e tributárias concedidas pelo Governo brasileiro ao setor industrial.

Em face dos entraves impostos à Rodada Doha em 2008, pelas divergências havidas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, o Brasil vem tendo atuação destacada, pautada pelo pragmatismo, viabilizando avanços nas negociações.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Relatório de Gestão  
Embaixador Marcos Galvão  
Delegação do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e demais organizações  
econômicas sediadas em Genebra (DELBRASOMC)  
2013-2016

O presente relatório de gestão cobre o período de 17 de outubro de 2013 a 18 de maio de 2016, dois anos e meio durante os quais estive à frente da Delegação do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e demais organizações econômicas sediadas em Genebra (DELBRASOMC). Neste relatório, o foco natural nas atividades, realizações e transformações vividas pela OMC nesse interregno será complementado por sessões específicas, mais breves, sobre os demais organismos sob a responsabilidade da Delegação: a UNCTAD, Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento; o ITC, Centro para o Comércio Internacional; a OMPI, Organização Mundial da Propriedade Intelectual; a UIT, União Internacional das Telecomunicações; e o "Centro Sul".

Organização Mundial do Comércio

Minha chegada a Genebra, em outubro de 2013, coincidiu com momento nevrálgico da história da OMC. Um mês e meio antes, precisamente em 1º de setembro, o Embaixador Roberto Azevêdo, colega e amigo de muitos anos, fora nomeado Diretor-Geral da Organização. Sua designação, depois de uma concorrida campanha (eram nove candidatos), além de um tributo à notória habilidade e à competência do Embaixador Azevêdo, consolidava a presença do Brasil no seletivo grupo dos países centrais do sistema multilateral de comércio.

O Brasil balizara a campanha de Roberto Azevêdo pela promessa, ousada, de retirar a OMC do imobilismo a que se vira relegada desde o colapso das negociações da Rodada Doha, em 2008, e pela necessidade de fazer com que o comércio internacional operasse, concretamente, a serviço do desenvolvimento. A mim caberia coordenar, em Genebra, as ações pelas quais o Brasil ajudaria a tornar realidade essa ambiciosa plataforma. Não foi tarefa fácil. Não obstante, trinta meses depois, registro com satisfação ter visto o Brasil contribuir para diversos avanços negociadores que,

evidentemente, se não eliminaram a totalidade dos desafios herdados do passado, em boa medida reposicionaram a Organização em novos trilhos que lhe permitirão, havendo vontade política suficiente, enfrentar antigas e novas pautas comerciais de grande interesse para nós.

Entre 3 e 6 de dezembro de 2013, seis semanas após minha chegada a Genebra, a OMC realizaria mais uma de suas conferências ministeriais bienais - desta feita em Bali, Indonésia. A negociação do modesto pacote de resultados esperados na ocasião corria sério risco de bloqueio. Houve muitas noites em claro, em Genebra e em Bali, mas, ao final, o esforço decidido do Brasil para fechar o Acordo de Facilitação de Comércio, uma clara prioridade para o setor privado brasileiro, bem como nossa atuação construtiva e favorável a resultados flexíveis nos temas agrícolas e de desenvolvimento em negociação, contribuíram de forma decisiva para assegurar o êxito do encontro. Depois de doze anos, a Rodada Doha voltava a dar sinais de vida.

O passo subsequente natural, para o Brasil e para a grande maioria dos países em desenvolvimento na OMC, seria a retomada integral das negociações da Rodada Doha, com base nos mandatos acertados por ocasião de seu lançamento, em 2001, e com ênfase em resultados naquelas áreas, como agricultura, que beneficiariam mais diretamente a promoção do desenvolvimento. Por cerca de dois anos, do "pós-Bali" até a Conferência Ministerial de Nairóbi, em dezembro de 2015, foi essa a linha geral de minha atuação e das instruções que recebi de Brasília. Em Nairóbi, o Brasil logrou um novo e significativo êxito negociador ao protagonizar, em parceria com a União Europeia, a proposta que levou ao banimento dos subsídios à exportação dos produtos agrícolas, uma dívida histórica da OMC, já que subsídios à exportação de bens industriais foram proibidos há quase sessenta anos, em 1958. Aos poucos, entretanto, foi-se tornando claro que as mudanças tectônicas da economia e do comércio mundial nos últimos anos não nos permitiriam continuar a negociar na OMC, na segunda década deste século, com base estrita nas prioridades e nos formatos definidos quinze anos atrás. Uma atualização impunha-se, e a pequena digressão que faço a seguir ajuda a precisar, de minha perspectiva, os traços centrais das

mudanças que vivemos hoje e dos caminhos que possamos querer trilhar daqui por diante.

Nascida em janeiro de 1995 como sucessora do "velho" GATT do pós-guerra, a OMC chega à maioria com um histórico em que se conjugam êxitos e desafios. 34 novos países, incluindo gigantes econômicos como China e Rússia, juntaram-se aos 128 Membros originais nessas duas décadas: o objetivo de cobertura universal está próximo. A Organização monitora a implementação de quinze acordos multilaterais (e três plurilaterais) em Comitês temáticos nos quais cada Membro pode expor "preocupações comerciais específicas" decorrentes de práticas comerciais de seus parceiros que pareçam em desacordo com as regras em vigor. Mais de 500 disputas foram submetidas ao Mecanismo de Solução de Controvérsias, do qual o Brasil é grande usuário e onde temos obtido importantes vitórias em defesa dos produtos e produtores nacionais. O novo Acordo de Facilitação de Comércio permitirá economizar bilhões de dólares em ineficiências que atrasam o trânsito de mercadorias. Iniciativas de assistência técnica e investimento em formação presencial e à distância contribuíram para familiarizar os quadros governamentais dos países em desenvolvimento com as regras e os procedimentos da Organização. Um Secretariado "enxuto", com cerca de 630 funcionários, reúne o que há de melhor no conhecimento global sobre o Sistema Multilateral de Comércio e suas regras.

Não há dúvida de que os primeiros 21 anos da OMC a transformaram em um pilar central da governança econômica global, facilitando a integração das economias nacionais no quadro cada vez mais complexo da globalização dos processos produtivos e da evolução das tecnologias da informação, logística, conhecimento e conectividade que transformaram e continuam a revolucionar o panorama do comércio global. Ao mesmo tempo, não há como ignorar os desafios enfrentados pelo braço negociador da Organização, bem traduzidos pelos até aqui modestíssimos progressos na negociação de novas disciplinas multilaterais e na impossibilidade de concluir a "Rodada de Desenvolvimento de Doha", lançada sob o signo de tantas expectativas em dezembro de 2001. A realidade é que fomos incapazes, até aqui, de superar o chamado "déficit de desenvolvimento" da OMC: a Rodada Uruguai, que a criou, trouxe muitos avanços, mas reduziu consideravelmente o espaço

para a política industrial nos países em desenvolvimento, além de produzir resultados reconhecidamente insuficientes em agricultura.

Em 2008, estivemos perto de concluir a Rodada Doha, mas demandas nada razoáveis dos EUA por abertura de mercados industriais e pretensões protecionistas igualmente excessivas da Índia em agricultura determinaram a implosão das negociações. Depois de várias tentativas de reanimação, o impasse foi formalmente reconhecido em dezembro de 2011, na Oitava Conferência Ministerial da OMC. Naquele momento, os Membros foram instados, pela primeira vez, a explorar alternativas negociadoras, a concentrar o esforço negociador em áreas onde seria efetivamente possível avançar, e a intensificar a reflexão sobre meios de superar os bloqueios negociadores mais críticos naquelas áreas em que a convergência multilateral se revelara particularmente desafiadora - caso, em particular, da agricultura.

Essas orientações de cunho pragmático desbloquearam parcialmente a agenda negociadora, permitindo que as Conferências Ministeriais de Bali (2013) e Nairóbi (2015) concluíssem seus trabalhos de forma exitosa e aprovassem, como mencionado, o Acordo de Facilitação de Comércio e o fim dos subsídios à exportação de produtos agrícolas. Ainda assim, esses avanços mínimos estão longe de responder à demanda represada de uma reengenharia das regras multilaterais de comércio em favor do desenvolvimento. Tampouco avançou, em Nairóbi, a ideia de um compromisso para atualizar e expandir as disciplinas multilaterais da OMC a fim de adaptá-las às novas realidades do comércio internacional - uma agenda avantajada, que incluísse questões como a multiplicação das barreiras não tarifárias e dos padrões privados, a proliferação de acordos regionais e plurilaterais, a "servicificação" da produção como base das Cadeias Globais de Valor (CGVs), as demandas regulatórias associadas ao comércio eletrônico e ao regime de investimentos no exterior -, sem perder de vista os desafios da transição para um modelo energético mais limpo, como decidido na COP-21, e o imperativo de adequar modelos de produção, consumo e comércio global aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável adotados pelas Nações Unidas em setembro de 2015.

De concreto, não se pode ignorar o fato de que, pela primeira vez desde 2001, uma Declaração Ministerial da OMC não reiterou o compromisso com a continuidade da Rodada Doha, com o princípio do *single undertaking* (nenhum acordo seria fechado até que todos chegassem a bom termo) e com a construção de resultados com base no processo negociador até ali. Há acordo para continuar a negociar os itens remanescentes da agenda de Doha, com foco na questão do desenvolvimento, mas está clara a divisão entre os Membros que advogam fazê-lo com base nos mandatos e na estrutura de Doha, ou seja, em formato multilateral estrito e nas condições definidas em 2001 e refinadas em 2004-05, e os que defendem explorar novas arquiteturas plurilaterais ou híbridas multi/plurilaterais. Outra dicotomia persiste entre os Membros que favorecem e aqueles que rejeitam identificar "novos temas" para negociação.

Não há uma explicação única para as dificuldades negociadoras enfrentadas entre 2001 e o momento atual: trata-se mais de uma combinação de fatores. Um deles é, sem dúvida, a maior democratização do processo decisório da OMC, decorrente da expressiva projeção negociadora dos países em desenvolvimento, iniciada a partir da criação do G20 Agrícola por Brasil, Índia e Argentina, em agosto de 2003. Com isso, rompeu-se a antiga dinâmica da era GATT, que favorecia a preponderância dos objetivos do mundo rico e desenvolvido, personificada no "QUAD" (EUA, União Europeia, Japão e Canadá). Há também a ambição da agenda da Rodada Doha, que em tese facilitaria o "acordo abrangente", pois todos encontrariam algo a ganhar no processo negociador - mas que contribuiu por singularizar grandes perdedores potenciais em temas sensíveis: vide, aqui, as dificuldades dos países desenvolvidos em contrariar seus "lobbies" agrícolas fortemente protecionistas.

A crise de 2008, por sua vez, esfriou fortemente o ânimo liberalizante dos países-chave no sistema multilateral, ao mesmo tempo em que o dinamismo crescente das chamadas "economias emergentes" criou pressão implícita para que passassem a aceitar contribuir com processo negociador por meio de concessões maiores do que aquelas aceitas pelos demais países em desenvolvimento - uma espécie de graduação,



ou, eufemisticamente, no jargão de Genebra, "diferenciação" de países como China, Índia e Brasil. O caso chinês é o mais complexo, pois o desempenho superlativo de suas exportações, na última década e meia, levou países desenvolvidos a questionarem abertamente o aceite feito a Pequim ao ingressar na OMC, em 2001: ser excetuada das obrigações resultantes da Rodada Doha, em "pagamento" pelos termos draconianos de seu ingresso. Diante da marcha atrás, a China fechou questão - e as possibilidades de progresso negociador tornaram-se microscópicas para a maioria dos temas centrais da Rodada, a começar por agricultura e bens industriais (ou NAMA, na sigla, em inglês, para "acesso a mercado não agrícola").

Enquanto a Rodada Doha se fragilizava, a negociação de acordos bilaterais, regionais e plurilaterais de comércio ganhou terreno, como forma de continuar a abrir mercados ou avançar em regras comerciais entre grupos mais restritos de países, impulsionados por interesses econômicos que veem no comércio um instrumento essencial ao crescimento e à competitividade. O principal atrativo desses acordos é permitir "modular" a abertura e as disciplinas negociadas aos interesses específicos dos participantes, respondendo à lógica da complementação econômica ou de cadeias globais de valor, por exemplo - e ao mesmo tempo minimizar, quando não zerar, os impactos sobre setores particularmente sensíveis dos parceiros envolvidos na negociação. O efeito final é aumentar a eficiência e a competitividade dos participantes das negociações para os produtos ou setores nelas cobertos, com razoável diluição das concessões mais difíceis. Do ponto de vista dos interesses brasileiros, cabe não perder de vista que, também nesses acordos, a agricultura tem sido o "vagão mais lento do comboio".

A compatibilidade dos acordos regionais, megalaterais ou plurilaterais com o sistema multilateral de comércio é objeto de debate. As regras vigentes já preveem certos limites para acordos comerciais "não multilaterais", mas podem revelar-se insuficientes no quadro atual. Ao mesmo tempo, a proliferação desses acordos - são 625 notificados, 419 dos quais em vigor - e sua expansão a novas áreas hoje não reguladas na OMC são um "fato consumado" cuja reversão seria, em qualquer cenário, inimaginável. Há que ter presente, por conseguinte, os impactos potencialmente negativos, sobretudo para quem ficou

de fora. Além do desvio de comércio, os riscos maiores são alienar da pauta negociadora aqueles temas que só podem ser disciplinados multilateralmente, como subsídios agrícolas, e a perda de moeda de troca para negociações multilaterais se concessões relevantes forem feitas em outros tabuleiros.

Vale notar que a negociação dos novos acordos megalaterais e plurilaterais não está sendo fácil. A Parceria do Pacífico (TPP) dependeu de intervenção presidencial direta para ser concluída, em 2015, e enfrenta dificuldades de ratificação no Congresso dos EUA. A Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) patina: de um lado enfrenta as percepções regulatórias muito distintas dos EUA e da União Europeia; de outro, as dificuldades potenciais em acesso a mercado, em um cenário no qual a maior parte do comércio entre os dois parceiros já está liberalizado, e o pouco que ainda está protegido é "sensível". O Acordo Internacional sobre o Comércio de Serviços (TISA) caminha para possível - porém ainda incerta - conclusão ainda em 2016, mas com cobertura reduzida em relação às ambições originais. Na esfera dos acordos plurilaterais no âmbito da OMC, a expansão do Acordo de Tecnologias da Informação, anunciada em Nairóbi, também exigiu entendimento no mais alto nível entre os EUA e a China, com um resultado que descontentou a Coreia; já a decisão final sobre ritmo de redução tarifária dos produtos chineses não foi bem recebida pelos parceiros desenvolvidos. Os negociadores do Acordo sobre Bens Ambientais (EGA) desejam concluí-lo ainda este ano, mas a ambição inicial de cobrir 600 linhas tarifárias caiu para 150 e continuam presentes dificuldades decorrentes, uma vez mais, da demanda chinesa de obter um "tratamento especial e diferenciado" entre os participantes, por sua condição de país em desenvolvimento.

Dito isso, diante do virtual impasse registrado no contexto multilateral, uma das hipóteses que vêm sendo discutidas para dar maior viabilidade ao braço negociador da OMC - e que precisa ser bem avaliada -, é a perspectiva de uma Organização em "múltiplas velocidades", em que o "núcleo duro" do sistema seria conformado pelos acordos multilaterais e pelo Entendimento sobre Solução de Controvérsias. A esse núcleo duro ficariam vinculados acordos plurilaterais "abertos", cujos benefícios (mas não obrigações) seriam estendidos a todos os Membros da OMC e que entrariam em vigor

quando seus participantes atingissem um percentual mínimo do comércio internacional no setor coberto, a chamada "massa crítica". Temas "prioritários" para possíveis negociações plurilaterais começam a ser ventilados. Entre esses temas, aparecem com mais frequência os seguintes: proibição de subsídios à pesca predatória; micro, pequenas e médias empresas; economia digital e comércio eletrônico; investimento; concorrência; padrões privados; e barreiras não tarifárias.

Antes mesmo de meu retorno a Brasília, vi, com satisfação, tanto o Itamaraty como outros ministérios iniciarem reflexão sobre alguns dos "novos" temas, exercício que me parece fundamental reforçar, sem prejuízo do trabalho prioritário sobre os temas "pendentes" da Rodada Doha. Nesse particular, ressalto que a Delegação em Genebra está coordenando, em cooperação com seis outros parceiros, a reflexão sobre uma proposta para reduzir subsídios domésticos distorcivos concedidos à agricultura. Essa proposta estaria idealmente pronta para adoção na próxima conferência ministerial da OMC, que a Argentina gostaria de sediar em Buenos Aires, em fins de 2017.

Como recomendações a meu sucessor, diria que, em minha visão, o papel central que o Brasil desempenha na OMC está vinculado a algumas virtudes cardeais, herdadas da melhor tradição de nossa diplomacia. A primeira delas é a valorização do diálogo com todas as partes na negociação e a capacidade de reconhecer a legitimidade das demandas alheias e buscar acomodá-las, sem transigir na defesa de nossos interesses. A segunda é a disposição permanente para debuchar sobre as questões e os detalhes técnicos do que está sendo negociado, para o que contamos - nunca é demais insistir - com o apoio de quadros altamente qualificados, em Genebra e em Brasília. A terceira é não hesitar em pensar, como se diz coloquialmente, "fora da caixa": explorar alternativas, sem concepções apriorísticas, tenderá a ser essencial em momento no qual buscamos escapar de um impasse velho de quinze anos. Como frisou de forma contundente colega meu em Genebra, é ilusório repetir eternamente a mesma receita e esperar resultados diferentes. Não defendo, em absoluto, que o Brasil abandone sua posição de "pilar" da Rodada Doha para aderir, acriticamente, ao simplismo de certas novas narrativas sobre o comércio internacional. Muito do que leio, e vejo, desperta

mais perguntas do que uma disposição de engajamento imediato. Mas é inegável que o mundo em 2016 é muito diferente do mundo de 2001, e que, nesse cenário, o melhor caminho é participar, com espírito construtivo, de uma renovação da agenda da OMC.

Parece-me, em suma, que a flexibilização e a adaptação do braço negociador da OMC frente às dificuldades atuais - bem sintetizadas nos binômios "Doha/não Doha" e "temas tradicionais/temas novos" - são questões que deverão ser analisadas, por meu sucessor, sob a dupla perspectiva de melhorar a inserção do Brasil no comércio e na economia internacionais e do papel central que desempenhamos na Organização. Não há a menor dúvida de que as questões de processo, como as que derivam do atual debate acerca da preservação ou não da "arquitetura" e dos mandatos da Rodada Doha, são cruciais em qualquer exercício negociador. Diante do impasse relativo à continuidade da Rodada, entretanto, impõe-se o pragmatismo de negociar em pontos que são de interesse específico para o País, com vista à busca de resultados concretos, ainda que pontuais. Foi o que ocorreu, por exemplo, com a negociação do Acordo de Facilitação de Comércio (2013) e com o compromisso de eliminação dos subsídios a exportações de produtos agrícolas (2015). Longamente refratário à substituição da agenda multilateral por uma rede de negociações plurilaterais, pelo temor de privilegiar uma "agenda de ricos" e excluir da pauta o sempre difícil aprofundamento das reformas do comércio agrícola, o Brasil optou, a partir de Bali, por uma atitude mais pragmática, mais próxima dos anseios de nossa comunidade empresarial, cujas linhas gerais consistem em reiterar a forte preferência pelo trilha multilateral na OMC, com abertura para avaliar outros formatos, se necessário, e em frisar que o tema desenvolvimento não pode ser reduzido, na Organização, à questão do tratamento especial e diferenciado (nossa prioridade é promover reformas, sobretudo na agricultura, que transformem o comércio internacional em instrumento de prosperidade econômica e social sustentável) e muito menos a um debate sobre a "diferenciação" de alguns grandes países em desenvolvimento.

## NEGOCIAÇÕES DE BENS AGRÍCOLAS

A continuidade da reforma das regras do comércio agrícola

internacional, preconizada pelo Acordo sobre Agricultura da OMC, permaneceu como o principal interesse ofensivo brasileiro durante minha gestão. Procurei obter avanços, nas áreas que conformam as negociações agrícolas multilaterais - os subsídios concedidos pelos países a sua produção agropecuária, os subsídios e créditos à exportação de produtos agrícolas, e as barreiras tarifárias e não tarifárias - que atendessem ao anseio da agricultura brasileira por um comércio mais justo. Os obstáculos para alcançar tais objetivos, no entanto, foram e continuam a ser significativos. A partir da crise internacional iniciada em 2008, e com a ascensão econômico-comercial das economias chamadas "emergentes", países com grandes contingentes populacionais dependentes da produção agropecuária, como China e Índia, assumiram posturas cada vez mais defensivas, procurando preservar o espaço para o uso de políticas públicas de apoio aos agricultores, sobretudo para garantir a segurança alimentar de suas populações, ao mesmo tempo em que expandiam os gastos com subsídios. Essa nova realidade fez com que os tradicionais subsidiadores, sobretudo os Estados Unidos e a União Europeia, ambos com pendências históricas a serem resgatadas nessa área, passassem a cobrar contribuições equivalentes de países em desenvolvimento. Estabeleceu-se, assim, uma dinâmica negociadora extremamente negativa, que contribuiu para impasses que impediram progressos, particularmente na redução dos subsídios domésticos e das tarifas. Não obstante tais dificuldades, avanços incrementais, mas em si importantes, foram alcançados. Na Conferência Ministerial de Bali, em 2013, o Brasil protagonizou a aprovação de novas regras para o efetivo preenchimento das quotas agrícolas, muitas delas a única via de acesso real para as exportações brasileiras. Na Conferência Ministerial de Nairóbi, em 2015, nosso papel foi central para a decisão histórica que definiu o fim dos subsídios à exportação e a adoção de regras mais claras para o uso de créditos à exportação, como aqueles de que se valem os Estados Unidos para apoiar suas exportações de algodão. Eliminou-se, assim, a possibilidade de os países membros da OMC utilizarem recursos da ordem de US\$ 12 bilhões em subsídios com elevado potencial distorcivo para os mercados.

É necessário destacar que a contribuição decisiva do Brasil para esse resultado deu-se por meio de parceria inédita com a União Europeia, com quem preparamos, com apoio de outros

países, a proposta que serviu de base para as negociações em Nairóbi. Registro que, apesar de reiteradas tentativas desde o início de minha gestão, não foi possível articular no "G-20 agrícola" uma proposta negociadora ambiciosa para essa questão, dada a posição defensiva de alguns de seus membros. Assim, recomendo a meu sucessor continuar a explorar configurações negociadoras variadas para, de maneira pragmática, instrumentalizar ganhos para o País nas negociações agrícolas vindouras. Vali-me, igualmente, das ferramentas disponíveis na OMC para monitorar a consistência das políticas agrícolas de nossos parceiros comerciais com os acordos da Organização, bem como para superar várias barreiras criadas pelo emprego abusivo de medidas sanitárias e fitossanitárias sem fundamentação científica. Como exemplo, cito a aceleração dos trâmites para a abertura do mercado sul-coreano à carne suína brasileira, com impacto direto sobre exportação estimada de 27,5 mil toneladas ao ano e receita da ordem de US\$ 118 milhões. Quanto aos aspectos inconclusos da agenda da reforma agrícola, parece conformar-se percepção, ainda que de forma não consensual, de que será possível esperar algum tipo de resultado em subsídios domésticos no próximo ciclo negociador. É menos provável, por outro lado, que haja avanços nas negociações para reduções das tarifas e ampliação das quotas tarifárias agrícolas na OMC, ao menos no curto prazo, sobretudo pela preferência demonstrada por Estados Unidos e União Europeia em concentrar as negociações de acesso a mercados (agrícolas ou não) nas frentes bilateral, regional ou plurilateral. Nessas condições, e na ausência de perspectivas de conclusão da Rodada Doha, o Brasil teria como principal desafio conciliar o objetivo de longo prazo de promover a reforma fundamental do comércio agrícola com ganhos mais imediatos em matéria de acesso a mercados para nossos produtos agrícolas.

## NEGOCIAÇÕES DE BENS NÃO AGRÍCOLAS

Quando assumi o Posto, em outubro de 2013, a negociação do Acordo de Facilitação de Comércio (AFC) despontava, em

Genebra, como a principal esperança para evitar que a 9ª Conferência Ministerial da OMC, a realizar-se pouco depois, em Bali, culminasse em mais um insucesso, a exemplo das duas conferências ministeriais precedentes, concluídas sem resultados importantes, em 2009 e 2011. O objetivo da negociação era a adoção de medidas para modernizar a administração aduaneira e simplificar e agilizar os procedimentos de comércio exterior, além de possibilitar a cooperação entre os Membros na prevenção e combate a delitos aduaneiros, bem como no oferecimento de assistência técnica e capacitação para países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo.

Naquele momento, havia alguma hesitação quanto a apoiar o avanço isolado do tema no processo negociador, sem a perspectiva de alcançar progresso simultâneo na abertura de mercados e na reforma das disciplinas em agricultura, nosso interesse central. Não obstante, a importância por nós atribuída à recuperação da credibilidade da OMC como foro de negociações comerciais, assim como o marcado interesse do setor privado, do MDIC e da Receita Federal por avanços em facilitação de comércio, fez a balança pender a favor de uma postura brasileira mais flexível na fase final da negociação do pacote de Bali. Uma organização combalida, com o possível desengajamento dos principais membros, seria prejudicial aos interesses do País, inclusive no tocante à redução das distorções do comércio agrícola.

Após negociações quase ininterruptas, que exigiram intensa coordenação interna do governo, foi adotada, em dezembro de 2013, em Bali, a decisão ministerial que contém o primeiro acordo multilateral negociado na OMC desde o estabelecimento da Organização, em 1995. Até o momento, 81 Membros completaram os procedimentos de ratificação, inclusive o Brasil, cujo instrumento foi firmado em 29 de março de 2016. O AFC é apontado como modelo para futuros acordos multilaterais na OMC, pela sua arquitetura flexível, que permite aos Membros em desenvolvimento indicar os compromissos de implementação imediata e aqueles que demandam tempo adicional ou, ainda, capacitação técnica para seu cumprimento.

A aprovação do AFC restaurou algum otimismo no ambiente negociador na OMC, só que em patamar mais baixo de ambição. As negociações tarifárias sobre bens não agrícolas, que para países como o Brasil já suscitavam preocupação antes de Bali,

sobretudo pela perspectiva de menor proteção contra a concorrência de produtos chineses, passaram a sofrer também com o desinteresse dos principais países desenvolvidos, tradicionalmente interessados na liberalização multilateral em bens industriais.

Entre a Conferência de Bali e minha partida de Genebra, passando pela última conferência ministerial de que participei, em Nairóbi, no final de 2015, três fatores continuaram a impedir, de minha perspectiva, o avanço nas negociações tarifárias em bens industriais. Em primeiro lugar, prevalece, do lado dos países desenvolvidos, a visão de que a mudança de patamar econômico da China e, em menor medida, dos demais BRICS, impõe a esses países a obrigação de efetuar maiores concessões tarifárias do que os demais países em desenvolvimento. Em segundo lugar, o Brasil e outros países exportadores agrícolas opusemos resistência, em Genebra, à definição de cortes nas tarifas industriais antes da correção dos desequilíbrios históricos entre as disciplinas da OMC para o comércio de produtos industrializados e aquelas que regem o comércio de produtos agrícolas. Em terceiro lugar, vários Membros, em especial os desenvolvidos, passaram a privilegiar as reduções de tarifas em acordos de livre comércio ou acordos plurilaterais setoriais, que não envolvem todos os Membros da OMC. Exemplos que confirmam essa última tendência foram a expansão, concluída na conferência de Nairóbi, da lista de produtos cobertos pelo Acordo de Tecnologia da Informação (ITA-II), a continuidade de negociações para um Acordo sobre Bens Ambientais (EGA), a conclusão das negociações da Parceria do Pacífico (TPP), no final de 2015, e o avanço das tratativas entre EUA e UE no âmbito da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimentos (TTIP), que poderá ser concluída ainda em 2016. Além das reduções de tarifas, as negociações sobre bens industriais também abrigam discussões sobre barreiras não tarifárias (BNTs). Trata-se de assunto de interesse do Brasil, que, no entanto, favorece tratamento mais amplo do tema, que inclua, ao lado das barreiras a produtos industriais (como as barreiras técnicas ao comércio), as barreiras sanitárias e fitossanitárias que afetam substancialmente nossos interesses agrícolas.

Não parece haver muita clareza quanto ao futuro das negociações de produtos não agrícolas na OMC. Por um lado, a



redução das demandas dos principais países desenvolvidos por maior acesso multilateral a mercados, associada ao viés nitidamente defensivo de diversos países em desenvolvimento, retira o fôlego para qualquer negociação de amplo escopo na OMC. Por outro lado, não se poderia descartar, neste momento, tentativas de reativação seja de modelos de negociação tarifária setorial, por exemplo no setor químico-farmacêutico, seja de novos formatos restritos e plurilaterais que venham a ser negociados na OMC, nos moldes do atual ITA, ou ainda de novas discussões temáticas - como, por exemplo, o tratamento, pela Organização, das dificuldades das micro, pequenas e médias empresas para participar do comércio internacional. Nessas circunstâncias, caberia ao Brasil examinar cuidadosamente os prós e os contras de um engajamento negociador, tendo em conta, inclusive, que acordos plurilaterais negociados sob os auspícios da OMC estenderiam, pelo princípio da nação mais favorecida, seus efeitos de acesso a mercado (mas não o ônus de cortar a tarifa doméstica) a todos os países da Organização.

## NEGOCIAÇÕES EM SERVIÇOS

Juntamente com agricultura e com bens industriais, o item "serviços" compõe o tripé setorial em torno do qual se estruturaram as negociações da Rodada Doha. No âmbito da Rodada, as negociações pautaram-se, essencialmente, por um processo de pedidos-e-ofertas efetuado bilateralmente. O Brasil apresentou, em 2005, oferta negociadora abrangente que foi, ainda, revisada e melhorada em 2008. Em seu conjunto, a oferta brasileira "sobre a mesa" contempla concessões importantes em áreas relevantes para o comércio internacional e para o bom funcionamento das cadeias globais de valor, tais como telecomunicações, transporte marítimo, serviços de informática e serviços financeiros. Além disso, as negociações de serviços incluem ainda parte normativa, cujo carro-chefe são as discussões destinadas a disciplinar o processo de regulamentação interna dos setores de serviços de todos os membros da OMC.

As negociações de serviços sempre foram, para o Brasil, parte do "preço" a ser pago por avanços na liberalização agrícola, sobretudo. Apesar da expressiva participação dos "serviços" na composição do PIB brasileiro (cerca de 71%), a constatação de que a parcela exportável de serviços domésticos é limitada

explica, em boa medida, o fato de o Brasil não se apresentar como demandante nas negociações de serviços na Rodada Doha. Ademais, em razão da natureza das barreiras ao comércio de serviços - em geral, marcos regulatórios complexos, em áreas como, por exemplo, telecomunicações, serviços financeiros, energia elétrica, saúde, educação - e de seus impactos para o desenvolvimento de nossa economia, o Brasil sempre se preocupou, acertadamente, de minha perspectiva, em não "congelar" sua autonomia regulatória com uma liberalização acentuada de setores críticos para a atividade econômica nacional.

Apesar da inegável importância do setor de serviços em termos globais, pude observar, ao longo de minha passagem por Genebra, certa perda de interesse na matéria por parte dos países tradicionalmente demandantes (EUA, Japão, União Europeia, Austrália, Canadá, entre outros). O tema, que figurou na agenda de Bali apenas da ótica do tratamento preferencial para países de menor desenvolvimento relativo, sequer chegou a ser discutido efetivamente por ocasião da reunião ministerial de Nairóbi, no final de 2015. Atribuo essa perda de interesse nas deliberações sobre serviços na OMC, em boa medida, aos processos negociadores plurilaterais em curso - como o denominado Acordo sobre o Comércio de Serviços (TISA) - e aos acordos regionais recém-concluídos, como a Parceria do Pacífico ou em negociação, como a TTIP. No caso do TISA, por exemplo, a negociação, iniciada em 2013 sob a liderança dos EUA, envolve 23 membros da OMC - um total de 50 países, quando computados os 28 membros da União Europeia - e há expectativa de que o acordo, bem mais ambicioso do que o GATS (Acordo Geral sobre Comércio de Serviços) da OMC, seja finalizado até o final do ano. Do ponto de vista dos interesses brasileiros, o principal desafio negociador na área de serviços será de tripla ordem: (a) evitar a perda ou o congelamento da capacidade de regulamentar os diferentes setores de serviços, sobretudo aqueles sujeitos a marcos regulatórios complexos; (b) aproveitar os benefícios que uma liberalização controlada pode trazer para a economia do país, inclusive mediante a melhor identificação de setores em que temos capacidade ou potencial de exportação; e (c) valorizar o "ativo negociador" importante que decorre de ser o Brasil um país já muito aberto aos serviços e prestadores de serviços estrangeiros. Por fim, acredito fundamental avaliar se, e em que medida, os interesses brasileiros podem ser atendidos em futuros

cenários de negociações plurilaterais na matéria, levando em conta, inclusive, que o principal exercício em curso nessa área, o TISA, encontra-se virtualmente "fechado" ao ingresso de novos membros antes de sua conclusão, e que dificilmente a mera adesão a um conjunto de regras e compromissos que não negociamos poderia atender aos interesses nacionais.

## NEGOCIAÇÕES SOBRE REGRAS

O Brasil foi e continua sendo um dos principais atores nas discussões dos temas de defesa comercial - antidumping, medidas compensatórias e salvaguardas - em Genebra. Na última década, o País ampliou substancialmente o recurso a medidas antidumping para proteger a indústria doméstica, tornando-se, nos anos de 2013 e 2014, que marcaram o início de minha gestão em DELBRASOMC, o maior aplicador de direitos antidumping (noto que, com a desvalorização cambial recente, houve queda considerável na utilização desse instrumento). Em contraste, o Brasil pouco recorre a medidas compensatórias (antissubsídios) ou a salvaguardas. A atuação brasileira tem tido por foco, sobretudo, a defesa de exportações nacionais que são alvo dessas medidas no exterior, seja nos EUA (que nos alveja com medidas compensatórias), seja em países como Chile, Egito ou Índia (salvaguardas). O universo negociador de Regras também inclui a vertente dos "subsídios", com disciplinas que regulam a intervenção do governo na economia, seja por meio de políticas fiscais de desoneração tributária (a exemplo do INOVAR-AUTO), seja pela concessão de financiamentos setoriais de bancos de fomento, como o BNDES, ambas áreas de grande sensibilidade política. A atuação do Posto tem sido pautada pela defesa dos programas nacionais quando questionados no foro multilateral, bem como pelo acompanhamento de programas de apoio concedidos por outros parceiros e que afetem a competitividade de empresas brasileiras no exterior. São exemplos, nesse caso, os questionamentos brasileiros de programas de subsídios a aeronaves civis concedidos por Canadá e Japão, que prejudicam os interesses comerciais da EMBRAER.

Durante as negociações da Rodada Doha, o Brasil posicionou-se como um dos principais negociadores do processo que almejava, de um lado, aprimorar as normas multilaterais nas áreas de

(i) acordos regionais, (ii) antidumping e (iii) subsídios e medidas compensatórias e, de outro lado, criar um novo acordo multilateral para a área de (iv) subsídios à pesca. Tais temas, apesar de não constituírem eixo central das discussões, são objeto de demanda de muitos membros "por resultados" em Genebra. Nas áreas de antidumping e medidas compensatórias, que teriam grande impacto na aplicação de medidas de defesa comercial no Brasil, a Delegação atuou para direcionar as negociações e delimitar seu escopo aos interesses nacionais, em estreita cooperação com o Ministério da Indústria, Comércio e Serviços. Na área de acordos regionais, o mandato de Doha previa duas vertentes: conferir maior transparência aos acordos bilaterais, regionais ou plurilaterais notificados à Organização, e proceder à análise aprofundada dos impactos desses acordos sobre o sistema multilateral de comércio. Com exceção de um mecanismo de transparência provisório adotado em 2006, os temas têm sido pouco discutidos nas negociações. Durante minha gestão, atuei em favor da Decisão pela qual a Conferência Ministerial de Nairóbi, em dezembro de 2015, confirmou a importância do mecanismo de transparência interino em vigor, demandou esforços para torná-lo permanente e reforçou o mandato para a análise e discussão dos impactos sistêmicos dos acordos regionais e plurilaterais sobre o sistema multilateral de comércio, bem como sua compatibilidade com as regras multilaterais da OMC. O tema assume grande importância à luz da proliferação de acordos preferenciais, notadamente os grandes "megalaterais", como o recém-concluído TPP e as negociações da TTIP que, além de prever desgravações tarifárias, avançam também sobre normas e regulamentos, tanto em questões já normatizadas pela OMC como em novas áreas do comércio internacional. As negociações sobre subsídios à pesca, voltadas à adoção de um acordo para disciplinar o apoio ao setor pesqueiro, têm como foco os problemas de sobre-exploração e de sobrecapacidade de embarcações, que representam sérios riscos à sustentabilidade dos recursos pesqueiros dos oceanos. As discussões colocam em polos opostos o grupo "Amigos dos Peixes" ("Friends of Fish"), liderados pela Nova Zelândia, que defende limitações para a concessão de subsídios com base em argumentos ambientais e comerciais, e países pesqueiros como China, Índia e Japão, que se opõem a fazê-lo. Há algumas semanas, um grupo de países, liderado pelos EUA, indicou intenção de avançar nas negociações sobre o tema na OMC, em

princípio no formato plurilateral. O tema é de grande sensibilidade para economias em desenvolvimento que têm na pesca artesanal fonte importante de renda e subsistência, como as pequenas ilhas. Com meu firme apoio, o Brasil já indicou disposição de participar das conversas exploratórias a respeito.

## DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

Os acordos da OMC contêm várias disposições de "tratamento especial e diferenciado" em benefício de países em desenvolvimento, que permitem a esses países deixar de cumprir na sua integralidade as disciplinas multilaterais em vigor e lhes estendem flexibilidades importantes, tais como: a) dispensa de reciprocidade em concessões comerciais; b) grau maior de proteção a certos setores e produtos; e c) acesso a mercado preferencial.

Durante meu período de atuação em DELBRASOMC, pude constatar que os países desenvolvidos têm posição e discurso cada vez mais contrários à concessão indiscriminada desses benefícios, principalmente para os países emergentes. Preconizam, assim, que as flexibilidades concedidas no âmbito da OMC devem limitar-se aos países "mais pobres e menos competitivos", e que não faria sentido outorgar concessões que beneficiariam sobretudo as grandes economias, como Brasil, Índia e China. Verifica-se, ainda, uma expectativa de revisão das disposições de "tratamento especial e diferenciado" que venham a ser negociadas no futuro, no sentido de garantir que, ao final do processo de implementação de novos acordos, os compromissos de todos os países, mais e menos avançados, sejam estritamente iguais. O "tratamento especial e diferenciado" ficaria restrito a mais tempo para a adoção das novas obrigações da OMC (prazo diferido) e à possibilidade de receber assistência técnica para implementá-las (implementação assistida). Este foi o modelo utilizado para o Acordo de Facilitação de Comércio negociado na conferência Ministerial de Bali, considerado por muitos países desenvolvidos como o protótipo (ou pelo menos "um" protótipo) do "tratamento especial e diferenciado" do futuro, visão disputada por vários países em desenvolvimento.

A preservação, no médio e longo prazos, dos benefícios e flexibilidades com que o Brasil conta no âmbito da OMC é um grande desafio para o País na Organização. Em meus anos à frente da Delegação, posicionei-me claramente, junto aos colegas de Índia e China, contra a ideia de "graduação", pela qual nossas economias passariam a ser tratadas "como iguais" pelos países desenvolvidos. Tendo em conta que o Brasil ainda enfrenta muitos desafios comuns aos demais países em desenvolvimento, não é razoável prescindir das flexibilidades oferecidas pela OMC. Além disso, os países em desenvolvimento não são os únicos a contar com tratamento especial no âmbito do sistema mundial de comércio, a exemplo das enormes flexibilidades asseguradas, e renhidamente defendidas, por União Europeia e EUA em matéria de comércio e subsídios agrícolas.

Busquei defender, igualmente, a ideia de que, para o Brasil, não se pode reduzir a temática do desenvolvimento na OMC à mera concessão de tratamento especial e diferenciado. De minha perspectiva, o objetivo mais importante para nós, ao lado de evitar o explosivo debate sobre graduação, seria promover regras multilaterais que atuem para transformar o comércio em efetivo instrumento de promoção do desenvolvimento para todos os países - como a reforma da agricultura, por exemplo. Sobre esse tema, acrescento que DELBRASOMC mantém intenso diálogo e contínua coordenação com os países em desenvolvimento para a formulação de posições de interesse comum. Para tanto, tem contado com o apoio do Centro Sul. A instituição é um organismo internacional de pesquisa e formação de conhecimento, com grande expertise, que auxilia os países membros mediante atividades de pesquisa e análise das políticas internacionais, em diferentes áreas, com vistas a proteger os interesses do mundo em desenvolvimento. O Embaixador Rubens Ricupero é atualmente membro da junta diretiva do Centro Sul, tendo sido recentemente reeleito para um terceiro mandato.

A adoção da Agenda 2030 de objetivos do desenvolvimento sustentável e os resultados da Convenção-Quadro sobre o Clima em Paris (COP-21), no ano passado, devem influenciar fortemente não apenas os debates sobre desenvolvimento, mas também o encaminhamento de diversos outros temas na OMC. Na Agenda 2030, o comércio é definido como instrumento para o

alcance de vários dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Uma de suas metas é promover um "sistema de comércio multilateral universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo, inclusive mediante a conclusão das negociações no âmbito da Agenda para o Desenvolvimento de Doha".

Será importante acompanhar a forma como os objetivos de desenvolvimento sustentável nortearão a atualização da agenda negociadora no âmbito da OMC, em áreas tradicionais, como agricultura, ou em temas novos que começam a ser ventilados por negociadores e think-tanks, como pegada de carbono, combustíveis fósseis e clima, por exemplo. O Brasil deverá acompanhar e avaliar com cautela as implicações dessa nova narrativa no sistema multilateral de comércio e de como ela afetará nossos interesses negociadores.

## ACESSÕES

O processo de acessão à OMC compreende, em termos gerais, dois conjuntos de obrigações para os países interessados: (i) adequar suas normas de comércio exterior aos acordos da Organização e (ii) fazer concessões de acesso a mercados aos países membros que as solicitarem. Nesse contexto, o Brasil mantém perfil ativo nos grupos de trabalho para acessão à OMC com duplo objetivo: garantir maior acesso a mercados em negociações bilaterais com os países acedentes e reforçar o caráter universal e democrático do sistema multilateral de comércio. Entre outubro de 2013 e maio de 2015, o Brasil participou da acessão do Iêmen (concluída em junho de 2014), de Seychelles (abril de 2015) e do Cazaquistão (novembro de 2015), bem como dos processos do Afeganistão e da Libéria, ainda pendentes de ratificação. Nas negociações para a acessão do Cazaquistão, maior país a se juntar à OMC no período de minha gestão, o Brasil assegurou tarifas de importação em torno de 20% ou menos para produtos agrícolas importantes de nossa pauta exportadora, como açúcar e carnes. Houve ainda abertura de quotas tarifárias, com ênfase no estabelecimento de 110 mil toneladas para carne de aves, produto em que o Brasil é particularmente competitivo. Também foram negociados bens industrializados, como aeronaves, setor em que o Brasil garantiu a manutenção de tarifas de 0% para seus produtos de

principal interesse. Além disso, o Governo brasileiro participa de outros 21 processos de acesso em andamento, como os do Irã, do Líbano e da Sérvia. O caso do Irã merece ser destacado porque se trata da maior economia ainda fora da OMC e porque foram ali identificadas oportunidades de mercado para as exportações brasileiras, em bens agrícolas e industriais, no contexto da normalização das relações internacionais daquele país com a comunidade internacional.

## CÂMBIO

A relação entre câmbio e comércio constitui, sem dúvida, um dos principais temas da agenda não negociadora da OMC. O assunto foi suscitado pelo Brasil em 2011, momento em que a moeda brasileira se encontrava sobrevalorizada e em que as autoridades brasileiras, em seu mais alto nível, expressavam preocupação com os efeitos sobre o comércio exterior de uma guerra cambial. Nesse contexto, o maior desafio que encontrei foi o de manter o assunto em discussão na OMC, pois não eram poucas as vozes que insistiam que o tema deveria ser tratado exclusivamente no âmbito do Fundo Monetário Internacional. Por essa razão, mantive a orientação que o Brasil vinha dando à questão no sentido de não caracterizar o tema como um processo de negociação (para o qual não haveria qualquer apetite entre os membros da OMC), mas como exercício de reflexão incontornável para a Organização. Ainda que as discussões não tenham resultado em novas regras, considero ter sido possível reverter ou contornar algumas das percepções mais refratárias em relação ao tema, com o reconhecimento da importância da questão e de como desalinhamentos cambiais significativos e persistentes podem menoscar direitos e obrigações dos Membros no âmbito da OMC. Penso, contudo, que o desafio que se apresenta atualmente para o Brasil diz respeito a uma criteriosa avaliação sobre se interessa ao país capitanear uma discussão - que não deixaria de apresentar riscos - quanto a possíveis novas disciplinas para evitar que desalinhamentos cambiais erodam ou extrapolem o nível de proteção conferido pelas tarifas consolidadas na OMC.

## NOVOS TEMAS

### Investimentos



Penso que, no atual cenário pós-Nairobi, um dos principais desafios para os Membros da OMC diz respeito à possibilidade e à conveniência de se acrescentarem novos temas àqueles que vinham sendo discutidos no âmbito da Rodada Doha. No caso do Brasil, a decisão reveste-se de grande importância, pois há que se evitar que esses novos tópicos representem uma perda de ímpeto na discussão dos assuntos de interesse do País. Nesse contexto, o item "investimentos" desponta como um dos principais candidatos a integrar uma nova agenda negociadora da OMC. Embora não haja acordo específico sobre esse tema, nem negociações em curso no plano multilateral, convém ter presente que as regras existentes na OMC já cobrem importantes aspectos do assunto, como os investimentos na área de serviços e as proibições de exigência de conteúdo local e performance exportadora incorporadas ao acordo sobre Medidas de Investimento relacionadas ao Comércio, TRIMS na sigla em inglês.

Considero que a possibilidade de se incluir "investimentos" no rol dos novos temas em negociação depende fundamentalmente do grau de ambição da iniciativa. Dissecando-se o assunto por grau de "dificuldade negociadora", percebe-se na facilitação e na promoção de investimentos temas com maior possibilidade de êxito em uma negociação na OMC - além de área na qual o modelo brasileiro de Acordo para Cooperação e Facilitação em Investimentos figura com destaque. A questão da liberalização dos fluxos internacionais de investimentos constitui uma segunda etapa em matéria de dificuldade negociadora, cuja viabilidade, me parece, dependeria da flexibilidade que seria concedida aos países para assumir compromissos de forma escalonada. As duas etapas seguintes - proteção de investimentos e de investidores e o mecanismo de solução de controvérsias em que um investidor individual pode acionar legalmente o governo de um país - englobam assuntos que causariam significativas dificuldades para o País. Apesar de ambas parecerem situar-se, a meu juízo, fora do horizonte de possibilidades de uma negociação multilateral na OMC, o tema exigirá acompanhamento cuidadoso por parte do próximo Representante Permanente do Brasil.

#### Comércio eletrônico

"Comércio eletrônico" constitui outro dos possíveis temas a serem integrados a uma agenda negociadora na OMC. Tema

multifacetado, normalmente incluído na discussão maior relacionada à economia digital, o assunto representa desafio para os interesses brasileiros. A julgar pelos resultados das negociações da Parceria do Pacífico, parece-me que as questões dos fluxos internacionais de dados e dos requisitos de localização das bases de dados digitais constituem itens que, muito provavelmente, serão suscitados em uma eventual negociação multilateral na matéria. Nesse contexto, o desafio maior para o próximo Representante Permanente do Brasil residirá na busca do equilíbrio entre o estímulo ao desenvolvimento da economia digital e a contribuição que ela poderá oferecer para o desenvolvimento nacional e a preservação de espaço regulatório importante, inclusive para a proteção da privacidade e dos direitos do consumidor.

Micro, pequenas e médias empresas  
Outros temas novos vinham sendo ventilados em Genebra, ainda durante minha gestão, neste primeiro semestre de 2016. Um deles, o tratamento das micro, pequenas e médias empresas (MSMEs) na Organização e de suas dificuldades para participar do comércio internacional, parece reunir apoio crescente na OMC, inclusive por sua importância para as políticas públicas internas dos Membros. Alguns Membros, contudo, ainda que reconheçam o mérito do tema, expressam dúvida sobre a adequação de regras para categorias específicas de empresas à filosofia normativa da OMC. O tema segue, assim, em caráter exploratório.

## SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Em meu período à frente da Delegação, o Brasil continuou ativo no sistema de solução de controvérsias da OMC, tanto na defesa de seus interesses em contenciosos, como nas negociações para a revisão e o aperfeiçoamento das regras aplicáveis às disputas e nos debates regulares no Órgão de Solução de Controvérsias.

Área de grande sensibilidade jurídica e política, o sistema de solução de controvérsias da OMC, com suas mais de 500 disputas, transformou-se, desde sua criação em 1995, no mecanismo mais utilizado de solução de disputas entre Estados soberanos. O Brasil é um dos países mais ativos no sistema,

tendo participado de 145 contenciosos, dos quais 29 como demandante, 16 como demandado e 100 como terceira parte interessada, números que nos colocam como o segundo país em desenvolvimento mais atuante no sistema (logo após a China).

A centralidade do sistema de solução de controvérsias da OMC é reforçada hoje pela paralisia relativa do braço negociador da Organização. Em DELBRASOMC, percebe-se claramente que, diante da falta de acordo sobre novas disciplinas para regulação do comércio global, são as decisões do sistema de solução de controvérsias que, em boa medida, têm estabelecido a margem de manobra para regulação e implementação de políticas setoriais dos membros, mediante decisões em disputas envolvendo temas estratégicos como subsídios ao setor aeronáutico e automotivo, programas de energia renovável, recursos naturais e saúde pública versus direitos de propriedade intelectual, entre outros. Durante meu período em Genebra, o Brasil atuou em 4 casos como parte principal (demandante e demandado) e vem participando em 20 casos como terceira parte.

I. Os casos em que o Brasil é parte principal são os seguintes:

(i) Brasil - Medidas tributárias (DS472/497): UE e Japão questionam nesse caso parte significativa da política industrial brasileira atual, baseada em incentivos fiscais alegadamente atrelados a uso de conteúdo local. A gama de programas questionados inclui o INOVAR-AUTO, a Lei de Informática, o PADIS, o PATVD, a Lei de Inclusão Digital e o RECAP, assim como seus Processos Produtivos Básicos (PPBs), alegadamente discriminatórios aos produtos importados. Espera-se a decisão do painel para o fim de 2016 ou início de 2017, da qual caberá apelação.

O caso merecerá atenção especial do futuro chefe do posto, tanto pela relevância dos programas nele analisados como pelo impacto de seu resultado. Implicará, também, necessidade de coordenação com os Representantes Permanentes da UE e do Japão em Genebra, inclusive para os debates que ocorrerão no Órgão de Solução de Controvérsias.

(ii) Indonésia-Frangos (DS484): nesse painel, cuja

primeira audiência ocorrerá em julho de 2016, o Brasil questiona diversas barreiras impostas pela Indonésia sobre as importações de carne e produtos de frango;

(iii) Indonésia-Carne Bovina (DS506): nessa disputa, ainda em fase de consultas, o Brasil questiona, além de grande número de barreiras às exportações, o não reconhecimento pela Indonésia do princípio da regionalização, que determina que sejam aceitas importações procedentes de "zonas" livres de enfermidades no território de um país;

(iv) Tailândia - Açúcar (DS507): também em fase de consultas, o Brasil alega que os subsídios concedidos pela Tailândia à produção de cana e de açúcar estimulam artificialmente a geração de excedentes exportáveis, vendidos no exterior abaixo do preço de custo, o que tem depreciado o preço internacional do açúcar e deslocado o Brasil de terceiros mercados.

O Brasil é o principal exportador mundial dos três produtos acima: carne bovina, de frangos e de açúcar. O setor privado brasileiro afetado acompanha com atenção o desenrolar das disputas, cujo objetivo último é a abertura do importante mercado indonésio (250 milhões de habitantes) e a eliminação de programa de subsídio proibido tailandês.

Um desafio para o Brasil e para o próximo chefe do posto, nestas e em todas as outras disputas que venham a apresentar-se, é lograr mantê-las, tanto quanto possível, no escopo do sistema de solução de controvérsias, evitando que "contaminem" as relações bilaterais mais amplas mantidas com os países envolvidos. Nesse mesmo contexto, um desafio especial será acompanhar com atenção a movimentação da Embraer em relação a subsídios alegadamente ilegais recebidos nos últimos meses por sua concorrente canadense Bombardier.

Entre os 20 casos em que o Brasil participa atualmente como terceira parte - com o intuito de influenciar na formação da jurisprudência em áreas de nosso interesse, destacam-se:

(i) Austrália-Plain Packaging: trata-se de um dos casos mais importantes em curso na OMC, no qual estão em questão direitos de propriedade intelectual (uso da marca) e objetivos de política de saúde pública (controle do tabagismo). Quatro países (Honduras, República Dominicana, Cuba e Indonésia) questionam medida australiana que estabelece obrigação de embalagem genérica ("plain packaging") para pacotes de cigarro e charutos, com a alegação de haver violação de direitos de marcas, protegidos pelo acordo TRIPS. A Austrália alega a necessidade de se proteger a saúde pública. Aguarda-se relatório do painel para o segundo semestre de 2016, com a possibilidade de recurso a apelação em 2017. O resultado deverá influenciar a formulação de políticas semelhantes em vários outros países;

(ii) Argentina-Serviços Financeiros: discute-se o tratamento que pode ser dado a países considerados paraísos fiscais (Panamá);

(iii) Índia-Painéis e células solares: em fase de apelação, discutem-se subsídios em programas de energia renovável vinculados ao uso de conteúdo local, assim como regras para compras governamentais;

(iv) EUA-Máquinas de Lavar e EUA-Metodologias Anti-Dumping: casos nos quais se questiona a metodologia norte-americana para a determinação de dumping e aplicação de medidas antidumping;

(v) UE-Frangos: a China questiona cotas tarifárias de frangos concedidas pela UE a Brasil e Tailândia em negociações anteriores. O Brasil exporta quantidade considerável de carne de frango para a União Europeia, em quota estabelecida após vitória brasileira em disputa de 2005. Será necessário preservar a vantagem comercial brasileira, caso a UE decida alterar as condições de acesso ao seu mercado; e

(vi) Aeronaves (EUA/UE-Boeing/Airbus) e China-Incentivos Fiscais: EUA e UE questionam subsídios concedidos à indústria aeronáutica, vinculados a conteúdo local ou à exportação, naqueles países e na China. A Embraer tem grande interesse nesses casos, pois a jurisprudência que venha a ser estabelecida poderá ter efeitos também sobre seus interesses.

O aumento do número de disputas na OMC, e muito especialmente sua crescente complexidade, resultam em desafios consideráveis, para o Brasil e para o posto, em três aspectos principais: no acompanhamento dos principais contenciosos e da evolução da jurisprudência multilateral, na manutenção da qualidade na elaboração das longas petições (de centenas de páginas) e na capacidade de observar prazos reduzidos para as negociações com partes e terceiras partes. É fundamental que o Brasil esteja sempre bem preparado para defender suas posições e políticas no sistema de solução de controvérsias da OMC, o que demandará utilização crescente de recursos, hoje escassos, bem como a formação de pessoal capacitado, tanto no governo quanto no setor privado, e acesso, quando for o caso, a serviços de firmas de advocacia nacionais e internacionais especializadas em temas da OMC. É crucial, ainda, que o Representante Permanente brasileiro esteja sempre bem assessorado e a par dos desdobramentos nos casos principais em curso no Órgão de Solução de Controvérsias, e que mantenha linha de comunicação ativa com os diversos setores produtivos no Brasil potencialmente afetados por decisões daquele Órgão.

Um assunto que exigirá atenção mais imediata de meu sucessor é o atual impasse para nomeação e recondução de membros ao Órgão de Apelação, com potencial de gerar danos concretos à independência do OA. Em maio último, os EUA bloquearam a recondução de membro coreano a um segundo mandato de 4 anos, alegando não estarem satisfeitos com algumas de suas decisões recentes contrárias aos interesses e às visões norte-americanas. A grande maioria dos Membros da OMC entende que não reconduzir um membro ao OA devido a decisões consideradas desfavoráveis constitui afronta cabal ao princípio da independência, sem a qual o Órgão não pode subsistir, já que julga e serve não apenas a um Membro, mas a todos os 162 Membros da OMC. Como consequência, é possível que o OA, já sobrecarregado de trabalho, se veja reduzido temporariamente a apenas 5 membros, até que se encontre saída para o impasse.

O Brasil vem sugerindo maneiras concretas para resguardar a independência e a imparcialidade do Órgão de Apelação, essencial para a defesa de seus interesses. Junto com Representantes Permanentes de outros países, meu sucessor terá o desafio de enfrentar percepções diferentes sobre o

escopo de atuação do Órgão de Apelação e de ajudar a construir solução que preserve a credibilidade e a independência desse pilar fundamental da OMC. Noto, por fim, que, em breve, com o fim do mandato de membro mexicano, ficará disponível nova vaga do Órgão de Apelação, entendida como reservada preferencialmente para nacionais da América Latina. Caberá ao Brasil avaliar a pertinência de lançar candidato próprio a processo de seleção altamente rigoroso, de caráter técnico-político e com base em critérios de capacidade jurídica e experiência no comércio internacional (entre 2001 e 2009, o Professor Luis Olavo Baptista foi membro do Órgão de Apelação).

#### UNCTAD

A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) é o órgão das Nações Unidas com mandato específico para tratar da relação entre comércio internacional e desenvolvimento, bem como de temas correlatos tais como finanças, tecnologia e investimentos. Voltadas principalmente para os países em desenvolvimento, as atividades da Organização distribuem-se em três vertentes fundamentais: (i) atividades analíticas, (ii) formação de consenso e (iii) cooperação técnica. Desde minha chegada a Genebra, ficou clara a magnitude das divergências entre países desenvolvidos e em desenvolvimento no seio da Organização. Os primeiros atuam no sentido de limitar a UNCTAD à mera prestação de cooperação a países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs). Esse esforço reducionista tem como objetivo - crescentemente mal disfarçado - esvaziar as vertentes de análise de políticas e definição de princípios de atuação internacional voltados especificamente para as necessidades dos países em desenvolvimento.

Durante minha gestão, atuei, em conjunto com amplo grupo de países, no sentido de preservar e fortalecer a capacidade da UNCTAD de contribuir para o debate sobre questões relacionadas ao comércio e ao desenvolvimento a partir das perspectivas dos países em desenvolvimento e de promover a atividade analítica e os debates intergovernamentais no organismo. Esse contraponto necessário às pressões dos países desenvolvidos deu-se no marco da constante busca de consensos amplos e da superação da clivagem de cunho precipuamente ideológico que marca e tende a paralisar a Organização.

Destaco, como uma das contribuições efetivas para o estímulo aos debates intergovernamentais na UNCTAD, a atuação brasileira - que muito se beneficiou do forte engajamento da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) - na revisão das "Diretrizes das Nações Unidas sobre Defesa do Consumidor" (datadas de 1985 e atualizadas pela última vez em 1999). Tais diretrizes passaram a incorporar elementos novos como comércio eletrônico, serviços financeiros, turismo e cooperação internacional entre agências especializadas - e sua revisão só foi possível mediante a formação de uma ampla frente negociadora que contou com importantes países em desenvolvimento e países europeus. Outra área em que o Brasil tem sido atuante diz respeito às discussões na UNCTAD sobre a reforma dos acordos internacionais de investimento. Embora o organismo não vise à negociação de normas e acordos nesse tema, sua reconhecida expertise na área de investimentos, seu trabalho analítico e as discussões intergovernamentais que lá ocorrem influenciam o debate internacional na matéria. Desse modo, a UNCTAD tem sido palco instrumental para a promoção e fortalecimento do novo modelo de acordo de investimento adotado pelo Brasil, com repercussão positiva entre governos e formadores de opinião que acompanham o assunto. Apesar dos esforços de diferentes países em desenvolvimento, inclusive do Brasil, está claro que a UNCTAD, apesar de ainda contar com corpo técnico plenamente capacitado e de produzir análises de qualidade e relevância, não tem a mesma capacidade de convocação e persuasão que marcou a Organização em décadas passadas.

Nesse sentido, o processo preparatório para a próxima reunião ministerial quadrienal da UNCTAD, bem como o próprio encontro ministerial que ocorrerá em julho de 2016, em Nairóbi, constituem oportunidades preciosas de atuação. O Brasil está plenamente engajado no processo, com espírito construtivo, e espera-se que as diretrizes a serem acordadas reforcem o mandato da Conferência e confirmem ao organismo voz mais ativa nos principais foros sobre desenvolvimento e cooperação econômica internacional, especialmente em áreas chave (como investimento, comércio eletrônico, dívida externa e finanças internacionais) nas quais a produção analítica da organização se tenha mostrado robusta, profícua e eficaz na defesa dos interesses dos países em desenvolvimento.



## ITC

O Centro para o Comércio Internacional (ITC) é uma agência de cooperação técnica conjunta da UNCTAD e da OMC. Enquanto a UNCTAD e a OMC têm natureza eminentemente intergovernamental, o ITC concentra seus esforços na articulação dos setores empresariais dos países em desenvolvimento. Em minha gestão, o Brasil, com apoio da APEX, cooperou com o ITC na organização do Fórum de Mulheres Empreendedoras ("Women Vendors Forum"), em São Paulo, em setembro de 2015. O evento é organizado anualmente pelo Centro desde 2011 e tem por objetivo conectar mulheres empreendedoras de países em desenvolvimento aos mercados internacionais. A organização do Fórum representa um exemplo positivo de como o Brasil pode seguir atuando com o ITC, ao estabelecer pontes entre órgãos pertinentes do Governo brasileiro e entidades do setor privado nacional interessados em desenvolver atividades de promoção comercial e de fortalecimento de políticas públicas em setores nos quais as experiências brasileiras podem servir de exemplo para outros países em desenvolvimento, tais como empreendedorismo e gênero; micro, pequenas e médias empresas; e desenvolvimento rural.

## OMPI

A Organização Mundial da Propriedade Intelectual é a agência especializada da Organização das Nações Unidas para a propriedade intelectual. Suas atividades estão divididas em três eixos: atividade normativa, prestação de serviços e capacitação técnica. O objetivo principal da Delegação do Brasil na OMPI é inserir a dimensão do desenvolvimento como parte integral das atividades da Organização, buscando o equilíbrio entre direitos e obrigações para o benefício mútuo de usuários e detentores de direitos de propriedade intelectual. Noto que esse objetivo não é de fácil consecução, porque se contrapõe ao interesse de grandes usuários do sistema internacional de propriedade intelectual de transformar a organização em simples entidade "prestadora de serviços".

Na agenda normativa, a OMPI administra 26 tratados e secretaria quatro comitês normativos com impacto no sistema internacional de propriedade intelectual: os comitês de direitos autorais, marcas, patentes e de recursos genéticos, conhecimentos tradicionais e folclore. O esvaziamento das

discussões, resultado da priorização de foros plurilaterais e de estratégia deliberada de alguns países desenvolvidos, é um dos desafios que tive de enfrentar em minha gestão em DELBRASOMC e que lego a meu sucessor no posto. De maneira geral, os países desenvolvidos tendem a priorizar a harmonização de requisitos de registro nas legislações nacionais, enquanto os países em desenvolvimento buscam avanços em limitações e exceções a direitos e proteção de recursos genéticos, conhecimentos tradicionais e expressões culturais tradicionais. Entre os temas de debate atual estão os tratados sobre Desenhos Industriais (DLT, na sigla em inglês) e Radiodifusão.

Na área normativa, logramos promover o Tratado de Marraqueche para facilitar o acesso de pessoas cegas e deficientes visuais ao texto impresso. Em 2015, tive a honra de depositar o instrumento de ratificação do tratado em cerimônia no Comitê de Direitos Autorais e Direitos Conexos. A homenagem a nosso País decorreu de ser o instrumento iniciativa do Brasil, em 2009, e que caminha para a entrada em vigor ainda este ano. O tratado cria exceções e limitações internacionais para permitir o trânsito internacional de obras em formato acessível (braile, daisy, audio, impressão em grandes caracteres).

O Brasil apresentou em 2015, com o copatrocinio do Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe, proposta de discussão da gestão do direito autoral no meio digital. Entre outros elementos, essa proposta, capitaneada pelo Ministério da Cultura, visa a promover a discussão sobre a transparência no pagamento de direitos de autor por empresas que disponibilizam acervos musicais na Internet mediante pagamento de assinatura.

O Brasil é, também, demandante de avanços nas discussões sobre limitações e exceções para bibliotecas e arquivos, educação, institutos de pesquisa e pessoas com outras deficiências. A esse respeito, ressalto a resistência de países europeus a continuarem discussão franca do tema após a celebração de Marraqueche, pelo receio de que o precedente venha a criar novas limitações internacionais aos direitos de autor.

A prestação de serviços é a principal fonte de recursos da OMPI, que administra os sistemas de facilitação de registro de patentes (PCT), marcas (Madri) e desenhos industriais (Haia). O Brasil é membro apenas do PCT. Entre os desafios

da organização no cumprimento dessas funções é especialmente importante para o nosso país a diminuição da concentração geográfica dos pedidos de registro de direitos de propriedade intelectual, proveniente de número limitado de escritórios nacionais. Em patentes, Estados Unidos, China, Japão, Alemanha e Coreia representam 75,3% dos pedidos de exame. Os depositantes brasileiros foram responsáveis por apenas 0,22% dos pedidos em 2015. Para expandir o número de depósitos de países em desenvolvimento, o Brasil apresentou no grupo de Trabalho do PCT proposta baseada em estudos econômicos da OMPI para redução de 50% das taxas de depósito internacional para universidades e institutos de pesquisa de uma lista de países, em sua maioria em desenvolvimento. A proposta, apresentada pela primeira vez em maio deste ano, recebeu amplo apoio, apesar de haver tido enfrentado resistência inicial de países desenvolvidos. A capacitação técnica de escritórios de patentes e de direito autoral para a implementação dos sistemas internacionais é o terceiro eixo de atividade da Organização. A capacitação inclui, como atividades principais, o desenvolvimento de programas de computador para facilitar o intercâmbio de informações entre escritórios, cursos, seminários, elaboração de estudos econômicos e cooperação legislativa. A OMPI conta hoje com três escritórios externos, sendo um deles no Rio de Janeiro, para promover os usos do sistema e auxiliar na implementação das atividades de capacitação. A Agenda do Desenvolvimento da OMPI, iniciativa lançada em 2004 por Brasil e Argentina, desempenha papel central na prestação de assistência técnica. Sua manutenção e renovação demandará a atenção de meu sucessor nos próximos anos. Em especial, a divulgação em futuro próximo de revisão da implementação das 45 recomendações da Agenda de Desenvolvimento será momento oportuno para aprofundar as discussões em torno de um sistema de propriedade intelectual mais eficiente para o desenvolvimento dos países. Destaco, também, o período em que nossa delegação esteve à frente da Coordenação do Grupo de Países da América Latina e do Caribe (GRULAC), entre junho e dezembro de 2015. Nesse período, contribuimos para a aprovação de variadas decisões, entre elas a do orçamento bienal da OMPI e a renovação do mandato negociador do Comitê sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Expressões Culturais Tradicionais para o período 2016-2017.

## PROPRIEDADE INTELECTUAL NA OMC

Na OMC, os temas de propriedade intelectual são discutidos no âmbito das sessões "regular" e "especial" do Conselho de TRIPS (Acordo sobre aspectos de propriedade intelectual relacionados ao comércio). As sessões especiais negociadoras não se reúnem formalmente desde 2011, devido à distância das posições entre os países que apoiam um mandato negociador restrito à promoção do registro internacional de indicações geográficas, e aqueles que desejam estender a negociação a outros elementos, como a implementação da Convenção da Biodiversidade no Acordo de TRIPS e a ampliação da proteção de vinhos e bebidas espirituosas para as demais indicações geográficas.

Nas sessões regulares, merece destaque a continuação do debate sobre a possibilidade de iniciarem-se litígios sob o sistema de solução de controvérsias sem que tenha havido formalmente uma violação de regras do acordo TRIPS, bem como a atenção dedicada a temas de propriedade intelectual e saúde pública, e a comércio eletrônico. Em 2016, deve entrar em vigor o Protocolo de emenda ao acordo de TRIPS, resultante da Declaração de Doha sobre TRIPS e Saúde Pública adotada em 2001. A emenda, que data de 2006, permite a países em desenvolvimento sem capacidade industrial importar medicamentos genéricos produzidos em outros países ao amparo de uma licença compulsória.

## UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

O Brasil tem destacada atuação no regime internacional das telecomunicações, setor que apresenta a União Internacional de Telecomunicações (UIT) como principal organização internacional. A UIT apresenta como objetivos fundamentais o crescimento e o desenvolvimento sustentável das telecomunicações e redes de informação. A União conta hoje com 193 Estados membros, além da presença significativa de agências reguladoras, instituições acadêmicas e empresas privadas. No caso brasileiro, a responsabilidade de participação é compartilhada entre a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e o Itamaraty, bem como representantes da sociedade civil e do setor empresarial. Entre as principais ações que têm sido executadas, ressalto a manutenção de bom relacionamento com o Secretário-Geral da

UIT, Houlin Zhao. Tenho, igualmente, prestado apoio político a negociações que envolvam a defesa dos interesses nacionais em temas afetos à UIT. Na última edição da Conferência Plenipotenciária da UIT (Busan, novembro de 2014), principal evento da organização realizado a cada quatro anos, o Brasil teve seu representante reconduzido ao Conselho de Administração da União, o que vem ocorrendo desde 1947, ano em que a UIT foi incorporada ao sistema ONU como agência especializada para Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

Entre as atuais dificuldades encontradas pelo Brasil, destaca-se o atraso no pagamento das contribuições financeiras anuais de 2014 e 2015, totalizando aproximadamente CHF 1,9 milhão (US\$ 1,95 milhão). Tal inadimplência acaba por dificultar atuação do Brasil, uma vez que o País perde peso político nas discussões mantidas, além de gerar constrangimentos recorrentes advindos da cobrança da dívida. Como agravante, diversos países desenvolvidos, a exemplo da França, têm reduzido suas contribuições à UIT, tornando o tema orçamentário um dos principais contratempos para a União.

Possível linha de atuação a ser mantida e desenvolvida é a busca por posições de consenso no âmbito da União, tendo em vista a crescente polarização no debate entre o controle de conteúdo da informação por razões de segurança, por um lado, e a defesa da privacidade e da liberdade de expressão, por outro. Tal divergência tem sido verificada, principalmente, entre países árabes e alguns países do BRICS, que privilegiam o aspecto da segurança, e países europeus e os Estados Unidos, que conferem ênfase a questões de privacidade e liberdade. Além disso, sugiro dar, igualmente, continuidade às ações para o fortalecimento e aperfeiçoamento das TICs nas áreas de normatização e infraestrutura das redes de telecomunicações e radiocomunicações, visando o seu desenvolvimento e a universalização do acesso.

## GOVERNANÇA DA INTERNET

A discussão dos temas atrelados à governança da Internet está distribuída por diferentes órgãos internacionais, fóruns permanentes e mecanismos de diálogo. Entre as principais iniciativas sobre o tema, destaca-se a Cúpula Mundial da

Sociedade da Informação (CMSI ou WSIS, na sigla em inglês), lançada, em 2003, em Genebra, com vistas à definição de princípios e estratégias para direcionar a transição para uma Sociedade da Informação. A segunda reunião da CMSI ocorreu em 2005, em Túnis, com o propósito de dar seguimento e implementar os compromissos firmados em Genebra. No encontro, foram aprovados dois textos: o Compromisso de Túnis e a Agenda de Túnis para a Sociedade da Informação, principal documento existente sobre o tema. Um dos resultados concretos previstos na Agenda de Túnis foi a criação do Fórum de Governança da Internet (IGF), em formato multissetorial (com participação dos governos, setor privado, sociedade civil e organizações internacionais). O Fórum promove o encontro de representantes de diferentes segmentos para discutir temas de políticas públicas relacionadas à Internet. Neste contexto, ressalta-se a realização da 10ª edição do IGF, em João Pessoa, em novembro de 2015. Além disso, após Túnis, tem sido realizado anualmente o "WSIS Forum", oportunidade para que os diferentes atores participem de discussões e consultas sobre a implementação dos objetivos da CMSI. Durante o período em que estive à frente da DELBRASOMC, o Brasil sediou, em abril de 2014, em São Paulo, a Reunião Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet (NETMundial). Nesse contexto, a Declaração Multissetorial da NETmundial, adotada ao final do encontro, estabelece conjunto de princípios universais que devem pautar os debates sobre a matéria. A adoção do Marco Civil da Internet, em paralelo à realização da NETMundial, também contribuiu para consolidar o protagonismo do Brasil nas discussões sobre governança da Internet. Outro evento relevante ocorrido durante minha gestão foi a Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral da ONU para Revisão Abrangente da Implementação dos Resultados da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (WSIS+10), que teve lugar em Nova York, em dezembro de 2015. A decisão de prorrogar o mandato do IGF por mais dez anos foi um dos pontos defendidos pelo Brasil que constou no documento final da reunião. Característica central nos debates sobre governança da Internet é a clivagem existente entre países que defendem a abordagem multissetorialista e aqueles que se posicionam a favor do multilateralismo. Enquanto os primeiros preconizam uma governança da Internet fluida e descentralizada, embora não fragmentada, os segundos, mais vocalmente representados

por Rússia, China, Arábia Saudita, Irã e Índia, defendem a criação de uma entidade supranacional cuja gestão caberia aos Estados.

A proeminência do Brasil nesse debate encontra-se fundamentada justamente no fato de o país ser um dos únicos que apresenta posição conciliadora, buscando solução de compromisso entre as duas abordagens mencionadas. A defesa do modelo multissetorial constituiu a base da atuação brasileira nos diversos fóruns internacionais sobre governança da Internet. Ao mesmo tempo, também se buscou estimular maior cooperação internacional para que os governos exerçam, em pé de igualdade, suas funções e suas responsabilidades em assuntos de políticas públicas relativas à Internet. Com esse intuito, esforços brasileiros e de outros países em desenvolvimento resultaram na criação do Grupo de Trabalho (GT) sobre Cooperação aprimorada, no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento da ONU (CSTD). O referido GT, cujo início também foi previsto nas discussões da CMSI, representa oportunidade para reforçar o multissetorialismo, de maneira a assegurar efetiva participação dos governos nos debates sobre governança da Internet.

Marcos Galvão, Embaixador



## SENADO FEDERAL

### MENSAGEM Nº 59, DE 2016

(nº 345/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e demais organizações econômicas sediadas em Genebra.

**AUTORIA:** Presidente da República



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 345

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e demais organizações econômicas sediadas em Genebra.

Os méritos do Senhor Evandro de Sampaio Didonet que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 22 de junho de 2016.

EM nº 00155/2016 MRE

Brasília, 7 de Junho de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e demais organizações econômicas sediadas em Genebra.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o organismo internacional e *curriculum vitae* de **EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: José Serra*

Aviso nº 384 - C. Civil.

Em 22 de junho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador VICENTINHO ALVES  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e demais organizações econômicas sediadas em Genebra.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

## I N F O R M A Ç Ã O

### CURRICULUM VITAE

#### **MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET**

CPF.: 295.482.410-72

ID.: 7743 MRE

1958 Filho de Antonio José Didonet e Maria José Antunes de Sampaio Didonet, nasce em 28 de dezembro, em Santa Maria/RS

#### **Dados Acadêmicos:**

1985 CAD - IRBr  
 1986 Mestrado em Administração de Empresas pela Webster University/EUA, campus de Viena  
 1998 CAE - IRBr, A negociação da ALCA e a agenda econômico-comercial do MERCOSUL

#### **Cargos:**

1979 CPCD - IRBr  
 1980 Terceiro-Secretário  
 1982 Segundo-Secretário  
 1988 Primeiro-Secretário, por merecimento  
 1994 Conselheiro, por merecimento  
 1999 Ministro de Segunda Classe, por merecimento  
 2008 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

#### **Funções:**

1980-84 Divisão de Europa-II, Assessor  
 1984-86 Embaixada em Viena, Segundo-Secretário  
 1987-89 Embaixada em Pequim, Segundo e Primeiro-Secretário  
 1989-92 Embaixada em Bonn, Primeiro-Secretário  
 1992 Divisão Especial de Pesquisas e Estudos para o Desenvolvimento  
 1992-95 Departamento de Integração Latino-Americana, assessor  
 1993 Secretaria-Geral, Assessor  
 1995-98 Embaixada em Roma, Conselheiro  
 1998-01 Secretaria-Geral, Assessor  
 2001-03 Embaixada em Ottawa, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios a.i  
 2003-07 Embaixada em Washington, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios a.i.  
 2007-12 Departamento de Negociações Internacionais, Diretor  
 2012- Embaixada do Brasil em Viena

#### **Chefias de Delegação:**

2000 I Reunião de Presidentes da América do Sul, Brasília, coordenador do tema de infra-estrutura  
 2006 I Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Forum de Diálogo IBAS (Índia, Brasil, África do Sul), Coordenador  
 2007 VI Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Israel, Assunção, Chefe de Delegação  
 2007 VII Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Israel, Chefe de Delegação  
 2007 I Reunião Trilateral MERCOSUL-SACU-Índia, Pretória, Chefe de Delegação  
 2007 XI Reunião de Negociação de Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-SACU, Pretória, Chefe de Delegação  
 2007 VI Reunião de Consultas MERCOSUL-Coréia, Montevideu, Chefe de Delegação  
 2007 VIII Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Israel, Genebra, Chefe de Delegação  
 2007 Reunião final de negociação de ALC MERCOSUL-Israel, Montevideu, Chefe de Delegação  
 2008 IX Reunião de Negociação (final) de Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-SACU, Buenos

- Aires, Chefe de Delegação
- 2008 Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Jordânia, Amã, Chefe de Delegação
- 2008 I Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Egito, Cairo, Chefe de Delegação
- 2008 Reunião de Altos Funcionários MERCOSUL-ASEAN, Brasília, Chefe de Delegação
- I Reunião do Comitê de Administração Conjunta do Acordo de Comércio Preferencial
- 2009 MERCOSUL-
- Índia, Montevideu, Chefe de Delegação
- 2010 IV Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Egito, Buenos Aires, Chefe de Delegação
- 2010 XVII Reunião do Comitê de Negociações Birregionais MERCOSUL-UE, Buenos Aires, Chefe de Delegação
- 2010 Reunião MERCOSUL-Canadá, Buenos Aires, Chefe de Delegação
- 2010 Reunião final de negociação de ALC MERCOSUL-Egito, San Juan, Argentina, Chefe de Delegação
- 2010 III Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Jordânia, Amã, Chefe de Delegação
- 2010 Reunião MERCOSUL-Palestina, Ramalá, Chefe de Delegação
- 2010 XVIII Reunião do CNB MERCOSUL-UE, Bruxelas, Chefe de Delegação
- 2010 IV Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Jordânia, Brasília, Chefe de Delegação
- 2010 XIX Reunião do CNB MERCOSUL-UE, Brasília, Chefe de Delegação
- 2011 XX Reunião do CNB MERCOSUL-UE, Bruxelas, Chefe de Delegação
- 2011 XXI Reunião do CNB MERCOSUL-UE, Assunção, Chefe de Delegação
- 2011 XXIII Reunião do Comitê de Negociações Birregionais MERCOSUL-EU, Montevideu, Chefe de Delegação
- 2012 40a. Sessão da Junta de Desenvolvimento Industrial da UNIDO, Viena, Chefe de Delegação.
- 2012 I Assembléia das Partes da Academia Internacional Anticorrupção, Viena, Chefe de Delegação
- 2013 56a. Sessão da Comissão de Entorpecentes, Viena, Chefe de Delegação
- 2014 23a. Sessão da Comissão de Prevenção do Crime e Justiça Criminal, Viena, Chefe de Delegação
- 2014 VII Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre o Crime Organizado Transnacional, Viena, Chefe de Delegação
- 2014 II Conferência das Nações Unidas sobre Países em Desenvolvimento sem Saída para o Mar (LLDCs), Viena, Chefe de Delegação
- 2014 42a. Sessão da Junta de Desenvolvimento Industrial da UNIDO, Viena, Chefe de Delegação
- 2015 58a. Sessão da Comissão de Entorpecentes, Viena, Chefe de Delegação
- 2015 XIII Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Justiça Criminal, Doha, Chefe de Delegação
- 2015 24a. Sessão da Comissão de Prevenção do Crime e Justiça Criminal, Viena, Chefe de Delegação
- 43a. Sessão da Junta de Desenvolvimento Industrial da UNIDO, Viena, Chefe de Delegação

#### Condecorações:

- 1986 Ordem do Mérito, Áustria, Oficial
- 1996 Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil
- 1997 Ordem do Mérito, Itália, Comendador
- 1998 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
- 2000 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador
- 2000 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
- 2001 Ordem de Bernardo O'Higgins, Chile, Grande Oficial
- 2004 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Comendador
- 2009 Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz

#### Publicações:

- 1993 O Mercosul e o Comércio Hemisférico, in Boletim de Integração Latino-Americana, nº 9, DIN/MRE
- 1993 Abertura Comercial e o MERCOSUL, in Economia em Perspectiva, Conselho Regional de

- 1995 Economia SP, nº 102, em coautoria com Sérgio de Abreu e Lima Florêncio.  
A Abertura Comercial Brasileira, in Boletim de Diplomacia Econômica, nº 19, fevereiro de 1995, SGIE/MRE (co-autoria com Rubens Ricupero)
- 2011 ASEAN-MERCOSUR Cooperation: The Way Forward, in Brazil & Thailand, Ministry of Foreign Affairs of Thailand, 2011.

**PAULA ALVES DE SOUZA**

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**  
Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros  
Departamento Econômico

**ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO**



**Informação para o Senado Federal**  
**OSTENSIVA**  
**Junho de 2016**

<b>DADOS BÁSICOS</b>	
Nome Oficial	Organização Mundial do Comércio - OMC
Países membros	162 países membros
Ano da fundação	1995
Ano da adesão do Brasil	1995 (O Brasil foi um dos membros fundadores)
Sede	Genebra, Suíça
Principais órgãos	Conferência Ministerial Conselho Geral Secretariado
Principais chefias	Diretor-Geral: Roberto Carvalho de Azevêdo, desde 2013 Diretores-Gerais Adjuntos: Yonov Frederick Agah, Karl Brauner, David Shark e Yi Xiaozhun



*PERFIS BIOGRÁFICOS***DIRETOR-GERAL DA OMC  
ROBERTO CARVALHO DE AZEVÊDO**

Nasceu em 3 de outubro de 1957, em Salvador. Formou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília. Ingressou no Ministério das Relações Exteriores em 1984 e serviu nas embaixadas do Brasil em Washington (1988 a 1991), e em Montevideú (1992 a 1994).

Em 1995, tornou-se subchefe para Assuntos Econômicos no Gabinete do Ministério das Relações Exteriores e, de 1997 a 2001, serviu na Missão Permanente do Brasil em Genebra.

Participou da criação da Coordenação-Geral de Contenciosos, a qual chefiou entre 2001 e 2005, tendo atuado como Chefe de Delegação nos contenciosos dos "Subsídios ao Algodão", dos "Subsídios à Exportação de Açúcar", e das "Medidas que Afetam a Importação de Pneus Reformados".

Foi Diretor do Departamento Econômico entre 2005 e 2006, Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos de 2006 a 2008, e Representante Permanente do Brasil junto à OMC de 2008 a 2013.

Em dezembro de 2012, foi indicado pelo Brasil para concorrer ao cargo de Diretor-Geral da OMC e elegeu-se, vencendo a disputa contra o candidato mexicano Hermínio Blanco, para mandato de quatro anos (2013-2017). Assumiu funções em 1º de setembro de 2013.

**DIRETOR-GERAL ADJUNTO DA OMC – YONOV FREDERICK AGAH**

Yonov Frederick Agah, de nacionalidade nigeriana, é Bacharel em Ciência e Mestre em Economia pela Universidade Ahmadu Bello (Zaria, Nigéria). Obteve também os títulos de Mestre em Administração de Empresas e de Doutor em Economia (Comércio Internacional) pela Universidade de Jos (Nigéria) em 1989 e 2007, respectivamente. O Senhor Agah também é Bacharel em Direito pela Universidade de Abuja (Nigéria, 2009).

Antes de sua designação como Diretor-Geral Adjunto da OMC, em 2013, Yonov Agah foi Representante Permanente da Nigéria junto à OMC, desde 2005. Presidiu o Conselho Geral da OMC em 2011, estando à frente da organização da Oitava Conferência Ministerial da OMC. Presidiu, adicionalmente, os seguintes órgãos da OMC: o Órgão de Solução de Controvérsias, em 2010; o Conselho de Comércio de Serviços, em 2009; o Órgão de Revisão de Políticas Comerciais, em 2008; o Conselho para os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, em 2007; e o Conselho de Comércio de Bens, em 2006.

Anteriormente, o Sr. Agah exerceu as seguintes funções: professor na Kaduna Politécnica (1979-1981); colunista e gerente de distribuição da Benie Printing and Publishing Corporation (1982-1984); gerente de vendas da Bennue Bottling Company Limited (1984-1987); gerente de campo da UTC Nigeria PLC (1990-1991); Vice-Diretor (assuntos multilaterais), de 1991 a 2001; e Diretor (comércio externo), de 2002 a 2005.

**DIRETOR-GERAL ADJUNTO DA OMC  
KARL BRAUNER**



Karl Brauner, de nacionalidade alemã, é advogado, tendo feito seus estudos na Alemanha e no Reino Unido. Iniciou sua vida profissional no departamento jurídico do Ministério Federal Alemão da Economia, em Bonn, em 1983. De 1986 a 1987, trabalhou na Missão da Alemanha junto às Nações Unidas em Nova York. Serviu também nas missões diplomáticas alemãs em Atenas e Sydney.

O Senhor Brauner ocupou o cargo de Diretor Geral de Política Econômica Externa no Ministério Federal Alemão da Economia em Berlim por 12 anos, de 2001 a 2013. No exercício dessa função, foi responsável por todos os instrumentos de promoção das exportações e também foi encarregado do gerenciamento destas.

Atuou também como representante da Alemanha no Comitê de Política Comercial da União Europeia, cuja função é a de determinar a política comercial da União Europeia. Participou de todas as conferências ministeriais da OMC, desde o lançamento da Agenda de Desenvolvimento de Doha, em 2001.

Karl Brauner assumiu o cargo de Diretor-Geral Adjunto da OMC em 2013.

**DIRETOR-GERAL ADJUNTO DA OMC  
DAVID SHARK**



David Shark, de nacionalidade estadunidense, é Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Columbia e tem uma longa carreira na área de política comercial. Havendo iniciado sua vida profissional em 1975, com um curto período no Departamento de Trabalho dos Estados Unidos da América, em março de 1976 passou a integrar o Escritório de Política Comercial do Departamento de Comércio, participando ativamente, desde então, das negociações no âmbito do GATT e da OMC.

Em 1980, ingressou no Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos, desempenhando diversas funções, como, por exemplo, Diretor Executivo do Sistema Geral de Preferências e Assistente Adjunto do Representante de Comércio dos EUA para Coordenação de Políticas Comerciais, entre outras.

De 1988 a 1995, Shark trabalhou na seção do Representante de Comércio dos Estados Unidos em Genebra, onde foi responsável pelas negociações comerciais da Rodada Uruguai e pela implementação dos acordos resultantes. Retornou a Genebra em junho de 2000 para trabalhar na Missão dos Estados Unidos junto à OMC, onde exerceu o cargo de Representante Permanente Adjunto.

Tornou-se Diretor-Geral Adjunto da OMC em 2013.

**DIRETOR-GERAL ADJUNTO DA OMC  
YI XIAOZHUN**



Yi Xiaozhun, de nacionalidade chinesa, é Mestre em Economia pela Universidade de Nankai. Tem vasta experiência na área de comércio internacional e de economia, tanto como membro do alto escalão do governo, quanto como Representante Permanente da China junto à OMC. Atuou como um dos principais negociadores no processo de acesso de seu país à OMC.

Yi Xiaozhun foi Ministro Adjunto e Vice-Ministro de Comércio da China, encarregado de negociações comerciais multilaterais e regionais e de cooperação. Atuou também na negociação de numerosos acordos de livre comércio, incluindo o Acordo China-ASEAN, primeiro acordo do tipo firmado pela China. Trabalhou no aprofundamento da relação entre a China e a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC, na sigla em inglês), o Encontro Ásia-Europa (ASEM, na sigla em inglês), a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD, na sigla em inglês), a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE, na sigla em inglês). Serviu, ademais, como diplomata na embaixada chinesa nos Estados Unidos, do final dos anos 1980 até o início dos anos 1990.

Como Representante Permanente da China junto à OMC, o Senhor Yi Xiaozhun foi eleito Presidente do Grupo de Trabalho para a Acesso da República Popular do Laos. Tornou-se Diretor-Geral Adjunto da OMC em 2013.

#### *INFORMAÇÕES GERAIS*

#### **HISTÓRICO E ATRIBUIÇÕES:**

As origens da Organização Mundial do Comércio (OMC) remontam ao final da Segunda Guerra Mundial e aos esforços dos aliados em reconstruir a economia mundial. O impasse na ratificação da Carta de Havana, documento que delimitava os objetivos e funções de uma das instituições de Bretton Woods voltada ao comércio internacional, levou à negociação de um Acordo Provisório, o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (“General Agreement on Tariffs and Trade” – GATT, na sigla em inglês), em 1947, que adotava o resultado das negociações relativas a tarifas e regras sobre o comércio.

A partir de então, as regras do sistema de comércio internacional, antes consubstanciadas em tratados bilaterais, foram aprofundadas através de rodadas de negociações multilaterais. Inicialmente voltadas à diminuição dos direitos aduaneiros, as seis primeiras rodadas foram pautadas em negociações sobre concessões tarifárias recíprocas que culminaram em uma bem-sucedida queda da média tarifária aplicada.

A sétima rodada, denominada Rodada Tóquio, voltou-se a negociações de regras sobre barreiras não tarifárias, as quais passaram a ser adotadas por diversos países como nova forma de protecionismo à produção nacional. A Rodada culminou em nove acordos (válidos apenas entre as partes que os assinavam): Barreiras Técnicas; Subsídios; Antidumping; Valoração Aduaneira; Licenciamento de Importação; Compras Governamentais; Comércio de Aeronaves; Acordo sobre Carne Bovina e Acordo sobre Produtos Lácteos. Os dois últimos foram encerrados com o início das atividades da OMC.

A oitava rodada, a Rodada Uruguai, foi a mais ambiciosa e complexa das negociações estabelecidas no âmbito do GATT. Além da diminuição tarifária, estava entre os seus objetivos a integração às regras do GATT de setores antes excluídos, como agricultura e têxteis, além da introdução de tais regras a novos setores como serviços, medidas de investimentos e de propriedade intelectual.

Principal resultado da Rodada Uruguai, a OMC estabeleceu-se como fórum para a negociação de acordos multilaterais que visem à redução de barreiras ao comércio internacional e contribuam para o desenvolvimento e crescimento econômico mundial. A OMC, enquanto organização internacional, possui estrutura legal e institucional para a implementação e o monitoramento desses acordos internacionais, assim como para a solução de conflitos oriundos de sua aplicação e interpretação. Atualmente existem 16 (dezesesseis) acordos multilaterais em vigor sob a égide da OMC (dos quais todos os estados membros da OMC são partes signatárias) e 2 (dois) acordos plurilaterais dos quais apenas parte dos estados membros são partes signatárias.

O termo GATT ficou estabelecido para designar o conjunto de todas as regras sobre comércio negociadas desde 1947, além das modificações introduzidas pelas sucessivas rodadas de negociação até a Rodada Uruguai. Assim, a ideia do GATT enquanto órgão internacional desapareceu, mas o acordo permanece válido como parte do sistema das regras do comércio internacional.

Durante os últimos 60 anos a OMC, que foi estabelecida em 1995, e o seu predecessor, o GATT, contribuíram ambos para a criação de um sistema de comércio internacional forte e próspero e, conseqüentemente, para um crescimento econômico global sem precedentes. Atualmente, a OMC reúne 162 membros. Suas atribuições incluem: (i) negociar regras para o comércio internacional de bens, serviços, propriedade intelectual e

outras matérias que os membros venham a acordar; (ii) zelar pela adequada implementação dos compromissos assumidos; (iii) servir de espaço à negociação de novas disciplinas; e (iv) resolver controvérsias entre os membros. As atividades conduzidas pela OMC contam com o apoio de seu Secretariado sob a direção de seu Diretor-Geral. As três línguas oficiais na OMC são o inglês, o francês e o espanhol.

## ESTRUTURA:

### Conferência Ministerial

O órgão máximo da OMC é a Conferência Ministerial, que deve reunir-se, no mínimo, a cada dois anos. Entre essas reuniões, as funções da Conferência Ministerial são exercidas pelo Conselho Geral, que, sob distintos termos de referência, funciona também como Órgão de Revisão de Políticas Comerciais e Órgão de Solução de Controvérsias.

### Conselho Geral

Ao Conselho Geral se reportam diretamente o Conselho de Bens, o Conselho de Serviços e o Conselho de Propriedade Intelectual, além de comitês temáticos voltados a questões como Comércio e Desenvolvimento, Comércio e Meio Ambiente, Acordos Regionais e Orçamento. Com o lançamento da Rodada Doha, foi instituído o Comitê de Negociações Comerciais (CNC), também subordinado ao Conselho Geral. No âmbito do CNC estão as Sessões Especiais do Conselho de Serviços, do Conselho de Propriedade Intelectual, do Órgão de Solução de Controvérsias, do Comitê de Agricultura, do Subcomitê sobre Algodão, do Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento e do Comitê sobre Comércio e Meio Ambiente, assim como os Grupos de Negociação sobre Acesso a Mercados e Regras. Atualmente, o Conselho Geral é presidido pelo Embaixador Harald Neple, Representante Permanente da Noruega.

### Conselho de Bens

O Conselho de Comércio de Bens da OMC visa a monitorar a implementação de compromissos assumidos pelos membros em matéria de comércio de bens. Entre suas doze instâncias subsidiárias, destacam-se os Comitês de Acesso a Mercados, de Agricultura, de Barreiras Técnicas ao Comércio, Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, Subsídios, Antidumping, assim como o Comitê Preparatório sobre Facilitação do Comércio. O Conselho de bens, que se reúne cerca de quatro vezes por ano, é presidido atualmente pelo Representante Permanente da Austrália junto à OMC, Embaixador Hamish McCormick.

### Conselho de Serviços

O Conselho de Comércio de Serviços da OMC se reúne, em média, cinco vezes ao ano, para avaliar o cumprimento, pelos membros, de seus compromissos de acesso a mercados assumidos no âmbito do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços – GATS, bem como questões relativas à regulamentação doméstica e transparência de regras nacionais para as atividades financeiras, de transportes, energia, telecomunicações e serviços profissionais. O Conselho de Serviços é presidido atualmente pelo Representante Permanente da Islândia junto à OMC, Embaixador Martin Eyjólfsson.

#### Conselho de TRIPS

É o órgão que trata dos temas relacionados ao Acordo sobre Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio – TRIPS. O Conselho de TRIPS é presidido, atualmente, pelo Representante Permanente da Tanzânia junto à OMC, Embaixador Modest Jonathan Mero.

#### Órgão de Revisão de Políticas Comerciais

O mecanismo de revisão de políticas comerciais da OMC permite o exame periódico do quadro jurídico e das práticas dos membros em matéria de política comercial. A periodicidade das revisões é definida pela participação de cada membro nos fluxos internacionais de comércio. O exercício toma por base, de um lado, relatório preparado pelo governo do membro sob exame, na forma de uma declaração política, e, de outro lado, relatório produzido pelo Secretariado, de teor analítico e crítico. A par dos elementos de informação disponíveis, representantes dos demais membros da OMC dirigem perguntas – seja por escrito, com antecedência de alguns dias, seja oralmente, no momento da reunião – ao membro examinado, para que este exponha seus pontos de vista sobre os temas levantados. Em junho de 2017, o Brasil será objeto, pela sétima vez, do processo de revisão. O Órgão de Revisão de Políticas Comerciais é atualmente presidido pela Representante Permanente de Hong Kong, Senhora Irene Young.

#### Órgão de Solução de Controvérsias

Considerado por muitos especialistas como um dos resultados mais significativos da Rodada Uruguai de negociações comerciais (1986-1994), o sistema de solução de controvérsias da OMC diferencia-se do mecanismo vigente até 1994 no âmbito do GATT em vários aspectos. Destes, talvez o mais importante seja o modo de aprovação dos relatórios dos painéis e da criação do Órgão de Apelação. O GATT exigia o consenso dos países membros para aprovar os relatórios, o que permitia à parte derrotada bloquear a aprovação. Já na OMC, relatórios de painéis e do Órgão de Apelação só não serão aprovados pelo Órgão de Solução de Controvérsias – OSC, no qual todos os países membros estão representados, caso ocorra o chamado “consenso negativo”: todos os países membros, inclusive o ganhador da disputa, decidam pela não adoção do relatório.



À diferença do mecanismo de solução de controvérsias do GATT, como já assinalado, o sistema da OMC é dotado de instância revisora, o Órgão de Apelação, com a função de verificar, a pedido de qualquer parte em disputa, os fundamentos legais do relatório do painel e de suas conclusões.

O objetivo do Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC é reforçar a observância das normas comerciais multilaterais e a adoção de práticas compatíveis com os acordos negociados. Não há o propósito de punir países membros pela adoção de práticas consideradas incompatíveis com as regras da OMC. O sistema permite, a qualquer momento, a solução do conflito por meio de um acordo entre as partes em contenda.

Caso um relatório de painel ou do Órgão de Apelação adotado pelo OSC conclua pela incompatibilidade da prática de um Membro com as regras da OMC, a parte afetada deve modificar aquela prática, de modo a recompor o equilíbrio entre direitos e obrigações, um dos fundamentos do sistema multilateral de comércio, ou deve oferecer compensação à parte vencedora na disputa. Apenas em caso de recusa por parte do Membro derrotado em recompor tal equilíbrio é que a OMC poderá autorizar retaliações.

O Brasil, como um dos países membros que mais atuam em contenciosos na OMC, considera que o mecanismo de solução de controvérsias tem dado resposta satisfatória às necessidades do sistema multilateral de comércio e, portanto, que seu fortalecimento corresponde ao interesse nacional do País. O Órgão de Solução de Controvérsias é atualmente presidido pelo Representante Permanente da África do Sul junto à OMC, Xavier Carim.

## RELAÇÕES COM OUTROS ORGANISMOS INTERNACIONAIS:

A OMC mantém relações institucionais com cerca de 140 organizações internacionais, que participam dos trabalhos da OMC como observadoras. A OMC participa igualmente como observadora junto a várias outras organizações internacionais. O Secretariado da OMC se relaciona com aproximadamente 200 organizações internacionais sobre temas os mais diversos: estatísticas, pesquisa, normatização, assistência técnica e formação.

#### *PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO DO BRASIL*

O Brasil fez parte do primeiro grupo de vinte e três países signatários do GATT em 1947 e também foi membro fundador da OMC, em 1995. Sua atuação vem ganhando crescente destaque desde os anos do GATT, tendo muitas vezes levado o País a assumir posições de liderança entre os países em desenvolvimento. Nesse contexto, é vista com naturalidade a participação do Brasil em processos de consulta e negociação conduzidos, em suas fases cruciais, por grupos reduzidos de membros.

A experiência brasileira tem sido reconhecida também pela escolha de seus representantes para o desempenho, ao longo da vigência dos dois organismos, de funções como presidências de grupos negociadores e comitês, a presidência do Conselho de Representantes do GATT e do Conselho Geral da OMC, do Conselho de Serviços, do Comitê de Comércio e Desenvolvimento, do Órgão de Solução de Controvérsias e, mais recentemente, a Direção-Geral da própria OMC, que foi assumida pelo Embaixador Roberto Carvalho de Azevêdo, em 1º de setembro de 2013.

Os principais objetivos do Brasil na OMC são: (i) assegurar crescente abertura dos mercados internacionais para bens e serviços brasileiros; (ii) propugnar pelo contínuo aprimoramento das regras do comércio internacional, inclusive para buscar dispositivos que atendam às necessidades próprias dos países em desenvolvimento (seja por meio de maior flexibilidade na aplicação de determinadas regras e na forma como se processa a abertura comercial, seja na eliminação de assimetrias prejudiciais a esses países); (iii) fortalecer o sistema multilateral de comércio, inclusive o Mecanismo de Solução de Controvérsias, a fim de coibir o uso de medidas unilaterais que possam atingir os interesses brasileiros.

Desde a entrada em vigor do Entendimento sobre Solução de Controvérsias da OMC, em 1995, o Brasil tomou parte, como demandante, demandado ou terceira parte, em 145 contenciosos. É o terceiro país em desenvolvimento com maior participação em disputas na Organização, atrás apenas da China (177) e da Índia (161).

### **ATUAÇÃO DO BRASIL NO SISTEMA DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS DA OMC**

O Brasil é um dos países mais atuantes no sistema de solução de controvérsias da OMC, tendo participado em 45 casos como parte principal (demandante/demandado) e 100 disputas como terceira parte (das 507 totais iniciadas no sistema). Com o intuito de dar suporte à participação brasileira no mecanismo e propiciar uma melhor coordenação entre todos os atores envolvidos nos contenciosos (governo, setor privado e escritórios de advocacia), foi criada, em 2001, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, a Coordenação-Geral de Contenciosos (CGC). As funções da CGC compreendem, basicamente, o acompanhamento dos casos, desde a condução das discussões pré-contencioso até o monitoramento de sua implementação.

Em termos de casos ativos em que o Brasil figura como parte principal, destacam-se, atualmente, dois contenciosos contra a Indonésia a respeito de barreiras impostas à importação de carne de frango e de carne bovina brasileira, o primeiro em fase de painel e o segundo em fase de consultas; um contencioso contra a Tailândia em razão dos subsídios concedidos à produção de açúcar e ao plantio de cana, que se encontra em fase de consultas; e dois contenciosos iniciados por União Europeia e Japão contra o Brasil a respeito de medidas de incentivo fiscais e tributárias concedidas pelo Governo brasileiro ao setor industrial, em fase de painel (os dois casos foram reunidos e correm simultaneamente, por questionarem as mesmas medidas).

Como terceira parte, o Brasil tem focado sua participação em temas de interesse sistêmico que podem afetar o equilíbrio de direitos e obrigações dos Países na OMC e, consequentemente, o espaço que os Estados detêm para promover seus objetivos políticos, como, por exemplo, "Austrália – Embalagens Genéricas", focado na discussão sobre direitos de marca e necessidades de saúde pública no mercado de produtos de tabaco; "Indonésia – Regimes de Licenciamento de Importação", no qual Nova Zelândia e Estados Unidos questionam a legalidade do regime indonésio de licenciamento de importação; e "Estados Unidos – Direitos Anti-Dumping aplicados a Máquinas de Lavar Industriais", focado na operacionalização de cálculo de margem de dumping a partir de método alternativo previsto nos Acordos da OMC.

### **REVISÃO DO ENTENDIMENTO SOBRE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS DA OMC (DSU)**

Com o objetivo de aperfeiçoar o funcionamento do Sistema de Solução de Controvérsias, que, desde sua criação em 1995, revelou-se instrumental para assegurar a

consistência do sistema multilateral de comércio, o Brasil participa, igualmente, do processo de revisão do DSU, em curso desde 1999.

Os principais temas em discussão são:

- a) Direito das terceiras partes;
- b) Transparência;
- c) Composição dos painéis;
- d) Prazos;
- e) Soluções mutuamente acordadas;
- f) Informação estritamente confidencial;
- g) Sequência dos Procedimentos" ("Sequencing");
- h) Pós-retaliação;
- i) Mecanismo de reenvio ("Remand") para que os painéis possam completar a análise dos fatos submetidos ao Órgão de Apelação (que somente pode pronunciar-se sobre questões de direito);
- j) Interesses dos Países em Desenvolvimento;
- k) Flexibilidade e Controle dos Membros; e
- l) Implementação.

Em suas manifestações sobre o assunto, o Brasil tem destacado a importância de que o sistema beneficie igualmente a todos os países, independentemente de seu desenvolvimento relativo e possa funcionar de forma mais fluída e expedita.

Embora as negociações de revisão do DSU não estejam entre as prioridades dos países membros da OMC no momento – até pela percepção generalizada de que o sistema funciona a contento e não requereria mais que alguns “ajustes” – não se descarta a possibilidade de emprestar novo ritmo às discussões, a depender da continuidade do esforço negociador no âmbito da OMC.

### **CONTEXTO ATUAL - A RODADA DOHA DA OMC:**

A Rodada Doha da OMC, iniciada em 2001, encontra-se em estado de impasse desde 2008, quando esteve próxima da conclusão. Certos países, no entanto, passaram a demandar concessões muito mais significativas dos principais países emergentes (Brasil, China e Índia) em acesso a mercados para bens industriais e serviços, sem oferecer contrapartidas nas áreas de interesse exportador desses países (agricultura, no caso do Brasil). Intensas negociações ao longo de 2013 permitiram chegar a um conjunto de resultados aprovados pelos Ministros na 9ª Conferência Ministerial da OMC, em Bali, em 2013, entre eles o Acordo de Facilitação de Comércio e quatro decisões/declarações sobre agricultura ("serviços gerais" em países em desenvolvimento, formação de estoques para programas de segurança alimentar, administração de quotas tarifárias e subsídios à exportação).

A 10ª Conferência Ministerial, realizada no período de 15 a 18/12/2015, em Nairobi, possibilitou a obtenção de pacote de resultados que incluiu decisão histórica de proibição de subsídios para as exportações agrícolas, quase seis décadas após a eliminação

do mesmo tipo de subvenção a produtos industriais. O pacote contemplou também decisões relacionadas a estoques públicos para fins de segurança alimentar; mecanismo de salvaguardas especiais para países em desenvolvimento; algodão; e temas relacionados a países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs), como regras de origem preferenciais para PMDRs; implementação de tratamento preferencial para serviços e prestadores de serviços de PMDRs; e aumento da participação de PMDRs no comércio de serviços.

A Declaração Ministerial resultante da Conferência registrou a falta de consenso entre os países membros no tocante à Agenda de Desenvolvimento de Doha. Enquanto muitos países membros reafirmaram o compromisso com o mandato de Doha, outros defenderam a necessidade de novas abordagens para que se logrem resultados significativos na OMC. Além disso, abriu-se a possibilidade de tratamento de novos temas não incluídos no mandato da Rodada Doha, desde que haja consenso entre os membros para tratá-los. Verificou-se, por outro lado, compromisso do conjunto dos membros no sentido de fazer avançar as negociações sobre temas pendentes de Doha, inclusive nos três pilares de agricultura: acesso a mercados, apoio doméstico e competição nas exportações.

A Declaração Ministerial inclui também, por iniciativa brasileira, parágrafo que trata de acordos comerciais regionais, estabelecendo que deverá haver discussões sobre as implicações sistêmicas desses instrumentos para o sistema multilateral de comércio e sua relação com as regras da OMC.

Com relação a novos temas, algumas áreas que vêm sendo citadas são investimentos, comércio eletrônico, defesa da concorrência e pequenas e médias empresas.

## **TEMAS DE INTERESSE PARA O BRASIL**

### **Agricultura**

Após o impasse a que chegaram as negociações da Rodada Doha em 2008, o processo de reforma da agricultura entrou praticamente em hibernação. As tentativas de se retomar as tratativas com base no texto das chamadas “modalidades negociadoras agrícolas” de 2008, conjunto de fórmulas para corte de subsídios e tarifas, muitas delas impulsionadas por grupo de países em desenvolvimento liderado pelo Brasil, encontraram resistências significativas.

Em resposta a esse novo contexto negociador, e sem desconsiderar o objetivo de longo prazo de aprofundar o processo de reforma do comércio agrícola internacional iniciado na Rodada Uruguai, o Brasil buscou, de forma realista e pragmática, flexibilizar posições para permitir avanços negociadores. Protagonizou, nesse sentido, a aprovação de novas regras para o efetivo preenchimento das quotas tarifárias agrícolas, na Ministerial de Bali de 2013, e teve papel central na decisão histórica adotada na Ministerial de Nairobi, em dezembro de 2015, que definiu o fim dos subsídios à exportação e novas regras para disciplinar as medidas de efeito equivalente.

O reposicionamento brasileiro nos temas agrícolas na OMC reaproximou o Brasil dos membros incisivos do Grupo de Cairns, tradicionais aliados na defesa do processo de reforma da agricultura, e formou inédita parceria com a União Europeia, que resultou na apresentação de proposta conjunta para as negociações do pilar de competição nas exportações.

Nos próximos anos, o Brasil trabalhará pragmaticamente para fortalecer o pilar negociador da OMC. A reforma continuada das regras agrícolas multilaterais continuará com a expectativa de resultados incrementais nas conferências ministeriais a cada dois anos. O foco da agenda deverá estar e, temas sistêmicos, como subsídios domésticos distorcivos, assim como em questões relacionadas ao acesso a mercados agrícolas internacionais.

### **REGRAS DE DEFESA COMERCIAL**

Os países membros da OMC, quando confrontados com situações de concorrência desleal (dumping e/ou subsídios) ou com surtos de importações que causem ou ameacem causar dano a sua indústria nacional, podem fazer uso das regras multilaterais de comércio para aplicar medidas de defesa comercial – medidas antidumping, medidas compensatórias ("antissubsídios") e medidas de salvaguardas.

Essas medidas de defesa comercial podem assumir a forma de direitos aduaneiros aplicados acima do imposto de importação ou de restrições quantitativas. São instrumentos utilizados temporariamente, para minimizar o dano causado aos setores nacionais pelo dumping ou subsídio de terceiros ou pelo surto de importações de determinado produto. Para que essas medidas possam ser aplicadas, o país afetado deve demonstrar dano à indústria doméstica e conduzir investigações que comprovem a prática de dumping pelos exportadores (medidas antidumping), a existência de preços subsidiados (medidas compensatórias) ou o surto nas importações (salvaguardas), dependendo do caso.

Três são os Acordos da OMC que disciplinam a aplicação de medidas de defesa comercial pelos países membros: Acordo Antidumping, Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias e Acordo de Salvaguardas. O Grupo Negociador de Regras (GNR) da Organização, encarregado de conduzir as negociações sobre defesa comercial na Rodada Doha, segue trabalhando no esclarecimento de aspectos específicos dos Acordos de Antidumping e de Subsídios e Medidas Compensatórias e no tratamento de temas como subsídios à pesca e acordos regionais. O mandato de Doha, em 2001, orientou os membros a negociarem aprimoramentos das disciplinas existentes nessas áreas e um novo acordo multilateral para pesca.

Na última reunião ministerial da OMC em Nairobi (dezembro de 2015), não houve resultados substantivos nos temas de "regras". Há, contudo, apoio significativo a negociações em subsídios à pesca. Algumas delegações têm sinalizado apoio para discussões sobre o aumento da transparência das disciplinas de antidumping e subsídios, mas, no contexto atual, há poucas chances de alterações dos acordos multilaterais sobre esses temas.

As negociações sobre subsídios à pesca, voltadas à adoção de um Acordo para disciplinar o apoio ao setor pesqueiro, têm como foco os problemas de sobre-exploração e a sobrecapacidade causada pelo excesso de embarcações, com sérios riscos à sustentabilidade dos recursos pesqueiros dos oceanos.

Por fim, o mandato de Doha no tema de acordos regionais tem dois tópicos. O primeiro, que previa o aumento de transparência nas disciplinas dos acordos bilaterais,

regionais ou plurilaterais, foi parcialmente cumprido com a criação, em 2006, de um “mecanismo de transparência” provisório, que prevê a notificação à OMC e o anúncio prévio do estabelecimento de acordos regionais. O segundo tópico está relacionado à análise dos impactos desses mesmos acordos sobre o sistema multilateral de comércio.

### Serviços

Nas negociações de acesso a mercados em serviços na Rodada Doha, os Membros demandantes, sobretudo os países desenvolvidos, apresentam interesses ofensivos em praticamente todos os setores, com destaque para serviços financeiros, telecomunicações, postais, serviços de distribuição, serviços ambientais, serviços de energia, e serviços jurídicos. De maneira geral, os países em desenvolvimento tendem a limitar seus interesses ofensivos a Modo 4 (compromissos para permitir a prestação de serviços por pessoas físicas estrangeiras no mercado de um determinado país).

O mandato negociador de Doha estabelece a modalidade de pedido e oferta como o principal método de negociação. Em junho de 2002, foram apresentados pedidos bilaterais de acesso a mercados. Ao longo de 2003, os membros apresentaram suas ofertas iniciais. Em 2004 e 2005, foram apresentadas ofertas revisadas. Em 2008, foi realizada uma Conferência de Sinalização (“signalling conference”), na qual os membros apresentaram indicações informais de suas eventuais ofertas finais em serviço, no contexto de conclusão da Rodada e na hipótese de que fossem logrados acordos satisfatórios em outras áreas negociadoras.

A oferta brasileira revisada contempla amplos compromissos em Modo 3 (presença comercial de investidores estrangeiros) e ofertas mais limitadas em Modo 1 (prestação transfronteiriça de serviços, como, por exemplo, via Internet) e Modo 2 (consumo no exterior) em virtude da falta de parâmetros regulatórios adequados na legislação nacional (critérios para qualidade do serviço e proteção ao consumidor, por exemplo). Em alguns setores, há impedimentos legais e sensibilidades políticas que não permitem ao Brasil assumir compromissos, por exemplo, em saúde e educação.

No contexto da falta de progressos concretos na Rodada desde 2008, um grupo autointitulado de os “verdadeiros amigos da liberalização do comércio de serviços” (RGFs, na sigla em inglês) apresentou, em 2012, proposta para lançamento de uma iniciativa plurilateral para negociações em serviços, denominada “Trade in Services Agreement” (“Acordo sobre Comércio de Serviços” – TiSA, na sigla em inglês), cujos resultados “seriam posteriormente incorporados à OMC”. Em linhas gerais, os RGFs propõem que a iniciativa plurilateral seja baseada nos seguintes elementos: i) compromissos abrangentes em todos os setores; ii) criação de novas oportunidades de acesso a mercados; iii) introdução de disciplinas em capítulos setoriais (telecomunicações, serviços financeiros, etc.) e regras adicionais (compras governamentais, subsídios à exportação, etc); e iv) definição de parâmetros e incentivos para a ampliação do número de participantes, com uma possível cláusula de “massa crítica” para entrada em vigor do acordo (por exemplo, adesão de dois terços dos membros da OMC ou participação de economias responsáveis por 90% do comércio de serviços), até sua eventual incorporação ao arcabouço da OMC (“multilateralização”).

Os membros que participam das negociações do TISA são vinte e dois: EUA, UE, Japão, Austrália, Canadá, Coreia do Sul, Noruega, Suíça, Nova Zelândia, México, Turquia, Paquistão, Hong Kong, Colômbia, Israel, Chile, Peru, Taiwan, Costa Rica, Panamá, Islândia e Liechtenstein. Há encontros periódicos reservados em Genebra para avançar as negociações e estimular a adesão dos demais membros da OMC à iniciativa. A China solicitou adesão às negociações, mas tem sido bloqueada pelos EUA. Uruguai e Paraguai também manifestaram interesse em aderir, mas já se afastaram da iniciativa.

#### Facilitação de Comércio

Os países membros da OMC constataram que procedimentos aduaneiros complexos e pouco transparentes, entraves burocráticos e a diversidade de práticas operacionais podem constituir barreiras não tarifárias ao comércio, de natureza administrativa. Por esse motivo, coincidiram na importância de contar com instrumento multilateral que facilitasse as operações de importação, exportação e trânsito de bens. O tema de Facilitação de Comércio, mencionado originalmente em 1996, por ocasião da Conferência de Cingapura, foi incorporado ao Mandato de Doha em 2001 e detalhado em 2004 com o chamado “Pacote de Julho” do Conselho Geral da OMC, que concentrou a negociação em torno do conteúdo e alcance de três artigos do GATT: liberdade de trânsito (Artigo V); taxas e formalidades (Artigo VIII); e transparência na publicação e na implementação de regras de comércio (Artigo X).

A negociação do Acordo de Facilitação de Comércio (AFC) contou com ativa participação da delegação brasileira e foi concluído por ocasião da IX Conferência Ministerial da OMC, em Bali, Indonésia, em dezembro de 2013, convertendo-se no primeiro acordo multilateral adotado pela Organização Mundial do Comércio (OMC) desde sua criação, em 1995.

O Brasil foi o 72º membro da OMC a ratificar o AFC, no último mês de março. O Acordo entrará em vigor quando dois terços dos 161 membros da OMC manifestarem sua aceitação (107 ratificações).

O Acordo de Facilitação de Comércio, cujos dispositivos terão força de lei no Brasil quando o instrumento entrar em vigor, promove harmonização global de certas regras aduaneiras (transparência, imparcialidade, processamento, pagamento de taxas, gestão de risco e auditoria, entre outras); contempla medidas para modernizar a administração aduaneira e simplificar procedimentos de comércio exterior; estimula maior cooperação entre as autoridades aduaneiras; e prevê a oferta de assistência técnica, capacitação e tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo.

O texto do AFC é dividido em três seções:

Seção I – contém disciplinas de simplificação de procedimentos aduaneiros, entre as quais: a adoção de um guichê único para recebimento de informações; disciplinas sobre remessas expressas; cooperação aduaneira; operadores autorizados; despacho prioritário para bens perecíveis; trânsito aduaneiro de mercadorias; e medidas de transparência em geral. O Brasil foi co-proponente das disciplinas sobre cooperação aduaneira e sobre o despacho prioritário para bens perecíveis.



Seção II – estabelece uma estrutura original de implementação especial e diferenciada para países em desenvolvimento. Enquanto os países desenvolvidos devem implementar todos os compromissos da Seção I imediatamente, os países em desenvolvimento, entre os quais o Brasil, poderão implementar os compromissos da Seção I em prazos mais longos e solicitar assistência técnica para capacitação.

Seção III – cria um Comitê de Facilitação de Comércio no âmbito da OMC, para acompanhar a aplicação do Acordo pelos Membros, e determina o estabelecimento de Comitês Nacionais de Facilitação de Comércio, para coordenação das atividades internas de aplicação das obrigações assumidas no AFC.

A implementação do Acordo beneficiará diretamente os exportadores brasileiros, não somente por meio da redução dos custos de exportação no Brasil, hoje especialmente elevados, mas também pela agilização dos processos aduaneiros nos países de destino – particularmente em países em desenvolvimento, cuja burocracia é, em geral, mais complexa. Contribuirá, assim, para o aumento das exportações brasileiras e para uma melhor inserção comercial do país no exterior.

De acordo com projeções da OMC, da OCDE e do Banco Mundial, o Acordo sobre a Facilitação de Comércio poderá levar à redução dos custos comerciais em valor entre US\$ 350 bilhões e US\$ 1 trilhão, além de gerar um aumento de US\$ 33 bilhões a US\$ 100 bilhões nas exportações globais anuais, e de US\$ 67 bilhões no PIB global.

Estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de 2015 revela que o tempo excessivo gasto no despacho aduaneiro de bens no Brasil encarece em 14,22% as compras no exterior e em 8,65% os embarques para outros países. A implementação de apenas uma das medidas previstas no Acordo, o Portal Único de Comércio Exterior (que já está avançada no Brasil), permitirá que esse custo adicional sobre os produtos caia para 8,36% e 5,32%, respectivamente, segundo a FGV. O Portal Único pretende reduzir o tempo de processamento de exportações de treze para oito dias, e o de processamento de importações, de dezessete para dez dias. Isso implicará significativa queda do custo de exportações e poderá propiciar aumento de US\$ 9 bilhões no saldo comercial do País, contribuindo para um incremento de mais de 2% no PIB real do Brasil. O estudo da FGV estima que as exportações totalizem US\$ 294 bilhões em 2022; com a implantação das medidas do AFC, poderiam alcançar US\$ 310 bilhões. Para as importações, prevê-se aumento de US\$ 267 bilhões para US\$ 301,3 bilhões.

Outros instrumentos do Acordo também já estão em estágio avançado de implementação pelo Brasil, como: a Declaração Eletrônica de Bens de Viajantes; a recepção antecipada das informações de passageiros; a admissão temporária de bens via ATA Carnet; e o Programa de Operador Econômico Autorizado (OEA), no qual as empresas que assim se qualifiquem junto à Receita Federal se beneficiarão de acesso mais expedito no mercado de destino. O Brasil está engajado em projetos-piloto de OEA com os EUA, a Argentina e o Uruguai, os quais deverão ser progressivamente expandidos para outros parceiros relevantes.

Em preparação para a próxima entrada em vigor do AFC, deverá ser instituído o Comitê Nacional de Facilitação do Comércio (CONFAC), que terá também a função de implementar as disciplinas previstas no Acordo.

*CRONOLOGIA HISTÓRICA*

<b>Ano</b>	<b>Evento</b>
<b>1947</b>	23 países assinam o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT.
	Rodada do GATT (Rodada Genebra), sobre tarifas. Resultou na negociação de 45 000 concessões tarifárias.
	Delegados de 56 países se reúnem em Havana, Cuba, em novembro, a fim de iniciar negociações sobre proposta de Carta sobre Organização Internacional de Comércio (OIC).
<b>1948</b>	Acordo do GATT entra em vigor no dia 1º de janeiro
	Em março, a Carta de Havana, que daria origem à OIC, é assinada. O Congresso dos EUA, contudo, não a referenda. O GATT, inicialmente provisório, torna-se o único instrumento internacional de referência para o comércio internacional.
<b>1949</b>	Segunda Rodada do GATT (Rodada Annecy), França. Os 13 países participantes fazem cerca de 5000 concessões tarifárias.
<b>1950</b>	Terceira Rodada do GATT (Rodada Torquay), Reino Unido. Os 38 países participantes negociam cerca de 8700 concessões tarifárias, reduzindo em 25% o nível tarifário de 1948.
<b>1955-56</b>	Revisão do texto do acordo do GATT, com a aprovação do Protocolo de Emendas.
	Quarta Rodada do GATT (Rodada Genebra), Suíça. Contou com 26 países participantes. Ao término das negociações, a redução tarifária superou os US\$ 2,5 bilhões.
<b>1960-62</b>	Quinta Rodada do GATT (Rodada Dillon, em homenagem ao Subsecretário de Estado americano, Douglas Dillon). Concessões tarifárias alcançaram US\$ 4,9 bilhões e envolveram negociações relacionadas com a criação da Comunidade Econômica Européia, que pela primeira vez negociou como uma só entidade.
<b>1964-67</b>	Sexta Rodada do GATT (Rodada Kennedy), sobre tarifas e medidas antidumping. Redução tarifária em volume equivalente a US\$ 40 bilhões.
	Em 1965, é aprovada a Parte IV do GATT, que confere tratamento especial e diferenciado aos países em desenvolvimento.

<b>1973-79</b>	Sétima Rodada do GATT (Rodada Tóquio), com a participação de 102 países. Foram criadas uma série de acordos plurilaterais sobre medidas não tarifárias e aprovada a chamada “cláusula de habilitação”, que permite a concessão de preferências a países em desenvolvimento. Redução tarifária alcançou US\$ 300 bilhões.
<b>1986-93</b>	Oitava Rodada do GATT (Rodada Uruguai). A mais ambiciosa do ponto de vista temático. Resultou na criação da OMC e na incorporação ao regime do GATT de setores antes parcialmente excluídos, como agricultura e têxteis, além de introduzir regras a novos setores: serviços (GATS), investimentos (TRIMS) e de propriedade intelectual (TRIPS).
<b>1994</b>	Em Marraquexe, Marrocos, completou-se a Rodada Uruguai e firmou-se o acordo de estabelecimento da Organização Mundial do Comércio.
<b>1995</b>	Criação da Organização Mundial do Comércio, com sede em Genebra. O Brasil é membro fundador.
<b>1996</b>	1ª Conferência Ministerial, Cingapura. A tentativa de inclusão nas discussões da OMC de uma cláusula social e de novos temas (compras governamentais, investimentos, facilitação do comércio) foi rechaçada pelos países em desenvolvimento.
<b>1998</b>	2ª Conferência Ministerial, Genebra. Reafirma esforços de cooperação técnica para que os países em desenvolvimento se beneficiem do comércio internacional.
<b>1999</b>	3ª Conferência Ministerial, em Seattle, Estados Unidos. Com a forte oposição dos movimentos sociais anti-globalização, fracassou o lançamento de uma nova rodada de negociações da OMC. Mike Moore, da Nova Zelândia, se torna Diretor-Geral da OMC.
<b>2001</b>	Em dezembro, a China entra formalmente na OMC. 4ª Conferência Ministerial, Doha. Lançada a Rodada para o Desenvolvimento (Rodada Doha), sobre tarifas, agricultura, serviços, subsídios, solução de controvérsias, entre outros.
<b>2002</b>	Com a eleição de Supachai Panitchpakdi como Diretor-Geral, pela primeira vez a OMC é comandada por um representante dos países em desenvolvimento.
<b>2003</b>	5ª Conferência Ministerial, em Cancun, México. As negociações fracassam após quatro dias de disputas sobre subsídios a produtores agrícolas e acesso a mercados. Sob liderança da diplomacia brasileira, foi criado o G-20, que alterou o equilíbrio das negociações agrícolas na Rodada Doha em favor dos PEDs. OMC declara ilegais tarifas impostas pelos EUA às importações de aço. Presidente Bush revoga tarifas a fim de evitar guerra comercial com a União Européia.

<b>2004</b>	Em Genebra, EUA e União Europeia se dispõem a reduzir subsídios agrícolas se países em desenvolvimento cortarem custos alfandegários sobre produtos manufaturados.
<b>2005</b>	6ª Conferência Ministerial, em Hong Kong. É aprovada a Declaração de Hong Kong, que prevê a abolição dos subsídios à exportação de todos os produtos agrícolas até 2013. A reunião consolidou a contribuição essencial do G-20.
	OMC considera procedente queixa do Brasil sobre subsídios concedidos pelos EUA a seus produtores de algodão.
	Pascal Lamy é eleito Diretor-Geral da OMC
	EUA se dispõem a cortar subsídios concedidos à agricultura se União Europeia seguir o exemplo. A França dificulta o entendimento ao acrescentar mais exigências.
	Arábia Saudita ingressa na OMC.
<b>2008</b>	Ministros tentam retomar a Rodada Doha, sem sucesso.
<b>2009</b>	7ª Conferência Ministerial, em Genebra. A reunião teve caráter não-negocial, adotando como tema o papel da OMC e do Sistema Multilateral de Comércio no atual ambiente econômico global. Enfatizou-se a promoção de discussões mais transparentes e abertas e discutiram-se formas de reavivar as negociações, paralisadas desde 2005.
<b>2010</b>	Encontro do G-20, em Seul, aponta 2011 como uma "janela de oportunidade" para a conclusão da Rodada Doha.
<b>2011</b>	8ª Conferência Ministerial, em Genebra. Não tem sucesso a tentativa de aprovar um pacote parcial de resultados da Rodada. Com impossibilidade de negociar uma declaração ministerial, os países-membros optaram pela elaboração de texto de consenso, incluído no resumo da reunião, contendo elementos de orientação política relativos à importância do sistema multilateral de comércio, temática de comércio e desenvolvimento e retomada da Rodada Doha.
	Rússia ingressa na OMC.
<b>2013</b>	O embaixador brasileiro Roberto Azevêdo, então Representante Permanente do Brasil junto à OMC, é eleito ao cargo de Diretor-Geral
	9ª Conferência Ministerial da OMC, em Bali, Indonésia, de 3 a 6/12.
<b>2014</b>	Discussões sobre implementação dos resultados da Conferência Ministerial de Bali, incluindo o Acordo de Facilitação do Comércio e o Programa de Trabalho pós-Bali para a Conclusão da Rodada Doha.
<b>2015</b>	10ª Conferência Ministerial, realizada em Nairobi, Quênia, de 15 a 18 de dezembro.
<b>2016</b>	Discussões sobre implementação dos resultados da Conferência Ministerial de Nairobi, em especial sobre o futuro do pilar negociador da OMC.

*PRINCIPAIS ATOS MULTILATERAIS E BILATERAIS*

Título	Data de Celebração	Entrada em Vigor (Data)	Publicação no D.O.U (Data)
Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio	15/4/1994	1/1/1995	31/12/1994

## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**1**



**SENADO FEDERAL**

Senador Armando Monteiro

## **RELATÓRIO Nº      , DE 2016**

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 46, de 2016 (nº 174, de 27 de abril de 2016, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ANTONIO LUÍS ESPÍNOLA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão, desde que obtido o agrément do governo desse país.*

**RELATOR: Senador ARMANDO MONTEIRO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor ANTONIO LUÍS ESPÍNOLA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão, desde que obtido o *agrément* do governo desse país.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o indicado nasceu em 11 de outubro de 1951, no Rio de Janeiro/RJ, filho de Antonio de Vicente da Silva Salgado e Gilda Espinola Salgado. Em 1974, graduou-se em Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em 1980, concluiu o Curso para Preparação à Carreira Diplomática (CPCD) do Instituto Rio Branco (IRBr).

**SENADO FEDERAL**

Senador Armando Monteiro

Ainda no âmbito da formação diplomática, concluiu, em 1990, o Curso de Aperfeiçoamento Diplomático (CAD-IRBr) e, em 2003, o Curso de Altos Estudos (CAE-IRBr), quando defendeu a tese intitulada “Direitos Humanos, Reconciliação Nacional e Consolidação Democrática: a Experiência Chilena”.

Ingressou na carreira diplomática em 1981 no posto de Terceiro-Secretário. Passou a Segundo-Secretário em 1986 e a Primeiro-Secretário, em 1992. Ascendeu, por merecimento, em 1999 a Conselheiro; em 2006, a Ministro de Segunda Classe; e, em 2010, a Ministro de Primeira Classe.

Entre as funções desempenhadas na carreira, destaquem-se aqui as de Chefe da Divisão de Direitos Humanos, entre 1997 e 2000; Conselheiro na Embaixada em Santiago, de 2000 a 2003; Conselheiro na Embaixada em Berna, de 2003 a 2005; Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral Política I, entre 2005 e 2008; Encarregado de Negócios em missão transitória na Embaixada do Panamá, de 2006 a 2007; Embaixador em Teerã, de 2008 a 2013; e Embaixador em Ancara, de 2013 até o presente.

O currículo registra ainda que, em 2010, o embaixador recebeu a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco do Governo brasileiro.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a Federação da Rússia e sobre a República do Uzbequistão, cumprindo o disposto no parágrafo único do art. 1º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão, que determina que o Ministério apresente a *relação dos tratados e acordos assinados com o respectivo Estado*. O documento apresentado dá notícia sobre o perfil desse País, sua política interna e externa, economia e relações bilaterais com o Brasil, além de nomear os acordos por nós celebrados.

Brasil e Rússia estabeleceram relações diplomáticas em 3 de outubro de 1828. Entre 1828 e 1917, foram mantidos laços formais, mas a distância geográfica, as dificuldades de comunicação e as próprias conjunturas históricas dos dois países não favoreceram uma maior aproximação. Após 1917, ano da Revolução Russa, as divergências ideológicas paralisaram as relações, que se viram interrompidas em duas ocasiões (1918-1945 e 1947-1961).





## SENADO FEDERAL

Senador Armando Monteiro

Em 1961, no Governo parlamentarista de Hermes Lima, e nos anos seguintes, na persistência da Guerra Fria, as relações se desenvolveram, sobretudo, no campo comercial, com base em mecanismos de comércio compensado.

O escopo do relacionamento começou a ampliar-se no contexto dos processos paralelos de redemocratização do Brasil e da abertura política da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com a *perestroika* de Mikhail Gorbachev. O principal marco político desse processo foi a visita do então Presidente José Sarney à URSS – a primeira de um Chefe de Estado brasileiro –, em outubro de 1988.

Com o fim da URSS, o relacionamento bilateral intensificou-se e tornou-se mais próximo. Em janeiro de 2002, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso realizou a segunda visita de um Presidente brasileiro à Rússia, ocasião em que se instaurou a parceria estratégica entre os dois países. Em novembro de 2004, o Presidente Putin realizou a primeira visita de um Chefe de Estado russo ao Brasil. Durante essa visita, criou-se a Aliança Tecnológica Brasil-Rússia e estabeleceu-se a meta de elevar o comércio bilateral ao patamar de 10 bilhões de dólares. Dmitry Medvedev esteve no Brasil, como Presidente, em dezembro de 2008. O ex-Presidente Lula, por sua vez, visitou a Rússia em outubro de 2005 e em maio de 2010.

Nos últimos anos, a tentativa de redefinir a identidade da Rússia como “potência emergente” tem intensificado sua aproximação com países como o Brasil, junto ao qual a Rússia desempenhou papel de destaque na criação do grupamento Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS). A Rússia também tem defendido maior protagonismo dos BRICS, o que aumenta as perspectivas de cooperação com o Brasil.

A coordenação política do relacionamento bilateral dá-se, sobretudo, por meio da Comissão de Alto Nível de Cooperação (co-presidida pelo Vice-Presidente da República brasileiro e pelo Primeiro-Ministro russo). Realizou-se, em Moscou, em setembro de 2015, a Sétima Reunião da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação (CAN). A reunião da CAN foi precedida da nona Comissão Intergovernamental de Cooperação (CIC) Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica Brasil-Rússia.



## **SENADO FEDERAL**

**Senador Armando Monteiro**

---

O desenvolvimento da dimensão parlamentar do relacionamento bilateral atesta a maturidade da parceria estratégica brasileiro-russa. Os presidentes do Senado, Senador Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), participaram, no dia 8 de junho de 2015, do 1º Fórum Parlamentar do BRICS.

De acordo com a Constituição de 1993, a Federação da Rússia é um Estado federal democrático com forma de governo republicana, em que vigora o princípio da separação de poderes. A Federação russa é composta de Repúblicas, territórios, regiões, cidades com status de Unidade da Federação (Moscou e São Petersburgo), regiões autônomas e áreas autônomas. Atualmente, a Federação da Rússia compõe-se de oitenta e três unidades. São titulares do Poder Público o Presidente, a Assembleia Federal (Conselho da Federação e Duma de Estado), o Governo e os tribunais da Federação da Rússia. O titular da soberania e única fonte de poder na Rússia, na expressão consagrada na Constituição Federal, é seu “povo multinacional”. O russo é a língua oficial em todo o território da Federação Russa, e às Repúblicas constituintes é reconhecido o direito de estabelecer suas línguas oficiais, sem prejuízo da língua russa.

A Carta Magna de 1993 estruturou o Poder Legislativo em formato bicameral. A Câmara Alta do Parlamento é o Conselho da Federação, que se compõe de dois representantes de cada unidade federativa, perfazendo, atualmente, o total de 166 membros. São eleitos de forma indireta (um pelo Poder Legislativo da respectiva unidade, outro nomeado pelo Poder Executivo central, a referendo do Legislativo local) para mandatos cuja extensão varia segundo as legislações de cada unidade federativa. A Câmara Baixa do Parlamento é a Duma de Estado, que conta com 450 representantes eleitos diretamente para mandatos de cinco anos.

De acordo com os dados estatísticos fornecidos pelo MDIC/SECEX, entre 2006 e 2015 o comércio bilateral entre o Brasil e a Rússia cresceu 6,8% passando de US\$ 4,386 bilhões para US\$ 4,685 bilhões. O saldo comercial é tradicionalmente favorável ao Brasil. Foram os seguintes os superávits brasileiros resultantes das trocas comerciais com a Rússia, no último triênio: US\$ 298,1 milhões (2013); US\$ 812,9 milhões (2014); US\$ 243,5 milhões (2015). Em 2015, a Rússia foi o 17º parceiro comercial do Brasil.



## **SENADO FEDERAL**

**Senador Armando Monteiro**

Sobre a República do Uzbequistão, consideramos relevante registrar o seguinte: o Uzbequistão é um país localizado na Ásia Central e uma das repúblicas que formavam a extinta União Soviética. Sem costa marítima, é limitado ao norte pelo Cazaquistão, a leste pelo Quirguistão e pelo Tajiquistão, ao sul pelo Afeganistão e o Turcomenistão e a oeste também pelo Turcomenistão. Além do território principal, inclui os enclaves de Sokh e de Iordan, no Quirguistão. Sua capital é a cidade de Tashkent.

As relações bilaterais foram estabelecidas em 1993. No final dos anos 2000, houve um aprofundamento do diálogo bilateral, com visitas de diversas autoridades, entre Embaixadores, Vice-Ministros, Ministros de Estado e, especialmente, a vinda ao Brasil do Presidente uzbeque Islam Karimov, em 2009. Naquela ocasião, foram assinados vários atos entre os dois países e entre algumas de suas instituições, a saber: os Acordos de Cooperação Técnica, de Cooperação em Agricultura, de Cooperação Econômica e Comercial, de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, de Cooperação na Área do Esporte, de Cooperação Cultural, os Memorandos de Entendimento para Cooperação em Turismo, para a Promoção do Comércio e do Investimento, na Área de Recursos Minerais e sobre Consultas Políticas.

O sistema político vigente no Uzbequistão é centralizado e seu funcionamento tem por base a autoridade do líder nacional e a manutenção do equilíbrio entre os interesses dos diversos clãs e regiões. O Presidente Islam Karimov chegou ao poder ainda no período soviético (junho de 1989). Em fins de 1991, ano em que o país se tornou independente, o Partido Comunista uzbeque, dirigido por Karimov, foi renomeado Partido Popular Democrático do Uzbequistão. Por referendo de 1995, o mandato presidencial foi estendido até 2000. Naquele ano, Karimov venceu com ampla margem as eleições presidenciais, reelegendo-se em 2007 e 2015. Nas eleições de 2015, Karimov venceu com 90,4% dos votos. O Presidente havia sido autorizado a concorrer a um quarto mandato por emenda constitucional de 2011. Anteriormente, a Constituição uzbeque só permitia dois mandatos presidenciais consecutivos.

O Uzbequistão disputa com seus vizinhos o uso compartilhado dos recursos hídricos regionais. O virtual desaparecimento do Mar de Aral é um dos mais conhecidos problemas regionais. A Ásia Central vem sendo afetada pelo reescalamento da presença dos EUA no Afeganistão, uma vez que as tropas

**SENADO FEDERAL****Senador Armando Monteiro**

norte-americanas reduziram-se de um pico de 140 mil homens, no auge das operações contra o terrorismo naquele país, para 14 mil, em 2015.

Acredita-se que o Uzbequistão continuará a desempenhar um papel importante em relação à estabilização do Afeganistão, devido à sua localização geográfica, como vizinho ao Norte, e suas preocupações sobre eventual penetração do extremismo islâmico pela fronteira porosa entre os dois países. O Presidente Karimov tem-se destacado na execução da estratégia de equilibrar as relações do país com as três principais potências que mais influenciam os acontecimentos na Ásia Central: os EUA, a Rússia e a China.

A política externa uzbeque é vista, muitas vezes, como oscilante, nas alianças com essas potências, a fim de maximizar os ganhos para o país. Exemplo recente foi o anúncio, em janeiro, de transferência de equipamento militar sobressalente dos EUA para o Uzbequistão, incluindo cerca de 300 veículos blindados resistentes a minas. Apenas um mês antes, Karimov garantira quase um bilhão de dólares em perdão de dívidas do Uzbequistão junto à Rússia, sem com isso comprometer-se com propostas para a adesão do país à União Eurasiática, como deseja Moscou. Em meados do ano passado, Karimov viajou a Pequim, onde reafirmou o objetivo de desenvolver uma parceria estratégica com os anfitriões e assinou acordos comerciais no valor de US\$ 6 bilhões.

A China é indubitavelmente a potência em ascensão para a região, na órbita da qual, progressivamente, deverá situar-se o projeto de desenvolvimento uzbeque. Isto ocorre, ao menos em parte, em prejuízo dos interesses russos, ainda que Moscou busque contrapor-se, no limite de suas possibilidades, a tal tendência. Essa transição de polos de atração para os quais está voltada a economia uzbeque é simbolizada pela exploração dos recursos de hidrocarbonetos do país. No início de fevereiro 2015, a gigante estatal russa Gazprom confirmou que irá reduzir suas importações de gás da Ásia Central, em resposta à menor demanda da Ucrânia e da União Europeia.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

7



**SENADO FEDERAL**

Senador Armando Monteiro

---

, Presidente

, Relator

7

RELATÓRIO DE GESTÃO  
EMBAIXADOR ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO  
EMBAIXADA DO BRASIL EM MOSCOU  
FEDERAÇÃO DA RÚSSIA

As relações entre Brasil e Rússia foram alçadas ao patamar de Parceria Estratégica em 2002. Tal decisão refletiu a visão, compartilhada pelos dois países, de que vivemos um processo de desconcentração do poder global e atualização da ordem internacional às novas realidades e aos novos desafios delas decorrentes. O estabelecimento da Parceria Estratégica refletiu, também, a percepção de que Brasil e Rússia se deparam com questões semelhantes mas dispõem de capacidades diferentes, muitas vezes complementares, daí a relevância da promoção do intercâmbio de conhecimento, tecnologia e experiência nas mais diversas áreas.

2. Apesar de haver importantes semelhanças - ambos países em desenvolvimento, com dimensão continental e população numerosa, multiétnica e multirreligiosa -, Brasil e Rússia conhecem-se, entretanto, ainda muito pouco, desafio esse que estimo seja o principal a ser superado pelos esforços diplomáticos de ambos os países.

3. Assim como o Brasil, a Rússia enfrentou processo de transformação relevante nos últimos 25 anos. O passado soviético, ainda muito vivo na memória coletiva deste país, vem dando lugar, aos poucos, a uma nação que busca a modernização de sua economia e de seus meios de produção, preocupa-se com o bem-estar de sua população e é cada vez mais ciosa de seu lugar no mundo. A Rússia que encontrei em dezembro de 2013, quando apresentei minhas credenciais ao Presidente Vladimir Putin, é, sem dúvida, diversa daquela que estou deixando.

#### **Cenário político e econômico**

4. Os eventos relacionados à crise ucraniana - "reincorporação" da Crimeia; importante estremecimento na relação da Rússia com os países ocidentais; e a sublevação dos rebeldes separatistas pró-Rússia em Donetsk e Luhansk, que desencadeou uma guerra civil no país vizinho - representaram o fim de uma era para a política externa russa e repercutiram fortemente no plano interno.

5. O país viu-se forçado a reorientar sua estratégia de integração e de alianças internacionais. Isso porque, desde a desintegração da União Soviética, a Rússia apostara na integração com os países ocidentais. Ficou célebre, nesse sentido, a formulação do então secretário-geral da URSS, Mikhail Gorbachev, que falava em uma "casa comum europeia," ou a do Presidente Vladimir Putin, repetida muitas vezes, que propugnava a criação de uma "grande Europa" que se estenderia "de Lisboa a Vladivostok". Contudo, elementos importantes dessa estratégia, como as negociações com a União Europeia visando a encontrar algum formato de integração para a Rússia com o bloco, não evoluíram como desejava a liderança russa. As sucessivas expansões da OTAN ao Leste, em países que, durante a Guerra Fria, pertenciam à esfera de influência soviética ou mesmo faziam parte da própria URSS, a despeito de garantias dadas no passado a Moscou de que isso não ocorreria, causaram preocupações de natureza de segurança e grande descontentamento na Rússia.

6. Com o conflito ucraniano, essas decepções e desconfianças acumuladas parecem haver chegado a um ponto de ruptura. A integração da Rússia com o mundo ocidental, simbolizada pela inclusão do país no G8, foi abortada. O país foi suspenso por prazo indefinido desse bloco. Ainda mais importante, sanções econômicas foram impostas contra indivíduos e empresas russas. Moscou retaliou com contra-sanções.

7. O acirramento de posições manteve-se nos meses seguintes. Em setembro de 2015, a Rússia desdobrou contingente da Força Aeroespacial para atuar no conflito sírio. A campanha militar, a primeira fora do espaço pós-soviético desde o fim da Guerra Fria, acompanhada de hábil esforço diplomático, consolidou a percepção de uma Rússia provida de elevada capacidade de ação na arena internacional.

8. O impacto dessa nova realidade na política interna foi muito significativo. O ambiente político, então marcado por protestos sociais realizados nas principais capitais entre 2011 e 2012, alterou-se radicalmente. A política de sanções dos países ocidentais foi percebida como uma agressão ao país pela ampla maioria da sociedade, que apoiou o governo na defesa da segurança nacional e da dignidade do país. A incorporação da Crimeia e a participação militar russa na Síria reforçaram essa percepção. As pesquisas de opinião passaram, desde então, a mostrar taxas bastante elevadas de apoio da população russa ao governo e, principalmente, ao Presidente Vladimir Putin. Esse apoio praticamente não recuou, até a presente data, mesmo com a entrada do país em uma pronunciada recessão econômica.

9. O consenso dos analistas econômicos credita tal recessão a dois principais impactos negativos: a) a queda abrupta dos preços do petróleo, a partir do segundo semestre de 2014; e b) os efeitos das sanções econômicas impostas pelos EUA, União Europeia, Japão e aliados à indústria petrolífera e ao setor financeiro da Rússia, em reação à crise fronteiriça russo-ucraniana. Segundo o Fundo Monetário Internacional: i) o efeito combinado de ambos os choques tem magnitude equivalente ao impacto causado à Rússia pela crise financeira internacional de 2008; e ii) a queda das receitas petrolíferas russas corresponderia a cerca do dobro das perdas geradas pelas sanções externas.

10. Como se sabe, o desempenho da economia russa mantém forte correlação com o nível de preços internacionais do petróleo. A piora no desempenho econômico da Rússia seguiu a brusca queda das cotações a partir do segundo semestre de 2014. Nesse período, os preços de referência do barril de petróleo caíram cerca de 50% (de US\$ 105 a US\$ 52). Desde então, as autoridades monetárias russas viram-se forçadas a intervir para conter a rápida deterioração do ambiente econômico do país. Com efeito, no fim de dezembro de 2014 a política cambial foi alterada do regime de câmbio fixo então vigente (com cotação em torno de 35 rublos por dólar norte-americano) para o regime de livre-flutuação. Essa mudança levou o rublo à desvalorização em torno de 100% em poucos dias, o que motivou pronta elevação da taxa básica de juros de 6% ao ano para 17% ao ano.

11. Nesse contexto, a expansão do PIB russo passou a apresentar acentuada tendência de queda. A partir de 2014, o cômputo do PIB foi de +0,6%, ante a +1,3% no ano anterior. Em 2015, a contração do PIB acentuou-se, atingindo -3,8%. A previsão em 2016 é de retração mais suave, em torno de -1% (segundo o Banco Central da Rússia - CBR). Ao longo desse período, também houve aceleração inflacionária, quando se elevou da média de 6,5%, vigente até 2013, a 11,4%, em 2014, e a 13,5% no ano passado. A previsão do Fundo Monetário Internacional é que a taxa recue a 8,5% este ano. A meta de inflação na Rússia é, entretanto, de 4% ao ano.

12. As dificuldades econômicas agravaram também a situação fiscal russa. O custo das medidas anticíclicas tomadas ao longo de 2014 e 2015 elevou o déficit fiscal a cerca de 5% do PIB, acima do patamar de 1% vigente no biênio 2013-2014. A situação fiscal do país em 2016 segue adversa, devido à baixa arrecadação tributária oriunda da atividade petrolífera, que corresponde, direta e indiretamente, a quase 90% das receitas fiscais do país. Neste ano, a expectativa do Governo é que o déficit não ultrapasse a marca de 3%. Não obstante, a persistência da baixa cotação do hidrocarboneto (atualmente em torno de US\$ 35) deverá levar a novos cortes orçamentários, além dos 10% já efetuados no início deste ano. No mesmo período, a dívida bruta do país pouco se alterou, passando de menos de 18%, em 2014, a cerca de 21%, segundo previsão para o final deste ano.



13. O projeto de reerguimento da Rússia, associado a severo quadro político e econômico, traz consigo desafios de toda ordem, mas também oferece oportunidades. A Rússia vem privilegiando o BRICS como instrumento de integração e cooperação internacional. Durante a presidência russa do agrupamento (abril de 2015 a fevereiro de 2016), Moscou mostrou particular empenho em consolidar o BRICS institucionalmente e ampliar seu escopo de atuação para além do eixo econômico-financeiro. Foram realizadas mais de 300 reuniões ao longo de 2015. O Governo russo tem, também, procurado diversificar seus parceiros internacionais, como demonstra a busca por maior convergência com a Ásia, em particular a China, e a ampliação das relações com a América Latina.

#### Relações bilaterais

14. É contra esse pano de fundo que se vem desenvolvendo as relações bilaterais. Desde que cheguei a Moscou, registrei intensificação da agenda bilateral, a fim de dar concretude ao Plano de Ação da Parceria Estratégica, assinado, em dezembro de 2012, pelos Presidentes Dilma Rousseff e Vladimir Putin.

15. Os dois presidentes mantiveram encontros anuais: o mandatário russo visitou o Brasil, em julho de 2014, e a Senhora Presidenta da República manteve encontro bilateral à margem da VII Cúpula do BRICS, em Ufá, em julho de 2015. O Senhor Vice-Presidente da República esteve em Moscou, em setembro de 2015, a fim de presidir, pelo lado brasileiro, a VII Reunião da Comissão de Alto Nível Brasil-Rússia. Na oportunidade, manteve reunião com o Primeiro Ministro Dmitry Medvedev e reuniu-se com o Deputado Sergey Naryshkin, Presidente da Duma de Estado, e a Senadora Valentina Matvienko, Presidenta do Conselho da Federação. Fizeram também parte da comitiva os Ministros das Minas e Energia, Eduardo Braga, do Turismo, Henrique Eduardo Alves, dos Portos, Edson Araújo, da Pesca e Aquicultura, Helder Barbalho, e da Aviação Civil, Eliseu Padilha. O Presidente do STF, Ministro Ricardo Lewandowski, reuniu-se, em junho de 2015, com o Presidente da Suprema Corte da Federação da Rússia, Ministro Vyacheslav Lebedev.

16. Deu-se continuidade, com grande sucesso, ao diálogo direto entre os parlamentos dos dois países, iniciativa para a qual foi de particular relevância o empenho do saudoso Senador Luiz Henrique da Silveira, que contribuiu, ademais, para a parceria cultural Brasil-Rússia. Foram realizadas, durante meu período em Moscou, duas missões do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Rússia (abril de 2014 e abril de 2015), esta

última com a presença do Vice-Presidente do Senado Federal, Senador Jorge Viana, e do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Aloysio Nunes. Às margens do Foro Parlamentar do BRICS, em junho de 2015, os presidentes da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha, e do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, mantiveram encontros com suas contrapartes, respectivamente, Sergey Naryshkin, Presidente da Duma de Estado, e Valentina Matvienko, Presidenta do Conselho da Federação.

17. A inegável intensificação dos encontros bilaterais de alto nível nos últimos meses reflete a convergência de interesses nos mais variados setores e a crescente importância da relação bilateral. Tal circunstância, aliada à sintonia fornecida pelo BRICS, ofereceu oportunidade ímpar de seguir avançando em temas de particular interesse brasileiro.

18. Recordo, a propósito, que a Senhora Presidenta da República, em julho de 2015, estabeleceu a cooperação em ciência, tecnologia e inovação como propulsora da relação bilateral, bem como ressaltou os seguintes objetivos: a) alcançar a meta de US\$ 10 bilhões anuais no comércio bilateral; b) ampliar as exportações agrícolas para a Rússia; c) promover troca de investimentos; d) desenvolver veículo lançador de satélites; e) ampliar a cooperação no uso da energia nuclear para fins pacíficos; e f) consolidar a cooperação em defesa.

#### Comércio

19. No campo das relações comerciais bilaterais, a partir de 2014, o Brasil aumentou sua participação no comércio exterior russo, em termos relativos. O intercâmbio bilateral, contudo, acompanhou tendência de queda, em números absolutos, observada com os demais países. O fluxo comercial bilateral, que em anos passados ultrapassava os US\$ 6 bilhões, em 2015 totalizou US\$ 4,839 bilhões. A participação do Brasil no comércio exterior russo, porém, passou de 0,65% em 2013, para 0,9% em 2015. Cabe ressaltar que, historicamente, observa-se superávit brasileiro nas transações comerciais com a Rússia. Em 2015, a título de exemplo, do total comercializado, US\$ 2,9 bilhões correspondem a exportações brasileiras à Rússia, enquanto US\$ 1,92 bilhão se refere ao fluxo de bens no sentido contrário.

20. Embora a pauta comercial apresente grande variedade de produtos (motores e peças, aviões, equipamentos médicos, cosméticos, joias, máquinas e peças, calçados, aparelhos de som, auto-peças, tratores etc), a maioria do comércio ainda se concentra em bens de pouco valor agregado. Sobressaem as exportações brasileiras de carnes, soja, tabaco, açúcar, e café, que somados equivalem a 77,5% do total. Já no que se refere às

exportações russas, a pauta apresenta-se ainda mais concentrada, com fertilizantes sendo responsáveis por cerca de 81% do total.

21. As empresas brasileiras presentes na Rússia atuam em distintos setores, havendo maior concentração na área alimentícia. Entre escritórios comerciais, representações e fábrica estão presentes na Rússia as seguintes companhias, com as quais a Embaixada mantém contato frequente e equidistante: BR Foods, JBS, Minerva (alimentos), Embraco (compressores), Embraer, H. STERN, Marcopolo, Metalfrio (refrigeradores), WEG (motores elétricos), Titanium Fix (equipamentos odontológicos), Jaguari Café e Latam.

22. Desde 2014, foi promovida série de eventos de promoção comercial e de investimento, com o intuito de aproximar o empresariado local das oportunidades de investimento existentes no Brasil, bem como de incentivar a importação de bens brasileiros. Desde 2014, a Embaixada organizou a participação brasileira nas feiras MITT (turismo, 2014, 2015, 2016), Prodexpo (alimentos, 2014, 2015), World Food (alimentos, 2014), Outono Dourado (máquinas agrícolas e projetos no agronegócio). Auxiliou, seja por meio da contratação de serviços e auxílio logístico, seja mediante prospecção de negócios, nas feiras DentalExpo (equipamentos odontológicos, 2014), Junwex (joias, 2014), World Food (2015, 2015), Prodexpo (2016).

23. Foram organizados, ainda, eventos de promoção comercial em distintas áreas. No setor de turismo, realizaram-se ciclos de palestras e matchmaking, à margem da feira Leisure (2014, 2015). Somados, ambos os eventos contaram com mais de 100 empresas russas do setor. No setor de calçados, foi organizado, em 2014, evento para exportadores brasileiros e importadores russos. Entre 2014 e 2015, promovi, ainda, os seguintes eventos: coquetel e apresentação de empresários brasileiros prestadores de serviços e fornecedores de equipamentos para grandes eventos esportivos (2014), seminário para importadores de carnes (2014), mesa redonda sobre agronegócios (2015, por ocasião da visita a Moscou da Ministra da Agricultura, Senhora Katia Abreu), seminário empresarial nos setores de infraestrutura, fármacos, agronegócios e inovação (2015, por ocasião da visita do Vice-Presidente da República, Senhor Michel Temer), ciclo de apresentações sobre oportunidades de negócios no Estado de Goiás (2015, por ocasião da visita do Vice-Governador de Goiás, Senhor Jose Eliton de Figueiredo Junior), ciclo de apresentações sobre oportunidades de negócios no Estado do Paraná (2015, por ocasião da visita do Governador do Paraná, Senhor Carlos Alberto Richa). Adicionalmente, foram realizadas por mim e pelo chefe do SECOM apresentações e palestras sobre oportunidades de negócios com o Brasil, em órgãos empresariais como Câmara de Comércio da Rússia, na União dos Industrialistas e em eventos empresariais setoriais.

Agricultura

24. O Brasil é hoje o segundo parceiro comercial russo na área agrícola, atrás apenas de Belarus. O setor de agronegócios é historicamente responsável por cerca de 90% das trocas comerciais. Os principais produtos exportados para o mercado russo são carnes (bovina, suína e de aves), açúcar, soja, tabaco e café.

25. Quanto às exportações de carnes, principal produto da pauta exportadora, o Brasil enfrentou, na Rússia, vários reveses por razões sanitárias entre 2010 e 2013, ainda que se tenha mantido, no período, como o maior exportador de carne bovina e um dos maiores exportadores de carne suína e de aves. Em 2011, 85 estabelecimentos brasileiros foram embargados.

26. A fim de reverter esse quadro, concentrei esforços para sanar as questões sanitárias, mesmo durante o período em que esteve vacante o posto de Adido Agrícola na Embaixada em Moscou (julho de 2014 a maio de 2015). Com a melhora do diálogo entre as autoridades veterinárias brasileiras e russas e a decisão russa de banir de seu mercado produtos agropecuários da União Europeia, dos EUA, do Canadá, da Austrália e da Noruega, foi possível que o Brasil, opção natural para o fornecimento de carnes, atendesse plenamente às exigências sanitárias russas. Em dezembro de 2013, apenas 60 estabelecimentos estavam habilitados para exportação de carnes e rações para o mercado russo. Hoje são 144. Foi possível, ademais, expandir para o mercado de derivados de leite, com a habilitação de 26 produtores.

27. Contribuiui enormemente as duas visitas a Moscou da Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, (julho e outubro de 2015) e do Ministro da Pesca e Aquicultura, Helder Barbalho. No curso dessas visitas, foram assinados o Protocolo entre o Mercosul e a União Econômica Eurasiática para exportação de envoltórios naturais e o aditamento ao acordo bilateral para importação de trigo russo. Foram adotados pelo Brasil os modelos de CSIs da União Econômica Euroasiática para ovos férteis, matéria-prima para ração de animais de estimação e suínos de raça.

## Energia

28. O principal projeto russo no segmento de energia no Brasil é desenvolvido pela estatal Rosneft para exploração de hidrocarbonetos na Bacia do Solimões, onde detém 21 licenças de exploração. De acordo com a Rosneft, os investimentos no Brasil já chegam a mais de US\$ 1 bilhão. A participação russa teve início em 2011, quando a então anglo-russa TNK-BP estabeleceu "joint venture" com a brasileira HRT. Em 2015,

a estatal russa aumentou sua participação acionária para 55% e adquiriu o status de operadora do projeto. O objetivo da estatal é distribuir a produção no próprio mercado brasileiro. Nesse sentido, assinou Memorando de Entendimento com a Petrobrás em julho de 2014, que prevê a utilização do gasoduto da estatal brasileira que liga a Bacia do Solimões até Manaus. Essa parceria viabilizaria economicamente a exploração dos campos, ao permitir a exportação do gás para os centros consumidores brasileiros.

29. No segmento de energia nuclear, a cooperação bilateral ganhou novo impulso com a inauguração, no último mês de junho, no Rio de Janeiro, de escritório de representação da "Rosatom International Network", subsidiária internacional da Rosatom. Além de desenvolver atualmente projetos de pesquisa em conjunto com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, no âmbito de acordo de cooperação bilateral assinado em agosto de 2014, em fevereiro de 2015, a Rosatom, celebrou seu primeiro contrato no Brasil. A JSC Isotope, subsidiária da empresa russa, assinou contrato com a Comissão Nacional de Energia Nuclear do Brasil (Cnen) para fornecimento de "molibdênio-99", o principal isótopo radioativo usado em procedimentos para detecção e terapia de câncer e doenças cardiovasculares. De acordo com as partes, o contrato poderá ser ampliado englobando o fornecimento de outros isótopos de uso na medicina.

30. Em setembro de 2015, no contexto da última reunião da Comissão Intergovernamental Rússia-Brasil de Cooperação Econômica, Comercial Científica e Tecnológica, foi assinado o Memorando de Entendimento entre a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP - e a ROSATOM América Latina, subsidiária da empresa estatal russa Rosatom. O documento determina marco para a cooperação entre as referidas empresas no setor de energia nuclear, que inclui cooperação industrial, inclusão da NUCLEP na cadeia de fornecimento global da Rosatom, possibilidade de realização de projetos conjuntos em terceiros países, cooperação para possível construção de usina nuclear de produção e armazenamento no Brasil, colaboração relacionada a componentes de usinas termoeletricas, à indústria petroquímica, à construção naval e ao fornecimento de ligas e componentes pesados para projetos da NUCLEP, entre outros. O MoU prevê a criação de grupo de trabalho para avaliar em detalhe as possibilidades de cooperação.

#### Cooperação espacial

31. Nos últimos anos, a cooperação espacial entre Brasil, por meio da Agência Espacial Brasileira (AEB) e Rússia, por meio da Agência Espacial da Rússia (ROSCOSMOS), tem resultado concretos, particularmente no que se refere à implantação no Brasil do sistema russo de navegação por satélite GLONASS. A primeira e a segunda estação do

GLONASS foram instaladas na Universidade de Brasília (UnB). Em fevereiro último, nova estação foi inaugurada no Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITP). No contexto última reunião da Comissão de Alto Nível, em setembro de 2015, foi assinado convênio entre a ROSCOSMOS e a Universidade Federal de Santa Maria para a instalação da quarta estação do GLONASS em território brasileiro. Ainda no marco da cooperação entre a AEB e a ROSCOSMOS, há interesse na instalação de estação de rastreamento e monitoramento de detritos espaciais em Itajubá, Minas Gerais. Brasil e Rússia têm mantido conversações no que se refere ao desenvolvimento de veículo lançador de satélites e lançamentos comerciais a partir do centro de lançamentos de Alcântara.

32. Tais temas foram discutidos, em detalhe, durante a visita do Ministro da Ciência e Tecnologia, Aldo Rebelo, e do Presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), Doutor José Raimundo Braga Coelho, à Rússia (Moscou, 14-17.06.2015).

#### Cooperação em defesa

33. O Brasil tem interesse em aprofundar a cooperação bilateral técnico-militar com base na transferência de tecnologias. A primeira iniciativa nesse sentido foi a aquisição de 12 helicópteros de combate Mi-35M pela Força Aérea Brasileira, cujo último lote foi entregue em 2014. Está prevista a instalação de centro de atendimento no Brasil para agilizar a manutenção e o reparo dos equipamentos.

34. Em outubro de 2013, o Ministro da Defesa da Rússia, Sergey Shoigu, realizou visita ao Brasil. Em 9 de maio de 2015, a então Ministro da Defesa, Jaques Wagner, esteve em Moscou para participar das celebrações do 70º Aniversário do Dia da Vitória na Segunda Guerra Mundial. Um dos principais temas que vem sendo tratados no campo da cooperação em matéria de defesa é a negociação para a compra, por parte do Brasil, do sistema de artilharia anti-aérea Pantsir-S1, produzido pela empresa russa ROSBORONEXPORT. Após a entrega de Carta de Eficácia do Pedido de Oferta pelo Brasil, em julho passado. Há a expectativa de que missão técnica brasileira visite a Rússia para examinar os requisitos técnicos, logísticos e industriais para a integração do Pantsir-S1 ao sistema aeroespacial do Brasil e, posteriormente, apresente complementação do Pedido de Oferta.

#### Direitos Humanos

35. Desde 2014, Brasil e Rússia mantêm diálogo em para discutir temas de direitos humanos, sem periodicidade definida. As duas primeiras reuniões tiveram lugar em Brasília e terceira edição do encontro deverá ocorrer em Moscou, em 2016. O diálogo tem como objetivo trocar impressões a respeito dos principais temas tratados no marco dos órgãos da ONU - Conselho de Direitos Humanos e Assembleia Geral - e identificar possibilidades de cooperação no plano multilateral.

## Cultura

36. Logo ao assumir minhas funções na Embaixada do Brasil em Moscou, surpreendi-me com o grande interesse que a cultura brasileira desperta junto ao público russo. Desde 2014, a divulgação e repercussão dos eventos culturais promovidos pela Embaixada, associados ao crescimento natural de referências ao País motivadas pela realização da Copa do Mundo e dos Jogos Rio-2016, aumentaram sensivelmente o patamar de exposição do Brasil na Rússia. O ano de 2014 representou um marco na difusão cultural brasileira no país, com a realização dos "Dias do Brasil na Rússia". De maio a julho, foram realizados mais de 30 eventos nas áreas de música, cinema, gastronomia, teatro, dança, artes plásticas, fotografia e literatura. A programação foi realizada em Moscou e São Petersburgo, com o apoio do Ministério da Cultura e do Itamaraty.

37. Na Rússia, o português é ensinado em algumas universidades estatais. De modo geral, tem crescido o interesse pela língua portuguesa no país, notadamente na sua variante brasileira, o que tem motivado a abertura de cursos e escolas particulares especializados no idioma. No campo da divulgação da língua, a Embaixada produziu e lançou em 2014 o "Guia básico de conversação russo-português: variante brasileira", que obteve grande repercussão. Com o objetivo de divulgar a literatura brasileira, com apoio da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), desde 2014 foram lançadas reedições em russo de clássicos como "Dom Casmurro", de Machado de Assis, além de traduções inéditas de obras consagradas como "Triste Fim de Policarpo Quaresma", de Lima Barreto.

38. Desde 2014, músicos brasileiros de renome se apresentaram na Rússia, com apoio direto ou indireto da Embaixada, entre eles Yamandu Costa, João Donato, Marcos Valle, Ellen Oléria, Márcia Castro, Verônica Ferriani e Leo Gandelman. A música clássica brasileira também foi bastante divulgada no período, com a realização de mais de dez concertos abertos ao público. A VII e VIII edições do Festival de Cinema Brasileiro, em 2014 e 2015, tiveram ampla repercussão junto ao público, na imprensa e nas mídias sociais. Desde a primeira edição, em 2008, o festival exibiu por volta de cem filmes

brasileiros na Rússia e se consolidou como uma das principais atividades de promoção cultural do Brasil em Moscou e São Petersburgo.

39. No campo da cooperação cultural bilateral, a relação do Brasil com o tradicional Teatro Bolshoi de Moscou foi bastante aprofundada nos últimos anos. Em 2015, o bailarino brasileiro David Motta Soares concluiu curso de formação na Escola do Balé Bolshoi em Moscou, graças a bolsa de estudo patrocinada pelo Itamaraty, e foi contratado para o principal corpo de baile da companhia. No âmbito da visita do Senador Luiz Henrique a Moscou (abril de 2015), foram realizadas reuniões no Ministério da Cultura russo e no Teatro Bolshoi. O tema foi também bastante mencionado durante a visita a Moscou, em agosto de 2015, do Vice-Presidente da República, Michel Temer. Com a contratação do bailarino David Motta Soares, o Brasil passou a contar com quatro representantes no Bolshoi em Moscou. Os outros três tiveram sua formação na Escola do Bolshoi em Joinville: Mariana Gomes (desde 2006), Erick Swolkin e Bruna Gaglianone (desde 2011). Outros bailarinos brasileiros formados em Joinville e atuando com destaque na Rússia são Amanda Gomes (Kazan) e Rafael Morel (Vladivostok).

#### Temas esportivos

40. O Brasil e a Rússia buscam, de forma crescente, promover o intercâmbio esportivo entre os dois países, sob o incentivo de terem recebido os últimos Jogos Olímpicos de Inverno, em Sochi, e a Copa do Mundo de Futebol, no Brasil, em 2014. Serão sede, ademais, dos próximos Jogos Olímpicos de Verão, no Rio de Janeiro, em 2016, e da Copa do Mundo de Futebol, na Rússia, em 2018. Essas oportunidades têm ensejado, principalmente, o aumento no interesse de trocas de experiências logísticas relacionadas à organização de grandes eventos.

41. Representantes da Secretaria de Aviação Civil visitaram e mantiveram reuniões nos aeroportos de Vnukovo e Sheremetyevo a fim de observar a organização dos aeroportos de Moscou para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Inverno. Compareci à Cerimônia de Encerramento dos Jogos Olímpicos de Inverno (Sochi 2014) e representante da Embaixada compareceu à Cerimônia de Abertura dos Jogos Paralímpicos. O Prefeito de Palmas, Carlos Amastha, e o Secretário Extraordinário dos Jogos, Hector Franco, estiveram em Moscou para divulgar os I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas (Palmas 2015).



42. A fim de dar corpo à cooperação bilateral em matéria esportiva, está prevista a criação de Grupo de Trabalho Brasil-Rússia sobre Temas Esportivos no âmbito da Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia para a Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica. O Grupo de Trabalho será responsável por coordenar a cooperação esportiva em diversos segmentos, como visitas de delegações na área de capacitação de treinadores esportivos; intercâmbio de profissionais de basquete, judô, atletismo e natação; realização de jogos amistosos das seleções júnior de futebol dos dois países; jogos de futebol das seleções de futebol feminino, de praia e de salão e troca de informações sobre sistemas de controle de dopagem e cooperação na área de Ciência e Tecnologia Aplicadas ao Esporte.

#### Consulado

43. Como é sabido, a Embaixada do Brasil em Moscou mantém sob sua jurisdição toda a Federação da Rússia e ainda a República da Belarus e a República do Uzbequistão. A entrada em vigor, em 2010, de acordo de isenção de vistos de curta duração com a Rússia reduziu a demanda por vistos. Tem-se observado, entretanto, aumento na demanda por serviços consulares, em razão do aumento da presença brasileira no país. Estima-se haver cerca de 1.100 brasileiros residentes na Rússia, sendo, em sua maioria, estudantes universitários, com idade entre 20 e 26 anos, ou nacionais brasileiros casados com nacionais russos. A comunidade brasileira concentra-se nas cidades de Moscou, São Petersburgo, Kursk e Belgorod.

44. De modo a melhor auxiliar os cidadãos brasileiros, a Embaixada tem mantido contatos frequentes e atuado em conjunto com as autoridades russas. Tem-se logrado aumento no número de brasileiros com matrícula consular, o que facilita o contato com o cidadão e eventual atuação da Embaixada em caso de necessidade. Ademais, seguindo política de maior integração com brasileiros expatriados, o setor consular ampliou a comunicação com brasileiros, em especial com o uso de mídias sociais.

#### Administração

45. Deu-se início às obras de reforma dos edifícios da Embaixada em Moscou. Segue em curso a primeira etapa – obras emergenciais na cozinha e no subsolo do Bloco 1 (Residência) e reforma geral dos Blocos 2 e 3 (Chancelaria). Em vista do estágio atual da reforma, parte da Chancelaria passou a operar no terceiro andar da Residência, a fim de serem economizados recursos com aluguel de outro prédio.

46. Até a presente data, todas as contas da Embaixada do Brasil em Moscou foram aprovadas pelo Escritório Financeiro. Os Inventários da Chancelaria e da Residência encontra-se em ordem e todos os itens foram periodicamente conferidos. A fim de serem economizados recursos determinei fosse extinta a prática de pagamento de horas-extras a motoristas."

ANTONIO GUERREIRO, Embaixador



**SENADO FEDERAL**  
**MENSAGEM Nº 46, de 2016**  
(Nº 174/2016, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia, e, cumulativamente, na República do Uzbequistão, desde que obtido o *agrément* do governo desse país.

Os méritos do Senhor Antonio Luis Espinola Salgado que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de abril de 2016.

**DILMA ROUSSEFF**

Presidente da República Federativa do Brasil

EM nº 00108/2016 MRE

Brasília, 20 de Abril de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia.

2. Caso mereça a aprovação do Senado Federal, **ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO** poderá ser nomeado também para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, cumulativamente, na República do Usbequistão, desde que obtido o *agrément* do governo desse país.

3. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira*

**INFORMAÇÃO****CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO**

CPF.: 667.174.697-49

ID.: 8000 MRE

1951 Filho de Antonio de Vicente da Silva Salgado e Gilda Espinola Salgado, nasce em 11 de outubro, no Rio de Janeiro/RJ

**Dados Acadêmicos:**

1974 Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica/RJ  
1980 CPCD - IRBr  
1990 CAD-IRBr  
2003 CAE - IRBr, Direitos Humanos, Reconciliação Nacional e Consolidação Democrática: a Experiência Chilena

**Cargos:**

1981 Terceiro-Secretário  
1986 Segundo-Secretário  
1992 Primeiro-Secretário, por merecimento  
1999 Conselheiro, por merecimento  
2006 Ministro de Segunda Classe, por merecimento  
2010 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

**Funções:**

1981-84 Divisão de Estudos e Pesquisas de Mercado, assistente  
1983 Embaixada em Lagos, Terceiro-Secretário em missão transitória  
1984 Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente  
1984-88 Embaixada em Bonn, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário  
1988-93 Embaixada em Argel, Segundo-Secretário  
1991-94 Divisão das Nações Unidas, assessor  
1994-97 Delegação Permanente em Genebra, Primeiro-Secretário  
1997-2000 Divisão de Direitos Humanos, Chefe  
2000-03 Embaixada em Santiago, Conselheiro  
2003-05 Embaixada em Berna, Conselheiro  
2005-08 Subsecretaria-Geral Política I, Chefe de Gabinete  
2006-07 Embaixada no Panamá, Encarregado de Negócios em missão transitória  
2008-13 Embaixada em Teerã, Embaixador  
2013- Embaixada em Ancara, Embaixador

**Condecorações:**

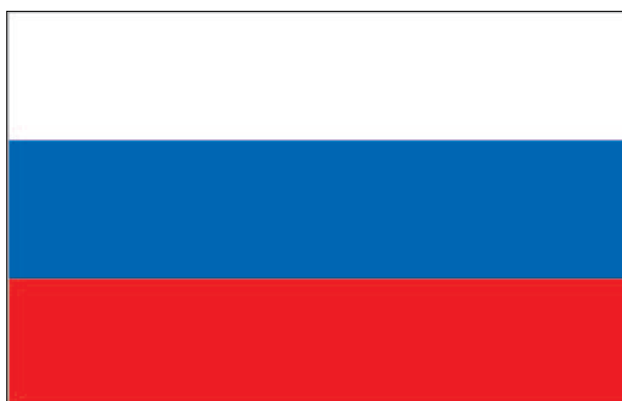
2010 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

**PAULA ALVES DE SOUZA**

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

Departamento da Europa  
Divisão da Europa II

**FEDERAÇÃO DA RÚSSIA**

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Federação da Rússia



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**  
**Fevereiro de 2016**

<b>CAPITAL</b>	Moscou
<b>ÁREA</b>	17.098.242 km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO</b>	143,1 milhões de habitantes
<b>IDIOMA OFICIAL</b>	Russo
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES</b>	Cristãos ortodoxos (63%); ateus (16%); cristãos não praticantes (12%); muçulmanos (6%); outros (1%)
<b>SISTEMA DE GOVERNO</b>	República Federativa semi-presidencialista
<b>PODER LEGISLATIVO</b>	Bicameral; Duma de Estado (450 membros) e Conselho da Federação (166 membros)
<b>CHEFE DE ESTADO</b>	Presidente Vladimir Vladimirovich Putin (desde 2012)
<b>CHEFE DE GOVERNO</b>	Primeiro Ministro Dmitri Anatolyevich Medvedev (desde 2012)
<b>CHANCELER</b>	Embaixador Sergey Lavrov (desde 2004)
<b>PIB NOMINAL (2015 est.)</b>	US\$ 1,24 trilhão
<b>PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP – 2015 est.)</b>	US\$ 3,47 trilhões
<b>PIB PER CAPITA (2015 est.)</b>	US\$ 12.717,68
<b>PIB PPP PER CAPITA(2015 est.)</b>	US\$ 23.744,22
<b>VARIAÇÃO DO PIB</b>	-3,8% (2015 est.), 0,6% (2014), 1,3% (2013), 3,4% (2012), 4,3% (2011)
<b>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH 2015)</b>	0,798 - 50.º lugar (PNUD)
<b>EXPECTATIVA DE VIDA (2015)</b>	70,1 anos (PNUD)
<b>ALFABETIZAÇÃO (2015)</b>	99,7% (UNESCO)
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO (2015 est.)</b>	5,9%
<b>UNIDADE MONETÁRIA</b>	Rublo
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA</b>	Serguey Akopov
<b>COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA</b>	800

<b>INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-RÚSSIA (US\$ bilhões, fonte: MDIC)</b>									
<b>BRASIL → RÚSSIA</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Intercâmbio	5,4	7,9	4,2	6,0	7,1	5,9	5,5	6,8	4,6
Exportações	3,7	4,6	2,8	4,1	4,2	3,1	2,9	3,8	2,4
Importações	1,7	3,3	1,4	1,9	2,9	2,7	2,6	2,9	2,2
Saldo	2,0	1,3	1,4	2,2	1,3	0,4	0,3	0,9	0,2

Informação elaborada em 24 de fevereiro de 2016, por Igor Abdalla Medina de Souza. Revisada por Maurício da Costa Carvalho Bernardes.

## **PERFIS BIOGRÁFICOS**

**VLADIMIR PUTIN**  
Presidente





NASCEU EM 7/10/1952, EM LENINGRADO (HOJE SÃO PETERSBURGO). GRADUOU-SE EM DIREITO, PELA UNIVERSIDADE ESTATAL DE LENINGRADO, EM 1975.

No mesmo ano, ingressou na KGB (Comitê para a Segurança do Estado), órgão ao qual serviu, entre 1985 e 1990, em Dresden, na República Democrática Alemã - RDA. Após o colapso da RDA, retornou a Leningrado, onde trabalhou na Universidade Estatal. Em junho de 1991, o Prefeito de São Petersburgo, Anatoly Sobchak, nomeou-o para a chefia da Comissão de Relações Exteriores da prefeitura.

Em 1996, após a derrota eleitoral de Sobchak, Putin transferiu-se para Moscou, onde passou a trabalhar como Vice-Diretor do Departamento de Administração das Propriedades da Presidência e, em seguida, como Vice-Chefe de Gabinete da Presidência. Em julho de 1998, o Presidente Yeltsin tornou-o Diretor do Serviço Federal de Segurança (FSB) e, em agosto de 1999, nomeou-o Primeiro-Ministro. Com a renúncia de Yeltsin em 31/12/1999, tornou-se Presidente em exercício e, em março de 2000, venceu as eleições presidenciais, com 53% dos votos.

Em 2004, Putin foi reeleito com o apoio de 71% do eleitorado. Seus dois primeiros mandatos foram marcados pelo fim da guerra na Chechênia, pela reestruturação e recuperação econômica do país e pelo fortalecimento do poder central. Impedido constitucionalmente de disputar um terceiro mandato em 2008, Putin lançou a candidatura de Dmitri Medvedev, que venceu com 71% dos votos. Durante o mandato de Medvedev, Putin voltou a ocupar o cargo de Primeiro-Ministro. Apesar do surgimento de grandes manifestações populares de oposição, Putin voltou a eleger-se Presidente em março de 2012, com 63% dos votos.

**DMITRI MEDVEDEV**  
**Primeiro-Ministro**



Nasceu em 14/12/1965, em São Petersburgo, e graduou-se em Direito pela Universidade de Leningrado, em 1987. Iniciou sua atividade política na primeira metade dos anos 90 como assessor do Prefeito de São Petersburgo, Anatoly Sobchak. Nesse contexto, conheceu Vladimir Putin, de quem se tornou assessor direto na Comissão de Relações Exteriores da prefeitura de São Petersburgo.

Em 1999, após a renúncia de Boris Yeltsin e a assunção de Putin como Presidente provisório, Medvedev foi alçado ao Gabinete presidencial. Em 2000, foi diretor da primeira campanha presidencial de Putin e tornou-se membro do Conselho Executivo da Gazprom (em 2002, assumiria a Direção-Geral da companhia). Em 2005, foi designado Vice-Primeiro Ministro. Em 2008, com o apoio de Putin (impedido de candidatar-se a uma segunda reeleição consecutiva), elegeu-se Presidente pelo partido governista, com 71% dos votos. Conduziu a Rússia à vitória no breve conflito com a Geórgia, no mesmo ano, e levou o país à recuperação econômica após a crise financeira de 2008-2009. Foi com o Brasil um dos protagonistas na criação e consolidação dos BRICS e logrou concluir o processo de acessão da Rússia à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2011.

Com a eleição de Vladimir Putin à Presidência, foi nomeado, no dia 8 de maio de 2012, Primeiro-Ministro. É o principal articulador das tratativas com o Parlamento sobre reformas de modernização da economia e do aparato estatal.

## RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Rússia estabeleceram relações diplomáticas em 3 de outubro de 1828. Entre 1828 e 1917, foram mantidos laços formais, mas a distância geográfica, as dificuldades de comunicação e as próprias conjunturas históricas dos dois países não favoreceram uma maior aproximação. Após 1917, ano da Revolução Russa, as divergências ideológicas paralisaram as relações, que se viram interrompidas em duas ocasiões (1918-1945 e 1947-1961).

Em 1961, no Governo parlamentarista de Hermes Lima, e nos anos seguintes, na persistência da Guerra Fria, as relações vão desenvolver-se, sobretudo, no campo comercial, com base em mecanismos de comércio compensado.

O escopo do relacionamento começa a ampliar-se no contexto dos processos paralelos de redemocratização do Brasil e da abertura política da URSS, com a *perestroika* de Mikhail Gorbachev. O principal marco político desse processo foi a visita do então Presidente José Sarney à URSS – a primeira de um Chefe de Estado brasileiro –, em outubro de 1988. Com a derrocada do comunismo e o fim da URSS, o relacionamento bilateral intensificou-se e tornou-se mais próximo.

Em janeiro de 2002, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso realizou a segunda visita de um Presidente brasileiro à Rússia, ocasião em que se instaurou a parceria estratégica entre os dois países. Em novembro de 2004, o Presidente Putin realizou a primeira visita de um Chefe de Estado russo ao Brasil. Durante essa visita, criou-se a Aliança Tecnológica Brasil-Rússia e estabeleceu-se a meta de elevar o comércio bilateral ao patamar de 10 bilhões de dólares. Dmitry Medvedev esteve no Brasil, como Presidente, em dezembro de 2008. O ex-Presidente Lula, por sua vez, visitou a Rússia em outubro de 2005 e em maio de 2010.

Nos últimos anos, a tentativa de redefinir a identidade da Rússia como “potência emergente” tem intensificado sua aproximação com países como o Brasil, junto ao qual a Rússia desempenhou papel protagônico na criação do agrupamento Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS). A Rússia também tem defendido maior protagonismo dos BRICS, o que aumenta as perspectivas de cooperação com o Brasil.

A Senhora Presidenta da República realizou visita de Estado a Moscou nos dias 13-14 de dezembro de 2011, ocasião em que manteve reuniões com o Presidente do Governo Dmitri Medvedev em 13/12 e com o Presidente da Federação da Rússia Vladimir Putin em 14/12, data em que teve lugar, ainda, o II Fórum Empresarial Brasil-Rússia. O Presidente Vladimir Putin e a Senhora Presidenta da República realizaram visitas recíprocas, em 2014 e 2015, por conta das Cúpulas do BRICS em 2014 (Fortaleza) e 2015 (Ufá).

A coordenação política do relacionamento bilateral dá-se, sobretudo, por meio da Comissão de Alto Nível de Cooperação (co-presidida pelo Vice-Presidente da República brasileiro e pelo Primeiro-Ministro russo). Realizou-se, em Moscou, em setembro de 2015, a Sétima Reunião da Comissão Brasileiro-Russa de Alto

Nível de Cooperação (CAN). A reunião da CAN foi precedida da nona Comissão Intergovernamental de Cooperação (CIC) Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica Brasil-Rússia.

O desenvolvimento da dimensão parlamentar do relacionamento bilateral atesta a maturidade da parceria estratégica brasileiro-russa. Os presidentes do Senado, Senador Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), participaram, no dia 8 de junho de 2015, do 1º Fórum Parlamentar do BRICS. Cabe registrar que, com vistas ao fortalecimento da cooperação parlamentar entre o Brasil e a Rússia, o então presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Alves, realizou visita a Moscou e São Petersburgo em 2013.

O Brasil manteve postura positiva nas negociações para o acesso à OMC da Rússia, que apoiou a candidatura vitoriosa do Embaixador Roberto Azevêdo a Diretor-Geral da organização. As duas partes têm reiterado o objetivo, anunciado originalmente por ocasião da visita do Presidente Putin ao Brasil, em 2004, de elevar o comércio bilateral a US\$ 10 bilhões (o máximo a que se chegou foram US\$ 7,9 bilhões em 2008).

#### *Assuntos consulares*

O setor consular da Embaixada do Brasil em Moscou presta o apoio necessário à comunidade brasileira no país, juntamente com um Consulado Honorário, sediado em São Petersburgo.

Estima-se haver cerca de 800 brasileiros estabelecidos na jurisdição da Embaixada. Não há, no momento, detentos brasileiros na Rússia.

O número de brasileiros residentes na Rússia tem crescido nos últimos quatro anos, devido à maior presença de estudantes brasileiros em universidades russas, especialmente nas cidades de Kursk e de Belgorod, próximas à fronteira com a Ucrânia.

#### *Empréstimos e créditos oficiais*

Não há registro de concessões de créditos oficiais a tomador soberano da Federação da Rússia.

## **POLÍTICA INTERNA**

No plano da política interna, o fim da URSS deu lugar a grandes distúrbios durante a década de 1990. Os principais marcos desse período foram a tentativa de golpe de Estado em 1993, a guerra civil na Chechênia e a grave crise econômica de 1998. Em resposta à tentativa de golpe, o então Presidente Yeltsin fez aprovar, ainda em 1993, nova Constituição que fortaleceu consideravelmente os poderes da Presidência (incluindo a prerrogativa de dissolver a Câmara Baixa do Parlamento).

De acordo com a Constituição de 1993, a Federação da Rússia é um Estado federal democrático com forma de governo republicana, em que vigora o princípio da separação de poderes. A Federação russa é composta de Repúblicas, territórios, regiões, cidades com status de Unidade da Federação (Moscou e São Petersburgo), regiões autônomas e áreas autônomas. Atualmente, a Federação da Rússia compõe-se de oitenta e três unidades. São titulares do Poder Público o Presidente, a Assembleia Federal (Conselho da Federação e Duma de Estado), o Governo e os tribunais da Federação da Rússia. O titular da soberania e única fonte de poder na Rússia, na expressão consagrada na Constituição Federal, é seu “povo multinacional”. O russo é a língua oficial em todo o território da Federação Russa, e às Repúblicas constituintes é reconhecido o direito de estabelecer suas línguas oficiais, sem prejuízo da língua russa.

A Carta Magna de 1993 estruturou o Poder Legislativo em formato bicameral. A Câmara Alta do Parlamento é o Conselho da Federação, que se compõe de dois representantes de cada unidade federativa, perfazendo, atualmente, o total de 166 membros. São eleitos de forma indireta (um pelo Poder Legislativo da respectiva unidade, outro nomeado pelo Poder Executivo central, a referendo do Legislativo local) para mandatos cuja extensão varia segundo as legislações de cada unidade federativa. A Câmara Baixa do Parlamento é a Duma de Estado, que dispõe de 450 representantes eleitos diretamente para mandatos de cinco anos.

Com a renúncia de Yeltsin, em 31 de dezembro de 1999, Vladimir Putin tornou-se Presidente em exercício, vencendo as eleições presidenciais de março de 2000, com 53% dos votos. Em 2004, Putin foi reeleito com o apoio de 71% do eleitorado. Em contraposição à instabilidade política e socioeconômica dos anos 1990, seus dois primeiros mandatos foram marcados pelo fim da guerra na Chechênia, pela reestruturação e recuperação econômica do país (com fortalecimento do setor estatal e ênfase na exportação de recursos energéticos) e pelo fortalecimento do poder central.

Diante da proibição constitucional a sua candidatura a um terceiro mandato consecutivo, Putin favoreceu a escolha de Dmitri Medvedev como candidato presidencial do partido governante, o Rússia Unida, em 2008. Medvedev elegeu-se com 71% dos votos. Em sua gestão, buscou desenvolver projetos de cunho mais liberal, dando prioridade a programa de modernização da economia russa, de modo a reduzir sua dependência das exportações de petróleo e gás. Medvedev conduziu a Rússia à vitória no breve conflito com a Geórgia, em 2008, e levou o país à recuperação econômica após a eclosão da crise financeira internacional.

Em 7 de maio de 2012, Vladimir Putin assumiu a Presidência pela terceira vez, com 63,6% dos votos. A eleição deu-se em meio a protestos expressivos contra o sistema político vigente. Liderança incontestável na Rússia, Putin goza de popularidade, sobretudo, entre os eleitores mais pobres, os habitantes das regiões industriais e produtoras de recursos minerais, e as populações muçulmanas e do extremo oriente. Em todos esses setores persiste o apelo de sua plataforma

nacionalista, que, apesar das críticas de setores mais liberais, logrou estancar a instabilidade dos anos 1990.

O ex-Presidente Dmitri Medvedev foi nomeado Primeiro-Ministro, em 8 de maio de 2012. Desde então, arrefeceram os grandes protestos do inverno setentrional. Paralelamente, o Governo fez aprovar leis que impõem maiores restrições à realização de grandes atos públicos e aumentam o controle sobre ONGs que recebem recursos do exterior.

Apesar da crise econômica derivada da queda dos preços do petróleo e das sanções econômicas, as ações da Rússia na Ucrânia e na Síria elevaram a popularidade do Presidente Putin a níveis históricos.

### **POLÍTICA EXTERNA**

Desde a posse de Vladimir Putin, em 2000, a política externa russa tem sido marcada pelo esforço de restabelecer o prestígio internacional do país e confirmar seu status de grande potência. A política externa russa caracteriza-se (1) pela busca da preservação da influência de Moscou no espaço pós-soviético e regional; (2) pela retomada de relacionamento mais harmônico com a Europa Ocidental; (3) pelo equacionamento das diferenças que persistem com os EUA; (4) pela aproximação da Ásia como alternativa ao espaço europeu; (5) pela defesa do papel central do Conselho de Segurança das Nações Unidas em temas de paz e segurança internacionais, onde mantém estreita coordenação com a China; e (6) pela promoção de mecanismos que fortaleçam a voz das grandes potências emergentes, como o BRICS e o G-20.

Inicialmente, o país buscou preservar a percepção, abalada após o fim da URSS, de que a Rússia e os EUA permaneceriam as duas únicas superpotências globais, cooperando num diálogo inter pares. Essa orientação fortaleceu-se consideravelmente após o 11 de setembro de 2001. Putin foi o primeiro governante estrangeiro a conversar com George W. Bush após os ataques terroristas de 2001 e prontamente estabeleceu com ele ampla cooperação com vistas a derrocar o regime dos Talibãs, no Afeganistão (cooperação concretizada na influência exercida sobre os países pós-soviéticos da Ásia Central para que permitissem a instalação de bases e soldados norte-americanos; na aproximação da Aliança do Norte afegã aos norte-americanos, com o objetivo comum de derrocar os Talibãs; e na permissão de trânsito de suprimentos militares por espaço aéreo russo).

As ações de Washington foram gradualmente esfriando o diálogo com Moscou. Os marcos nesse processo foram a invasão do Iraque, os planos do Governo Bush de instalar escudo antimísseis na Europa Central, a persistente presença norte-americana na Ásia Central, as revoluções coloridas que derrubaram regimes afins a Moscou e a incorporação à OTAN dos três países bálticos. Tomada por sensação de estar crescentemente sitiada pelo Ocidente, a Rússia passou a assumir postura mais assertiva de denúncia do unilateralismo e de sua posição especial no seu exterior próximo. Antes da crise ucraniana que eclodiu em

novembro de 2013, o relacionamento com o ocidente passou por momentos de tensão durante a guerra da Geórgia (2008). EUA e Rússia vêm realizando esforço de equacionar suas diferenças desde o início do Governo Obama. Muito embora tenha havido êxitos nesse âmbito (assinatura de novo acordo bilateral de desarmamento e controle nuclear, o START-III), ainda persistem muitas diferenças, agravadas com os conflitos na Síria e na Ucrânia.

Na esteira do conflito ucraniano, consolidou-se na Rússia a noção de que chegou ao fim a era pós-Guerra Fria. A política externa russa depara-se com enormes desafios: (i) evitar o isolamento internacional; (ii) abrir ao país novos mercados exportadores; e (iii) garantir o influxo de capitais e tecnologias. A liderança russa confere especial valor à aproximação com a Ásia, especialmente com a China, para evitar o isolamento proposto pelos Estados Unidos e seus aliados.

Em vigor desde 1º de janeiro de 2015, a União Econômica Eurasiática (Rússia, Cazaquistão e Belarus, com perspectiva de entrada da Armênia e do Quirguistão) é encarada como prioridade. A liderança russa encara seu projeto de integração como parte de um movimento mais amplo de reorientação do desenvolvimento do país em direção à Ásia, também chamado "pivot para o leste". O país também aposta na Organização de Cooperação de Xangai, que incorporará neste ano a Índia e o Paquistão, abrindo o caminho para se tornar o principal foro de desenvolvimento e segurança para a Ásia continental.

No contexto da crise com o Ocidente e das dificuldades econômicas que enfrenta o país, a associação como os parceiros do BRICS tem sido crescentemente valorizada pelo lado russo. A Rússia classifica o BRICS não apenas como um símbolo da tendência global rumo à multipolaridade, mas também como "o principal vetor" dessa tendência. A Rússia deseja transformar o BRICS em mecanismo mais robusto para tratar da agenda política e econômica mundial.

A Rússia enxerga a América Latina como um dos polos emergentes em uma ordem global policêntrica. A Rússia demonstra especial interesse no campo da cooperação militar e venda de material de defesa (Venezuela) e dos investimentos em produção de energia (Argentina), bem como infraestrutura (Nicarágua). No contexto das sanções sofridas e impostas pela Rússia, países como o Brasil e a Argentina ainda se mostram como opções para o fornecimento de commodities ao mercado russo. No campo político, tem-se reforçado as tradicionais relações com Cuba, Venezuela e Nicarágua.

## **ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS**

### **I – Panorama econômico**

Após registrar significativo crescimento econômico ao longo de dez anos consecutivos (1999 a 2008), a economia russa sofreu forte retração em 2009, em função, sobretudo, dos efeitos recessivos da crise financeira mundial. No biênio

2010-2011, a economia do país voltou a crescer a uma média em torno de 4,4% a.a., tendo fechado 2012 com expansão do PIB de 3,4%. Em 2013, todavia, a economia da Rússia voltou a perder dinamismo, crescendo apenas 1,3% em razão, particularmente, do fraco desempenho da demanda agregada. No que tange a 2014, a economia russa continuou perdendo dinamismo, uma vez que o crescimento de seu PIB ficou limitado a apenas 0,6%. O ano de 2015 foi caracterizado por forte decréscimo no nível de atividades, o que ficou evidenciado pelo comportamento do PIB russo, que sofreu retração de 3,8% no ano em questão. Nessas condições, o PIB nominal da Rússia limitou-se a US\$ 1,24 trilhão. Mesmo assim, com essa cifra, a Rússia ocupou a 13ª posição entre as grandes economias mundiais, ao se ter a magnitude com PIB como elemento de mensuração. O PIB per capita, por sua vez, acompanhou o desempenho geral da economia russa limitando-se a US\$ 8.4 mil em 2015. Como resultado, observou-se queda nos salários reais, que pressionou a demanda agregada por bens e serviços, o principal motor da economia russa nos últimos anos. A mais recente estimativa do Fundo Monetário Internacional (FMI) sugere que o país continuará em marcha recessiva em 2016, quando deverá sofrer decréscimo de 0,6% em seu PIB. Para 2017, o país poderá alcançar expansão em torno de 1,0%.

Na visão de alguns analistas, as atuais dificuldades econômicas da Rússia não advêm de mera readequação da economia a preços mais baixos do petróleo. A este respeito, apontam para as deficiências de um modelo de crescimento baseado em atividades extrativistas que é, portanto, suscetível às variações do preço dos hidrocarbonetos e às turbulências da economia internacional, fato que pôde ser verificado na crise de 2009. Nessa linha, apontam para a conveniência de implantação de reformas profundas, que alarguem e diversifiquem a base da economia; criem segurança jurídica à inclusão de novos pequenos e médios empresários; elevem o volume total de investimentos e permitam o surgimento de inovações tecnológicas que gerem empregos de maior renda. De todo modo, é senso comum entre analistas a percepção de que, em médio prazo, a recuperação do preço do petróleo constitui fator fundamental para melhor equacionamento da economia russa.

Rússia - Evolução do Produto Interno Bruto (PIB)							
Discriminação	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	2 0 1 4	2 0 1 5	2 0 1 6	2 0 1 7
Variação real	4,30%	3,40%	1,30%	0,60%	-3,83%	-0,63%	1,00%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC, com base em dados do FMI, World Economic Outlook Database, outubro de 2015.

## II – Comércio exterior total

As exportações russas de bens cresceram 10,6% nos últimos dez anos. Nessas condições, as vendas externas evoluíram de US\$ 302 bilhões, em 2006, para o valor de US\$ 334 bilhões, em 2015. Vale notar que, após atingir o patamar de US\$ 527 bilhões em 2013, as vendas externas mostraram acentuada retração, em



sintonia com o gradativo desaquecimento nas cotações internacionais de petróleo e gás. Nessas condições, sobre a cifra de 2014, as exportações sofreram forte decréscimo de 33,0% em 2015. Em termos geográficos, foram os seguintes os principais mercados de destino para as vendas externas globais da Rússia, no que tange aos resultados de 2015: Países Baixos (11,6% de participação); China (8,2%); Alemanha (7,4%); Itália (6,6%); Turquia (5,7%); Belarus (4,5%); Japão (4,3%). Salienta-se o elevado grau de complementaridade entre a oferta exportável russa e a demanda importadora da União Europeia, que absorveu 48% do total das vendas externas russas em 2015. O Brasil, por seu turno, foi o 34º país de destino para a oferta russa, com participação de 0,6% sobre o total de 2015. Com referência à estrutura da oferta, foram os seguintes os principais grupos de produtos da exportação global da Rússia, em 2015: combustíveis, gás e lubrificantes (50,6% do total geral); ferro fundido ferro ou aço (4,5%); adubos ou fertilizantes (2,6%); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (2,4%); ouro e pedras preciosas (2,2%); alumínio (2,1%); madeira e carvão vegetal (1,9%); cereais (1,6%); cobre (1,3%); produtos químicos inorgânicos (1,1%). Conforme salientado, a forte predominância dos hidrocarbonetos (petróleo e gás) nas vendas externas do país torna a economia vulnerável às oscilações dos preços internacionais das "commodities" energéticas.

Rússia - evolução do comércio exterior total - valores em US\$ bilhões				
Discriminação	Exportações	Importações	Intercâmbio comercial	Saldo comercial
2 0 0 6	301,6	137,8	439,4	163,7
2 0 0 7	352,3	199,7	552,0	152,5
2 0 0 8	468,0	267,1	735,0	200,9
2 0 0 9	301,8	170,8	472,6	131,0
2 0 1 0	397,1	228,9	626,0	168,2
2 0 1 1	517,0	306,1	823,1	210,9
2 0 1 2	524,8	316,2	841,0	208,6
2 0 1 3	527,3	314,9	842,2	212,3
2 0 1 4	497,8	286,6	784,5	211,2
2 0 1 5	333,5	177,3	510,8	156,2
Elaborado pelo MRE / DPR / DIC, com base em dados da UNCTAD / ITC / COMTRADE / Trademap, fevereiro de 2016.				

Ao longo dos últimos dez anos, as importações russas de bens cresceram 28,6% uma vez que passaram de US\$ 138 bilhões em 2006, para o nível de US\$ 177 bilhões em 2015. Vale notar que, após atingir o pico de US\$ 316 bilhões em 2012, as aquisições russas perderam dinamismo gradativamente sendo que, em 2015, sofreram forte decréscimo de 38,1% sobre a cifra análoga de 2014. O comportamento recente das aquisições externas guarda estreita relação com o atual quadro de desaquecimento da economia. O exame da matriz comercial mostra, ainda, que foram os seguintes os sete principais países fornecedores da demanda externa russa em 2015: China (19,2% de participação no total); Alemanha (11,2%); Estados Unidos (6,1%); Belarus (4,7%); Itália (4,6%); Japão (3,8%); França (3,3%). A União Europeia supriu 39% do total das aquisições externas da Rússia. O Brasil, com 1,6% de participação, foi o 15º fornecedor de bens à Rússia. Em relação à estrutura da demanda, foram os seguintes os principais grupos de

produtos da importação global da Rússia, em 2015: máquinas e aparelhos mecânicos (18,8% do total); máquinas e instrumentos elétricos ou eletrônicos (11,6%); veículos e autopeças (7,3%); produtos farmacêuticos (4,7%); plásticos e manufaturas de plástico (4,2%); instrumentos médicos e de precisão (2,8%); obras de ferro ou aço (2,3%); frutas (2,1%). Na pauta importadora da Rússia predominam bens de maior intensidade tecnológica, a exemplo de instrumentos médicos e produtos farmacêuticos.

O resultado da balança comercial da Rússia é estruturalmente superavitário, em razão, sobretudo, das volumosas exportações de petróleo e gás natural. Em 2014, por exemplo, a Rússia manteve a terceira posição na listagem de países detentores de grandes superávits comerciais. No que diz respeito ao ano de 2015, o superávit russo em transações comerciais de bens limitou-se, porém, a US\$ 156 bilhões, com retração de 26% sobre cifra da mesma base temporal do ano anterior.

### **III – Comércio exterior bilateral**

De acordo com os dados estatísticos fornecidos pelo MDIC/SECEX-Aliceweb, entre 2006 e 2015 o comércio bilateral entre o Brasil e a Rússia cresceu 6,8% passando de US\$ 4,386 bilhões para US\$ 4,685 bilhões. Vale notar que, em 2015, o intercâmbio registrou forte queda de 31,6% em comparação a 2014. O decréscimo do comércio bilateral em 2015 deu-se tanto por conta da diminuição das exportações brasileiras quanto das importações originárias da Rússia. O saldo comercial é tradicionalmente favorável ao Brasil. Foram os seguintes os superávits brasileiros resultantes das trocas comerciais com a Rússia, no último triênio: US\$ 298,1 milhões (2013); US\$ 812,9 milhões (2014); US\$ 243,5 milhões (2015). Em 2015, o saldo comercial registrou retração de 70,0% em comparação a 2014. A Rússia perdeu uma posição em relação ao ano anterior e foi o 17º parceiro comercial do Brasil, em 2015.

Nos últimos dez anos, as exportações brasileiras para o mercado russo mostraram pouco dinamismo e, portanto, decresceram 28,4%. Assim, em termos de valor, as exportações passaram de US\$ 3,443 bilhões em 2006, para US\$ 2,464 bilhões em 2015. As vendas, novamente diminuíram em 2015, com significativo decréscimo de 35,6% em relação a 2014. A retração das exportações para a Rússia no ano passado deu-se, basicamente, em razão da diminuição nos embarques brasileiros de carnes (-44,9%). Como resultado, a Rússia caiu do 12º lugar, em 2014, para a 20ª posição em 2015, como mercado de destino para as exportações totais brasileiras. Os cinco principais grupos de produtos brasileiros destinados ao mercado russo, em 2015, foram: i) carnes e miudezas comestíveis (US\$ 1,341 bilhão; equivalentes a 54,4% do total geral exportado); ii) açúcares (US\$ 343,6 milhões; 14,0%); iii) soja (US\$ 248,2 milhões; 10,1%); iv) tabaco e seus manufaturados (US\$ 135,1 milhões; 5,5%); e v) produtos químicos orgânicos (US\$ 91,7 milhões, equivalentes a 3,7% do total). Salienta-se que o Brasil foi o principal fornecedor de carnes ao mercado russo, detendo participação de 49%. Segundo o MDIC, os produtos básicos representaram 74% do total das exportações, seguidos

dos semimanufaturados, com 15%. Os produtos manufaturados tiveram sua participação limitada a 11%. Os dados do MDIC mostram, ainda, que 561 empresas brasileiras registraram exportações para o mercado russo, no que diz respeito aos registros de 2015.

Evolução do intercâmbio comercial com a Rússia - US\$ milhões, fob										
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	3.443	18,0%	2,50%	943	30,5%	1,03%	4.386	20,5%	1,91%	2.501
2007	3.741	8,7%	2,33%	1.710	81,4%	1,42%	5.451	24,3%	1,94%	2.031
2008	4.653	24,4%	2,35%	3.332	94,8%	1,93%	7.985	46,5%	2,39%	1.321
2009	2.869	-38,4%	1,87%	1.412	-57,6%	1,11%	4.281	-46,4%	1,52%	1.456
2010	4.152	44,7%	2,06%	1.910	35,3%	1,05%	6.062	41,6%	1,58%	2.242
2011	4.216	1,5%	1,65%	2.944	54,1%	1,30%	7.161	18,1%	1,48%	1.272
2012	3.141	-25,5%	1,29%	2.791	-5,2%	1,25%	5.932	-17,2%	1,27%	350,1
2013	2.974	-5,3%	1,23%	2.676	-4,1%	1,12%	5.650	-4,7%	1,17%	298,1
2014	3.829	28,7%	1,70%	3.016	12,7%	1,32%	6.846	21,2%	1,51%	812,7
2015	2.464	-35,6%	1,29%	2.221	-26,4%	1,30%	4.685	-31,6%	1,29%	243,5
<b>Var. % 2006-2015</b>	<b>-28,4%</b>		<b>--</b>	<b>135,6%</b>		<b>--</b>	<b>6,8%</b>		<b>--</b>	<b>n.c.</b>

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.  
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

Ainda segundo os dados do Aliceweb, nos últimos dez anos as importações brasileiras originárias da Rússia aumentaram 135,6% passando de US\$ 943,0 milhões em 2006, para alcançar US\$ 2,221 bilhões em 2015. De 2014 para 2015 as compras, contudo, sofreram queda de 26,4% em função, particularmente, da retração nas importações de adubos e fertilizantes (-29,0%). A Rússia perdeu uma posição em relação ao ano de 2014 e foi o 19º fornecedor de mercadorias ao Brasil, em 2015. Os principais produtos adquiridos pelo Brasil da Rússia, em 2015, foram: i) adubos (US\$ 1,227 bilhão; equivalentes a uma participação de 55,2% do total); ii) alumínio e suas obras (US\$ 359,6 milhões; 16,2%); iii) combustíveis minerais (US\$ 223,4 milhões; 10,0%); iv) ferro fundido, ferro e aço (US\$ 91,8 milhões; 4,1%), e v) borracha e suas obras (US\$ 76,6 milhões; equivalentes a 3,5% do montante total). A pauta apresentou a seguinte estrutura, quanto ao fator agregado das mercadorias: produtos manufaturados (46% do total); semimanufaturados (44%); básicos (10%). A base importadora compreendeu 533 empresas brasileiras que efetivaram compras do mercado russo em 2015, segundo o MDIC.

#### IV – Cruzamento estatístico entre as pautas de exportação e importação

No campo da identificação de prováveis nichos de mercado, o cruzamento estatístico entre a pauta exportadora brasileira e importadora da Rússia em 2015 mapeou a existência de potenciais oportunidades para as exportações de vários segmentos do setor produtivo brasileiro. Por conseguinte, com base na nomenclatura do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH-6), os produtos brasileiros com maior potencial de inserção no

mercado local, em princípio, foram os seguintes: i) automóveis e autopeças; ii) óxidos de alumínio; iii) pneus; iv) soja em grãos; v) fumo não manufaturado; vi) torneiras, para canalizações; vii) medicamentos; viii) carnes de bovino; ix) preparações alimentícias diversas; x) minérios de ferro.

Cruzamento entre a oferta exportadora do Brasil e a de manda importadora da Rússia - 2015 - US\$ mil, fob							
Ranking	SH	Descrição dos produtos(*)	Exportações brasileiras para a Rússia	Importações totais da Rússia	Exportações totais do Brasil	Potencial indicativo de comércio	Part.% do Brasil
<b>Total geral</b>			<b>2.464.430</b>	<b>177.292.663</b>	<b>191.134.325</b>	<b>174.828.233</b>	<b>1,4%</b>
1º	870323	Automóveis e autopeças	509	5.403.484	3.381.306	3.380.797	0,0%
2º	281820	Óxidos de alumínio	91.620	1.394.243	2.505.473	1.302.623	6,6%
3º	401110	Pneus para automóveis ônibus ou caminhões	662	835.993	738.726	726.196	0,1%
4º	120190	Soja em grãos	231.535	939.450	20.981.829	707.915	24,6%
5º	240120	Fumo não manufaturado	125.218	768.832	2.016.147	643.614	16,3%
6º	848180	Torneiras para canalizações	95	1.102.214	627.492	627.397	0,0%
7º	300490	Medicamentos	387	4.722.999	538.529	538.142	0,0%
8º	20230	Carnes de bovino	546.681	1.040.326	3.953.397	493.645	52,5%
9º	210690	Preparações alimentícias diversas	5.536	422.711	404.656	399.120	1,3%
10º	260111	Minérios de ferro	0	339.701	10.378.928	339.701	0,0%

Elaborado pelo MRE/DFR/Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

(\*) Excluído petróleo e derivados, por razões específicas.

### CRONOLOGIA HISTÓRICA

<b>1894</b>	Morte de Alexandre III. Ascensão ao trono de Nicolau II.
<b>1904</b>	Guerra russo-japonesa.
<b>1905</b>	Início da Revolução Russa
<b>1914</b>	Primeira Guerra Mundial. A Rússia combate ao lado da França e do Reino Unido em defesa de sua aliada Sérvia.
<b>1917</b>	Revolução de Outubro. Fim da monarquia e implantação do socialismo. Armistício com a Alemanha. Início da guerra civil entre o Exército Vermelho e as forças contrarrevolucionárias.
<b>1921</b>	Fim da Guerra Civil, com vitória do Exército Vermelho.
<b>1922</b>	Criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.
<b>1923</b>	Adoção de nova Constituição.
<b>1924</b>	Morte de Lênin. Stálin vence disputa pelo poder contra Trótski.
<b>1929</b>	Stálin torna-se ditador absoluto.
<b>1936</b>	Nova constituição outorgada por Stálin.
<b>1937-1938</b>	Auge da repressão stalinista com os Grandes Expurgos.
<b>1939</b>	Assinatura do Pacto Ribbentrop-Molotov de não-agressão com a Alemanha. Início da Segunda Guerra Mundial.
<b>1939 – 1941</b>	Invasão da URSS pela Alemanha.
<b>1945</b>	Vitória na Segunda Guerra Mundial. Ocupação de Berlim e da Europa Oriental pelo Exército Vermelho. Stálin participa das conferências de Yalta e Potsdam, que dividem a Europa em zonas de influência ocidental e soviética.
<b>1949</b>	A União Soviética cria o COMECON (Conselho para Assistência Econômica Mútua) juntamente com países de orientação socialista.
<b>1953</b>	Morte de Stálin e ascensão de Khrushchev.
<b>1955</b>	Assinatura do Pacto de Varsóvia, aliança militar que congregava a União Soviética, a Alemanha Oriental, a Bulgária, a Polônia, a Romênia, a Albânia e a Tchecoslováquia.
<b>1956</b>	20º Congresso do Partido Comunista da URSS. Discurso secreto de Khrushchev. Início da <i>coexistência pacífica</i> com o Ocidente.
<b>1957</b>	Lançamento do primeiro satélite artificial, o <i>Sputnik</i> .
<b>1962</b>	Crise dos mísseis de Cuba.
<b>1964</b>	Ascensão de Leonid Brezhnev.
<b>1979</b>	Invasão do Afeganistão pela URSS.
<b>1982</b>	Morte de Brezhnev.
<b>1985</b>	Assume Mikhail Gorbachev.
<b>1986</b>	Gorbachev lança a <i>glasnost</i> e a <i>perestroika</i> .
<b>1989</b>	Eleições livres para a escolha do Congresso dos Deputados do Povo.
<b>1991</b>	Golpe de Estado malogrado contra Gorbachev. Em 26 de dezembro,

	a URSS é dissolvida. A Rússia ressurgue como Estado independente.
<b>1994</b>	Primeira Guerra da Chechênia
<b>1999</b>	Vladimir Putin assume o cargo de Primeiro-Ministro. Segunda Guerra da Chechênia.
<b>2000</b>	Putin assume a presidência da Federação da Rússia.
<b>2004</b>	Putin é reeleito a Presidente da Federação da Rússia.
<b>2008</b>	Eleição à presidência de Dmitri Medvedev. Conflito com a Geórgia. Reconhecimento, pela Rússia, da independência das regiões georgianas separatistas da Ossétia do Sul e Abcázia.
<b>2012</b>	Putin é eleito, pela terceira vez, Presidente da Federação da Rússia.

### CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

<b>1828</b>	Estabelecimento de relações diplomáticas.
<b>1917</b>	Rompimento de relações diplomáticas, em decorrência do não reconhecimento do governo de Vladimir Lênin.
<b>1945</b>	Restabelecimento de relações diplomáticas.
<b>1947</b>	Novo rompimento de relações diplomáticas.
<b>1961</b>	Restabelecimento de relações diplomáticas.
<b>1985</b>	Visita do Presidente José Sarney à URSS, a primeira visita oficial de Chefe de Estado brasileiro à Rússia.
<b>1997</b>	Constituição da Comissão Mista Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação.
<b>2002</b>	Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Rússia. Criação da Parceira Estratégica.
<b>2004</b>	Visita do Vice-Presidente da República José Alencar Gomes da Silva à Rússia.
<b>2004</b>	Visita do Presidente Vladimir Putin ao Brasil. Primeira visita de um Chefe de Estado da Federação da Rússia ao País.
<b>2005</b>	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Rússia.
<b>2006</b>	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Sergey Lavrov
<b>2008</b>	Visita do Presidente Dmitri Medvedev ao Brasil
<b>2010</b>	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, à Rússia
<b>2010</b>	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Rússia
<b>2011</b>	Visita do Vice-Presidente da República Michel Temer à Rússia
<b>2011</b>	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, à Rússia
<b>2012</b>	Visita da Presidenta da República Dilma Rousseff à Rússia.

---

<b>2013</b>	Visita do Primeiro Ministro da Rússia Dmitri Medvedev ao Brasil.
<b>2013</b>	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Sergey Lavrov, ao Brasil
<b>2013</b>	Visita do Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves, à Rússia.
<b>2013</b>	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, à Rússia.
<b>2014</b>	Visita do Presidente Vladimir Putin ao Brasil.
<b>2015</b>	Visita do Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, e do Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, à Rússia.
<b>2015</b>	Visita do Vice-Presidente da República Michel Temer à Rússia.
<b>2015</b>	Visita da Presidente Dilma Rousseff à Rússia, Ufá.

### ATOS BILATERAIS

<b>Título</b>	<b>Data de Celebração</b>	<b>Vigência</b>	<b>Publicação no DOU</b>
<b>Acordo, por troca de Notas, para a Criação de Consulados-Gerais</b>	20/11/1992	20/11/1992	27/11/1992
<b>Acordo sobre Serviços Aéreos</b>	22/01/1993	07/09/1995	08/11/1995
<b>Acordo, por Troca de Notas, Relativo à Criação de Adidâncias Militares</b>	06/06/1994	06/06/1994	22/06/1994
<b>Acordo, por Troca de Notas, Relativo à Lotação de Pessoal das Respectivas Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Representações Comerciais</b>	27/07/1994	27/07/1994	-
<b>Acordo de Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear</b>	15/09/1994	27/03/1996	27/08/1998
<b>Acordo, por Troca de Notas, sobre a Instalação de Consulado-Geral na Cidade de São Paulo</b>	14/07/1995	14/07/1995	02/08/1995
<b>Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica</b>	21/11/1997	30/09/1999	19/01/2000
<b>Acordo de Cooperação Cultural e Educacional</b>	21/11/1997	25/07/1999	03/09/1999
<b>Acordo sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos</b>	21/11/1997	13/08/2002	15/10/2002
<b>Acordo sobre Cooperação na Área da Proteção da Saúde</b>	23/04/1999	19/10/2000	21/11/2000



<b>Animal</b>			
<b>Tratado sobre Relações de Parceria</b>	22/06/2000		18/09/2002
<b>Acordo sobre Cooperação na Área da Quarentena Vegetal</b>	22/06/2000		26/06/2002
<b>Acordo sobre Cooperação na Área de Turismo</b>	12/12/2001	12/12/2007	20/03/2008
<b>Tratado de Extradicação</b>	14/01/2002	01/01/2007	03/07/2007
<b>Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda</b>	22/11/2004	Tramitação CC	
<b>Acordo de Cooperação na Área da Cultura Física e Esporte</b>	22/11/2004	22/11/2004	27/04/2005
<b>Acordo sobre Proteção Mútua de Tecnologia Associada à Cooperação na Exploração e Uso do Espaço Exterior para Fins Pacíficos</b>	14/12/2006	Em promulgação	-
<b>Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Proteção Mútua de Informações Classificadas.</b>	13/08/2008	Em promulgação	
<b>Acordo entre o Brasil e a Rússia para a Isenção de Vistos de Curta Duração para Nacionais da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia</b>	26/11/2008	07/06/2010	26/08/2010
<b>Acordo entre o Brasil e a Rússia sobre</b>	26/11/2008	Em promulgação	-

<b>Cooperação Técnico-Militar</b>			
<b>Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Proteção Mútua da Propriedade Intelectual e Outros Resultados da Atividade Intelectual Utilizados e Obtidos no Curso da Cooperação Técnico-Militar Bilateral</b>	14/05/2010	Em Tramitação no Executivo	
<b>Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para Cooperação no Campo da Segurança Internacional da Informação e da Comunicação</b>	14/05/2010	Tramitação CC	
<b>Plano de Ação da Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia</b>	14/05/2010	Em vigor	-
<b>Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação em Defesa</b>	14/12/2012	Tramitação MRE	-

## DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

### Principais Indicadores Socioeconômicos da Rússia

Indicador	2013	2014	2015 <sup>(1)</sup>	2016 <sup>(1)</sup>	2017 <sup>(1)</sup>
Crescimento real do PIB (%)	1,30%	0,60%	-3,83%	-0,63%	1,00%
PIB nominal (US\$ trilhões)	2,08	1,86	1,24	1,18	1,31
PIB nominal "per capita" (US\$)	14.468	12.718	8.447	8.058	8.949
PIB PPP (US\$ trilhões)	3,50	3,58	3,47	3,49	3,59
PIB PPP "per capita" (US\$)	24.343	24.449	23.744	23.876	24.535
População (milhões de habitantes)	143,70	146,30	146,30	146,30	146,30
Desemprego (%)	5,50%	5,20%	5,96%	6,50%	6,00%
Inflação (%) <sup>(2)</sup>	6,47%	11,35%	13,50%	8,50%	6,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	1,64%	3,20%	5,01%	5,42%	5,73%
Dívida externa (US\$ bilhões)	726,58	599,06	496,00	454,27	470,52
Câmbio (Rb / US\$) <sup>(2)</sup>	32,73	56,26	67,01	64,26	60,35

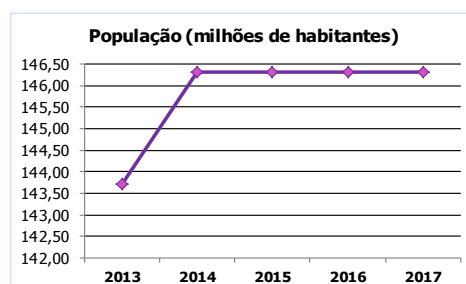
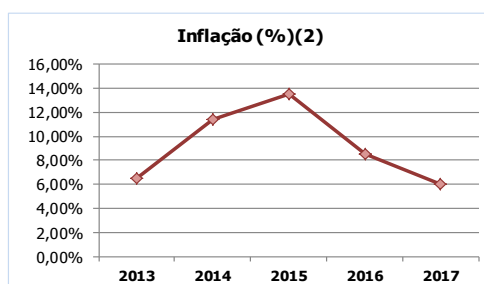
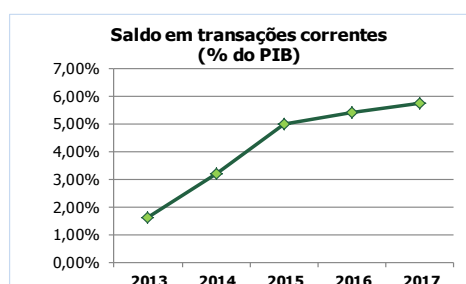
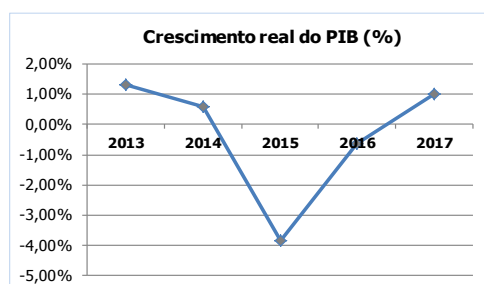
#### Origem do PIB ( 2014 Estimativa )

Agricultura	4,2%
Indústria	35,8%
Serviços	60,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report December 2015.

(1) Estimativas FMI e EIU.

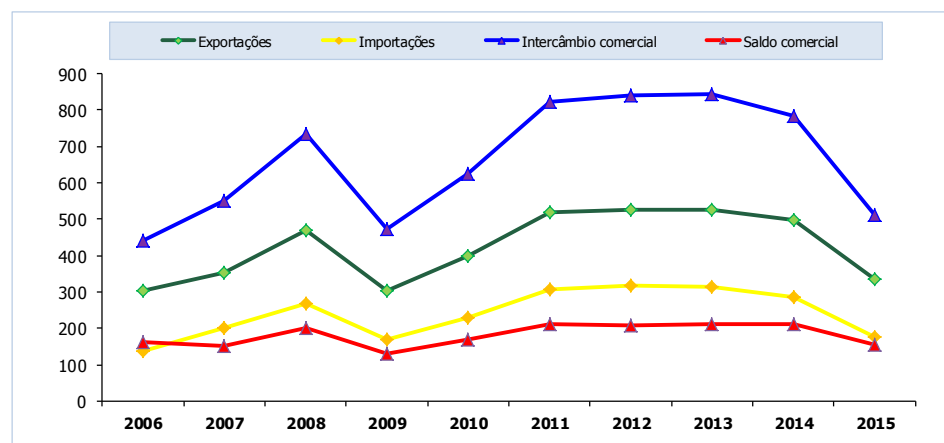
(2) Média de fim de período.



**Evolução do Comércio Exterior da Rússia**  
**US\$ bilhões**

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2006	302	24,9%	138	39,6%	439	29,2%	164
2007	352	16,8%	200	44,9%	552	25,6%	153
2008	468	32,9%	267	33,7%	735	33,2%	201
2009	302	-35,5%	171	-36,0%	473	-35,7%	131
2010	397	31,6%	229	34,0%	626	32,4%	168
2011	517	30,2%	306	33,7%	823	31,5%	211
2012	525	1,5%	316	3,3%	841	2,2%	209
2013	527	0,5%	315	-0,4%	842	0,1%	212
2014	498	-5,6%	287	-9,0%	784	-6,9%	211
2015	334	-33,0%	177	-38,1%	511	-34,9%	156
<b>Var. % 2006-2015</b>	<b>10,6%</b>	<b>--</b>	<b>28,6%</b>	<b>--</b>	<b>16,3%</b>	<b>--</b>	<b>n.c.</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.  
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

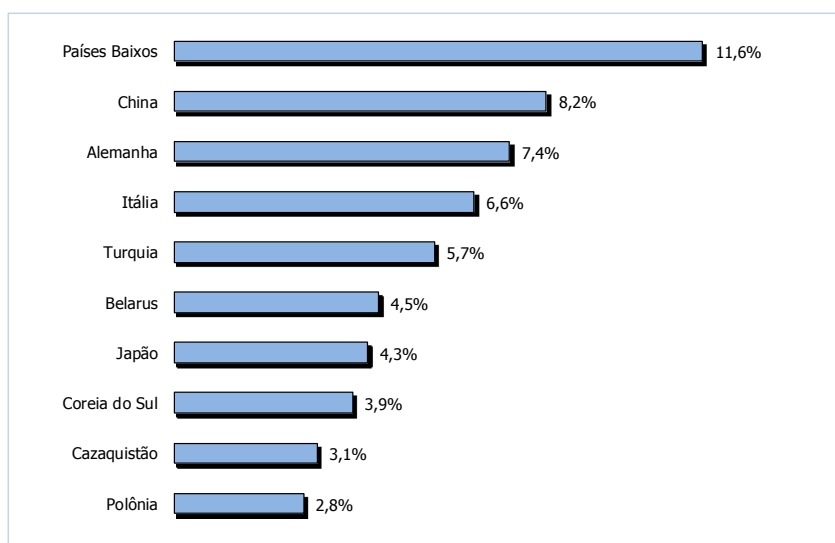


**Direção das Exportações da Rússia**  
**US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 5</b>	<b>Part. % no total</b>
Países Baixos	38,7	11,6%
China	27,3	8,2%
Alemanha	24,6	7,4%
Itália	22,0	6,6%
Turquia	19,1	5,7%
Belarus	15,0	4,5%
Japão	14,2	4,3%
Coreia do Sul	13,1	3,9%
Cazaquistão	10,5	3,1%
Polônia	9,5	2,8%
...		
<b><i>Brasil (34ª posição)</i></b>	<b><i>1,9</i></b>	<b><i>0,6%</i></b>
<b>Subtotal</b>	<b>195,9</b>	<b>58,7%</b>
<b>Outros países</b>	<b>137,6</b>	<b>41,3%</b>
<b>Total</b>	<b>333,5</b>	<b>100,0%</b>

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

**10 principais destinos das exportações**

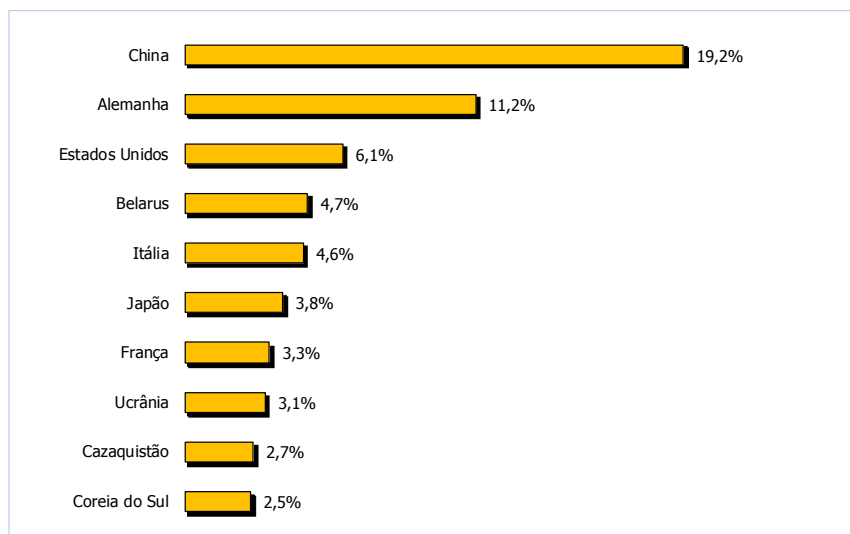


**Origem das Importações da Rússia**  
**US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 5</b>	<b>Part.% no total</b>
China	34,1	19,2%
Alemanha	19,9	11,2%
Estados Unidos	10,8	6,1%
Belarus	8,4	4,7%
Itália	8,1	4,6%
Japão	6,7	3,8%
França	5,8	3,3%
Ucrânia	5,5	3,1%
Cazaquistão	4,7	2,7%
Coreia do Sul	4,5	2,5%
...		
<b>Brasil (15ª posição)</b>	<b>2,8</b>	<b>1,6%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>111,3</b>	<b>62,8%</b>
<b>Outros países</b>	<b>66,0</b>	<b>37,2%</b>
<b>Total</b>	<b>177,3</b>	<b>100,0%</b>

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

**10 principais origens das importações**

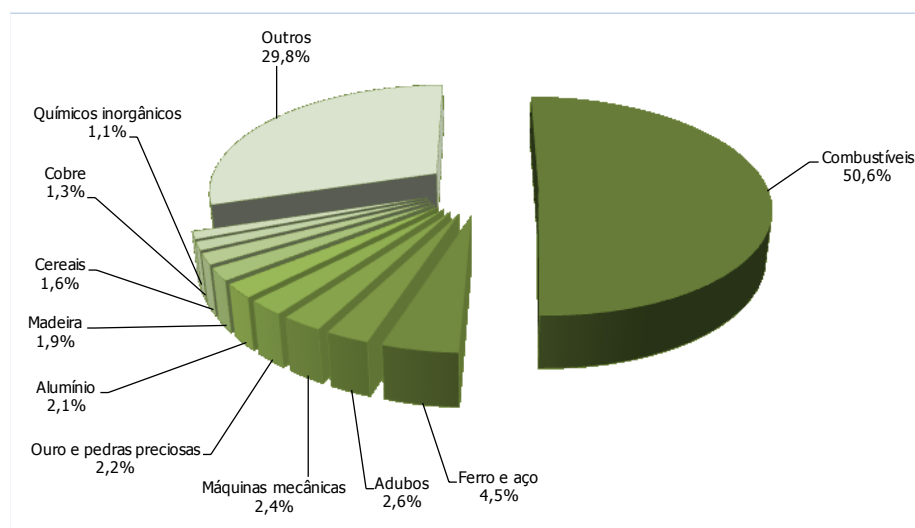


**Composição das exportações da Rússia**  
**US\$ bilhões**

<b>Grupos de Produtos</b>	<b>2 0 1 5</b>	<b>Part.% no total</b>
Combustíveis	168,7	50,6%
Ferro e aço	14,9	4,5%
Adubos	8,6	2,6%
Máquinas mecânicas	8,1	2,4%
Ouro e pedras preciosas	7,4	2,2%
Alumínio	6,9	2,1%
Madeira	6,2	1,9%
Cereais	5,5	1,6%
Cobre	4,2	1,3%
Químicos inorgânicos	3,7	1,1%
<b>Subtotal</b>	<b>234,2</b>	<b>70,2%</b>
<b>Outros</b>	<b>99,3</b>	<b>29,8%</b>
<b>Total</b>	<b>333,5</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.*

**10 principais grupos de produtos exportados**

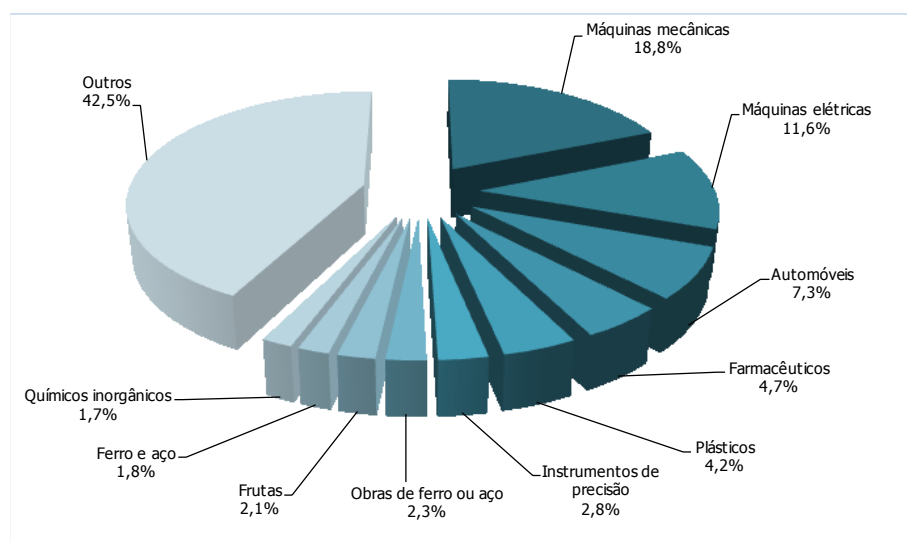


**Composição das importações da Rússia**  
**US\$ bilhões**

<b>Grupos de produtos</b>	<b>2 0 1 5</b>	<b>Part.% no total</b>
Máquinas mecânicas	33,4	18,8%
Máquinas elétricas	20,6	11,6%
Automóveis	12,9	7,3%
Farmacêuticos	8,4	4,7%
Plásticos	7,5	4,2%
Instrumentos de precisão	5,0	2,8%
Obras de ferro ou aço	4,0	2,3%
Frutas	3,8	2,1%
Ferro e aço	3,2	1,8%
Químicos inorgânicos	3,1	1,7%
<b>Subtotal</b>	<b>101,9</b>	<b>57,5%</b>
<b>Outros</b>	<b>75,4</b>	<b>42,5%</b>
<b>Total</b>	<b>177,3</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.*

**10 principais grupos de produtos importados**

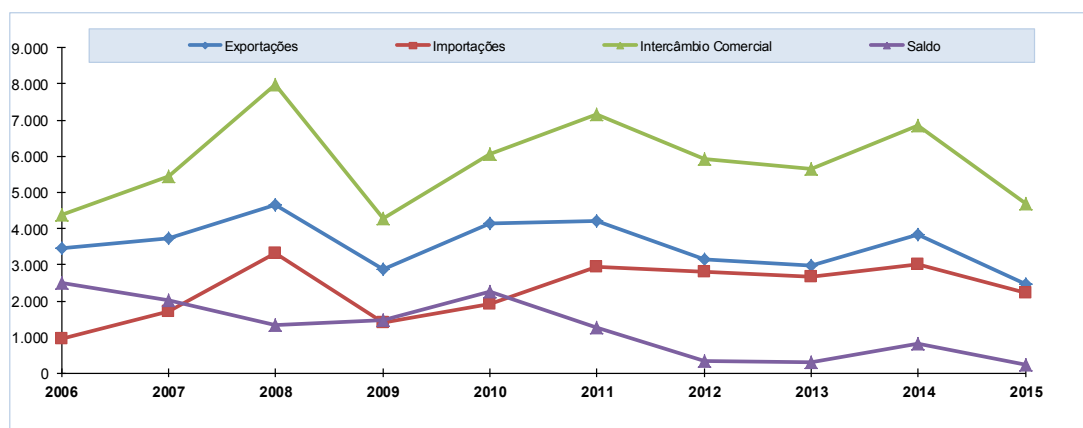




**Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Rússia**  
**US\$ milhões**

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	3.443	18,0%	2,50%	943	30,5%	1,03%	4.386	20,5%	1,91%	2.501
2007	3.741	8,7%	2,33%	1.710	81,4%	1,42%	5.451	24,3%	1,94%	2.031
2008	4.653	24,4%	2,35%	3.332	94,8%	1,93%	7.985	46,5%	2,39%	1.321
2009	2.869	-38,4%	1,87%	1.412	-57,6%	1,11%	4.281	-46,4%	1,52%	1.456
2010	4.152	44,7%	2,06%	1.910	35,3%	1,05%	6.062	41,6%	1,58%	2.242
2011	4.216	1,5%	1,65%	2.944	54,1%	1,30%	7.161	18,1%	1,48%	1.272
2012	3.141	-25,5%	1,29%	2.791	-5,2%	1,25%	5.932	-17,2%	1,27%	350
2013	2.974	-5,3%	1,23%	2.676	-4,1%	1,12%	5.650	-4,7%	1,17%	298
2014	3.829	28,7%	1,70%	3.016	12,7%	1,32%	6.846	21,2%	1,51%	813
2015	2.464	-35,6%	1,29%	2.221	-26,4%	1,30%	4.685	-31,6%	1,29%	244
2016 (janeiro)	107	-24,5%	0,95%	109	-50,0%	1,06%	216	-40,0%	1,00%	-2
<b>Var. % 2006-2015</b>	<b>-28,4%</b>		<b>--</b>	<b>135,6%</b>		<b>--</b>	<b>6,8%</b>		<b>--</b>	<b>n.c.</b>

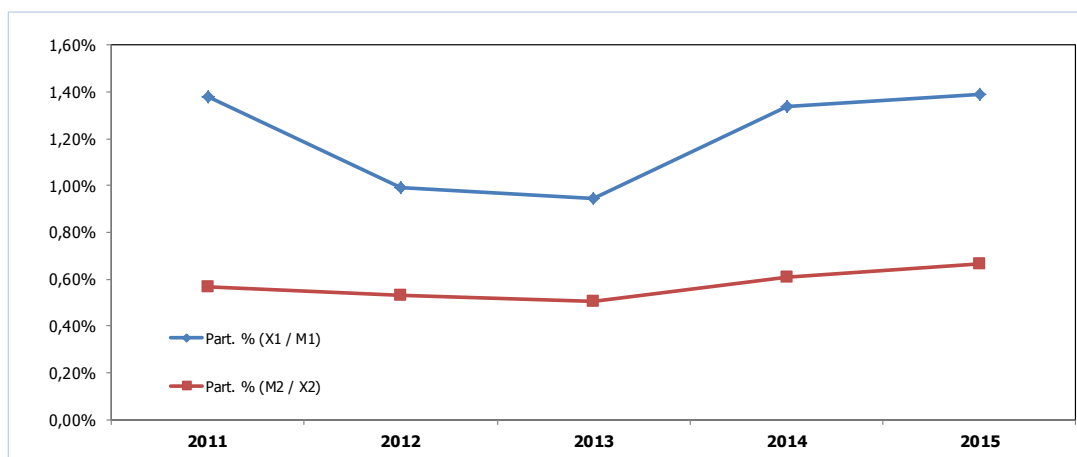
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.  
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*



**Part. % do Brasil no Comércio da Rússia**  
**US\$ milhões**

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011/2015
Exportações do Brasil para a Rússia (X1)	4.216	3.141	2.974	3.829	2.464	-41,5%
Importações totais da Rússia (M1)	306.091	316.193	314.945	286.649	177.293	-42,1%
Part. % (X1 / M1)	1,38%	0,99%	0,94%	1,34%	1,39%	0,9%
Importações do Brasil originárias da Rússia (M2)	2.944	2.791	2.676	3.016	2.221	-24,6%
Exportações totais da Rússia (X2)	516.993	524.766	527.266	497.834	333.502	-35,5%
Part. % (M2 / X2)	0,57%	0,53%	0,51%	0,61%	0,67%	16,9%

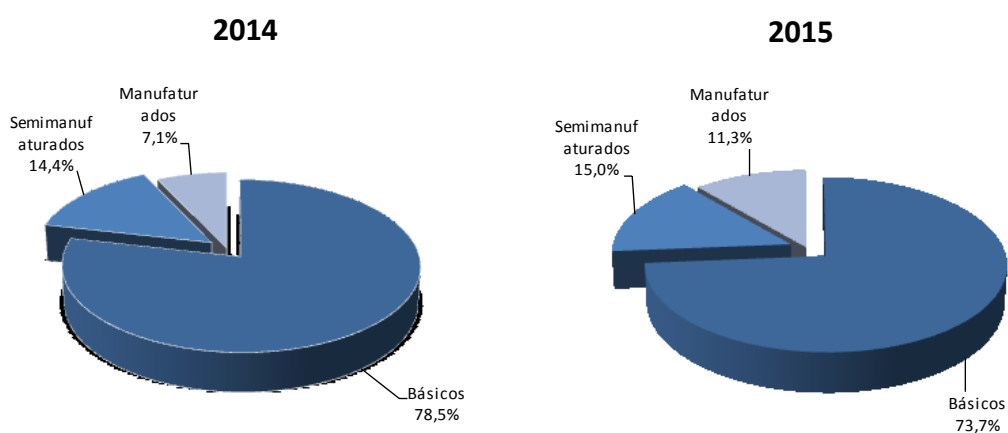
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.  
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações da Rússia e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*



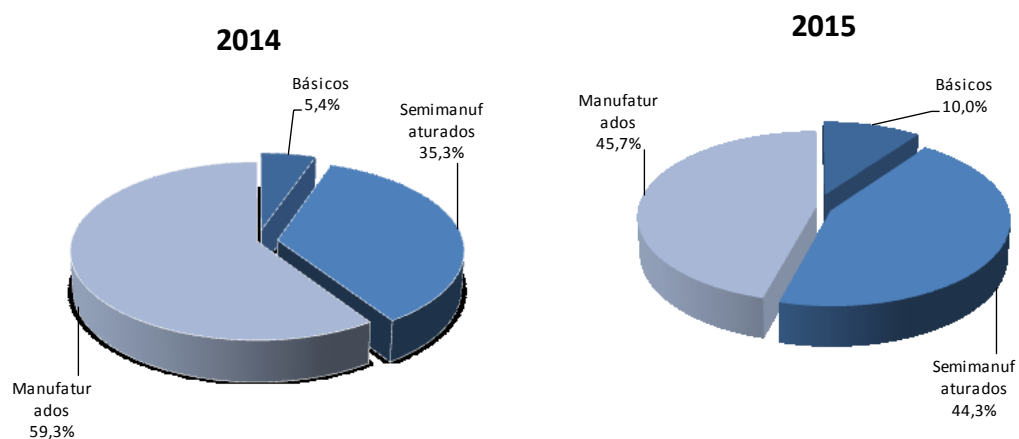
### Exportações e importações brasileiras por fator agregado

#### Comparativo 2015 com 2014

#### Exportações Brasileiras<sup>(1)</sup>



#### Importações Brasileiras



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

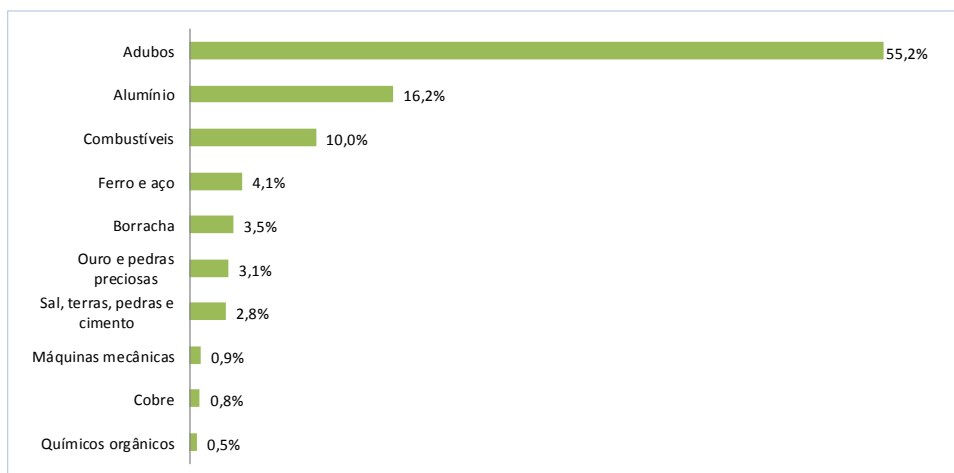
(1) Exclui transações especiais.

**Composição das importações brasileiras originárias da Rússia**  
**US\$ milhões**

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Adubos	1.741	65,1%	1.729	57,3%	1.227	55,2%
Alumínio	16	0,6%	375	12,4%	360	16,2%
Combustíveis	381	14,2%	404	13,4%	223	10,0%
Ferro e aço	147	5,5%	126	4,2%	92	4,1%
Borracha	141	5,3%	122	4,0%	77	3,5%
Ouro e pedras preciosas	93	3,5%	41	1,4%	68	3,1%
Sal, terras, pedras e cimento	53	2,0%	54	1,8%	63	2,8%
Máquinas mecânicas	3	0,1%	3	0,1%	19	0,9%
Cobre	0	0,0%	0	0,0%	18	0,8%
Químicos orgânicos	16	0,6%	20	0,7%	12	0,5%
<b>Subtotal</b>	<b>2.591</b>	<b>96,8%</b>	<b>2.874</b>	<b>95,3%</b>	<b>2.159</b>	<b>97,2%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>85</b>	<b>3,2%</b>	<b>142</b>	<b>4,7%</b>	<b>62</b>	<b>2,8%</b>
<b>Total</b>	<b>2.676</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.016</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.221</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015**



**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**  
**US\$ milhões**

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (janeiro)	Part. % no total	2 0 1 6 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
<b>Exportações</b>					
Carnes	65,5	46,3%	63,7	59,6%	Carnes 59,6%
Tabaco e sucedâneos	4,4	3,1%	12,1	11,3%	Tabaco e sucedâneos 11,3%
Preparações alimentícias	5,3	3,7%	6,6	6,2%	Preparações alimentícias 6,2%
Açúcar	26,2	18,5%	6,2	5,8%	Açúcar 5,8%
Café	9,1	6,4%	4,8	4,5%	Café 4,5%
Ferro e aço	0,0	0,0%	4,4	4,1%	Ferro e aço 4,1%
Soja em grãos e sementes	10,4	7,4%	2,2	2,1%	Soja em grãos e sementes 2,1%
Calçados	4,2	3,0%	1,4	1,3%	Calçados 1,3%
Preparações hortícolas	0,2	0,1%	0,9	0,9%	Preparações hortícolas 0,9%
Farelo de soja	0,5	0,4%	0,9	0,9%	Farelo de soja 0,9%
<b>Subtotal</b>	<b>125,8</b>	<b>88,9%</b>	<b>103,2</b>	<b>96,6%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>15,7</b>	<b>11,1%</b>	<b>3,6</b>	<b>3,4%</b>	
<b>Total</b>	<b>141,5</b>	<b>100,0%</b>	<b>106,8</b>	<b>100,0%</b>	

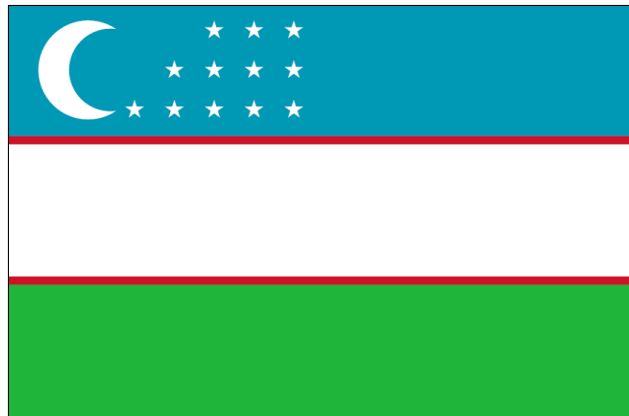
Grupos de Produtos	2 0 1 5 (janeiro)	Part. % no total	2 0 1 6 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016
<b>Importações</b>					
Azubos	108,1	49,5%	37,4	34,2%	Azubos 34,2%
Combustíveis	26,1	12,0%	29,8	27,3%	Combustíveis 27,3%
Alumínio	39,1	17,9%	23,9	21,9%	Alumínio 21,9%
Borracha	5,7	2,6%	6,2	5,7%	Borracha 5,7%
Ouro e pedras preciosas	9,1	4,2%	4,5	4,1%	Ouro e pedras preciosas 4,1%
Químicos orgânicos	2,1	1,0%	2,8	2,6%	Químicos orgânicos 2,6%
Máquinas elétricas	0,3	0,2%	0,8	0,7%	Máquinas elétricas 0,7%
Ferro e aço	8,5	3,9%	0,7	0,6%	Ferro e aço 0,6%
Químicos inorgânicos	0,3	0,2%	0,5	0,5%	Químicos inorgânicos 0,5%
Sabões	0,4	0,2%	0,4	0,3%	Sabões 0,3%
<b>Subtotal</b>	<b>199,8</b>	<b>91,5%</b>	<b>106,9</b>	<b>97,9%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>18,5</b>	<b>8,5%</b>	<b>2,3</b>	<b>2,1%</b>	
<b>Total</b>	<b>218,3</b>	<b>100,0%</b>	<b>109,2</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**  
**Departamento da Ásia Central, Meridional e Oceania**  
**Divisão da Ásia Central**

**UZBEQUISTÃO**

**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**  
**Abril de 2016**



### DADOS BÁSICOS

<b>NOME OFICIAL</b>	República do Uzbequistão
<b>CAPITAL</b>	Tashkent
<b>ÁREA</b>	447.400 km²
<b>POPULAÇÃO</b>	31.025.500 habitantes (2015)
<b>IDIOMAS</b>	Uzbeque (oficial), russo, tadjique, caracalpaque
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES</b>	Muçulmana (90%), cristã ortodoxa (5%) e outras (5%)
<b>SISTEMA DE GOVERNO</b>	Presidencialismo
<b>CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO</b>	Presidente Islam Karimov (desde 1991)
<b>MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES</b>	Abdulaziz Kamilov (desde 2012)
<b>PIB NOMINAL (2014)</b>	US\$ 62,61 bilhões
<b>PIB PPP (2014)</b>	US\$ 172,3 bilhões
<b>PIB NOMINAL PER CAPITA (2014)</b>	US\$ 2.046,00
<b>PIB PPP PER CAPITA (2014)</b>	US\$ 5.320,00
<b>CRESCIMENTO DO PIB (2014)</b>	7,5 %
<b>TAXA DE DESEMPREGO (2014)</b>	10,7%
<b>MOEDA</b>	Som Uzbeque
<b>EXPECTATIVA DE VIDA (2014)</b>	73 anos
<b>TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (2014)</b>	99,4%
<b>IDH (2014)</b>	0.654
<b>EMBAIXADOR NO BRASIL</b>	Bakhtiyar Gulyamov (residente em Washington)
<b>EMBAIXADOR DO BRASIL</b>	Antônio José Valim Guerreiro (cumulativa com Moscou)

### INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ MILHÕES)

Brasil→ Uzbequistão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 (Jan-Mar)
<b>Intercâmbio</b>	8,01	14,36	13,77	20,72	10,89	22,84	46,97	18,15	12,42	12,16
<b>Exportações</b>	6,75	7,66	11,71	19,65	8,36	20,87	46,61	16,92	9,96	12,16
<b>Importações</b>	1,26	6,70	2,06	1,07	2,53	1,97	0,36	1,22	2,46	0
<b>Saldo</b>	5,49	0,96	9,65	19,58	5,83	18,90	46,25	15,70	7,5	13,16

### APRESENTAÇÃO

O Uzbequistão é um país localizado na Ásia Central e uma das repúblicas que formavam a extinta União Soviética. Sem costa marítima, é limitado ao norte pelo Cazaquistão, a leste pelo Quirguistão e pelo Tajiquistão, ao sul pelo Afeganistão e o Turcomenistão e a oeste também pelo Turcomenistão. Além do território principal, inclui os enclaves de Sokh e de Iordan, no Quirguistão. Sua capital é a cidade de Tashkent.

<b>PERFIS BIOGRÁFICOS</b>
---------------------------

**Islam Karimov**

**Presidente**



Nasceu em 1938 (78 anos), em Samarkanda, Uzbequistão. Graduou-se em Engenharia e Economia pelo Instituto Politécnico da Ásia Central e no Instituto de Tashkent de Economia Nacional, respectivamente.

De 1961 a 1966, foi Coordenador do complexo de aviação de Chkalov em Tashkent. Em 1966, ingressou no Escritório do Planejamento de Estado da República Socialista Soviética do Uzbequistão e, em 1983, foi nomeado Ministro das Finanças do Uzbequistão Soviético. Em 1986, foi Presidente adjunto do Conselho de Ministros do Uzbequistão Soviético. De 1986 a 1989, foi Primeiro-Secretário do Comitê Provincial de Kashkadarya. Em 1989, tornou-se Primeiro-Secretário do Comitê Central do Partido Comunista do Uzbequistão.

Em 1990, tornou-se Presidente da República Socialista Soviética do Uzbequistão e, em dezembro de 1991, foi eleito Presidente do Uzbequistão independente. Em 1995, seu mandato foi estendido até 2000, por meio de referendo nacional. Foi reeleito Presidente em 2000, 2007 e 2015.

**Abdulaziz Kamilov**

**Ministro dos Negócios Estrangeiros**





Nasceu em 1947 (69 anos), em Yangiyul, Uzbequistão. Graduiu-se na Academia Diplomática do Ministério dos Negócios Exteriores da União Soviética.

Em 1976, foi Secretário na Embaixada da União Soviética no Líbano. De 1980 a 1984, foi Secretário na Embaixada da União Soviética na Síria. De 1984 a 1988, trabalhou no Departamento do Oriente Médio do Ministério dos Negócios Estrangeiros da União Soviética.

De 1991 a 1992, foi Conselheiro da Embaixada do Uzbequistão na Rússia. De 1992 a 1994, foi Vice-Presidente do Serviço Nacional de Segurança da República do Uzbequistão. Em 1994, tornou-se Primeiro Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros. Em 1994, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros. De 1998 a 2003, foi Reitor da Universidade da Economia e Diplomacia Mundiais.

Em 2003, foi Assessor do Presidente da República e tornou-se Embaixador do Uzbequistão nos EUA. Em 26 de maio de 2008, na condição de Embaixador do Uzbequistão residente em Washington, apresentou cópias figuradas de suas credenciais ao Chefe do Cerimonial do Itamaraty, sendo o primeiro Embaixador uzbeque acreditado no Brasil. Em 2010, tornou-se Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e, em 2012, foi novamente nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

## RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais foram estabelecidas em 1993. No final dos anos 2000, houve um aprofundamento do diálogo bilateral, com visitas de diversas autoridades, entre Embaixadores, Vice-Ministros, Ministros de Estado e, especialmente, a vinda ao Brasil do Presidente uzbeque Islam Karimov, em 2009. Naquela ocasião, foram assinados vários atos entre os dois países e entre algumas de suas instituições, a saber: os Acordos de Cooperação Técnica, de Cooperação em Agricultura, de Cooperação Econômica e Comercial, de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, de Cooperação na Área do Esporte, de Cooperação Cultural, os Memorandos de Entendimento para Cooperação em Turismo, para a Promoção do Comércio e do Investimento, na Área de Recursos Minerais e sobre Consultas Políticas.

A I Reunião de Consultas Políticas Brasil – Uzbequistão realizou-se em Tashkent, em 2008.

### **Assuntos consulares**

Não há estimativas sobre o número de residentes brasileiros no Uzbequistão e tampouco há consulados honorários brasileiros no país.

## **POLÍTICA INTERNA**

O sistema político vigente no Uzbequistão é centralizado e seu funcionamento tem por base a autoridade do líder nacional e a manutenção do equilíbrio entre os interesses dos diversos clãs e regiões.

O Presidente Islam Karimov chegou ao poder ainda no período soviético (junho de 1989). Em fins de 1991, ano em que o país se tornou independente, o Partido Comunista uzbeque, dirigido por Karimov, foi renomeado Partido Popular Democrático do Uzbequistão. Por referendo de 1995, o mandato presidencial foi estendido até 2000. Naquele ano, Karimov venceu com ampla margem as eleições presidenciais, reelegendo-se em 2007 e 2015.

Nas eleições de 2015, Karimov venceu com 90,4% dos votos. O Presidente havia sido autorizado a concorrer a um quarto mandato por emenda constitucional de 2011. Anteriormente, a Constituição uzbeque só permitia dois mandatos presidenciais consecutivos.

As vagas no Gabinete de Ministros e principais posições governamentais são ocupadas por personalidades vinculadas ao Presidente, que, via de regra, permanecem por extensos períodos em suas funções ou revezam-se em seus cargos. O Presidente Karimov ainda não sinalizou qual seria o sucessor de sua preferência.

O Poder Legislativo é bicameral e constituído pelo Senado, também conhecido como Assembleia Suprema ou Oliy Majlis, e pela Câmara Legislativa, também conhecida como Assembleia Nacional. No Senado há 100 senadores, 84 dos quais são eleitos pelos conselhos regionais e 16 são indicados pelo Presidente da República. O mandato é de cinco anos. Na Câmara Legislativa há 150 deputados, dos quais 135 são eleitos por voto popular e 15 assentos são reservados para o partido Movimento Ecológico do Uzbequistão. O mandato na Câmara Legislativa também é de cinco anos.

## **POLÍTICA EXTERNA**

O Uzbequistão disputa com seus vizinhos o uso compartilhado dos recursos hídricos regionais. O virtual desaparecimento do Mar de Aral é um dos mais conhecidos problemas regionais.

A Ásia Central vem sendo afetada pelo reescalonamento da presença dos EUA no Afeganistão, uma vez que as tropas norte-americanas reduziram-se de um pico de 140 mil homens, no auge das operações contra o terrorismo naquele país, para 14 mil, em 2015. Acredita-se que o Uzbequistão continuará a desempenhar um papel importante em relação à estabilização

do Afeganistão, devido à sua localização geográfica, como vizinho ao Norte, e suas preocupações sobre eventual penetração do extremismo islâmico pela fronteira porosa entre os dois países.

O Presidente Karimov tem-se destacado na execução da estratégia de equilibrar as relações do país com as três principais potências que mais influenciam os acontecimentos na Ásia Central: os EUA, a Rússia e a China. A política externa uzbeque é vista, muitas vezes, como oscilante, nas alianças com essas potências, a fim de maximizar os ganhos para o país. Exemplo recente foi o anúncio, em janeiro, de transferência de equipamento militar sobressalente dos EUA para o Uzbequistão, incluindo cerca de 300 veículos blindados resistentes a minas. Apenas um mês antes, Karimov garantira quase um bilhão de dólares em perdão de dívidas do Uzbequistão junto à Rússia, sem com isso comprometer-se com propostas para a adesão do país à União Europeia, como deseja Moscou.

Em meados do ano passado, Karimov viajou a Pequim, onde reafirmou o objetivo de desenvolver uma parceria estratégica com os anfitriões e assinou acordos comerciais no valor de US\$ 6 bilhões.

A China é indubitavelmente a potência em ascensão para a região, na órbita da qual, progressivamente, deverá situar-se o projeto de desenvolvimento uzbeque. Isto ocorre, ao menos em parte, em prejuízo dos interesses russos, ainda que Moscou busque contrapor-se, no limite de suas possibilidades, a tal tendência. Essa transição de polos de atração para os quais está voltada a economia uzbeque é simbolizada pela exploração dos recursos de hidrocarbonetos do país. No início de fevereiro 2015, a gigante estatal russa Gazprom confirmou que irá reduzir suas importações de gás da Ásia Central, em resposta à menor demanda da Ucrânia e da União Europeia.

As importações de gás da Rússia, a partir do Uzbequistão, recuaram de 4,5 bilhões de metros cúbicos, em 2014, para 1 bilhão de metros cúbicos, em 2015. O volume que se tornará ocioso deverá ser mais que compensado pelo aumento das vendas para a China, já que, na sequência da inclusão do país na malha de gasodutos Ásia Central-China, em 2012, as estimativas de exportações para a superpotência asiática saltaram de 14 bilhões de metros cúbicos, em 2012, para cerca de 22 bilhões de metros cúbicos, em 2014.

## ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS.

A Ásia Central enfrenta o importante desafio - talvez o maior da história da região na era pós-URSS - de ter que lidar com cenário simultâneo de recessão na economia russa, queda dos preços internacionais do petróleo e do gás e desaceleração da economia chinesa. A economia uzbeque tem reagido a este quadro com a diminuição dos elevados índices de expansão econômica registrados, quase ininterruptamente, nas últimas duas décadas. Segundo o serviço oficial de estatísticas local, o país centro-asiático registrou um crescimento de 8,1% do PIB, em 2014. Consultorias independentes acreditam que essa taxa - refletindo a desaceleração já observada na maioria dos setores da economia uzbeque, bem como quedas dos preços das principais *commodities* de exportação do país no mercado internacional - deverá cair para 4% no ano corrente.

Contribui para essa situação a desaceleração da economia russa, responsável, por exemplo, por grande parte das exportações de veículos do Uzbequistão. Os efeitos da crise russa são sentidos também por intermédio dos mais de 3 milhões de trabalhadores migrantes, residentes na Rússia e responsáveis por remessas financeiras importantes para a economia local (cabe

observar que o serviço russo de estatísticas indica que, se levado em conta o número de trabalhadores indocumentados, o referido número de migrantes pode ser ainda superior). De acordo com dados do Banco Central russo, as remessas dos migrantes uzbeques caíram 43%, nos últimos três meses de 2014, comparativamente ao ano anterior. Caso persista ou se agrave a recessão na Rússia, a perspectiva de um retorno em massa dos trabalhadores migrantes poderia até mesmo ameaçar a estabilidade social, em face da dificuldade da economia do país de absorvê-los.

Com a queda do crescimento econômico, está previsto também o agravamento da situação fiscal. Há que se ter presente, porém, que o Uzbequistão ostentou, nos últimos anos, indicadores bastante positivos na área fiscal e no balanço de pagamentos, o que deverá auxiliá-lo a atravessar o período de menor dinamismo, com menores sobressaltos do que seria esperado. Deste modo, o superávit de cerca de 1,5% do PIB deverá dar lugar a um resultado fiscal neutro ou a um pequeno déficit, caso o governo decida combater as tendências de desaceleração, com políticas anticíclicas.

Em relação ao balanço de pagamentos, entende-se que haverá continuidade da progressiva erosão do superávit em conta corrente, que foi de 1,8%, em 2013, e de cerca de 1,5% do PIB, em 2014.

Há ainda questões relacionadas à cotação oficial do dólar e demais divisas internacionais e a moeda oficial (som). As restrições à troca de moeda estrangeira, até mesmo por taxas oficiais de câmbio, a utilização generalizada do mercado negro e o baixo nível de intermediação financeira e de desenvolvimento do sistema bancário local são problemas persistentes que o governo não tem conseguido equacionar.

Do mesmo modo, subsistem queixas generalizadas de que as estatísticas oficiais subestimam o verdadeiro nível da inflação. Segundo o FMI, o país encerrou 2014 com alta de preços ao consumidor acumulada de 11.7%, quase 4 pontos percentuais acima do índice aferido oficialmente pelo governo (7.9%).

## CRONOLOGIA HISTÓRICA

**1991:** Independência e eleição do Presidente Islam Karimov.

**1995:** Extensão do mandato presidencial até 2000 por meio de referendo popular.

**2000:** Reeleição do Presidente Karimov.

**2002:** O mandato presidencial é estendido por mais dois anos.

**2007:** Reeleição do Presidente Karimov

**2015:** Reeleição do Presidente Karimov para um quarto mandato

### CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

**1993:** Estabelecimento das relações diplomáticas.

**2007:** Missão a Tashkent do Assessor Especial para a Ásia do MRE; Visita ao Brasil do então Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Uzbequistão.

**2008:** Reunião de Consultas Políticas, Tashkent; Visita ao Brasil do Ministro de Relações Econômicas Internacionais, Investimento e Comércio do Uzbequistão.

**2009:** Visita ao Brasil do Presidente Islam Karimov; Missão ao Uzbequistão da ABC/Embrapa.

### ATOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Vigência
Acordo de Cooperação Técnica	28/05/2009	VIGENTE
Acordo de Cooperação em Agricultura	28/05/2009	VIGENTE
Acordo sobre Cooperação Econômica e Comercial	28/05/2009	VIGENTE
Acordo sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos	28/05/2009	VIGENTE

Acordo de Cooperação na Área de Esporte	28/05/2009	VIGENTE
Acordo Sobre Cooperação Cultural	28/05/2009	EM TRAMITAÇÃO
Memorando de Entendimento para Cooperação na área de Turismo	28/05/2009	VIGENTE
Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas entre o MRE e o MNE do Uzbequistão	28/05/2009	VIGENTE
Memorando de Entendimento entre o MDIC e o Ministério de Relações Econômicas Exteriores do Uzbequistão para Promoção do comércio e do investimento	28/05/2009	VIGENTE
Memorando de Entendimento entre o Comitê do Uzbequistão para Geologia e Recursos Minerais e o MME sobre cooperação no campo dos recursos minerais	28/05/2009	VIGENTE
Declaração Conjunta	28/05/2009	VIGENTE

**UZBEQUISTÃO – COMÉRCIO EXTERIOR**

### Principais indicadores socioeconômicos do Uzbequistão

Indicador	2013	2014	2015 <sup>(1)</sup>	2016 <sup>(1)</sup>	2017 <sup>(1)</sup>
Crescimento real do PIB (%)	8,00%	8,10%	6,80%	7,00%	6,70%
PIB nominal (US\$ bilhões)	57,17	62,61	65,95	68,70	73,46
PIB nominal "per capita" (US\$)	1.890	2.046	2.130	2.192	2.316
PIB PPP (US\$ bilhões)	156,81	172,30	185,82	201,19	218,41
PIB PPP "per capita" (US\$)	5.185	5.630	6.000	6.419	6.886
População (milhões de habitantes)	30,24	30,60	30,97	31,34	31,72
Desemprego (%)					
Inflação (%) <sup>(2)</sup>	10,24%	9,81%	9,07%	9,54%	10,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	2,85%	1,70%	0,20%	0,33%	0,23%
Dívida externa (US\$ bilhões)	10,68	13,39	13,54	14,91	15,73
Câmbio (Som / US\$) <sup>(2)</sup>	2,20	2,41	2,78	3,02	3,34

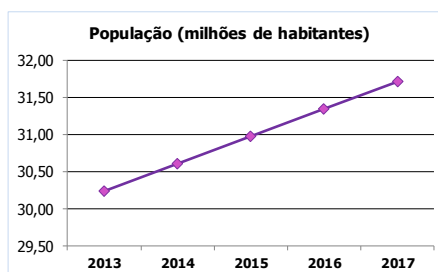
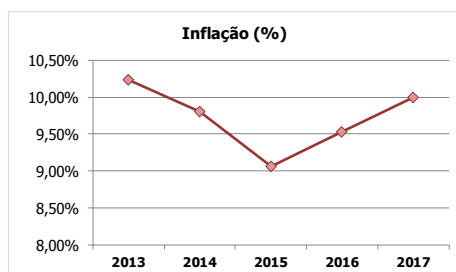
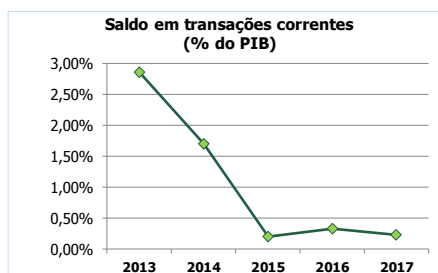
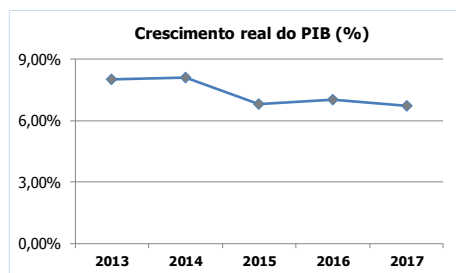
#### Origem do PIB ( 2015 Estimativa )

Agricultura	18,8%
Indústria	33,7%
Serviços	47,5%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2016.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



**Evolução do comércio exterior do Uzbequistão**  
**US\$ milhões**

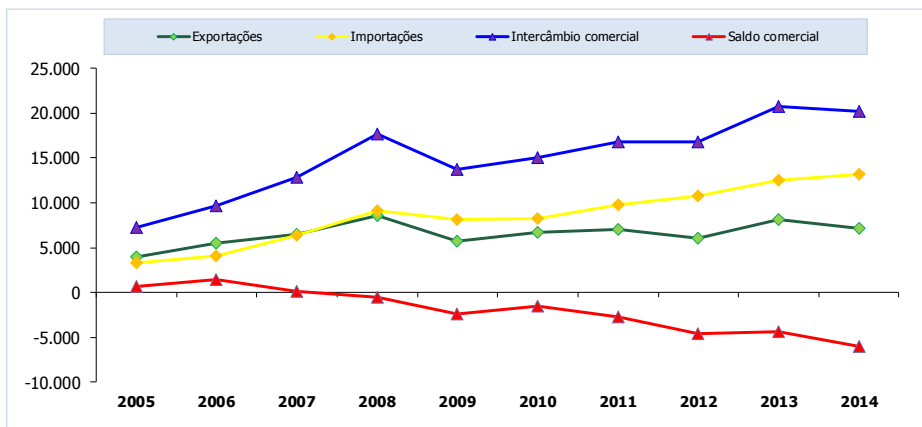
Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	3.944	8,7%	3.299	14,8%	7.243	11,4%	646
2006	5.537	40,4%	4.114	24,7%	9.651	33,2%	1.423
2007	6.491	17,2%	6.382	55,1%	12.873	33,4%	110
2008	8.571	32,0%	9.131	43,1%	17.702	37,5%	-559
2009	5.680	-33,7%	8.099	-11,3%	13.779	-22,2%	-2.419
2010	6.722	18,3%	8.288	2,3%	15.010	8,9%	-1.567
2011	7.037	4,7%	9.754	17,7%	16.791	11,9%	-2.717
2012	6.101	-13,3%	10.737	10,1%	16.839	0,3%	-4.636
2013	8.186	34,2%	12.569	17,1%	20.756	23,3%	-4.383
2014	7.103	-13,2%	13.126	4,4%	20.229	-2,5%	-6.023
2015(jan-set)	1.137	21,6%	1.686	-11,4%	2.823	-0,5%	-549
<b>Var. % 2005-2014</b>	<b>80,1%</b>	<b>--</b>	<b>297,9%</b>	<b>--</b>	<b>179,3%</b>	<b>--</b>	<b>n.c.</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2016.*

*O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

*Última posição disponível em 13/06/2016*

*(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*





**Direção das exportações do Uzbequistão**  
**US\$ milhões**

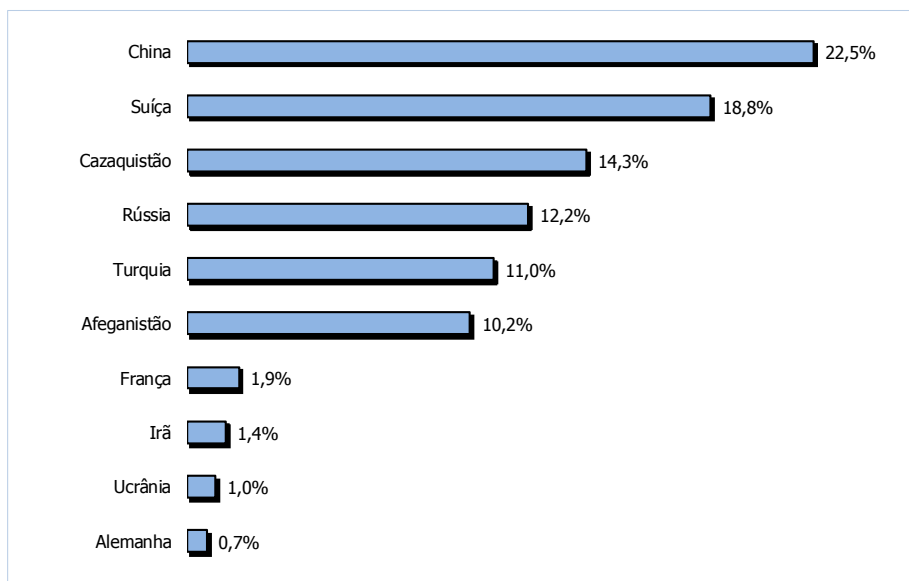
<b>Países</b>	<b>2 0 1 4</b>	<b>Part.% no total</b>
China	1.598	22,5%
Suíça	1.336	18,8%
Cazaquistão	1.018	14,3%
Rússia	870	12,2%
Turquia	781	11,0%
Afeganistão	722	10,2%
França	132	1,9%
Irã	98	1,4%
Ucrânia	73	1,0%
Alemanha	50	0,7%
...		
<b>Brasil (49ª posição)</b>	<b>1,2</b>	<b>0,02%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>6.679</b>	<b>94,0%</b>
<b>Outros países</b>	<b>424</b>	<b>6,0%</b>
<b>Total</b>	<b>7.103</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2016.*

*O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

*Última posição disponível em 13/06/2016*

**10 principais destinos das exportações**



**Origem das importações do Uzbequistão**  
US\$ milhões

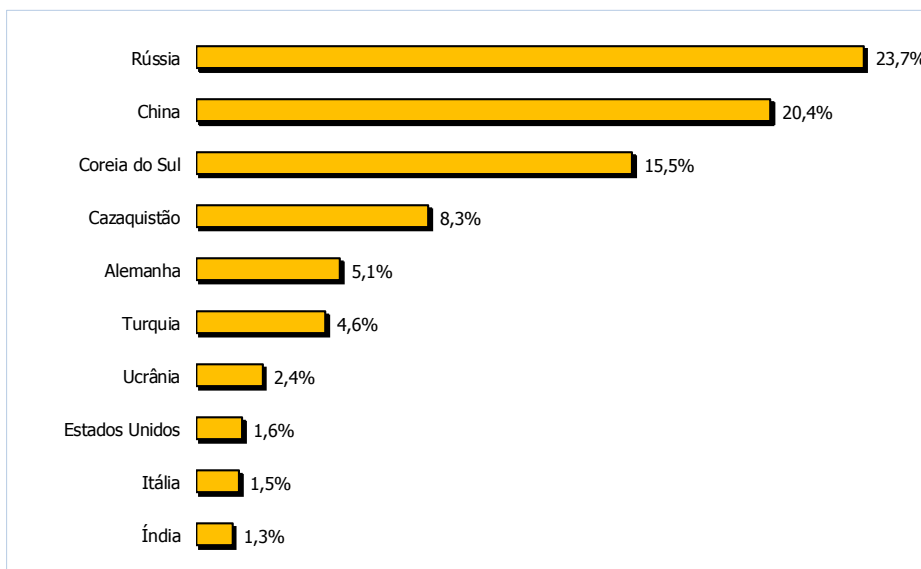
<b>Países</b>	<b>2 0 1 4</b>	<b>Part.% no total</b>
Rússia	3.114	23,7%
China	2.678	20,4%
Coreia do Sul	2.033	15,5%
Cazaquistão	1.084	8,3%
Alemanha	671	5,1%
Turquia	603	4,6%
Ucrânia	309	2,4%
Estados Unidos	213	1,6%
Itália	198	1,5%
Índia	168	1,3%
...		
<b>Brasil (38ª posição)</b>	<b>17</b>	<b>0,1%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>11.088</b>	<b>84,5%</b>
<b>Outros países</b>	<b>2.038</b>	<b>15,5%</b>
<b>Total</b>	<b>13.126</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2016.*

*O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

*Última posição disponível em 13/06/2016*

**10 principais origens das importações**



**Composição das exportações do Uzbequistão**  
**US\$ milhões**

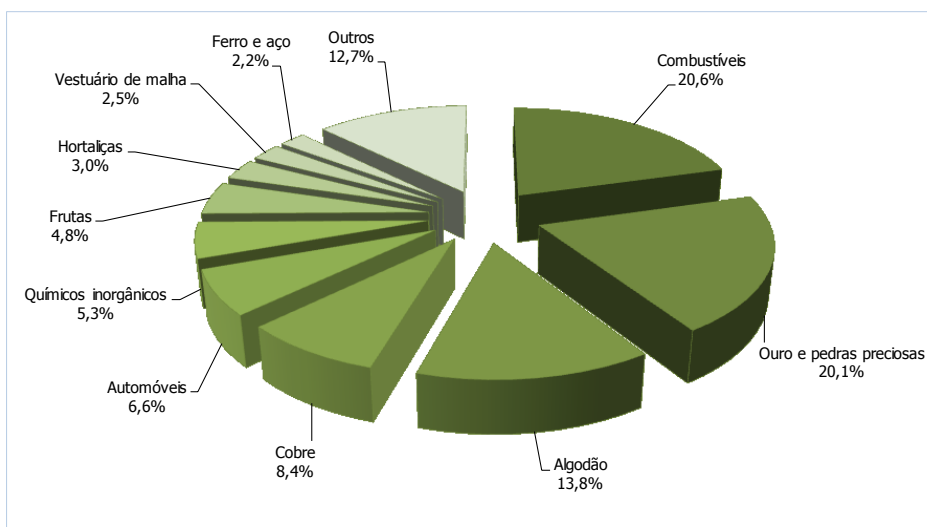
<b>Grupos de Produtos</b>	<b>2 0 1 4</b>	<b>Part.% no total</b>
Combustíveis	1.466	20,6%
Ouro e pedras preciosas	1.431	20,1%
Algodão	977	13,8%
Cobre	595	8,4%
Automóveis	469	6,6%
Químicos inorgânicos	375	5,3%
Frutas	341	4,8%
Hortaliças	215	3,0%
Vestuário de malha	177	2,5%
Ferro e aço	156	2,2%
<b>Subtotal</b>	<b>6.202</b>	<b>87,3%</b>
<b>Outros</b>	<b>901</b>	<b>12,7%</b>
<b>Total</b>	<b>7.103</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2016.*

*O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

*Última posição disponível em 13/06/2016*

**10 principais grupos de produtos exportados**



**Composição das importações do Uzbequistão**  
**US\$ milhões**

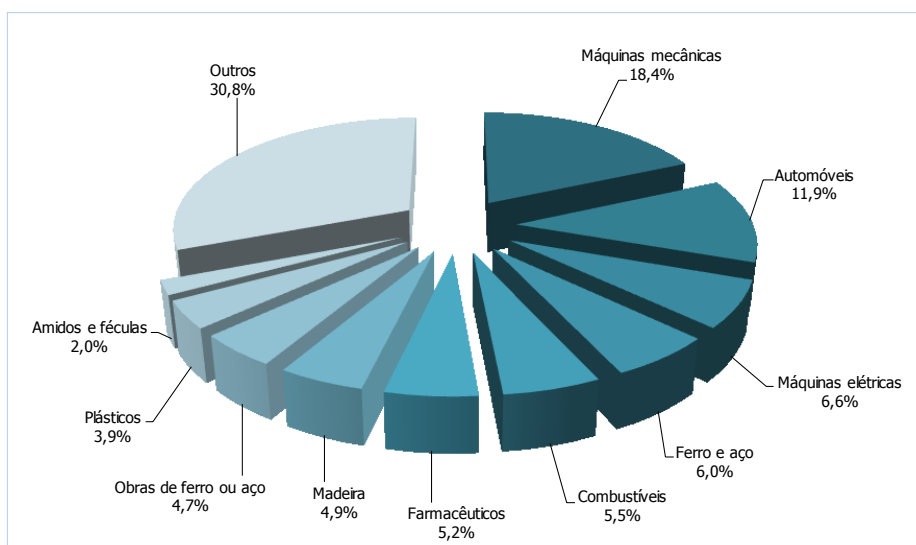
<b>Grupos de produtos</b>	<b>2 0 1 4</b>	<b>Part.% no total</b>
Máquinas mecânicas	2.416	18,4%
Automóveis	1.563	11,9%
Máquinas elétricas	871	6,6%
Ferro e aço	792	6,0%
Combustíveis	728	5,5%
Farmacêuticos	685	5,2%
Madeira	641	4,9%
Obras de ferro ou aço	612	4,7%
Plásticos	512	3,9%
Amidos e féculas	264	2,0%
<b>Subtotal</b>	<b>9.084</b>	<b>69,2%</b>
<b>Outros</b>	<b>4.042</b>	<b>30,8%</b>
<b>Total</b>	<b>13.126</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2016.*

*O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

*Última posição disponível em 13/06/2016*

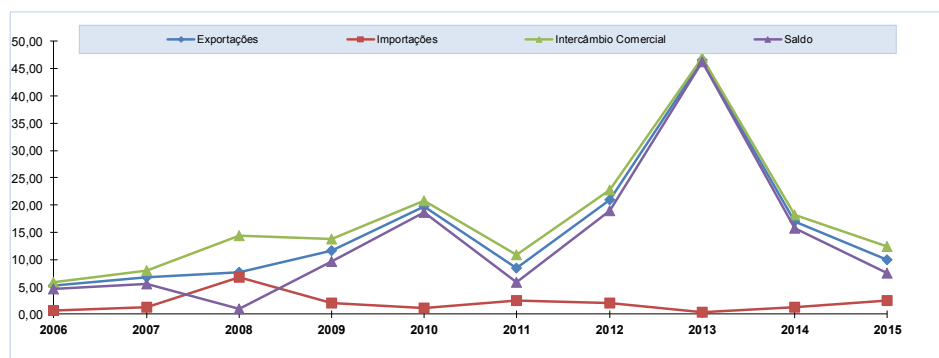
**10 principais grupos de produtos importados**



**Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Uzbequistão**  
**US\$ milhões**

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	
2006	5,25	-32,9%	0,00%	0,61	-55,5%	0,00%	5,85	-36,2%	0,00%	4,64
2007	6,75	28,8%	0,00%	1,26	107,7%	0,00%	8,01	36,9%	0,00%	5,49
2008	7,66	13,5%	0,00%	6,70	432,4%	0,00%	14,36	79,3%	0,00%	0,96
2009	11,71	52,8%	0,01%	2,06	-69,2%	0,00%	13,77	-4,1%	0,00%	9,65
2010	19,65	67,8%	0,01%	1,07	-47,9%	0,00%	20,72	50,5%	0,01%	18,58
2011	8,36	-57,5%	0,00%	2,53	135,9%	0,00%	10,89	-47,5%	0,00%	5,83
2012	20,87	149,7%	0,01%	1,97	-22,3%	0,00%	22,84	109,7%	0,00%	18,90
2013	46,61	123,3%	0,02%	0,36	-81,7%	0,00%	46,97	105,7%	0,01%	46,25
2014	16,92	-63,7%	0,01%	1,22	239,2%	0,00%	18,15	-61,4%	0,00%	15,70
2015	9,96	-41,1%	0,01%	2,46	101,1%	0,00%	12,43	-31,5%	0,00%	7,50
2016 (jan-mar)	12,16	300,0%	0,03%	0,00	-100,0%	0,00%	12,16	237,8%	0,02%	12,16
<b>Var. % 2006-2015</b>	<b>89,9%</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>306,3%</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>112,4%</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>n.c.</b>

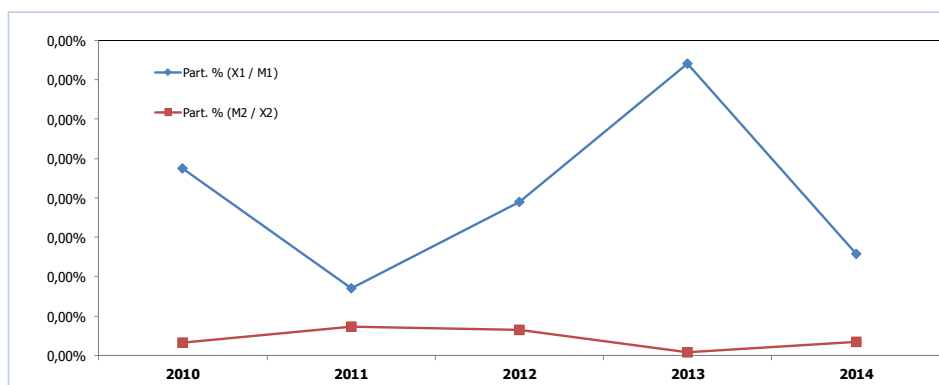
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2016.  
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*



**Part. % do Brasil no comércio do Uzbequistão**  
**US\$ milhões**

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010-2014
Exportações do Brasil para o Uzbequistão (X1)	20	8	21	47	17	-13,9%
Importações totais do Uzbequistão (M1)	8.288.139	9.754.429	10.737.376	12.569.346	13.126.000	58,4%
Part. % (X1 / M1)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-45,6%
Importações do Brasil originárias do Uzbequistão (M2)	1	3	2	0	1	14,0%
Exportações totais do Uzbequistão (X2)	6.721.619	7.036.950	6.101.464	8.186.260	7.103.035	5,7%
Part. % (M2 / X2)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	7,9%

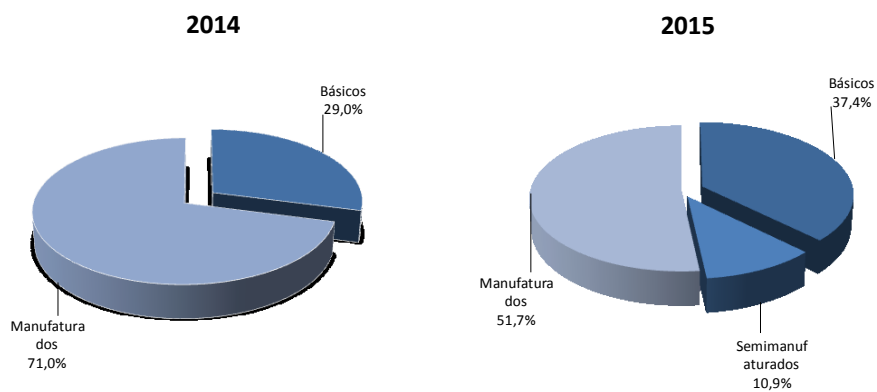
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.  
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do Uzbequistão e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



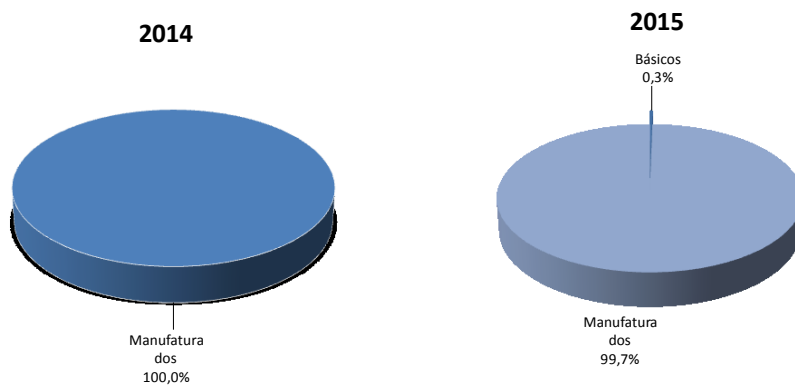
### Exportações e importações brasileiras por fator agregado

#### Comparativo 2015 com 2014

#### Exportações Brasileiras<sup>(1)</sup>



#### Importações Brasileiras



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2016.

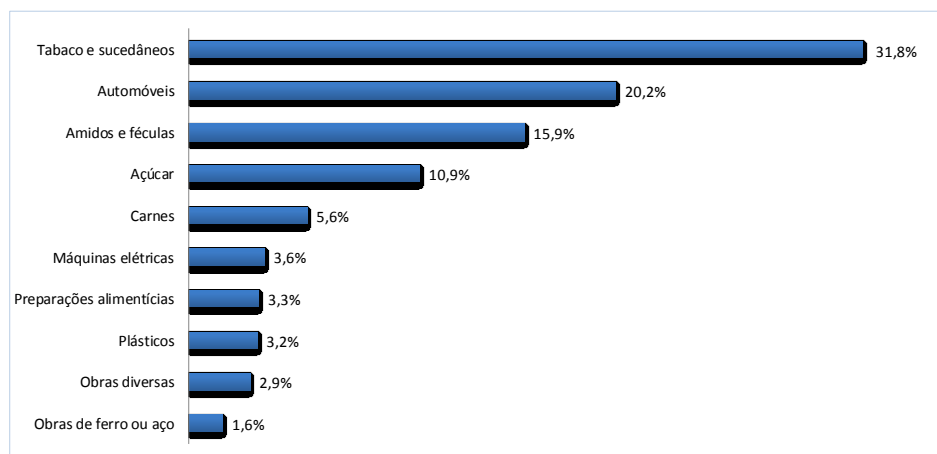
(1) Exclusive transações especiais.

**Composição das exportações brasileiras para o Uzbequistão**  
**US\$ milhões**

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Tabaco e sucedâneos	5,25	11,3%	2,36	13,9%	3,17	31,8%
Automóveis	7,85	16,8%	6,44	38,1%	2,01	20,2%
Amidos e féculas	0,90	1,9%	1,48	8,7%	1,58	15,9%
Açúcar	23,41	50,2%	0,00	0,0%	1,09	10,9%
Carnes	1,68	3,6%	2,55	15,1%	0,56	5,6%
Máquinas elétricas	3,19	6,8%	0,40	2,4%	0,36	3,6%
Preparações alimentícias	0,15	0,3%	0,22	1,3%	0,33	3,3%
Plásticos	0,95	2,0%	1,02	6,0%	0,32	3,2%
Obras diversas	1,49	3,2%	1,20	7,1%	0,29	2,9%
Obras de ferro ou aço	0,70	1,5%	0,54	3,2%	0,16	1,6%
<b>Subtotal</b>	<b>45,56</b>	<b>97,8%</b>	<b>16,21</b>	<b>95,8%</b>	<b>9,85</b>	<b>98,9%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>1,04</b>	<b>2,2%</b>	<b>0,72</b>	<b>4,2%</b>	<b>0,11</b>	<b>1,1%</b>
<b>Total</b>	<b>46,61</b>	<b>100,0%</b>	<b>16,92</b>	<b>100,0%</b>	<b>9,96</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2016.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015**



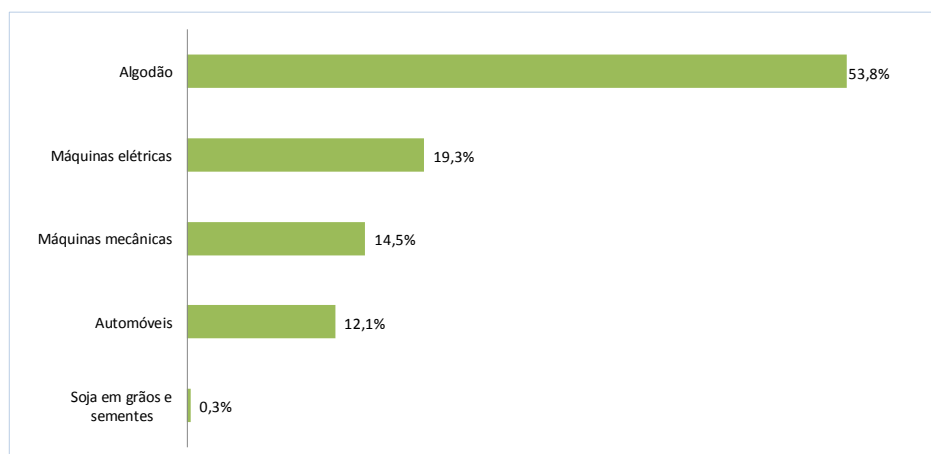


**Composição das importações brasileiras originárias do Uzbequistão**  
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Algodão	0,10	27,1%	0,70	57,3%	1,33	53,8%
Máquinas elétricas	0,00	0,0%	0,52	42,7%	0,48	19,3%
Máquinas mecânicas	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,36	14,5%
Automóveis	0,00	0,6%	0,00	0,0%	0,30	12,1%
Soja em grãos e sementes	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,01	0,3%
<b>Subtotal</b>	<b>0,10</b>	<b>27,7%</b>	<b>1,22</b>	<b>100,0%</b>	<b>2,46</b>	<b>100,0%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>0,26</b>	<b>72,3%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>
<b>Total</b>	<b>0,36</b>	<b>100,0%</b>	<b>1,22</b>	<b>100,0%</b>	<b>2,46</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2016.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015**



**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**  
**US\$ milhões**

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
<b>Exportações</b>					
Açúcar	0,00	0,0%	11,81	97,1%	
Preparações alimentícias	0,11	3,7%	0,20	1,6%	
Cerâmicos	0,00	0,0%	0,14	1,2%	
Soja em grãos e sementes	0,00	0,0%	0,01	0,1%	
<b>Subtotal</b>	<b>0,11</b>	<b>3,7%</b>	<b>12,16</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>2,93</b>	<b>96,3%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	
<b>Total</b>	<b>3,04</b>	<b>100,0%</b>	<b>12,16</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Importações</b>					
Automóveis	0,30	53,0%	0,00	0,0%	
Máquinas elétricas	0,25	44,6%	0,00	0,0%	
<b>Subtotal</b>	<b>0,55</b>	<b>97,7%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>0,01</b>	<b>2,3%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	
<b>Total</b>	<b>0,56</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2016.

Aviso nº 217 - C. Civil.

Em 27 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador VICENTINHO ALVES  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia, e, cumulativamente, na República do Uzbequistão, desde que obtido o *agrément* do governo desse país.

Atenciosamente,

EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON  
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República, substituta

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL